



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Joyce Sampaio Neves Fernandes

Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável: um estudo sobre o
enfrentamento da fome na Amazônia paraense

Florianópolis/SC

2026

Joyce Sampaio Neves Fernandes

**Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável: um estudo sobre o
enfrentamento da fome na Amazônia paraense**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social da Universidade Federal de
Santa Catarina, para a obtenção do título de
Doutora em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Liliane Moser, Dr.^a.
Coorientadora: Prof.^a Sirlândia Schappo, Dr.^a.

Florianópolis / SC

2026

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Fernandes, Joyce Sampaio Neves

Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável : um estudo sobre o enfrentamento da fome na Amazônia paraense / Joyce Sampaio Neves Fernandes ; orientadora, Liliane Moser, coorientadora, Sirlândia Schappo, 2026.

224 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2026.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Direito humano à alimentação adequada e saudável. 3. Amazônia. 4. Desigualdade social. 5. Agricultura de sustentação. I. Moser, Liliane. II. Schappo, Sirlândia. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. IV. Título.

Joyce Sampaio Neves Fernandes

**Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável: um estudo sobre o
enfrentamento da fome na Amazônia paraense**

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado, em [12] de
[dezembro] de [2025], pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Vera Maria Ribeiro Nogueira, Dr.^a

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.^a Nádia Socorro Fialho Nascimento, Dr.^a

Universidade Federal do Pará (UFPA)

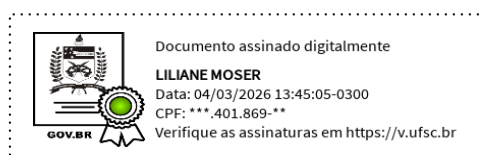
Prof.^a Mailiz Garibotti Lusa, Dr.^a

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

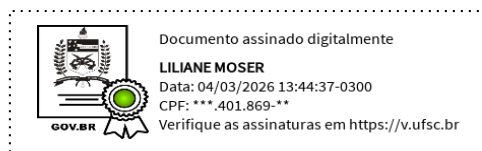
Prof.^a Keli Regina Dal Prá, Dr.^a

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de doutor em Serviço Social.



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Prof.^a Liliane Moser, Dr.^a.

Orientadora

Florianópolis, 2026.

In memoriam de Maria Helena Dantas Sampaio, Juvenal de Souza Sampaio,

e Maria de Matos Neves, saudades eternas!

Ao meu amado esposo Ítalo Fernandes,

nós conseguimos, mais uma conquista nossa!

Aos meus pais, Wilson e Léia, minha base e fortaleza.

Aos povos amazônicos, que seguem na resistência!

E por todos aqueles que lutam pela erradicação da fome!

AGRADECIMENTOS

Sem dúvidas, foi uma árdua trajetória até aqui... Uma jovem que saiu de sua cidade natal, município de Castanhal, no estado do Pará, para residir em Santa Catarina, trazendo na bagagem somente a fé e muitos sonhos. Foi uma decisão difícil, exigiu renúncias e sacrifícios, mas, sobretudo, coragem! Nessa caminhada tive momentos de muitas alegrias, reencontros, abraços, sorrisos, conversas, cafés, viagens. Mas também tive momentos tempestuosos de perdas, luto, tristezas, dúvidas e incertezas. No entanto, foram essas adversidades que contribuíram para o meu crescimento pessoal e espiritual. Por isso, quero aqui manifestar a minha gratidão ao meu Deus e a todos aqueles que sonharam o meu sonho.

Obrigada *Senhor*, por seu infinito amor e bondade, por tantas bênçãos, pelas oportunidades. És minha rocha, meu sustento, fortaleza e proteção! Meu Glorioso *São José*, agradeço sua poderosa intercessão! *Nossa Senhora de Nazaré*, minha padroeira, obrigada pelo seu cuidado, proteção e por me assistir, estando eu aqui no Sul do Brasil distante da minha família.

Ao estudar o direito humano à alimentação pude revisitar as minhas memórias e percebi que este tema sempre esteve fortemente presente em minha vida. Sou neta de agricultores familiares, o seu *Juvenal Sampaio*, plantava mandioca e produzia farinha. Além do café, pimenta-do-reino, pimentinha-de-cheiro, milho, macaxeira, jerimum, maxixe, chicória-do-pará, como também se dedicava à criação de gado e aves.

Minha avó, *Maria Helena Sampaio*, trabalhava na Escola Municipal Francisco Gomes Sampaio, na Agrovila Bacabal, e era a responsável pela merenda escolar. Eles moravam em um sítio, afastado da cidade, nas férias escolares, eu viajava e passava o mês inteiro com eles. A casa era rodeada de muitas árvores carregadas de frutas, meus dias de férias era comendo esses alimentos *in natura* (goiaba, laranja, ingá, cacau, manga, bebendo água de coco). Sem falar da culinária da minha avó *Helena*, o beijú, a tapioca com café, o bolinho de peixe frito (especialmente na Sexta-Feira Santa), o bolo de macaxeira, a galinha caipira no tucupi. Minha avó paterna, *Maria de Matos Neves*, era uma mulher acolhedora e humilde, sempre nos recebia com comida e oferecia aquilo que tinha, seja um café com tapioca ou um ovo frito com farofa que só ela sabia preparar. Na casa da minha avó *Maria* havia muitos pés de caju, o suco e a castanha assada são as iguarias que recordo das visitas no domingo, além da cana, a jaca, o abiu, a ameixa-do-

pará. Meus avós já contemplam a glória na eternidade, apesar da saudade, sou imensamente grata pelos momentos compartilhados, pelos conselhos e aprendizados.

Agradeço ao meu esposo *Ítalo Fernandes*, por seu amor, paciência, força e companheirismo. Obrigada pelo apoio incondicional, pelos conselhos e por acreditar em mim. Quantas vezes duvidei que seria capaz, mas você nunca duvidou. Obrigada por não me deixar desistir! Essa é mais uma conquista nossa, de muitas que ainda virão! Eu te amo!

Aos meus pais, *Wilson e Léia Neves*. Sei que não foi fácil aceitar a minha decisão, apesar das lágrimas na hora da despedida, sempre contei com o apoio e incentivo incondicional. Obrigada, por tudo e por tanto, pelas orações, pelas palavras de encorajamento. Eu amo vocês! Ao meu irmão, *Almir Sampaio*, e minha cunhada, *Jackyline Alves*, pela acolhida e torcida! À minha irmã, *Jayne Sampaio*, pelo apoio e aos meus sobrinhos, *Ana Laura, Luna e Bernardo*, por tanto carinho!

Minha gratidão à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a *Liliane Moser*. Por aceitar e seguir essa jornada novamente comigo. Nesse processo de doutoramento, pude acompanhá-la em muitos momentos (disciplina, estágio docência, núcleo de pesquisa) e a minha admiração cresceu ainda mais. És uma inspiração para mim, enquanto profissional e, principalmente, como ser humano. Obrigada pelo apoio, incentivo, dedicação, parceria, compreensão, carinho e amizade.

Meus agradecimentos à minha co-orientadora, Prof.^a Dr.^a *Sirlândia Schappo*. Pelo acolhimento, desde o início, quando apresentei minha proposta de projeto. Obrigada pela parceria, apoio, compreensão, amizade e pelos ensinamentos compartilhados.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de doutorado, desde o início do curso até junho de 2024, momento em que tomei posse no concurso público da Prefeitura Municipal de Biguaçu. Esse financiamento foi fundamental para a minha permanência na pós-graduação e realização da pesquisa.

Aos integrantes do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa Sociedade, Família e Políticas Sociais (NISFAPS), especialmente à Prof.^a Dr.^a *Michelly Laurita Wiese* e à Prof.^a Dr.^a *Keli Regina Dal Prá*.

Aos professores da Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC: Prof.^a Dr.^a *Simone Sobral Sampaio*, Prof.^a Dr.^a *Maria Del Carmen Cortizo* e Prof.^o Dr. *Ricardo Lara*. Pelo conhecimento adquirido nos espaços da sala de aula, obrigada!

Minha gratidão à Prof.^a. Dr.^a *Vera Maria Ribeiro Nogueira*, foi um imenso prazer conhecê-la, ser sua aluna, e, principalmente, tê-la como membro da minha banca.

À Prof.^a Dr.^a *Mailiz Garibotti Lusa*, por aceitar o convite de participação como membro examinador da minha banca. Obrigada pelas contribuições e trocas.

Meus agradecimentos à Prof.^a Dr.^a *Nádia Socorro Fialho Nascimento*, lembro-me com clareza de suas aulas na graduação, que foram uma fonte de inspiração na minha trajetória. Hoje, sinto-me privilegiada por tê-la como membro da banca examinadora. Muito obrigada por aceitar o meu convite e pelas valiosas contribuições no meu trabalho.

À Prof.^a Dr.^a *Naiza Naila Bandeira de Sá*. Obrigada por me acolher desde o primeiro *e-mail* encaminhado, quando lhe apresentei esta proposta de estudo e marcamos um encontro na UFPA, foi uma manhã de trocas enriquecedora. Agradeço por aceitar o convite em compor a minha banca de qualificação, pelas contribuições e amizade!

Agradeço aos profissionais das Secretarias de Saúde, Educação, Meio Ambiente e da Diretoria de Segurança Alimentar do estado do Pará que me acolheram, mesmo sem me conhecer pessoalmente, e participaram da pesquisa, suas contribuições foram riquíssimas.

Aos profissionais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS I), da Praia João Rosa, do município de Biguaçu: à minha coordenadora, *Priscila da Silva*; à equipe de acolhida, agora pertencentes ao (CRAS III), *Mateus Córdova* e *Kerolin Costa*; à Assistente Social do Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (SCFV), *Maria Fernanda Schmitt Bunn*; à equipe do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) matutino, *Samara Saar* e *Márcia Nascimento*; à psicóloga do serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (PSB), *Elis Dutra*. Obrigada pela acolhida, pelos momentos de descontração, carinho e amizade! E, de maneira especial, quero agradecer à psicóloga *Mayra Machado*, minha dupla, compondo a equipe PAIF vespertino, pelo acolhimento, compreensão e parceria.

Minha gratidão ao meu pároco padre *Sedemir Melo*, por seus direcionamentos espirituais que nos aproximam das coisas do alto e pelas orações. Agradeço à minha Comunidade *Senhor Bom Jesus*, de Potecas, pela acolhida e intercessão. Ao meu ministério de música *Força e Vitória*, obrigada pela compreensão, paciência, amizade e pelo apoio na caminhada. Agradeço ao diácono *Domingos Sávio Sena*, pelas orações e as palavras de sabedoria, força e incentivo, e à sua esposa, *Flávia Alves*, pelo carinho e amizade.

À minha amiga de fé e missão na música, *Isabel Nazário*. Obrigada pelo apoio, pelo acolhimento, pelas orações, pelos conselhos e direcionamentos. Nossas conversas, mesmo virtuais, são sempre frutuosas, pois ampliam os horizontes e nos aproximam de Deus.

À minha querida amiga maranhense *Arony Silva*. Obrigada por me receber em sua casa quando viajei para São Luís e participamos da Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP). Agradeço as orações, os conselhos, as palavras positivas de apoio e esperança nos momentos tempestuosos.

À minha grande amiga *Jacqueline Chaves*, sempre presente, apesar da distância! Muito obrigada por me ouvir e acolher, especialmente, nos dias mais difíceis. Agradeço seu apoio, o carinho, pela confiança e trocas enriquecedoras! Obrigada por me receber em sua casa, na minha viagem a Belém pós-pandemia. Sou muito grata a Deus por sua amizade, um grande presente que a UFPA me deu!

Às amigas *Edirlane Pinheiro* e *Lucely Nogueira*, nosso reencontro em Belém com o Joaquim no forninho foi maravilhoso, obrigada pelas palavras de incentivo e pelas muitas risadas.

Obrigada querida *Darlene Branches*, pela amizade, pela acolhida em Belém, nosso passeio no Parque Utinga ficou na história, e pelos conselhos!

À minha amiga *Maria Betânia* pela receptividade, foi gratificante retornar a Barcarena e apresentar os resultados da pesquisa realizada no mestrado às equipes técnicas da assistência social do município. Agradeço sua amizade, as palavras de apoio e incentivo.

À minha amiga *Ethiene Anjos*, desde o mestrado compartilhamos nossas angústias e conquistas, ela no Rio de Janeiro e eu em Santa Catarina. Foi um grande prazer revê-la em São Luís, quando participamos da Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP). Agradeço o apoio e as palavras de força e encorajamento.

À minha amiga da pós-graduação *Ludmilla Santos*, foi um grande prazer conhecê-la. Agradeço pelo convite para escrevermos juntas o trabalho publicado no III Encontro Nacional de Trabalho Interdisciplinar e Saúde (III ENTIS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Gratidão pelas trocas, as conversas, o carinho e acolhimento.

À minha amiga *Eliane Muller*, estamos juntas nessa caminhada desde o mestrado. Agradeço a amizade, o acolhimento, os momentos de descontração e apoio.

Agradeço à *Elanne Nascimento*, pela amizade e por me receber novamente em sua casa, em São Luís do Maranhão. E à *Aline Amil* pela amizade e companhia em mais uma

Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP). Guardo lembranças maravilhosas dessa vigem!

À minha madrinha de batismo *Marizete Cordovil*, pelas orações, carinho, acolhimento e receptividade. Agradeço também à minha madrinha de crisma, *Cristina Helen*, pelas orações, conselhos, conversas e muitas risadas.

Às minhas queridas primas *Daniellen Neves* e *Diellen Neves*, pelo apoio e torcida sempre. Saudades dos nossos momentos de descontração e das nossas conversas acompanhadas de um café!

Aos meus queridos tios, *Darcy Costa* e *Edson Neves*, obrigada pelo apoio e carinho, saudades das nossas saídas para o forró.

Aos meus familiares *Alcirney Sampaio*, *Alcir Sampaio*, *Leila Dantas*, *Damárya Sampaio*, *Dalcilene Sampaio*, *Cleidiane Alencar*, *Nino José*, *Maria de Belém*, *Gilson Neves*, *Maristela Neves*, ao meu querido avô *Acelino Neves*. A todos que acompanharam a minha trajetória e estão sempre na torcida, muito obrigada!

*Verás um caminho difícil demais
Verás tempestades que te assustarão
Mas quando o sonho é Deus,
ninguém destruirá.
Se Ele prometeu, também cumprirá
Tenha paciência e saiba esperar
O melhor de Deus virá
Segue além, segue além!*

(GILSON, Frei; RAMOS, Bruna, 2021)

RESUMO

A Amazônia brasileira vivencia uma contradição: embora possua exuberantes riquezas naturais, sua população é a que mais sofre com o flagelo da fome no Brasil, com o Pará liderando o *ranking* nacional. Sob a perspectiva de Josué de Castro, entende-se que a fome e a má nutrição possuem aspectos econômicos, políticos, sociais e históricos. Esta tese objetiva analisar a complexidade da fome na região amazônica, dada as suas particularidades socioterritoriais e étnico-culturais, bem como, os limites das ações governamentais do estado do Pará no seu enfrentamento. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, fundamentada no método materialismo histórico-dialético, utilizando como procedimentos a pesquisa de campo, documental e revisão bibliográfica. Como técnica para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas *on-line* semiestruturadas com quatro (4) gestores/técnicos das políticas estaduais de saúde, educação, meio ambiente e segurança alimentar e nutricional que coordenam programas e serviços de promoção ao direito à alimentação no Pará. A realidade da fome no estado é atravessada por desigualdades de gênero, raça, classe, geracionais e territoriais/regionais, reflexo da formação sócio-histórica brasileira, manifestando-se de forma heterogênea no território paraense. A tese conclui que a fome na Amazônia resulta de um passado de apropriação dos recursos naturais para atender o capital externo, condição agravada pelo avanço do agronegócio baseado no latifúndio e no monocultivo. Constatou-se que as políticas públicas destinadas à Amazônia desconsideram as suas particularidades, como as grandes distâncias territoriais, a diversidade étnico-cultural e a preservação dos ecossistemas. Embora existam importantes iniciativas e instâncias de articulação intersetorial, a ausência de integração entre os gestores e as políticas públicas, resulta em ações pontuais que não abrangem a totalidade dos 144 municípios do estado. Por fim, a pesquisa defende a agricultura de sustentação como política alimentar e de reforma agrária. Esta é apresentada como estratégia capaz de romper com os mecanismos estruturantes do classismo, sexismo e racismo, orientando-se para uma sociabilidade sustentável e para o projeto ético-político de emancipação humana.

Palavras-chave: Fome; Amazônia; Políticas Públicas; Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável; Agricultura de Sustentação.

ABSTRACT

The Brazilian Amazon experiences a contradiction: despite its exuberant natural wealth, its population suffers the most from the scourge of hunger in Brazil, with the state of Pará leading the national ranking. From the perspective of Josué de Castro, it is understood that hunger and malnutrition possess economic, political, social, and historical aspects. This thesis aims to analyze the complexity of hunger in the Amazon region, given its socio-territorial and ethnic-cultural particularities, as well as the limits of government actions in the state of Pará in addressing it. The study is characterized as qualitative research, grounded in the historical-dialectical materialism method, utilizing field research, documentary analysis, and bibliographic review as methodological procedures. For data collection, semi-structured online interviews were conducted with four (4) managers and technicians of state policies for health, education, environment, and food and nutritional security who coordinate programs and services promoting the right to food in Pará. The reality of hunger in the state is intersected by gender, race, class, generational, and territorial/regional inequalities—a reflection of Brazil's socio-historical formation—manifesting heterogeneously throughout the territory of Pará. The thesis concludes that hunger in the Amazon results from a socio-historical past of natural resource appropriation and predatory use to serve foreign capital. This condition is further aggravated by the advancement of agribusiness in the region, an agricultural model based on large estates (*latifúndios*) and monoculture, aimed solely at profit. The study concludes that public policies destined for the Amazon disregard its particularities, such as vast territorial distances and ethnic-cultural diversity. Despite important intersectoral initiatives, the lack of integration results in fragmented actions that do not encompass the totality of the state's 144 municipalities. Finally, the research defends sustainable agriculture (*agricultura de sustentação*) as a food and agrarian reform policy, presented as a strategy capable of breaking with the structural mechanisms of classism, sexism, and racism, oriented toward sustainable sociability and the ethical-political project of human emancipation.

Keywords: Hunger. Amazon. Public Policies. Human Right to Adequate and Healthy Food. Sustainable Agriculture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Incrementos de desmatamento na Amazônia, entre os anos 2008 e 2023 ...	45
Figura 2 - Distribuição percentual dos domicílios particulares, por situação de Segurança Alimentar (SA) e os níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo as macrorregiões brasileiras, em 2024.....	81
Figura 3 - Regiões de Integração (RI) do estado do Pará.....	143

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sistematização da pesquisa documental	33
Quadro 2 - Frutas amazônicas e seus componentes nutricionais	56
Quadro 3 - Dados pessoais e profissionais dos entrevistados	154

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Repasse de Recursos Financeiros Federais do PNAE (em bilhões de reais) e do número de estudantes de Educação Básica das Redes Estadual, Distrital e Municipal atendidos, no período de 2012 a 2023 101

Tabela 2 - Proporção de pessoas em situação de pobreza por Região de Integração (RI) do estado do Pará, em 2023 145

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCB – Associação Brasileira de Criadores de Búfalos

ACS – Agente Comunitário de Saúde

ACT – Acordo de Cooperação Técnica

ADEPARÁ – Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará

AEE – Atendimento Educacional Especializado

ALBRAS – Alumínio Brasileiro S. A

ALUNORTE – Alumina do Norte do Brasil S. A

AM+S – Plano Amazônia mais Sustentável

ATER Socioambiental – Assistência Técnica e Extensão Rural

AVC – Acidente Vascular Cerebral

BNDES/Fundo Amazônia – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BU – Biblioteca Universitária

CAE – Coordenadoria de Alimentação Escolar

CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

CAISAN/PA - Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Pará

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CEASA – Central de Abastecimento do Estado do Pará

CEN – Coordenação Estadual de Nutrição

CEPSH – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CESUPA – Centro Universitário do Estado do Pará

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas

CNSAN – Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

COMPAR – Companhia Paraense de Refrigerante

CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSEANS – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

COP 30 – Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CRS – Centros Regionais de Saúde

CTCAPOS – Câmara Técnica de Comercialização, Agroecologia, Produtos Orgânicos e Sociobiodiversidade

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DAP – Declaração de Aptidão

DAS – Diretoria de Assistência Social

DASE – Departamento de Atenção à Saúde

DCNT's – Doenças Crônicas não Transmissíveis

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DIMUC – Diretoria de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais

DISAN – Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional

DPAIS – Diretoria de Políticas de Atenção Integral à Saúde

DRCCP – Diretoria de Renda, Cidadania e Combate à Fome

EAD – Educação a Distância

EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

EFC – Estrada de Ferro Carajás

EJAI – Educação de Jovens e Adultos no Campo

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENTIS – Encontro Nacional de Trabalho Interdisciplinar e Saúde

FA – Fundo Amazônia

FAEPA – Federação da Agricultura e Pecuária do Pará

FAN – Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição

FAO – Fundo da Amazônia Oriental

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

FBB – Fundação Banco do Brasil

FEPIPA – Federação dos Povos Indígenas do Pará

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNE – Fórmulas Nutricionais Especiais

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas

GAM – Gestão Ambiental Municipal

IA – Insegurança Alimentar

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEFLOR-BIO – Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
IDESP – Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IEMA – Instituto de Energia e Meio Ambiente
II PDA – II Plano de Desenvolvimento da Amazônia
II PDN – II Plano Nacional de Desenvolvimento
IMC – Índice de Massa Corporal
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPCA-15 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15
IRI – Ibec Research Institute
ITERPA – Instituto de Terras do Pará
IV CESAN-PA – IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MEC – Ministério da Educação
MP – Medida Provisória
MS – Ministério da Saúde
ÓAÊ – Observatório da Alimentação Escolar
OCB – Organização das Cooperativas do Brasil
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Plano Plurianual
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF – Programa Bolsa Família

PCTs – Povos e Comunidades Tradicionais

PDRI Amazonas – Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Amazonas

PEAA – Plano Estadual Amazônia Agora

PEAE – Programa Estadual de Alimentação Escolar

PENSAN-PA – Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Pará

PIB – Produto Interno Bruto

PIDESC – Pacto Internacional de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais

PLANSAN – Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PM – Prefeituras Municipais

PMV – Programa Municípios Verdes

PMV/FA – Programa Municípios Verdes / Fundo Amazônia

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAN – Política de Alimentação e Nutrição

PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNSFe – Programa Nacional de Suplementação de Ferro

PNSVA – Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A

POESANS – Política Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável

POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLONOROESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PPGSS – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

PRA – Programa de Regularização

PROBOR – Programa da Borracha

PROGESTÃO – Programa Pacto Nacional pela Gestão das Águas

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROTEJA – Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil

PSA – Programa de Pagamento por Serviços Ambientais

PSB – Proteção Social Básica

PSE – Programa Saúde na Escola

PTS – Programa Territórios Sustentáveis

QUALIÁGUA – Programa QUALIÁGUA

RADAM – Projeto Radar da Amazônia

Rede PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar

RI – Região de Integração

SA – Segurança Alimentar

SAFISP – Serviço de Acompanhamento Familiar para Inclusão Social e Produtiva

SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SAL – Secretaria Adjunta de Logística

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos

SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SEAF – Secretaria de Estado da Agricultura Familiar

SEAS – Secretaria de Estado de Assistência Social

SEASTER – Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

SEDAP – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca

SEDES – Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social

SEIR – Secretaria de Integração Regional

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SESPA – Secretaria de Estado de Saúde

SETER - Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar Nutricional

SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

SOFI – Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo

SOME – Sistema Modular de Ensino

SOMEI – Sistema Modular de Ensino Indígena

SPEC – São Paulo *Excellence Chairs*

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TerPaz – Territórios Pela Paz

TI's – Terras Indígenas

TNC – *The Nature Conservancy*

UCs – Unidades de Conservação

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNAMA – Universidade da Amazônia

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

USP – Universidade de São Paulo

UTI – Unidade de Terapia Intensiva

VAN – Vigilância Alimentar e Nutricional

VIGISAN – Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional

VIGITEL BRASIL - Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas
por Inquérito Telefônico

WOF – Federação Mundial de Obesidade

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	25
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
2. JOSUÉ DE CASTRO E A FOME NA AMAZÔNIA	42
2.1 ANÁLISE DA ÁREA AMAZÔNICA NA OBRA GEOGRAFIA DA FOME	42
2.2 OS SUCESSIVOS CICLOS ECONÔMICOS DESTRUTIVOS NA TRAJETÓRIA SÓCIO-HISTÓRICA DA AMAZÔNIA.....	68
2.3 FLORESTA, ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA DE SUSTENTAÇÃO	86
3. (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR NA AMAZÔNIA: O ESTADO CAPITALISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	93
3.1 A POLÍTICA PÚBLICA NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA: fundamentos, intervenção e o contexto neoliberal	93
3.2. MARCO CONCEITUAL E TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL	103
3.3. A REDE INTERSETORIAL COMO ESTRATÉGIA DE AÇÃO NA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	110
3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS NA E PARA A AMAZÔNIA	117
3.5 ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL NO TERRITÓRIO AMAZÔNICO	128
4. O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL E O ENFRENTAMENTO DA FOME NO ESTADO DO PARÁ.....	135
4.1 OS DIREITOS HUMANOS QUE DEFENDEMOS E A ALIMENTAÇÃO	135
4.2 A POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ESTADO DO PARÁ	142
4.3 AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS (INTER)SETORIAIS DE ENFRENTAMENTO À FOME	153
4.3.1 Iniciativas no campo da Política de Saúde.....	155
4.3.2 Programas e ações no âmbito da Política de Educação	164
4.3.3 Política de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações de Promoção da SAN	169
4.3.4 Política de Segurança Alimentar e Nutricional e as estratégias de promoção do direito à alimentação	177
4.4 OS DESAFIOS E AS PROPOSIÇÕES NA PROMOÇÃO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO NO PARÁ	183
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	187
REFERÊNCIAS	196
APÊNDICES A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	219

APÊNDICES B – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	223
---	------------

1. INTRODUÇÃO

A presente tese analisa a fome e o direito humano à alimentação na região amazônica, tendo como locus de pesquisa o estado do Pará. A fome é uma manifestação da questão social e, por ser inerente ao modo de produção capitalista, inscreve-se na própria trajetória humana. Sua importância varia de acordo com a conjuntura sociopolítica e econômica de cada sociedade (Hirai, 2009). Nesse sentido, entende-se que a fome é anterior ao capitalismo. Trata-se de uma expressão recorrente na história da humanidade. No entanto, à medida que o capitalismo se consolida, a fome assume expressões mais intensas. Conforme Iamamoto (2015, p. 53), “O capital, em seu movimento de valorização, produz a invisibilidade do trabalho e a banalização do humano, condizente com a indiferença ante à esfera das necessidades sociais e dos valores de uso.”

A temática da fome se tornou uma preocupação para as nações, mais precisamente a partir da década de 1940, mediante o cenário de miséria e escassez alimentar do pós-guerra na Europa, quando foi criada a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (ONU/FAO). Nesse contexto, surgiu o conceito de segurança alimentar, atrelado à concepção de segurança nacional e à capacidade de cada país de produzir sua própria alimentação, de modo a não ficar vulnerável a possíveis cercos, boicotes ou embargos de motivação política e militar. Nessa época, acreditava-se que a fome era um fenômeno natural, resultado de calamidades, adventos climáticos, entre outras situações (Valente, 2021).

Em termos legais, a alimentação foi concebida como direito humano fundamental à vida, em 1948, com a promulgação da Declaração dos Direitos Humanos. No entanto, a expressão Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) teve origem em 1966, no Pacto Internacional de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais, (PIDESC). Embora não apareça exatamente dessa forma no documento, seu Artigo 11 reconhece o direito de todas as pessoas a um padrão de vida adequado, o que inclui a alimentação adequada e a proteção contra a fome. Segundo Valente (2021), essa definição evocou as dimensões da alimentação em seu conceito mais amplo, isso significou um considerável avanço no reconhecimento dos direitos.

No Brasil, foi a partir de Josué de Castro – um dos maiores intelectuais no estudo da fome – em meados da década de 1930, que a concepção sobre a fome foi

desnaturalizada e entrou na pauta das políticas públicas do país. Para o referido autor, a fome e a má nutrição apresentam aspectos econômicos, políticos, sociais e históricos. Em sua obra *Geografia da Fome* (1984), Josué de Castro afirma que a fome no Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico. “Orientada, a princípio, pelos colonizadores europeus e depois pelo capital estrangeiro expandiu-se no país uma agricultura extensiva de produtos exportáveis, ao invés de uma agricultura intensiva de subsistência, capaz de matar a fome do nosso povo.” (Castro, 1984. p. 281).

Apesar das conquistas jurídicas, legislativas e operacionais via políticas públicas, em nível nacional e internacional, no campo da alimentação e do crescimento mundial da produção de alimentos decorrentes da inovação técnico-científica, a fome e a desnutrição não foram erradicadas, grande parcela da população mundial não têm acesso à alimentação adequada e saudável regularmente. Segundo o relatório *O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI) 2025*, elaborado pela ONU/FAO, em 2024, estima-se que 673 milhões de pessoas sofrem de fome no mundo, o que equivale a 8,2% da população global, representando uma queda em relação aos 8,5%, em 2023.

No entanto, o avanço não foi uniforme entre as regiões do globo, evidenciando uma profunda disparidade regional. A fome prevalece severamente nas regiões da África e da Ásia Ocidental; no continente africano cerca de 20% da população encontra-se nessa condição, enquanto na Ásia Ocidental estima-se que 12,7% tenham enfrentado a fome em 2024. Na América Latina e Caribe, a prevalência de fome foi menor, cerca de 5,1%. Em contrapartida, a América do Norte e a Europa apresentam as menores taxas de fome, abaixo de 2,5% (FAO, 2025).

Nesse contexto, o Brasil alcançou uma conquista histórica ao sair pela segunda vez do Mapa da Fome da ONU. Conforme o relatório SOFI (2025), no triênio de 2022 a 2024, o país registrou uma prevalência de subnutrição abaixo do patamar de 2,5% da população. No entanto, esse significativo avanço não implica na erradicação da fome. Os mesmos dados revelam que, no referido período, 13,5% dos brasileiros encontravam-se em insegurança alimentar moderada ou grave, sendo o percentual afetado pela fome de 3,4% (FAO, 2025).

Vale ressaltar que a crise sanitária econômica e social desencadeada pela Covid-19 em 2020 aprofundou as desigualdades sociais preexistentes e as tornou mais expressivas, fazendo com que os números da fome, que já estavam elevados, crescessem assustadoramente em todo o mundo. No Brasil, a fome é atravessada por desigualdades

de gênero, raça, idade, classe e regionais/territoriais, que estão intercruzadas e se reproduzem historicamente. Por isso, são as mulheres negras, nortistas e nordestinas, com baixa escolaridade e que residem em áreas rurais as que apresentam os maiores índices de insegurança alimentar grave. Nesse contexto, a Região Norte lidera o *ranking* da fome, com o Pará ocupando a primeira colocação entre os seus estados, sendo, portanto, um território emblemático desse panorama no país.

A escolha para realizar o estudo no estado do Pará deve-se tanto aos índices mencionados quanto à origem da pesquisadora, natural de Castanhal, município da região Nordeste do estado. O interesse pelo tema da fome é um desdobramento de sua pesquisa de mestrado realizada em novembro de 2019 e apresentada em agosto de 2020 ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS/UFSC). Com o título “*Política de Assistência Social na Amazônia: problematizando o acesso das famílias ribeirinhas da Ilha das Onças, Barcarena/PA*”, o trabalho identificou que as famílias ribeirinhas daquela localidade se encontravam em condição de fome. A busca pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) era motivada, principalmente, pelo auxílio-alimentação e o Programa Bolsa Família.

A principal fonte de renda dessas famílias extrativistas provém da coleta do açaí, que acontece no primeiro semestre do ano, momento de melhor faturamento. Após a safra, as famílias ribeirinhas enfrentam dificuldades em manter seu sustento e o acesso a itens básicos de alimentação. A inquietação com essa realidade, somada à crise pandêmica, motivou a elaboração do projeto para o doutorado, que foi adensado durante as disciplinas do curso e na qualificação, resultando nesta tese.

Sendo a alimentação um direito fundamental à vida humana, é dever do Estado viabilizar o seu acesso por meio de políticas públicas e de abastecimento. Contudo, no contexto do capitalismo neoliberal, a atuação estatal assume um caráter residual e mercantilizado, no qual a oferta de alimentos é subordinada à lógica do mercado e aos interesses das classes hegemônicas, o que impõe desafios à efetivação da reforma agrária e ao incentivo à agricultura de sustentação – ações de suma importância no combate à fome.

Nesse cenário, compreendendo a política pública como uma resposta estatal, destaca-se a política social (Pereira-Pereira, 2011). Historicamente, as políticas sociais brasileiras caracterizam-se por sua subordinação aos interesses econômicos, em detrimento das demandas e necessidades sociais. Como resposta do Estado às expressões da questão social, atendem a interesses divergentes que se manifestam no bojo da luta de

classes. A esse respeito, Yazbek (2003) afirma que, se por um lado, as políticas sociais vêm obedecendo à perspectiva excludente e privatista, por outro, elas também constituem espaços de expansão de direitos sociais que, de outro modo, seriam negados às classes subalternas.

No Brasil, o debate sobre a erradicação da fome ganhará destaque nas décadas de 1980 e 1990, com a mobilização dos movimentos sociais e a redemocratização do país. Em termos legais, há a promulgação da Constituição Federal de 1988, que representou uma grande conquista no campo dos direitos sociais. Em setembro de 2006, foi aprovada a Lei 11.346, que cria a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), por meio da qual se instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar Nutricional (SISAN). Em 2010, a alimentação foi reconhecida como um direito social, sendo incluída no artigo 6º da Constituição Federal. E, nesse mesmo ano, é sancionada a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), que tem como objetivo promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Considerando as múltiplas dimensões que envolvem a alimentação – econômica, social, histórica, simbólica e cultural – e compreendendo a SAN em sua intersectorialidade, entende-se que para o enfrentamento da fome e má nutrição são necessárias ações integradas entre os diferentes setores do governo e da sociedade civil, atuando de forma articulada e interligada.

Dito isso, o objetivo geral desta tese é analisar a complexidade da fome na região amazônica, dada as particularidades socioterritoriais e étnico-culturais, bem como os limites das ações governamentais do estado do Pará no seu enfrentamento. Como objetivos específicos têm-se os seguintes: a) Compreender a fome no território amazônico à luz das contribuições de Josué de Castro, a fim de demonstrar a atualidade do seu pensamento; b) Identificar os processos que levaram à ausência ou precariedade no acesso ao direito humano à alimentação da população paraense; e, por fim, c) Identificar, na atualidade, programas e projetos de promoção à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Pará, bem como a articulação intersectorial e o trabalho em rede no âmbito dessas ações.

O presente estudo partiu da hipótese de que a fome no estado do Pará, bem como na região amazônica, é atravessada pelos elementos que caracterizam a formação sócio-histórica brasileira, o atual modelo de produção agrícola vigente, pelos desafios relacionados à questão agrária no país, pelas particularidades étnicas-culturais da

Amazônia, pelas desigualdades de gênero, classe e raça. Nesse sentido, frente à complexidade da questão da fome no Brasil e na Amazônia, compreende-se que as ações estatais têm se mostrado insuficientes no enfrentamento da insegurança alimentar no estado.

A pesquisa realizada evidenciou que as violações do direito humano à alimentação adequada são vivenciadas de forma heterogêneas na sociedade brasileira. A fome afeta de forma mais intensa as pessoas negras, as mulheres, os povos e comunidades tradicionais (PCTs), pessoas de baixa renda, com baixa escolaridade e os moradores das áreas rurais. No caso do Pará, a fome também é atravessada por desigualdades de gênero, raça, etnia, classe, geracionais e territoriais/regionais que se inter cruzam. No entanto, elas não se manifestam de forma homogênea no território paraense, pois determinadas localidades carecem de serviços básicos, como energia elétrica, internet, cobertura telefônica, água potável e outros. A condição de fome no território amazônico é agravada pelo avanço do agronegócio na região. Esse modelo agrícola não promove o direito humano à alimentação e fere os seus princípios fundamentais. Além de provocar a desterritorialização e adensar os conflitos por terra – que são históricos na região – o agronegócio não erradica a fome. Pelo contrário, intensifica, visto que esse modelo é baseado no latifúndio e no monocultivo, visando unicamente ao lucro.

Com isso, afirma-se, nesta introdução, que a fome na Amazônia é a expressão mais aparente de uma “*ponta do iceberg*”. As manifestações da questão social na região, entre elas a fome, possuem raízes profundas: são heranças de um passado sócio-histórico de apropriação dos recursos naturais e o uso predatório do território para atender o capital externo – um modelo extrativista que se mantém sob novas roupagens. No percurso de estratégias desenvolvidas pelo Estado, não houve um plano de desenvolvimento que contemplasse, de fato, a realidade regional. Embora a Amazônia apresente potencial para estabelecer o modelo da agricultura de sustentação capaz de erradicar a fome da população, tal proposta foi inviabilizada pela ausência de incentivo governamental para o fortalecimento de cultivos e técnicas agrícolas dos povos amazônicos. A atuação do Estado tem priorizado o aporte de investimentos em infraestruturas voltadas aos interesses do capital, em detrimento do financiamento de políticas públicas fundamentais à reprodução da vida.

Somado a isso, as políticas sociais brasileiras que são implementadas na Amazônia – como saúde, educação, assistência social, meio ambiente e segurança alimentar – embora viabilizem o acesso aos direitos de cidadania, não respondem integralmente as

demandas dos povos amazônicos. Entende-se que o enfrentamento da fome exige políticas estruturais, redistributivas e intersetoriais, construídas a partir da perspectiva do alimento como um direito, e não como mercadoria. Além de repensar a relação com a natureza e modo pelo qual os alimentos são produzidos. Nesse contexto, esta tese defende a necessidade da agricultura de sustentação, proposta por Josué de Castro, como política alimentar e de reforma agrária capaz de erradicar a fome e romper com mecanismos estruturais da formação sócio-histórica brasileira, como o classismo, o sexismo e o racismo, contribuindo para a construção de uma sociabilidade sustentável e consolidando-se como um projeto político de emancipação humana.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia, entendida como o caminho do pensamento e da prática na abordagem da realidade, é inseparável da teoria (Minayo, 2002). Em consonância, Martins (2004) afirma que a metodologia é uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa, em que toda questão técnica implica uma discussão teórica. Segundo Minayo (2002), a metodologia abrange tanto as concepções teóricas quanto as técnicas que viabilizam a construção da realidade e o potencial criativo do investigador.

Assim, para analisar as ações estatais de combate à fome no estado do Pará, utilizou-se como método de análise o materialismo histórico-dialético. De acordo com Minayo (2014), o materialismo histórico representa o percurso teórico que aponta a dinâmica do real em uma dada sociedade, enquanto a dialética constitui a abordagem da realidade como um processo histórico em peculiar dinamismo, provisoriedade e transformação. “A dialética é a estratégia de apreensão e de compreensão da prática social empírica dos indivíduos em sociedade (nos grupos, classes e segmentos sociais), de realização da crítica das ideologias e das tentativas de articulação entre sujeito e objeto, ambos históricos” (Minayo, 2014, p. 108). Trata-se, portanto, de um método analítico-investigativo, que parte da aparência imediata e empírica do objeto para alcançar sua essência e suas determinações fundamentais (Netto, 2011).

Neste sentido, a partir da categoria totalidade, a fome na Amazônia Paraense é compreendida, não como uma expressão isolada, mas em suas múltiplas determinações sociais, históricas, políticas e econômicas. Essa perspectiva de totalidade permite analisar a ausência do acesso à alimentação a partir da estrutura macroeconômica que a produz.

A categoria fundamental no materialismo histórico-dialético é a contradição (Triviños, 1987). Na Amazônia Paraense, a contradição manifesta-se de forma latente: de um lado, temos as exuberantes riquezas naturais e minerais e, de outro, a pauperização e a fome da população local. Tal categoria permite desvelar que a fome não é uma disfunção pontual, mas resultado das contradições internas, onde a lógica do lucro se sobrepõe à reprodução da vida.

Complementarmente, a categoria historicidade permite identificar como o capital se apropriou do território amazônico de forma predatória. Ao historicizar o objeto percebe-se que as transformações das relações sociais e a produção da pobreza e desigualdade não são naturais, mas processos construídos historicamente através da exploração do território, culminando na negação do direito à alimentação adequada e saudável.

A alimentação é uma necessidade básica para a reprodução da vida que, para além dos fatores biológicos, apresenta dimensões simbólicas, culturais, históricas e sociais. Nesse sentido, a pesquisa realizada é qualitativa, visto que “(...) ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Minayo, 2002, pp. 21-22).

Martins (2004) define a pesquisa qualitativa como aquela que privilegia a análise de microprocessos, por meio do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, caracterizada pela heterodoxia no momento da análise. Conforme a autora, essa variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador o exercício da intuição e da imaginação, como um trabalho artesanal, visto não só como condição para o aprofundamento da análise, mas também para a liberdade do intelectual.

A trajetória metodológica desta tese fundamenta-se na pesquisa bibliográfica, compreendida como um procedimento necessário para a construção teórica das contradições que permeiam o objeto estudado. Conforme Severino (2013), a pesquisa bibliográfica realiza-se a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Além de utilizar dados ou categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados.

Sendo assim, a partir das categorias que fundamentam o tema proposto, foram efetuadas buscas na Biblioteca Universitária (BU) da UFSC e nas plataformas de Bibliotecas *on-line*, tais como: a Scientific Electronic Library Online (SciELO), o Google Acadêmico e o Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de

Nível Superior (CAPES). Para tanto, utilizou-se os descritores “*Fome*”, “*segurança alimentar*” “*insegurança alimentar*” e “*direito humano à alimentação adequada*”.

A seleção do material priorizou a perspectiva interdisciplinar (Sociologia, Serviço Social, Geografia, Economia Política, Nutrição), visando apreender a totalidade das determinações da fome na realidade brasileira. Destacam-se as contribuições de Castro (1984); Schappo (2008; 2014; 2021) e Valente (1997; 2003; 2021), fundamentais para desvelar a fome como expressão das contradições do capital. Nesse sentido, destaca-se ainda a importância dos autores Hirai (2008; 2009); Campelo e Bortoletto (2022); Burlandy e Costa (2007); Belik (2010) e Burity *et al* (2010) na fundamentação teórica desta tese.

Para a apreensão das categorias “*Estado*” e “*Políticas Sociais*” recorreu-se à tradição teórica crítica, notadamente nas obras de Mascaro (2009), Netto (1992) e Iamamoto (2007, 2008, 2009). Além de autores clássicos do Serviço Social, Pereira-Pereira (2011), Yazbek (2003), Raichelis (2011), cujas análises permitem compreender a política social sob a lógica do Estado neoliberal.

Já para a compreensão da particularidade da realidade da “*Amazônia*”, foram utilizados autores regionais, como Marques (2019), Chaves (2001), Castro (2005, 2006, 2008), Teixeira (2008, 2013), Sá e Nascimento (2012), Trindade Jr (2010, 2015), Pereira (2006), cujas obras e trabalhos possibilitaram compreender o adensamento das expressões da questão social na região. Assim, o arcabouço bibliográfico constituiu a base necessária para a identificar as contradições socioeconômicas e os processos históricos que concorrem para a fome na Amazônia Paraense.

O levantamento de produções teóricas sobre a fome na região amazônica constituiu-se como um grande desafio à efetivação da pesquisa. Para superá-lo, utilizaram-se múltiplas estratégias. As referências bibliográficas foram obtidas por meio da disciplina “*Sociedade, Natureza e Território*” cursada, no segundo semestre de 2021, na modalidade remota, no Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA), o que ofereceu leituras iniciais. Além disso, em novembro de 2022, a pesquisadora realizou uma viagem para Belém, na qual houve a busca por bibliografias nas bibliotecas da UFPA. Adicionalmente, o material teórico utilizado em sua dissertação de mestrado foi retomado como base para a análise das categorias aqui discutidas.

Segundo Gil (1989), a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica, sendo que a diferença reside na natureza das fontes. Enquanto a bibliográfica se baseia em contribuições de diversos autores, na pesquisa documental as

fontes abrangem não somente documentos impressos, mas, sobretudo, outros tipos de documentos, tais como: jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. (Severino, 2013).

Assim, para alcançar os objetivos propostos nesta tese, procedeu-se ao levantamento documental baseado na análise de legislações, decretos e protocolos que versam sobre o direito humano à alimentação e a SAN. Além disso, utilizaram-se fontes de dados secundários, sendo consultados dados demográficos, documentos e relatórios institucionais que permitem apreender a materialidade do objeto estudado. A relação entre a informação buscada, as fontes consultadas e o recorte temporal encontram-se detalhada no quadro abaixo:

Quadro 1 - Sistematização da pesquisa documental

Dimensão de Análise	Tipo de Informação / Documentos	Fonte (instituição)	Marco Temporal
Caracterização socioeconômica e étnico-cultural (Relacionada ao Objetivo Geral e Objetivo Específico “a”)	Indicadores demográficos. Dados sobre os povos e comunidades tradicionais. Indicadores de vulnerabilidade social. Dados sobre o acesso à infraestrutura (energia elétrica, internet e serviços de telefonia). Dados sobre o preço dos alimentos. Indicadores sobre o meio ambiente (desmatamento, garimpo, terras públicas e entre outros). Dados sobre as atividades econômicas no Pará (GINI, mercado de trabalho, PIB e entre outros).	ABCB; EMBRAPA; FAPESPA; DIEESE; IBGE (IPCA-15, PNAD Contínua e Censos); IEMA; INPE; IPAM.	1976-2025
Panorama da Insegurança Alimentar (Relacionados ao Objetivo Específico “a” e “b”)	Dados estatísticos sobre a prevalência de fome (mundial, nacional e no estado do Pará), carências nutricionais, obesidade (adulta e infantil) e mortalidade infantil.	FAO/ONU; Rede PENSSAN; MS (VIGITEL Brasil, Mortalidade Infantil e Paineis Epidemiológicos); IBGE (PNAD Contínua) e Atlas Mundial da Obesidade.	1996-2035
Marcos Legais e Normativos da SAN (Relacionados ao Objetivo Específico “c”)	Leis, Decretos, Planos Nacionais e Estaduais de SAN	Diários Oficiais da União; MDS; MS; MEC; LOSAN; CONSEA; CAISAN-PA;	1979-2025
Gestão e Intersetorialidade (Relacionado ao Objetivo Específico “c”)	Relatório de Gestão, notas técnicas, normativas de programas governamentais e financiamentos (nacionais e estaduais) e ações intersetoriais no Pará.	MDS; MS; MEC; SEASTER-PA; SESP; SEDUC-PA; SEMAS-PA; Comunica BR; ÓAÊ; FIAN Brasil.	1990-2025

Fonte: Elaboração da autora (2025).

No item *Fonte (instituição)*, foram apresentadas apenas as siglas das instituições no intuito de tornar o quadro menos denso; as referidas as siglas encontram-se detalhadas na *Lista de Abreviaturas e Siglas* desta tese. Já o *Marco Temporal* refere-se ao período de publicação ou vigência dos documentos analisados, o que permite apreender a trajetória histórica das ações e indicadores no território paraense. A busca por dados estatísticos e indicadores sociais específicos, principalmente sobre as Regiões de Integração (RI) constitui-se como um grande desafio na realização da pesquisa. Nesse contexto, destaca-se a relevância da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), cujas publicações e boletins estatísticos constituíram a base documental predominante para a análise da realidade regional. Foram analisados 13 documentos desta instituição, priorizando as informações mais recentes disponíveis, os quais forneceram os subsídios necessários para a compreensão da conjuntura socioeconômica, histórica, política e territorial da realidade do estado, incidindo diretamente na análise do acesso à alimentação da população paraense.

Embora a análise dos marcos normativos e indicadores socioeconômicos tenha fornecido subsídios para a compreensão da conjuntura regional, as fontes secundárias, por sua natureza institucional, apresentam limites no desvelamento das contradições inerentes à execução destas políticas no âmbito da sociedade capitalista. Diante disso, optou-se por avançar para a pesquisa de campo. Como pontuam Minayo e Sanches (1993, p. 245), “o material primordial da investigação qualitativa é a palavra que expressa a fala cotidiana, seja nas relações afetivas e técnicas, seja nos discursos intelectuais, burocráticos e políticos”. Com base em Minayo (2014), o *campo*, na pesquisa qualitativa, é o recorte espacial definido pelo pesquisador, que abrange, em termos empíricos, o recorte teórico correspondente ao objeto de investigação. Nesse sentido, ao compreender a promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável na transversalidade e considerar o arcabouço teórico problematizado, foi realizada uma pesquisa de campo com a participação de quatro (4) entrevistados: gestores/técnicos das políticas sociais de saúde (1), educação (1), segurança alimentar (1) e meio ambiente (1), os quais atuam em serviços e programas que promovem o direito à alimentação no estado do Pará.

A escolha por estas áreas justifica-se por constituírem o conjunto das condições materiais e sociais necessárias para a reprodução da vida. Nessa perspectiva, compreende-se que o acesso à alimentação perpassa necessariamente pela garantia desses direitos

fundamentais. Assim, a intersetorialidade entre tais políticas permite apreender as contradições que atravessam a realidade paraense na efetivação do direito humano à alimentação adequada e saudável. Já a opção pelas entrevistas com gestores/técnicos, fundamenta-se no papel que estes desempenham na operacionalização desse trabalho intersetorial. Como sujeitos que atuam na mediação entre as diretrizes do Estado e a execução prática, esses atores oferecem uma visão qualificada sobre os limites e possibilidades na articulação dessas políticas, permitindo identificar entraves e disputas de interesses que dificultam o combate à fome no território paraense.

O recrutamento dos entrevistados ocorreu após a identificação dos referidos gestores, estabeleceu-se contato por *e-mail*, ligação telefônica ou via WhatsApp, apresentando a proposta do estudo e o convite para participação na pesquisa. A comunicação inicial foi dificultada pela ausência de retorno dos *e-mails* e mensagens eletrônicas, o que levou a utilização de meios informais, como o *chat* do Instagram e contatos do WhatsApp, obtidos com colegas que conheciam pessoas próximas a esses gestores. Vale destacar que, durante a sua viagem a Belém, a pesquisadora visitou pessoalmente a Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional (DISAN), onde conheceu os técnicos e o trabalho desenvolvido pela instituição, apesar de, naquele momento, ainda não ter qualificado o seu projeto e definido a sua metodologia. Os critérios de participação exigiam que o entrevistado fosse gestor das políticas sociais selecionadas (saúde, educação, segurança alimentar e meio ambiente), atuando na coordenação de programas e/ou serviços que promovem o direito à alimentação no estado do Pará. Caso o referido gestor não estivesse disponível, um técnico do setor indicado por ele era selecionado. Destaca-se ainda que apenas o aceite não era o suficiente para inclusão do entrevistado. Além do aceite verbal, era necessário a formalização ética da pesquisa. Sendo assim, aqueles que consentiram em participar, mas se recusaram a assinar os documentos para submissão no Comitê de Ética foram excluídos.

Inicialmente, a pesquisa despertou interesse nos gestores. No entanto, o tratamento e a participação não caminharam de forma homogênea. O processo de interlocução com as áreas da saúde e educação caracterizou-se pela prontidão e disponibilidade institucional. Nessas políticas, o primeiro contato via *WhatsApp* foi suficiente para anuência dos gestores, que demonstraram abertura imediata ao estudo em questão. A agilidade no agendamento e a recepção favorável aos procedimentos éticos permitiram que essas entrevistas fossem as primeiras a compor o acervo de dados da pesquisa de campo. Essa receptividade diferenciada nas políticas de saúde e educação pode ser

compreendida pela identidade profissional dos sujeitos participantes. Por serem nutricionistas, as referidas gestoras possuem vinculação direta com a temática da segurança alimentar e nutricional, o que gerou uma pronta identificação com o objeto de estudo, facilitando a adesão imediata e a fluidez no processo de coleta de dados.

O movimento oposto ocorreu com as políticas de meio ambiente e segurança alimentar, no qual apresentou desconfianças e resistências, exigindo mediações complexas e particulares para cada instituição. O esforço inicial concentrou-se na Diretoria de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais (DIMUC). Sabe-se que as alterações climáticas têm impactado a segurança alimentar e nutricional da população mundial. Diante disso, a pesquisadora entrou em contato com a DIMUC via e-mail, informando sobre o seu estudo e convidando a gestão para participar da pesquisa, porém, não obteve resposta. Sendo assim, a pesquisadora tentou contato com a gestora do referido setor, de modo informal, pelo chat de mensagem do Instagram. Embora houvesse um interesse preliminar e a promessa de indicação de um técnico para participar da pesquisa, isso não ocorreu. A pesquisadora informou seu contato telefônico e endereço eletrônico, mas não obteve retorno. Diante da ausência de contato, a pesquisadora procurou outro setor da SEMAS para a realização de seu estudo. Considerando o acesso à água como um recurso fundamental na garantia do direito à alimentação, a pesquisadora optou pela Diretoria de Recursos Hídricos. Desse modo, a pesquisadora encaminhou um e-mail à gestão do referido setor, informando sobre o seu estudo e convidando-a para participar da pesquisa, porém, não houve retorno.

De maneira informal, a pesquisadora entrou em contato com uma colega que atua na área da engenharia ambiental e, por meio dela, obteve o contato de uma técnica que trabalha na SEMAS. Essa técnica, por sua vez, não atuava na Diretoria dos Recursos Hídricos, mas encaminhou o contato do profissional que trabalha no setor.

Sendo assim, foi entrado em contato com o referido técnico. No primeiro momento, a proposta foi acolhida com entusiasmo. Entretanto, após informar a sua gestão sobre a pesquisa, o tratamento mudou. Por se tratar de um ano eleitoral, e considerando o evento da COP 30 que ocorrerá em Belém, a pesquisadora foi vista com desconfiança. Diante disso, ela apresentou a sua metodologia e todo o procedimento ético da pesquisa, o que deixou o profissional confortável em participar da pesquisa.

A aproximação com a Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional (DISAN) iniciou-se em novembro de 2022, durante a viagem a Belém. Nessa ocasião, a pesquisadora foi pessoalmente até o prédio da Secretaria de Assistência Social, Trabalho,

Emprego e Renda (SEASTER), onde conheceu os técnicos e o trabalho desenvolvido pela DISAN. Naquele momento, a pesquisadora estava no processo de escrita de seu projeto de qualificação, definindo sua metodologia. Porém, relatou a sua proposta de estudo, sendo aceita com entusiasmo pelos profissionais. Os técnicos informaram que a instituição não possui um banco de dados específico ou indicadores sociais que lhes permitam quantificar ou traçar um perfil da população atendida. Assim, alegaram que pesquisa ora apresentada contribuirá para o desenvolvimento de suas ações.

Após a qualificação do seu projeto, a pesquisadora retomou o contato com a direção do DISAN e foi parabenizada pela aprovação do seu estudo. Porém, após informar sobre os procedimentos metodológicos e éticos para realização da pesquisa, a pesquisadora foi ignorada pela gestão. Suas mensagens via aplicativo do WhatsApp não foram respondidas, apenas visualizadas. Diante dessa ausência de resposta, ela tentou contato com um técnico que lhe recepcionou na SEASTER, mas obteve o mesmo tratamento. Com isso, entrou em contato com uma profissional do Serviço Social que, inicialmente, mostrou-se interessada, mas, após conhecer a metodologia e os procedimentos éticos, demonstrou receio em participar da pesquisa, fazendo menção à sua coordenação. Sendo assim, a pesquisadora entrou em contato com a gestão que lhe foi sugerida e, finalmente, conseguiu realizar a entrevista.

Como foi dito anteriormente, o roteiro de entrevista foi enviado previamente para apreciação dos entrevistados. Nesse primeiro momento, o Entrevistado 4 não compreendeu a metodologia utilizada, e encaminhou o roteiro já respondido. Sendo assim, a pesquisadora explicou, novamente, que se tratava de uma entrevista on-line, via plataforma Google Meet, e ressaltou os procedimentos éticos para realização da pesquisa. Feito os devidos esclarecimentos, o Entrevistado 4 consentiu e procedeu conforme as normativas éticas.

Cabe destacar que esse sentimento de desconfiança, manifestado especialmente especificamente no âmbito das políticas de meio ambiente e segurança alimentar, somado a outros fatores – como as demandas das instituições, os compromissos dos gestores, questões políticas relacionadas ao ano eleitoral e a movimentação do estado na preparação da 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), que aconteceu em Belém (PA), em novembro de 2025 – ocasionaram o atraso do cronograma de submissão do projeto ao Comitê de Ética.

Realizadas as mediações necessárias para o acesso ao campo, procedeu-se à coleta de dados. Como técnica optou-se pela entrevista semiestruturada, a qual, segundo Triviños (1987, p. 146):

Podemos entender por *entrevista semi-estruturada*, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Visando favorecer essa participação e reduzir as resistências observadas no recrutamento, a pesquisadora utilizou a estratégia de envio prévio do roteiro (via *e-mail* ou WhatsApp) para apreciação. Esse procedimento garantiu que o participante estivesse ciente do conteúdo das perguntas, assegurando-lhe que não seria exposto e que as perguntas não tinham o objetivo de constrangê-lo, isso lhe permitiu sentir-se confortável para participar da pesquisa. Esse método mostrou-se positivo, pois assim os gestores se sentiram mais confortáveis para participar da pesquisa. Por outro lado, o conhecimento antecipado das perguntas resultou em respostas prontas e elaboradas, com a citação de legislações e argumentos bem construídos. A pesquisadora, no entanto, avalia esse aspecto como algo positivo, pois a realização do estudo impulsionou o entrevistado a buscar informações sobre o direito à alimentação e à política estadual de SAN.

As entrevistas foram realizadas em ambiente virtual, pela plataforma Google Meet, sendo gravadas em áudio e/ou vídeo, e, posteriormente, transcritas. A escolha por entrevistas on-line foi uma alternativa frente à distância geográfica, visto que a pesquisadora reside, atualmente, em Santa Catarina. A opção por essa modalidade se tornou necessária após a recusa de financiamento do seu projeto de qualificação no Edital Nº 32/2023 – Bolsas no País do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), devido a sua condição, na época, de bolsista CAPES. Adicionalmente, a posse da pesquisadora em um concurso público da Prefeitura Municipal de Biguaçu impossibilitou a realização das entrevistas presencialmente. O link de acesso à sala de reunião foi gerado pela pesquisadora e enviado ao entrevistado, no dia e horário combinados. A recusa na gravação da entrevista contou como critério de exclusão, visto que a coleta deste material era de suma importância para análise. Essa etapa da pesquisa ocorreu durante o ano de 2024.

Apesar de ter sido a única alternativa viável, a realização de entrevistas na modalidade remota apresentou limitações. Devido ao fato de alguns gestores estarem em seu local de trabalho, as entrevistas foram, por vezes, rápidas, o que dificultou a obtenção de informações mais aprofundadas em certos momentos. Em contrapartida, as entrevistas realizadas fora do horário de expediente proporcionaram maior liberdade de expressão para os entrevistados. Independentemente do contexto da coleta, observaram-se discursos burocráticos e respostas prontas pautadas em normativas. Todavia, a estratégia de manter um item aberto no roteiro foi fundamental para identificar as contradições no âmbito das políticas públicas. Foi nesse espaço de manifestação espontânea que os profissionais transcenderam as respostas elaboradas e apresentaram elementos que viabilizaram o aprofundamento desta análise.

Após a transcrição integral das entrevistas, o tratamento dos dados foi orientado pela análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), percorrendo as etapas de pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados por meio da inferência e interpretação. Sobre o rigor desse procedimento, a autora destaca:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 2011. p, 48)

Essa técnica, conforme aponta Minayo (2002), permite não apenas verificar as hipóteses e/ou as questões norteadoras da pesquisa, mas também o que está por trás dos conteúdos manifestos. Para tanto, a análise não se restringiu ao material transcrito, mas operou por meio da triangulação de dados. Segundo Yin (2016), a triangulação refere-se ao objetivo de buscar ao menos três modos de verificar ou corroborar um determinado evento, descrição, ou fato que está sendo relatado por um estudo. Para o autor, tal corroboração serve como uma outra forma de reforçar a validade de um estudo.

Nessa perspectiva, a articulação da percepção dos entrevistados (pesquisa de campo) à fundamentação teórica (pesquisa bibliográfica) e ao arcabouço dos documentos e dados estatísticos do Pará (pesquisa documental), permitiu relacionar as falas dos gestores/técnicos com a materialidade das normativas e os indicadores sociais, possibilitando uma apreensão crítica da totalidade do objeto à luz do materialismo histórico-dialético.

Em observância aos preceitos éticos, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH/UFSC). Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) de nº 82980324.2.0000.0121 – em 29 de agosto de 2024, e foi aprovado, conforme o Parecer de nº 7.189.277. Sendo assim, foi elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e enviado ao entrevistado por *e-mail* ou WhatsApp para assinatura digital. O documento informava sobre os direitos do participante, os riscos e os benefícios da pesquisa, o armazenamento dos dados coletados e se autorizavam/concordavam com a gravação da entrevista. Além disso, o referido termo assegurava aos entrevistados a privacidade, o sigilo e anonimato de sua identidade, não havendo exposição de sua imagem, nome, cargo, instituição, ou qualquer outra informação que pudesse identificá-lo. Para isso, foram utilizados pseudônimos, ou seja, nomes fictícios, resguardando a sua identidade. Sobre a guarda e armazenamento dos dados, os registros escritos e gravados ficaram arquivados no computador pessoal, em pasta local sem acesso à internet, acessado somente pela pesquisadora. As informações fornecidas foram analisadas em caráter estritamente científico, sendo tratadas de forma anonimizada, conforme Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Considerando o percurso metodológico delineado, a tese está estruturada da seguinte forma: ainda nesta seção *introdutória* contém os objetivos gerais e específicos e a descrição da metodologia utilizada na pesquisa.

O segundo capítulo, denominado *Josué de Castro e a fome na Amazônia*, faz uma análise da área amazônica à luz da obra clássica do autor, *Geografia da fome*. Além disso, discorre sobre a trajetória sócio-histórica da região, apresentando os sucessivos ciclos destrutivos para o desenvolvimento regional. O capítulo destaca ainda a agricultura de sustentação e a necessidade de uma reforma agrária, opondo-se ao agronegócio e grandes empreendimentos capitalistas que visam à maximização do lucro.

Na terceira seção, nomeada *A (IN) Segurança Alimentar na Amazônia: Estado capitalista e políticas públicas*, é apresentado o conceito e a trajetória da política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no país. O texto aborda as categorias Estado, políticas públicas e rede intersetorial em diálogo com a SAN. Neste mesmo capítulo, são discutidas as políticas públicas destinadas à região amazônica e a articulação intersetorial no território.

O quarto capítulo, *O direito humano à alimentação adequada e saudável e o enfrentamento da fome no estado do Pará*, discorre sobre a categoria direitos humanos

com ênfase no direito à alimentação adequada e saudável. Além disso, são apresentados os resultados da pesquisa, destacando as iniciativas públicas no âmbito das políticas de saúde, educação, meio ambiente e segurança alimentar e nutricional, além dos desafios propostos na promoção do direito à alimentação no Pará.

As considerações finais, a última seção da tese consiste numa síntese dos resultados obtidos, na apresentação dos objetivos da tese e das reflexões construídas e problematizadas.

2. JOSUÉ DE CASTRO E A FOME NA AMAZÔNIA

*A culpa é da mentalidade
 Criada sobre a região
 Por que que tanta gente teme?
 Norte não é com M
 Nossos índios não comem ninguém
 Agora é só hambúrguer
 Por que ninguém nos leva a sério?
 Só o nosso minério (Mosaico de Ravena, 1997)*

O objetivo desta seção é apresentar as contribuições de Josué de Castro para compreender a fome na região amazônica. Para isso, o capítulo foi subdividido em três itens: o primeiro, “*Análise da área amazônica na obra Geografia da Fome*”, apresentará a análise da área amazônica feita pelo autor, traçando um paralelo com o atual cenário da região para demonstrar a atualidade do seu pensamento. No segundo, “*Os sucessivos ciclos destrutivos na trajetória sócio-histórica da Amazônia*”, será feita a análise do contexto histórico, social, econômico e político da região, destacando os ciclos destrutivos que contribuíram para o seu subdesenvolvimento e, conseqüentemente, para o empobrecimento e a fome da população. Por fim, o terceiro item, “*Floresta, alimentação e agricultura de sustentação*”, discutirá a proposta política de reforma agrária de Josué de Castro, a agricultura de sustentação e o combate ao latifúndio e à monocultura, com ênfase na atual conjuntura da região amazônica.

2.1 ANÁLISE DA ÁREA AMAZÔNICA NA OBRA GEOGRAFIA DA FOME

Josué Apolônio de Castro (1908-1973), pernambucano, diplomado em medicina, atuou como médico e geógrafo, professor, cientista social, político e escritor. Além da medicina e geografia, Josué de Castro dedicou-se aos estudos de outras áreas de conhecimento como a nutrição, psicologia, história, filosofia, antropologia, sociologia, educação, artes, economia política, ecologia e relações internacionais (Nascimento, 2021). Sua trajetória de vida, a infância na cidade de Recife e a experiência como médico, contribuíram para que o intelectual pernambucano voltasse o seu olhar para o tema da

fome (Schappo, 2008; 2014). A partir da interdisciplinaridade de seus estudos, foi possível incorporar em sua abordagem os aspectos sociais, políticos, econômicos, históricos e culturais nas suas análises. Nessa perspectiva, Josué de Castro desnaturaliza a concepção de fome, até então entendida como resultado de calamidades e adventos climáticos, compreendendo-a como resultado da ação humana e da estrutura socioeconômica implantada no país. É nesse contexto que nasce sua obra clássica *Geografia da Fome*.

Essa obra foi publicada em 1946 e Josué de Castro, utilizando-se do método geográfico de mapeamento, identificou cinco diferentes áreas alimentares no Brasil, bem caracterizadas e assim distribuídas: 1) Área Amazônica; 2) Área da Mata do Nordeste; 3) Área do Sertão do Nordeste; 4) Área do Centro-Oeste; e 5) Área do Extremo Sul. O referido autor considera áreas de fome aquelas cuja metade da população apresenta nítidas manifestações de carência nutricional, sejam essas permanentes (áreas de fome endêmica) ou transitórias (área de epidemia de fome). Nesses termos, entre as áreas que compõem o mosaico alimentar brasileiro, Castro (1984) considerou a Área Amazônica, assim como o Nordeste Açucareiro e o Sertão Nordestino, áreas nitidamente de fome. Essas regiões receberam um capítulo à parte em sua obra, sendo a Amazônia o primeiro local a ser analisado.

Conforme Castro (1984), a região Amazônica representa, sob o ponto de vista ecológico, um tipo unitário de área alimentar muito bem caracterizado, tendo como alimento básico a farinha de mandioca. Trata-se de um hábito alimentar herdado pelos indígenas, todo o processo de produção e consumo desse alimento envolve saberes, conhecimentos e técnicas tradicionais repassados de geração em geração (MUNIZ, 2015). Portanto, a farinha de mandioca, assim como o açaí, para além da alimentação, são elementos importantes na construção da identidade sociocultural dos povos amazônicos.

Outro ponto destacado pelo autor refere-se à densidade geográfica. Com uma abordagem objetiva, Castro (1984) afirma que a alarmante desproporção entre a desmedida extensão de terras amazônicas e a exiguidade de pessoas, reside a primeira tragédia da região. Para o referido autor, a ausência de recursos técnicos e de uma via de transportes são fatores que dificultam o desenvolvimento local e regional. A distribuição populacional no território brasileiro é heterogênea e apresenta disparidades espaciais entre as regiões. De acordo com o IBGE (2022), a Região Sudeste é a mais povoada do país, no ano de 2022 apresentou população residente de 84.840.113 e densidade demográfica de 91,76 habitantes por km². O oposto se observa na Região Norte que, no

mesmo ano, apresentou população residente de 17.354.884 e a densidade demográfica de 4,51 habitantes por km², sendo a menor do Brasil, portanto, a região menos povoada (IBGE, 2022).

O território amazônico é vasto e plural, um verdadeiro mosaico, composto por áreas de estradas, de ilhas, zonas rurais e urbanas, florestas, entre outros, o que explica sua baixa densidade populacional. A dimensão territorial e as características socioespaciais de cada área são particularidades regionais que necessitam de olhares diferenciados na leitura da realidade. As diferentes distâncias intermunicipais exigem mais de uma rede de transporte para o deslocamento (terrestre, fluvial e aéreo). O custo dessa locomoção e a diversidade étnico-cultural (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, pescadores artesanais, entre outros) são aspectos importantes que devem ser considerados no âmbito do desenvolvimento local e na elaboração de políticas públicas (Fernandes, 2020).

Retomando a análise da Área Amazônica na obra *Geografia da Fome*, Josué de Castro (1984) afirma que desde os primeiros tempos de ocupação do vale amazônico o reino de Portugal começou a incentivar nesta região da colônia “a colheita da droga”. As chamadas “drogas do sertão” eram produtos extraídos da floresta, tais como: cacau, gengibre, cravo, castanha-do-pará, guaraná, salsa, tabaco, entre outros, sendo exportados e comercializados na Europa. Assim, estabeleceu-se, no período colonial, a dinâmica de exploração da Amazônia, baseada no modelo econômico extrativista, em que as matérias-primas eram expropriadas para fins de exportação, visando a atender unicamente os interesses das metrópoles europeias.

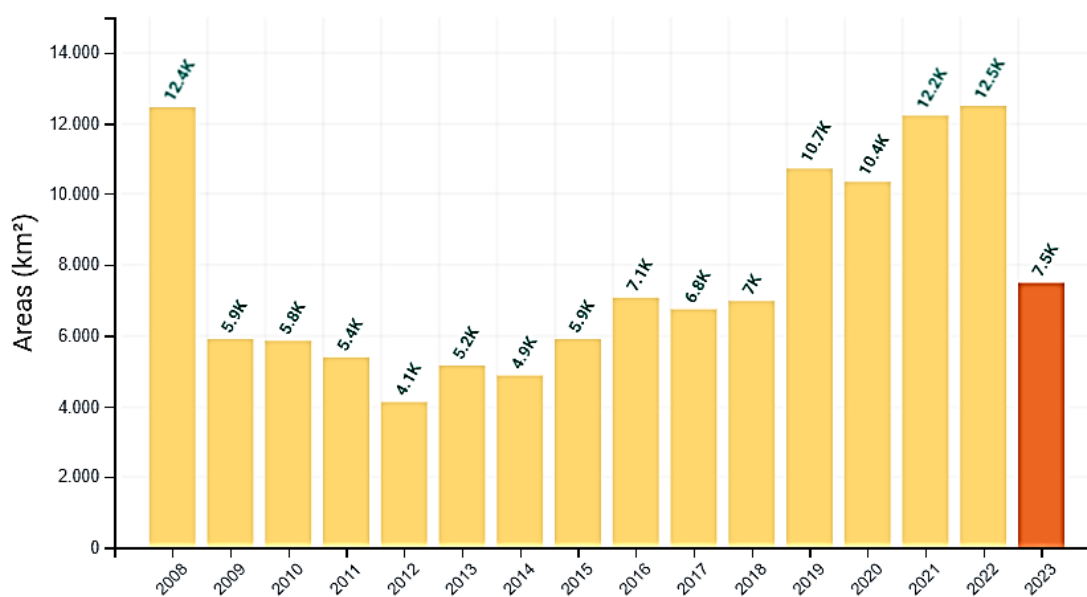
E daí em diante nunca a Amazônia conseguiu sair de sua economia de colheita de produtos de floresta, dessa enganosa sedução da riqueza do verde. Riqueza que fez a miséria do Amazonas, como o verde da cana a do Nordeste, e como o amarelo do ouro das minas, a do país inteiro (Castro, 1984. pp. 62-63).

Segundo Acosta (2016), esse extrativismo foi indispensável para o desenvolvimento industrial e o bem-estar do Norte global. A economia mundial – o sistema capitalista – estruturou-se a partir dessa modalidade de acumulação. E isso foi feito sem levar em conta a sustentabilidade dos projetos extrativistas ou o esgotamento dos recursos naturais. Conforme o referido autor, apesar das enormes dimensões econômicas dessa atividade, ela gera um benefício nacional muito escasso, visto que a sua produção não se destina ao consumo do mercado interno, mas sim à exportação.

Sobre a alimentação na Amazônia, Josué de Castro (1984) afirma que, em decorrência dos poucos recursos e do uso rudimentar de técnicas agrícolas, estabeleceu-se uma cultura primitiva de produtos alimentares, como a mandioca, o milho, o arroz e o feijão. Conforme o autor, trata-se de culturas insignificantes, em pequenas áreas da floresta conquistadas a partir do processo de queimadas, atividade essa herdada pelos indígenas, sendo as sementes lançadas no solo mal preparado, ainda entulhado de troncos, galhos e garranchos meio carbonizados.

Essa prática das queimadas é histórica na região, sendo uma técnica utilizada até os dias atuais, pelos povos amazônicos e também por pequenos agricultores familiares. Há uma falácia no senso comum que atribui a problemática do desmatamento na Amazônia a essa atividade tradicional. No entanto, estudos demonstram que a pecuária e o garimpo ilegal são os maiores responsáveis pelos incêndios florestais (Alencar *et al.*, 2022; Castro e Castro, 2022; Alencar, 2022; Silva, Nascimento e Sá, 2023). De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), houve um alarmante aumento do desmatamento na região amazônica, especialmente a partir do ano de 2019 (INPE, 2023). Segundo Alencar *et al.* (2022), a perda de floresta entre 2019 e 2021 ultrapassou os 10 mil km² ao ano, número 56,6% maior que a média anual do período anterior, 2016 a 2018. Vejamos, a seguir, o gráfico das áreas desmatadas anualmente na Amazônia.

Figura 1 – Incrementos de desmatamento na Amazônia, entre os anos 2008 e 2023



Fonte: INPE (2023).

Esses indicadores correspondem aos estados que compõem a região Norte do país (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Conforme os dados acima, o ano de 2008 apresentou grande número de áreas desmatadas, porém, no ano seguinte, houve uma redução significativa disso. Entre 2009 e 2012, há um decréscimo no número de áreas desmatadas, sendo que 2012 foi o ano que apresentou o menor número de todo o período analisado. Entre 2013 e 2015, houve uma ondulação no nível de desmatamento, já em 2016, teve um considerável aumento no número de matas destruídas. Entre 2018 e 2019, observa-se um salto no desmatamento, são mais de 3 mil km² em apenas um ano. Entre 2019 e 2022, houve um considerável avanço nas áreas desmatadas, sendo que 2022 registrou o maior número de destruição de todo o período analisado. Já em 2023, esse indicador foi novamente reduzido, correspondendo a 7.5 mil km² de área desmatada.

Outro dado importante é sobre as áreas afetadas pelo desmatamento. Conforme Fellows *et al.* (2021), as terras indígenas estão entre as categorias fundiárias com menores taxas de desmatamento e de incidência de fogo na região amazônica. De acordo com os autores, em 2019, o percentual de áreas destruídas em territórios indígenas foi de 5% e o número de focos de calor foi de 7%. No ano seguinte, houve uma redução no percentual de áreas desmatadas, correspondendo a 3%. Já o número de focos de calor teve aumento de um 1%, sendo, portanto, de 8%. Segundo Fellows *et al.* (2021), o desmatamento nas terras indígenas, embora apresente um percentual baixo comparado com a totalidade das áreas desmatadas, é bem concentrado em territórios que são marcados historicamente por atividades mineradoras – como é o caso dos Yanomami em Roraima e os Kayapó e Munduruku no Pará – alvos de invasão, grilagem e outras atividades ilegais que ameaçam a vida e a dignidade dessas populações.

Em contrapartida, conforme Alencar *et al.* (2022), as terras públicas são a categoria fundiária que apresenta maiores percentuais de desmatamento. De acordo com os autores, mais da metade do desmatamento no bioma amazônico, ocorrido no triênio 2019-2021, foi em terras públicas, correspondendo a 51% das áreas destruídas. As terras públicas, como o próprio nome infere, são de domínio do Estado e sem destinação. Isso revela, entre outras coisas, que a principal causa do desmatamento na região é a ocupação ilegal de terras, sobretudo nas áreas de florestas que são convertidas em pastagens decorrentes da pecuária.

Segundo a FAPESPA (2023a), entre os anos de 2018 e 2022 houve um considerável aumento no efetivo de rebanho bovino em todas as macrorregiões brasileiras. Em 2022,

a região Norte ocupou a 2ª colocação neste setor, precedido apenas da região Centro-Oeste. Portanto, os povos e comunidades tradicionais não são os responsáveis pelo assustador aumento do desmatamento na região, os dados são unânicos em demonstrar que o uso predatório da terra em atividades ilegais, como o garimpo, a invasão dos territórios indígenas, a exploração da madeira, mas, sobretudo, a pecuária, é a principal causa desse avanço, bem como da degradação ambiental, de modo geral.

Além disso, é importante destacar que a conjuntura política do Brasil nesse período concorreu para esse cenário de destruição, especialmente a partir de 2019, com o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Em apoio aos grandes latifundiários, o até então presidente adotou uma série de iniciativas, tais como: ampliação do uso de agrotóxicos; alterações no código florestal que flexibilizam os licenciamentos; enfraquecimento dos órgãos de fiscalização ambiental; redução nas áreas de preservação; rejeição à demarcação das terras indígenas para investimentos em agricultura e mineração, entre outras. Essas medidas perversas não somente contribuíram para o aumento do desmatamento e das queimadas na Amazônia e, conseqüentemente, para as mudanças climáticas e o aquecimento global, como também intensificaram os conflitos por terra e a violência no campo. A temática ambiental será retomada e discutida no item 2.2 desta tese.

Retomando as análises de Josué de Castro (1984), o autor afirma que, em decorrência dos poucos recursos agrícolas, a alimentação amazônica é pouco trabalhada e pouco atraente, apresentando em suas características, até os dias de hoje, a predominância da influência cultural indígena sobre as culturas portuguesa e a negra, que também participaram da sua formação. Sobre a participação negra na formação social da Amazônia, Josué de Castro destaca que foi bem insignificante, a esse respeito diz o seguinte:

Em seu povoamento inicial, o elemento negro era raríssimo e a política de colonização que aí se exerceu durante largo tempo sob a influência do Marquês de Pombal determinou enérgicas medidas para preservar o caldeamento amazônico do sangue africano. Na recente onda povoadora que, a partir dos fins do século passado, se abateu sobre a Amazônia, atraída pelo *rush* da borracha, também o negro esteve quase ausente, desde que seu elemento predominante fora o sertanejo nordestino, tipo étnico também quase isento de contatos sanguíneos recentes com os povos africanos (Castro, 1984. pp. 63-64).

De acordo com Marques (2019), a exploração do trabalhador negro capturado da África é um ponto pouco destacado na história amazônica. Como já mencionado por

Josué de Castro, em termos quantitativos, a presença dos negros escravizados na Amazônia foi menor do que em outras regiões do Brasil. Conforme Marques (2019), isso ocorreu porque a economia amazônica dos primeiros séculos de ocupação portuguesa, sustentada por um extrativismo primário e sazonal, além de distante do centro econômico da colônia brasileira, era pouco capitalizada e com baixa monetização. Essa fragilidade econômica diminuía a capacidade dos produtores locais de comprar escravos africanos, uma mercadoria até então cara na aquisição. Assim, foi mais fácil recorrer ao trabalhador indígena para escravizá-lo, ou, ainda que formalmente livre, colocá-lo numa condição muito próxima à escravidão (Marques, 2019).

Nessa perspectiva, Leal (2010) aponta que o embate entre os religiosos e colonos civis ocultava, na verdade, uma disputa pelo controle dessa força de trabalho. Nesse cenário, a suposta “proteção” jesuíta aos indígenas revelou-se uma construção ideológica que visava apenas transferir o controle do sistema produtivo para as missões. A hipocrisia desse processo materializa-se na figura do padre Antônio Vieira, que, ao defender a liberdade dos indígenas, propunha simultaneamente a introdução de escravos africanos como substituto. Para Leal (2010), tal distinção evidencia que, sob a lógica do capital mercantil, negros e indígenas eram reduzidos à condição de objetos, cuja forma de exploração – fosse a escravidão direta ou a “domesticação” religiosa – era definida unicamente pela eficácia na extração do excedente e na manutenção do poder parasita do colonizador.

É importante destacar que, embora a economia regional limitasse a comercialização de escravos africanos, a presença negra na Amazônia não foi insignificante. Segundo Salles (1971), a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada em 1755, em seus 22 anos de existência, introduziu apenas no Pará 12.587 escravos negros importados diretamente da África. De acordo com Baena (1969), desde a extinção desta Companhia de Comércio, em 1779, no governo de João Pereira de Caldas, até os dias de Conde de Vila Flor, em 1820, foram importando 38.232 escravos no estado do Pará. Nessa perspectiva, Salles (1971) afirma que até 1820 o Pará recebeu 53.217 escravos africanos. Assim, o referido autor conclui que de 1792 até 1820, houve um notável incremento do tráfico e que ingressaram no Pará 30. 717 indivíduos, resultando a média anual de 1.096 escravos.

Josué de Castro (1984) faz novamente destaque à farinha de mandioca, regionalmente chamada de farinha d'água, como alimento básico da população amazônica. Conforme o autor, o seu preparo, a partir de técnicas tradicionais indígenas,

proporcionou ao produto maior riqueza em polvilho e, portanto, maior valor calórico do que o da farinha produzida em outras áreas mais para o Sul.

A farinha de mandioca é um complemento quase obrigatório na dieta alimentar dos povos amazônicos. Ela é consumida com o arroz, o feijão, com os frutos da região, especialmente o açaí, peixes, carnes, entre outros. Além disso, é também utilizada no preparo de outras receitas, Josué de Castro cita como exemplo o chibé, um pirão feito da mistura da farinha com água, acompanhado, geralmente, de peixe salgado. Outro exemplo é o caribé, um tipo de mingau muito característico da região, além de outros alimentos que são preparados à base da mandioca.

Castro (1984) faz referência ao beiju e compara o seu preparo com os métodos culinários feitos com o milho pelos indígenas da América Central e do México. Além desse, têm outros alimentos derivados da mandioca e que compõem a culinária amazônica, tais como: o tucupi (um molho extraído da raiz da mandioca que é utilizado no preparo de outros pratos como o tacacá), a maniçoba (feito da maniva, a folha da mandioca moída) e a tapioca (feita com a goma da mandioca). Nessa perspectiva, entende-se que a mandioca é um elemento de suma importância na cultura alimentar amazônica e na construção da identidade regional. A planta é aproveitada de variadas formas, especialmente na produção de farinha. Presente em quase todas as mesas, a farinha de mandioca representa também a soberania alimentar das comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos e entre outras) e da agricultura familiar, visto que ao produzi-la estão valendo-se do direito de reproduzir seu modo de vida, sua cultura e seus hábitos alimentares (Muniz; Dias, 2021).

Segundo Castro (1984), a área amazônica é quase que inteiramente coberta pelas plantas e restringindo-se à vida animal. Por esse motivo, as possibilidades da caça para o abastecimento alimentar são limitadas. A pesca rende muito mais e contribui para a dieta local com elementos mais ricos e variados. O referido autor faz referência às variadas espécies de peixes da região e destaca a diminuição da riqueza piscícola em decorrência de práticas destrutivas de pesca.

A prática da pesca na Amazônia é uma atividade de grande importância econômica e sociocultural para a região, sendo a principal fonte de alimento e renda dos povos amazônicos, especialmente das comunidades ribeirinhas, seu manejo envolve conhecimentos dos ciclos da natureza, saberes e técnicas tradicionais. Além disso, essa atividade produtiva é guiada pela relação homem-natureza, baseada na lógica temporal do meio ambiente como, por exemplo, a reprodução e a migração das espécies aquáticas,

o fenômeno das marés, a influência da lua no corte da madeira, entre outros (Lira; Chaves, 2016; Noda *et al.*, 2001). Por esse motivo, a prática da pesca é um elemento fundamental na construção da identidade dessas populações.

A partir da década de 1960, a pesca industrial adentrará na região e provocará intensas transformações no setor pesqueiro na Amazônia. Conforme Bezerra (2000), o Estado atuará fortemente nessa área econômica por meio da implementação de sucessivos planejamentos, programas e incentivos à exploração empresarial dos recursos ictiológicos. Assim, é criada, em 1962, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, com objetivo de fomentar esse setor econômico. Além dessa, outras instituições governamentais, como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), tinham essa mesma incumbência, em total favorecimento ao capital, segundo a “lógica desenvolvimentista”, e não de proteção ao meio ambiente e aos interesses das populações tradicionais (Bezerra, 2000).

De acordo com Frédou *et al.* (2010), essas políticas de incentivos, implementadas na Amazônia e em todo o Brasil, demandaram um grande incremento do esforço da pesca, resultando na sobrepesca ou exploração limítrofe de espécies que abasteciam tanto o mercado regional, como o pirarucu (*Arapaima gigas*), tambaqui (*Colossoma macropomum*) e surubim (*Pseudoplatystoma tigrinum*), quanto aquelas utilizadas para abastecer a indústria pesqueira, como a piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) e o camarão rosa (*Farfantepenaeus subtilis*).

Além da superexploração do pescado, é importante destacar que a pesca industrial, diferente da pesca artesanal e de subsistência praticada pelos povos amazônicos, utiliza-se de equipamentos e tecnologias que não somente proporcionam maior produtividade na captura dos peixes, como também provocam a degradação do meio ambiente e causam desequilíbrios nos ecossistemas aquáticos, comprometendo a segurança alimentar, a renda, o sustento das comunidades e a biodiversidade local. Vale ainda ressaltar que a produção pesqueira na Amazônia cresceu consideravelmente, em especial no estado do Pará. Conforme o Boletim Agropecuário do Pará elaborado pela FAPESPA (2023b), entre 2013 e 2022, o Pará triplicou sua produção de pescado produzido via aquicultura, passando de 5,1 para 14,2 mil toneladas.

Em 2022, o município de Paragominas foi destaque na produção aquícola, participando com 22,4% da aquicultura paraense, com produção de 3,2 mil toneladas. No que diz respeito à comercialização externa do pescado, de acordo com o boletim

supracitado, houve um crescimento significativo nesse setor no estado do Pará. Entre os anos 2000 e 2022, a participação paraense nas exportações do pescado brasileiro aumentou de 6,6% para 18,7%, uma taxa média de 6,8% no período analisado. Sobre as exportações municipais do Pará, apenas nove municípios comercializaram produtos da cadeia do pescado em 2022, sendo que a capital, Belém, representou 63,6% da exportação estadual, com o volume de 7,4 mil toneladas (FAPESPA, 2023b). Sem dúvidas, a prática da pesca industrial avançou na Amazônia, além da ameaça de extinção de algumas espécies de peixes, essa atividade intensificou as desigualdades sociais e os conflitos por territórios, especialmente no estuário amazônico. Somado a isso, temos os impactos ambientais causados por essa modalidade de pesca, o óleo e os combustíveis que saem dos motores dessas grandes embarcações contaminam o ecossistema e comprometem o sustento das populações amazônicas que têm no pescado a sua fonte de renda e subsistência.

Sobre a atividade da pecuária na Amazônia, Josué de Castro (1984) afirma que é uma prática bastante limitada na região. Conforme o autor, a floresta é um obstáculo para a criação de gado, suas árvores frondosas com copas cerradas impedem completamente a penetração de luz, não permitindo o crescimento da vegetação rasteira que forma as pastagens. Além disso, o clima local, com seu excesso de umidade, predispõe o gado à ação de insetos transmissores de doenças que o afetam duramente. Nesse sentido, a pecuária encontra-se limitada a pequenas áreas de campo aberto, situadas na Ilha do Marajó, na foz do rio, no alto Amazonas, na região do Rio Branco, além dos estados do Mato Grosso e Goiás. O referido autor ainda destaca a particularidade da criação dos rebanhos na Ilha do Marajó. Sendo um território de áreas inundáveis quase que periodicamente, os criadores são obrigados a caminhar longas distâncias com suas boiadas em busca de campos altos ou se utilizam de grandes jiraus – trata-se de cercados feitos de madeira semelhantes a pontes que são suspensos nos rios.

De acordo com Castro (1984), essas limitações impostas pela própria natureza, a concentração de rebanhos nas mãos de poucos – grande parte deles localizados no Mato Grosso e Goiás – e em pontos de difícil acesso, somado à infraestrutura de transportes precária, um dos obstáculos sérios a serem contornados na região, dificultam o abastecimento de carne bovina, leite e seus derivados (queijo, manteiga, entre outros) nos maiores centros populacionais da Amazônia. Conforme o autor, esses produtos praticamente não entram na alimentação habitual dos moradores desta região.

Além disso, as dificuldades na criação de aves nesses territórios alagáveis também comprometem o consumo de ovos na dieta alimentar. Diante disso, a carne é consumida por meio da caça – anta, pato bravo, macaco – ou da pesca, estando o consumo do peixe limitado às populações que vivem nas margens dos rios, lagos e igarapés. Josué de Castro (1984) ainda destaca a introdução do búfalo africano na Ilha do Marajó, pelo Instituto Agrônômico do Norte (hoje, Embrapa Amazônia Oriental). Essa iniciativa estatal, embora limitada, possibilitou a criação de gado na região para fins econômicos e o abastecimento de carne bovina e leite. No entanto, Castro (1984) afirma que o grande obstáculo continua sendo a precariedade dos pastos e o regime das águas, aliados à forma de exploração extensiva em grandes latifúndios.

No que tange à introdução da bubalinocultura no arquipélago do Marajó, as crônicas regionais apresentadas no relatório da Associação Brasileira de Criadores de Búfalos (ABCB, 2016) narram que os primeiros animais teriam aportado na costa norte da ilha entre 1890 e 1895, após o naufrágio de uma embarcação que transportava foragidos da Guiana Francesa. Esse evento permitiu que os búfalos sobreviventes se integrassem aos campos inundáveis da região. Contudo, essa inserção “acidental” logo deu lugar a processos de importação planejada pela classe proprietária de terras, como Bertino Lobato de Miranda, em 1902, para sua Fazenda São Joaquim, e Vicente Chermont de Miranda, em 1906, para a Fazenda Dunas e Ribanceira – sendo esta última a mais conhecida. Com a ida de Chermont para o sul do país, seu rebanho permaneceu praticamente abandonado, tornando-se semi-selvagem ao embrenhar-se nas matas e áreas alagadas. Esse processo de inserção do búfalo na floresta e campos inundáveis revela a adaptação metabólica do animal ao ecossistema amazônico, transformando-o, ao longo das décadas, em um elemento central tanto para a subsistência das populações locais quanto para a dinâmica do latifúndio regional.

Nessa perspectiva, observa-se que, tal como o setor pesqueiro, a atividade da pecuária na região amazônica – especialmente a bovina – atravessou profundas transformações estruturais decorrentes da dinâmica de ocupação territorial. Até os anos 1960, a Amazônia vivenciou uma profunda crise no abastecimento de carne bovina e a insegurança alimentar. Como sinalizou Josué de Castro (1984), a infraestrutura de transportes precária, em grande parte, dependente da via fluvial, dificultava o fornecimento de carne bovina *in natura* nos principais centros populacionais.

A partir de 1964, com a ascensão do regime empresarial-militar, destacam-se as iniciativas governamentais de caráter desenvolvimentista-autoritário, que tinham por

finalidade a ocupação da região como forma de superar o “vazio demográfico”, integrá-la ao território nacional e promover a valorização econômica de suas riquezas naturais. Em 1966, foi lançada a “Operação Amazônia”, uma ação estatal que provocou significativas mudanças no arcabouço legal, como o Estatuto da Terra (1964), a Revisão do Código de Minas (1967) e a Política de Incentivos Fiscais (1966). Além da extinção de instituições e a criação de novos órgãos institucionais na região, como, por exemplo, a substituição da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Somado a isso, o governo utilizou-se do discurso midiático “terra sem homens, para homens sem terra”, *slogan* esse que nega a existência dos seus próprios habitantes (em especial os povos e comunidades tradicionais), com o intuito de atrair investidores nacionais e estrangeiros para a região (Marques, 2019; Sá; Nascimento, 2012).

Como desdobramento dessa concessão de incentivos fiscais, houve um intenso fluxo migratório para a Amazônia, não apenas de empreendedores nacionais e internacionais, como também trabalhadores oriundos de outras regiões do Brasil, especialmente nordestinos afetados pela seca. Nesse contexto, a apropriação privada da terra pelos agentes capitalistas para os setores da pecuária e da extração de madeira viabilizou-se mediante a incorporação dessa massa migrante que, destituída de propriedade, converteu-se na força de trabalho barata disponível para os processos de valorização e acumulação do capital (Vidal, 1991; Marques, 2019; Sá; Nascimento, 2012).

Outra medida adotada pelo governo militar, já na década de 1970, como parte da política de integração da região ao Brasil, foi a construção de estradas e rodovias, “além da Transamazônica (BR 230), das estradas Perimetral Norte (BR 210), Santarém-Cuiabá (BR 163) e Manaus-Porto Velho (BR 319), que se somariam à rodovia Belém-Brasília (BR 010), construída no governo de Kubitscheck” (Sá; Nascimento, 2012, p. 210). Esse investimento em infraestrutura contribuiu para a gradativa expansão das áreas de pastagem em terra firme. Embora esse processo tenha facilitado o escoamento da produção de carne, o modelo extensivo adotado estimulou a prática ilegal da grilagem de terras, resultando no aumento da degradação ambiental e do desmatamento na Amazônia (Marques, 2009).

Para conter o desgaste das áreas degradadas e garantir a continuidade da exploração econômica, em meados da década de 1970, o Estado investiu em pesquisas científicas e no uso de tecnologias. Nesse contexto, institucionalizaram-se parcerias estratégicas entre

a SUDAM e centros de pesquisa, a exemplo do Ibec Research Institute (IRI), além do desenvolvimento de projetos, como o Propasto Amazônia Legal, coordenado pela atual Embrapa Amazônia Oriental (EMBRAPA, 1976). Esse investimento na tecnificação do campo marcou o início de uma modernização da agricultura, cuja centralidade está no aumento da produção. Sob essa lógica, a Revolução Verde é impulsionada. Segundo o Boletim Agropecuário do Pará, elaborado pela FAPESPA (2023b), o efetivo de rebanho bovino paraense teve um significativo aumento entre 1976 e 2022, passando de 1,5 milhão de cabeças para 24,8 milhões, quando atingiu o maior efetivo da série. Conforme o documento supracitado, essa produção cresceu a uma taxa média de 6,5% ao ano, no período em análise. Vale ainda ressaltar que, em 2022, o Pará participou com 10,6% do efetivo de rebanho bovino nacional, sendo o segundo maior efetivo do país, precedido apenas pelo estado do Mato Grosso. Diante disso, observa-se que a tecnificação agrícola aumentou a produção e o abastecimento alimentar, em contrapartida, esse processo também fez crescer a desigualdade social, a pobreza e a fome, especialmente no campo, além de intensificar os impactos ambientais causando desequilíbrios no ecossistema.

Na busca incessante pelo lucro, o capital apropria-se de modo predatório e inconsequente dos recursos naturais. A trajetória histórica da pecuária na Amazônia é um exemplo desse uso desenfreado dos bens da natureza que tem provocado intensos impactos ambientais, além de conflitos por terra e a desterritorialização dos povos e comunidades tradicionais e pequenos produtores (Costa, 2016). Diante disso, é preciso repensar a relação sociedade-natureza, na qual o ser humano é tido como superior aos demais seres e a natureza é entendida como “recurso” a ser explorado, transformada em mercadoria, em vista das satisfações humanas de consumo, desconsiderando que somos parte desse todo. Nessa perspectiva, é necessário considerar a pluralidade dos modos de vida e a diversidade das sociedades humanas, ultrapassando a ideia homogeneizadora de humanidade imposta pela globalização que transforma os cidadãos em consumidores (Krenak, 2019).

Josué de Castro (1984) faz um paralelo entre as inundações periódicas na Amazônia e as intensas secas no Nordeste, ambos os fenômenos se constituem em grandes tragédias coletivas que inviabilizam a produção de alimentos e agravam a fome nas regiões mencionadas. Em decorrência das mudanças climáticas, do aquecimento global e do desmatamento, somados à intensidade dos fenômenos La Niña e El Niño, a Amazônia experienciou, em 2023, a maior seca já registrada na história da região. A queda acentuada do nível dos rios, acompanhada de uma intensa onda de calor, dificultou o transporte da

população, especialmente dos ribeirinhos, impactou no acesso à água potável e aos alimentos, além de provocar a morte de espécies aquáticas e a interrupção na produção agrícola. Nesse aspecto, o depoimento a seguir destaca os impactos das mudanças climáticas no acesso à alimentação dos povos amazônicos.

Por que eu faço uma ênfase na questão das mudanças climáticas e ambientais? Recentemente foi noticiado em todas as emissoras de TV, em plataformas de videoconferências, em redes sociais a seca que ocorreu no estado do Amazonas. E aí teve muitos rios que tiveram uma redução do seu volume de água, na sua vazão e mudou toda a dinâmica, deste a questão de acesso, navegabilidade e alimentar. Porque aquelas pessoas, elas sobrevivem ali da proteína do peixe e aí houve uma redução, então elas já não tinham mais a segurança alimentar, não tinha renda, não tinha acesso logística de tá se conectando com outros locais e houve essas implicações gravíssima na vida daquelas pessoas que habitam nessas comunidades ribeirinhas ou na floresta (Entrevistado 3, 2024, informação verbal.).

As mudanças climáticas na Amazônia, marcadas pela redução no volume dos rios, impactou diretamente a vida local. Além de inviabilizar o deslocamento fluvial, afetou a reprodução dos peixes e as atividades da pesca, expondo a população à condição de fome, visto que o pescado constitui a principal fonte de proteína da região.

Sobre a dieta local, Castro (1984, p. 70) afirma que é basicamente constituída da “farinha de mandioca e um pouco de feijão e de arroz produzidos nessas áreas inundáveis ou importados de outras regiões do país, peixes, crustáceos, carne e ovos de tartaruga e tracajá, além de algum jabuti morto por ocasião das queimadas”. O referido autor destaca a castanha-do-pará, por outro lado, só faz parte da dieta amazônica a partir da colheita, uma empreitada que leva meses a dentro na floresta. Além do uso da pimenta e o preparo de molhos picantes, herança da cultura indígena. O consumo de verdura e de legumes verdes sempre foi muito baixo nesta região, devido às dificuldades agrícolas nessas áreas. As frutas também, com exceção do açaí, entram em pouca quantidade no regime alimentar habitual.

Conforme Castro (1984), a riqueza natural em outras frutas na Amazônia é muito escassa, sendo mais lenda que realidade a abundância frutífera da floresta equatorial. O excesso d’água dificulta a concentração do suco das frutas e seu amadurecimento, sendo as frutas locais raras e pouco saborosas. A falta de penetração da luz solar na espessura da floresta torna também o teor vitamínico dessas frutas mais baixo que o de outras regiões geográficas.

A respeito das frutas nativas da Amazônia, Araujo *et al.* (2024) ressaltam o seu potencial nutritivo, sua adaptação ao clima, solo e vegetação local, tornaram-nas mais

nutritivas do que as espécies convencionais amplamente difundidas em nosso país. Cavalcante (1979) catalogou 129 espécies frutíferas comestíveis da região amazônica. A seguir, apresentar-se-á o quadro com os frutos amazônicos mais populares, especialmente no estado do Pará, sua descrição e respectivos nutrientes:

Quadro 2 - Frutas amazônicas e seus componentes nutricionais

Fruto	Descrição	Componente nutricional
Açaí (<i>Euterpe oleracea Martius</i>)	O açaizeiro é uma palmeira de ampla distribuição na Amazônia. O suco ou vinho do açaí é consumido tradicionalmente pelos amazônidas, com farinha de mandioca ou de tapioca, além de ser acompanhado com outros alimentos, tais como: peixes, carnes, camarão, entre outros. A polpa da fruta é também utilizada na produção de sorvetes, picolés e demais sobremesas.	É muito rico em manganês. É também rico em vitamina E, vitamina B1, vitamina A, vitamina C, ferro, cálcio, fósforo e em gorduras saudáveis.
Bacaba (<i>Oenocarpus bacaba</i>)	É também conhecida como abacaba, bacabinha ou bacabi. A bacabeira é uma palmeira e, assim como o açaí, o vinho da bacaba é geralmente consumido com farinha de mandioca ou de tapioca, com peixe ou carnes salgadas, com ou sem açúcar. A polpa concentrada pode ser utilizada na preparação de picolés, sorvetes, sucos, entre outros.	É muito rico em vitamina E. além disso, é também rica em manganês, ferro, zinco, vitamina C e gorduras saudáveis.
Bacuri (<i>Platonia insignis Mart.</i>)	O bacuri é um fruto que possui sabor ácido e adocicado. O bacurizeiro é natural do estado do Pará, e a área de maior concentração é o estuário do rio Amazonas, com ocorrência mais acentuada na Região do Salgado e na ilha de Marajó. A polpa da fruta é utilizada na preparação de sorvetes, licores, tortas, pudim, creme, geleias, dentre outros produtos.	Rico em fósforo, cálcio, ferro e vitamina C
Biribá (<i>Rollinia mucosa (Jacq.) Baill.</i>)	O biribazeiro é, provavelmente, nativo da região ocidental da América do Sul, de onde dispersou-se pelo bioma amazônico e regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil. O fruto é suculento, de sabor adocicado e coloração branca. O consumo é basicamente na forma <i>in natura</i> ou ocasionalmente utilizado para preparação de sucos e picolés.	É rico em proteínas, lipídeos, fibras, minerais e vitaminas.
Buriti (<i>Mauritia flexuosa</i>)	É também conhecido como miriti, carandá-guaçu, miriti, palmeira-buriti, palmeira-dos-brejos, mariti, bariti, meriti. A palavra buriti é originária do tupi-guarani “ <i>dembyriti</i> ”, que quer dizer palmeira que emite líquido. É predominantemente encontrada em áreas de savana, terra firme e áreas alagadas (igapós). Com o processamento da polpa, pode-se obter doces, picolé e vinho (após fermentação), além de óleo que pode ser utilizado para cozinhar.	É muito rico em betacaroteno e vitamina E. Também é rico em fibras, vitamina A, cálcio e manganês.
Castanha-do-pará (<i>Bertholletia excelsa</i>)	É também conhecida como castanha-do-brasil ou castanha-da-amazônia. É considerada como uma das maiores árvores da floresta amazônica. A castanha fresca é usada na produção de leite que serve para diversas receitas ou consumida <i>in natura</i> . Além disso, é usada na produção de farinhas, doces, sorvetes, bombons, suplementos proteicos, bebidas dietéticas, panificação, confeitaria e mingaus.	É muito rica em selênio e manganês, também em ferro e vitamina B1.

Cupuaçu (<i>Theobroma grandiflorum</i>)	O cupuaçuzeiro é uma árvore de porte médio e se desenvolve na área de mata ou capoeira. Possui sabor ácido, sendo mais consumido sob forma de suco, licores, doces, geleias, caldas, cremes, sorvetes e mousses. O óleo da amêndoa de cupuaçu também é utilizado, sobretudo, para cosméticos.	Apresenta altos teores de proteína, cálcio, fósforo, vitamina C e pectina. Além de ser rica em vitamina B1, ferro e manganês.
Guaraná (<i>Paullinia cupana Kunth</i>)	O fruto do guaraná, quando maduro, é semelhante ao olho humano. A semente do guaraná é utilizada na alimentação, na produção de cosméticos e medicamentos fitoterápicos, entre outros. Além de ser considerado como um alimento adstringente, energético, estimulante e afrodisíaco.	Apresenta grande concentração, sobretudo, de cafeína, proteína, carboidrato, tanino, potássio e cálcio.
Muruci (<i>Byrsonima crassifolia (L.) Kunth</i>)	É também conhecida como murici, murici-amarelo ou murici-do-campo. Possui ampla distribuição na região Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O fruto possui consistência pastosa e coloração amarela. Seu aroma e sabor são bastante agradáveis, porém, é uma fruta ácida. Sua polpa é utilizada na preparação de creme, geleia, licor, mousse, picolé, sorvete e suco.	Apresenta consideráveis teores de proteínas, lipídeos, carboidratos e minerais, como cálcio, ferro e zinco.
Piquiá (<i>Caryocar villosum (Aubl.)</i>)	O piquiazeiro possui ampla distribuição na Amazônia, sobretudo, em florestas de terra firme. No entanto, é uma planta que sofre ameaça de extinção devido ao desmatamento na região. O fruto é amarelo-claro, fino e oleoso, sendo comestível depois do cozimento e é bastante apreciado pela população tradicional da Amazônia. Possui sabor agradável, no entanto, algumas variedades podem apresentar paladar amargo. O óleo extraído pode ser utilizado na culinária caseira e como matéria-prima para fabricação de cosméticos para limpeza de pele e outros fins.	O piquiá é uma excelente fonte de calorias e energia. Sua polpa é composta por óleo, proteína, fibra e carboidratos.
Pupunha (<i>Bactris gasipaes Kunth</i>)	A pupunheira é uma palmeira cujo caule é coberto de espinhos, sendo cultivada em todo o bioma amazônico. É consumida basicamente na forma tradicional, acompanhada de um café puro, após o cozimento em água misturada com sal. A pupunha também pode ser consumida na forma de conserva salgada, geleia/compota. Pode ser utilizada na produção de farinha e, consequentemente, na elaboração de produtos de panificação, como bolos, biscoitos, pães etc. A polpa do fruto fornece um óleo com potencial econômico, sendo muito frequente na preparação de bebidas fermentadas.	É muito rica em vitamina B1, vitamina E e em gorduras saudáveis. Além disso, é também rica em carboidratos, lipídeos, proteínas, β -caroteno (pró-vitamina A), cálcio, fósforo, potássio, magnésio e ferro.
Taperebá (<i>Spondias mombim L.</i>)	O taperebá é suculento, de coloração amarelada, possui sabor adocicado, porém, moderadamente acidífero. O consumo na forma <i>in natura</i> ocorre casualmente, no entanto, esse mesocarpo é bastante utilizado pelas agroindústrias de alimentos na preparação de polpa concentrada, geleia, picolé e sorvete.	Apresenta consideráveis teores de carboidrato, caroteno, fibra alimentar, proteína, vitamina “C” e minerais como: cálcio, fósforo e ferro.
Tucumã-do-pará (<i>Astrocaryum vulgare Mart.</i>)	O tucumazeiro é uma palmeira, cujo caule é coberto por longos espinhos negros. É uma planta resistente ao fogo, podendo rebrotar após queimadas. O tucumã-do-pará provavelmente é nativo do estado do Pará e ocorre em todo o leste da Amazônia brasileira, na Guiana Francesa e no Suriname. O fruto dessa espécie é de coloração alaranjada. A polpa é utilizada na preparação de sucos, sorvetes, picolés e na alimentação de animais (porcos, galinhas, gado). O óleo do tucumã-do-pará é utilizado na cozinha e na fabricação de sabão, cosméticos e medicamentos. A sua semente é utilizada na produção de artesanatos e joias (pulseiras, anéis e colares).	O tucumã é uma fonte excepcional de vitamina A. É muito rico em magnésio, cálcio e ferro. Possui boas quantidades de vitamina B1, vitamina C, proteínas e uma grande quantidade de óleo, sendo uma excelente fonte de calorias.

Uxi <i>(Endopleura uchi Cuatrec.)</i>	O uxizeiro é originário da Amazônia brasileira. É uma espécie tipicamente silvestre da mata alta de terra firme e ocorre frequentemente no estuário do Pará e regiões de Bragantina, Guamá e Capim; na parte ocidental do Marajó e nas regiões dos Furos. A casca do uxi apresenta superfície externa fina, seca, quebradiça e com coloração castanho ou amarelada. Já a sua polpa é carnosa-farinácea, oleosa, de coloração parda e sabor agradável. O consumo é feito basicamente na forma <i>in natura</i> . A polpa do fruto é utilizada na preparação de sucos, picolés e sorvetes. O óleo extraído é usado na culinária caseira e remédios. O caroço do uxi é utilizado na defumação e fabricação de artesanatos, colares, pulseiras e anéis.	O uxi é muito rico em vitamina B. É rico em fibras e possui muitos minerais (cálcio, ferro, potássio, magnésio, fósforo e sódio). O óleo do uxi é rico em fitoesteróis, auxiliando na redução do nível de colesterol no sangue.
---	---	---

Fontes: Araújo *et al.*, 2024; Rabelo, 2012; Shanley e Medina, 2005.
Adaptado pela autora (2025).

As frutas amazônicas são riquíssimas em vários nutrientes importantes para a saúde. No entanto, é importante ressaltar que o ato de comer os frutos regionais não se restringe à mera questão nutricional. Trata-se de um hábito alimentar cultural imbricado de representações simbólicas que remete à memória e ancestralidade. Esses frutos são, geralmente, comercializados nas feiras populares, supermercados, pelos vendedores ambulantes, frutarias ou feiras de produtos orgânicos. Embora a região amazônica apresente uma diversidade de frutas, sua população não consome esse alimento com regularidade, tal como sinalizou Josué de Castro (1984).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda a ingestão diária de 400g de frutas, legumes e verduras por pessoa. Em 2023, Florianópolis foi a capital brasileira que apresentou o maior percentual de adultos que consomem frutas e hortaliças regularmente (42,1%). O oposto ocorreu com a cidade de Belém, apenas 18,1% dos paraenses consomem regularmente esses alimentos, ou seja, 81,9% da população não tem acesso regular a frutas e hortaliças (Brasil, 2023).

Embora os dados revelem uma disparidade regional profunda no consumo de alimentos *in natura*, observa-se uma aproximação nos índices de consumo de produtos ultraprocessados. Conforme a Vigitel Brasil 2023, 18,3% da população paraense havia consumido alimentos ultraprocessados no dia anterior à entrevista, já em Florianópolis esse percentual foi de 17% (Brasil, 2023). Nessa perspectiva, Monteiro *et al.* (2019) afirmam que essa classificação de alimento não se caracteriza como um “alimento de verdade”, uma vez que se trata de produtos industrializados prontos ou semiprontos para o consumo. Os ingredientes que envolvem a formulação desses alimentos apresentam grandes quantidades de sal, gordura, açúcar, corantes e outros aditivos químicos. Em decorrência disso, esses produtos são altamente nocivos à saúde, e sua ingestão regular

contribui para o desenvolvimento de doenças crônicas, tais como a obesidade, hipertensão, diabetes, câncer e entre outras (Jaime; Braga, 2025). Além de prejudiciais à saúde humana, a produção desses alimentos não provém de fontes sustentáveis, provocando sérios desequilíbrios ambientais.

Vale ressaltar que a adoção de uma alimentação saudável não depende meramente de escolhas individuais, vários fatores (sociais, econômicos, políticos, culturais etc.) influenciam as práticas alimentares. Como exemplo pode-se destacar a alta histórica no preço do açaí, alimento tradicional da cultura amazônica. Conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), em março de 2024, Belém registrou um aumento de 18,87% no preço do açaí (IBGE, 2024a). Essa alta nos preços envolve múltiplos fatores: eventos climáticos extremos que impactaram na produção; o aumento da demanda externa pelo fruto, assunto que será discutido no item 2.3 que compõe este trabalho; a inflação; o valor do câmbio; entre outros. Por ora, interessa-nos demonstrar que o alto custo inviabilizou o acesso da população paraense ao fruto, que é a base da sua alimentação, levando-a a optar por alimentos mais baratos, isto é, os ultraprocessados. O aumento do custo do açaí é abordado no depoimento que segue.

Eu sempre falo isso e repito, nós somos uma região que é rica em todos os tipos de alimentos: pesca, frutos, verduras... e é onde a gente vê a maior fragilidade. Por exemplo, hoje o litro do açaí, aqui na capital tá na faixa de R\$ 30,00 a R\$ 35,00 reais o litro. A gente que somos servidores públicos, somos assalariados, se a gente quiser tomar açaí tem que escolher o dia da semana pra comprar o açaí, pra família tomar. Imagina alguém numa região ribeirinha ou na periferia, têm famílias que se alimentam de açaí, assim, que só comem com açaí. E quando não consegue comprar esse açaí? Eles vão comer o quê? Eles vão comprar carne? Eles vão comprar verdura? Frutas? Não. Eles vão comprar os embutidos, os enlatados, por quê? Porque vai ser mais barato e eles vão conseguir fazer, por exemplo, duas latas de embutidos e enlatado, pra [alimentar] toda a família. E acaba que a gente observa numa mesma família casos de desnutrição e obesidade (Entrevistado 1, 2024, informação verbal).

A fala do Entrevistado 1 ilustra as reflexões tecidas e corrobora com os dados apresentados. A região amazônica possui uma variedade de frutas com alto valor nutricional, porém, a sua população não tem acesso regular a esses alimentos. O açaí é a base da alimentação na Amazônia, além de se caracterizar como componente na construção da identidade cultural, é uma importante fonte de renda, especialmente para as comunidades ribeirinhas. No entanto, com a mercantilização do açaí, o fruto que tinha como principal finalidade o consumo alimentar, tornou-se produto de interesses econômicos globais, sendo comercializado em todos os estados brasileiros e diversos

países (Silva; Freitas, 2020). Essa ascensão do açaí no mercado externo contribuiu para a alta no preço, o que dificultou o acesso da população local. Diante disso, as famílias optam pelos ultraprocessados, pela sua acessibilidade e sensação de saciedade, expondo-se a riscos de mortes prematuras por câncer, diabetes e doenças cardiovasculares.

Sobre o valor nutricional da alimentação na Amazônia, Josué de Castro (1984) afirma que, do ponto de vista bioquímico, a dieta amazônica apresenta inúmeras deficiências nutritivas, provocando na população um estado de anorexia crônica, consequência natural da falta de vitaminas e de determinados aminoácidos no seu regime alimentar. Em seu estudo, Castro (1984) realizou um cálculo calórico das classes pobres da cidade de Belém e encontrou um total energético oscilando entre 1.800 a 2.000 calorias diárias. Sendo que são necessárias 3.000 calorias diárias para grupos humanos ocupados em trabalhos de intensidade média. Nessa perspectiva, o referido autor identificou um déficit calórico de quase 50% em relação ao total, nessa dieta da população amazônica.

Ademais, segundo Josué de Castro (1984), é necessário considerar as condições geográficas do local, visto que o clima exerce influência sobre o metabolismo, o ritmo das trocas energéticas e, conseqüentemente, sobre as necessidades calóricas da população amazônica, habitantes dos climas trópicos-equatoriais.

O clima amazônico de tipo quente e superúmido, com uma umidade relativa do ar que anda quase sempre pela casa dos 90%, alcançando a todo momento o ponto de saturação do ar em umidade, condiciona forçosamente o organismo humano a uma sensível baixa do seu metabolismo. [...] No excesso de temperatura e de umidade reinantes, o organismo não dispõe de outros meios para se desfazer do seu calor interno senão o de diminuir a sua formação, isto é, baixar o seu metabolismo (Castro, 1984, pp. 75-76).

Conforme o autor, essa baixa no metabolismo e nas despesas para o trabalho representam não só uma adaptação vantajosa na luta contra o rigor climático, como também uma salvação contra os perigos da fome de energia a que o organismo ficaria exposto pela falta de uma alimentação suficiente.

Josué de Castro (1984) afirma que a alimentação amazônica apresenta *déficits* proteicos resultantes da ausência quase que absoluta de proteína animal (carne, leite, queijo e ovos) no regime alimentar dessa população, além de apresentar carências em sais minerais, vitaminas e aminoácidos. De acordo com o autor, essas carências nutricionais impactam no crescimento corporal, o que explica a baixa estatura desses povos, como também na ocorrência de beribéri. Mas adiante, Castro (1984) contextualizará o surto de beribéri, doença causada pela carência de vitamina B1, que assolou a região amazônica

(atingindo pelo menos 50% da população), especialmente no ciclo da borracha. Uma epidemia que marcou o período, sendo apresentada como um dos fatores de falta de consolidação da economia amazônica (Fernandes; Schappo, 2024).

Além das carências nutricionais alimentares, Castro (1984) faz destaque ao solo amazônico, embora seja pobre em características químicas, as condições climáticas (temperaturas constantemente altas e de umidade) são propícias à vida vegetal, resultando em um equilíbrio ecológico. No entanto, essa pobreza mineral do solo aumenta a probabilidade de incidências das carências minerais na alimentação humana. No caso da Amazônia, apresenta *déficits* especialmente de cálcio, ferro e cloreto de sódio.

Sobre a carência de cálcio na alimentação, Josué de Castro (1984) afirma que, apesar desse *déficit*, a população amazônica não sofre de raquitismo, isso se deve à insolação regional que é fonte de vitamina D, isso torna difícil o aparecimento dessa doença. Porém, a falta de cálcio ocasiona grande incidência de cáries dentárias, principalmente nas áreas urbanas. Em decorrência da carência de ferro, Castro (1984) identificou um tipo característico de anemia na região. O clima é indiretamente responsável pela falta desse mineral, sua ação sobre a vida vegetal oferece condições propícias para o desenvolvimento de vermes ou dos hematozoários, parasitas que atuarão na espoliação do sangue no organismo humano. Conforme o referido autor, essa enfermidade parasitária é também disseminada pela prática da *geofagia* ou *geomania*, o hábito ou mania de comer terra. Esse hábito não é exclusivo da região amazônica e se traduz em um tipo específico de fome, sendo, portanto, a busca do organismo em suprir sua carência mineral. “Principalmente o ferro que existe, sob a forma de hidróxido de ferro, no barro vermelho das terras tropicais, nos cacos de moringas e nos pedacinhos de tijolos com que se empanturram a gosto os comedores de terra das várias regiões do mundo. Regiões todas elas de fome crônica em elementos minerais.” (Castro, 1984, p. 84).

Já o *déficit* em cloreto de sódio é resultado tanto de fatores naturais como culturais. O clima equatorial acarreta uma transpiração excessiva, espoliando o organismo ao extremo de suas reservas de cloreto de sódio. Para compensar tamanha perda seria necessário ingerir alimentos salgados ou contendo altas doses desse princípio nutritivo. É nesse aspecto que os fatores culturais incidem, o sal é pouco utilizado na alimentação amazônica, utiliza-se como tempero a pimenta, hábito alimentar de tradição indígena. Segundo Castro (1984), a baixa desse nutriente no organismo gera um desequilíbrio iônico entre sódio e o potássio que ocasiona na insuficiência suprarrenal.

Além do *déficit* desses minerais, Castro (1984) ainda destaca a carência de vitaminas, especialmente a vitamina B. Conforme o autor, a ausência de cereais integrais que representem boas fontes dessas vitaminas na alimentação regional dificultou o seu abastecimento adequado, ocasionando o beribéri, doença causada pela carência de vitamina B1, também chamada tiamina. Segundo Castro (1984), durante o ciclo da borracha, que durou de 1870 a 1910, a região foi assolada por uma tremenda epidemia de beribéri. Nesse período houve um intenso fluxo migratório para a Amazônia, principalmente de nordestinos fugindo da seca, deslumbrados com a ilusão da riqueza por meio do trabalho na extração do látex (matéria-prima para produção da borracha). Esse deslumbramento era fomentado por uma construção ideológica da época, que projetava a Amazônia como um “El Dourado” de oportunidades, camuflando, sob o mito do “ouro branco”, a necessidade do capital de atrair força de trabalho barata e abundante. Para o migrante, impulsionado pelas condições de fome e pelo pauperismo no Nordeste, a propaganda de ascensão social rápida na floresta surgia como a única alternativa de sobrevivência. No item seguinte será abordado sobre as relações socioeconômicas no período da borracha, por ora é importante destacar que grande parte desses migrantes pereceram na floresta, pois além de enfrentar o trabalho escravo, foram vitimados por enfermidades, como o beribéri, e pelos rigores do clima.

Conforme Castro (1984), a alimentação do seringueiro era constituída quase que exclusivamente de alimentos secos e de conservas importadas, sendo carente de alimentos frescos (frutas, verduras, legumes, carne, entre outros) e, por conta disso, ocasionando doenças, especialmente o beribéri. Segundo o referido autor, com o fim da economia da borracha, o beribéri também desapareceu na região, isso porque o homem da Amazônia voltou aos seus antigos hábitos de caça, pesca e coleta de produtos da floresta.

É que, sem o excesso de dinheiro para queimar à toa, para comprar bebidas finas e *corned-beef* inglês, o homem da Amazônia teve que voltar a seus antigos misteres da era de antes da borracha. À sua caça, à sua pesca, à sua colheita de raízes e frutos silvestres, à sua agricultura incipiente. Agricultura rudimentar, mas capaz de fornecer alguns produtos frescos: milho, feijão verde, favas e legumes que, com os produtos da colheita nativa, melhoram muito seu padrão de dieta, anulando a carência e exterminando, deste modo, o beribéri (Castro, 1984, p. 96).

Josué de Castro ainda destaca que a alimentação da população amazônica carece de vitamina A, isso provoca doenças oculares como cegueiras noturnas, xerofthalmia e querotomalácea. Conforme Castro (1984), a hipovitaminose relativa é comum no

território amazônico, denunciada pela falta de crescimento, pela visão até certo ponto deficiente e, principalmente, pelas perturbações cutâneas. Pelas manchas escuras da pele, pelo aumento de suas rugosidades que a transformam num couro grosso e áspero com espículos em torno dos folículos pilosos, que faz lembrar o couro de jacaré. O referido autor ainda ressalta que a alimentação amazônica apresenta fontes de vitamina C, por esse motivo, o escorbuto é raro nesta região.

O crescimento mundial da produção de alimentos decorrente da inovação técnico-científica e o avanço da agroindústria provocaram mudanças nos hábitos e culturas alimentares, e o panorama descrito acima por Josué de Castro também sofreu alterações. Atualmente, os alimentos ultraprocessados fazem parte da dieta da população amazônica, alterando, conseqüentemente, seu estado nutricional. Os ultraprocessados são produtos industriais com formulações prontas para consumo, apresentam em sua composição altos teores de gordura, açúcar, sal, aditivos químicos e conservantes. Esses, além de estender seu prazo de validade, satisfazem temporariamente o paladar. São exemplos desses alimentos, os biscoitos recheados, refrigerantes, bebidas açucaradas, macarrão instantâneo, entre outros.

O método de processamento utilizado na fabricação desses produtos altera de maneira desfavorável a sua composição nutricional, assim, quando consumidos demasiadamente, contribuem para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares e outras doenças crônicas, encurtando a expectativa de vida da população. Por serem alimentos pobres em nutrientes e ricos em gorduras e açúcar, seu consumo excessivo predispõe o organismo ao ganho de peso e obesidade.

Conforme o Atlas Mundial da Obesidade 2024, produzido pela Federação Mundial de Obesidade (WOF), das 41 milhões de mortes anuais atribuídas às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT's), 5 milhões são impulsionadas pelo Índice de Massa Corporal (IMC) elevado¹. Sendo que 4 milhões dessas mortes estão relacionadas apenas ao diabetes, acidente vascular cerebral (AVC), doença coronariana e câncer. O relatório ainda pontou que quase 3,3 bilhões de pessoas no mundo enfrentarão o sobrepeso e a obesidade até 2035, sendo 54% adultos e 39% jovens (de 5 aos 19 anos). Para o Brasil, estima-se que até 2035 o país tenha 127 milhões de adultos com sobrepeso e obesidade.

¹ De acordo com o Atlas Mundial da Obesidade 2024, o sobrepeso e a obesidade, em adultos, são definidos como $IMC \geq 25 \text{ kg/m}^2$. Já em crianças, o sobrepeso e a obesidade são definidos como um $IMC > 1dp$ acima dos valores medianos de referência para crianças da OMS.

Conforme o Atlas Mundial da Obesidade 2024, a taxa de crescimento anual, de 2020 a 2035, deve alcançar 1,9%. Em relação às crianças, o quadro é ainda mais preocupante, em 2035, serão 20 milhões de crianças brasileiras com sobrepeso e obesidade, a taxa anual de crescimento entre 2020 e 2035 é de 1,8%. Isso significa que essas crianças chegarão na fase adulta já propensas ao AVC, diabetes e doenças cardíacas, além do risco de morte precoce e comprometimentos na qualidade de vida.

Nos últimos anos, o Brasil apresentou acentuado aumento da obesidade. Conforme dados da VIGITEL (2007; 2023), entre 2006 e 2023 houve um salto de 12,9% no percentual de adultos maiores de 18 anos com obesidade, sendo 11,4% em 2006, e 24,3% no ano de 2023. Nesse período analisado, observou-se que no conjunto das 27 capitais brasileiras, as cidades que pertencem às regiões Norte e Nordeste são aquelas que apresentam maiores percentuais de obesidade. Em 2006, a frequência de obesidade foi maior em João Pessoa (13,9%), enquanto que em 2023 foi na cidade de Macapá (33%). (Brasil, 2007; 2023). Com isso, entende-se que a obesidade e a fome estão paradoxalmente interligadas. O custo e a disponibilidade dos alimentos são fatores importantes para assegurar o acesso a uma alimentação nutritiva e saudável. Diante da alta no preço dos alimentos *in natura*, como foi o caso do açaí em Belém, os alimentos ultraprocessados, em sua maioria, de baixo custo, tornam-se mais acessíveis, especialmente para a população pobre. Além da perda na qualidade de vida, isso implicará, entre outras coisas, na sobrecarga do sistema público de saúde.

Segundo Josué de Castro (1984), em decorrência da subnutrição, a região apresenta altos índices de mortalidade, principalmente a infantil. Conforme o autor, Manaus, a capital do Amazonas, apresentou cifra impressionante de 239 crianças mortas em cada mil delas, coeficiente muito acima dos Estados Unidos (46 por mil), da Noruega (36 por mil) e da Nova Zelândia (32 por mil). Ao analisar os dados do Painel de Monitoramento da Mortalidade Infantil e Fetal do Ministério da Saúde (MS), observa-se que o país avançou nesse aspecto, houve uma considerável queda na taxa de óbitos. Em 1996, o Brasil registrou 53,1 mil mortes, enquanto que no ano de 2023, esse percentual foi de 21,2 mil mortes, considerada a menor taxa dos últimos 28 anos (Brasil, 2024a).

Essa conquista deve-se, entre outras coisas, aos avanços no campo da política de saúde, à ampliação da vacinação, atenção à saúde da mulher e das gestantes, além de outras ações. Apesar da significativa redução de óbitos, a taxa de mortalidade ainda é alta no país. Vale ressaltar que, além das implicações de saúde, a mortalidade infantil, assim como a mortalidade materna, também está relacionada a questões sociais, econômicas,

políticas e culturais, como o acesso à renda, ao saneamento básico, à alimentação saudável e adequada, à rede de apoio no cuidado da mãe e do bebê no primeiro ano de vida, às condições de moradia, além de outros fatores.

Com relação às macrorregiões brasileiras, conforme o levantamento do Painel de Monitoramento da Mortalidade Infantil e Fetal do Ministério da Saúde (2024), em 2023, a região Sudeste foi aquela que apresentou o maior número de óbitos (7,5 mil), seguida do Nordeste (6,5 mil) e Norte (2,9 mil). Assim, evidencia-se que a mortalidade infantil ainda é uma realidade latente na sociedade brasileira, isso implica afirmar que o país ainda tem um longo caminho a percorrer.

Josué de Castro (1984) ainda destaca que deficiência alimentar também provoca a mortalidade por doenças infecciosas como, por exemplo, a tuberculose. De acordo com o autor, a incidência é maior em áreas populosas e concentradas, como em Belém, onde atingiu a cifra de 250 casos por 100.000 habitantes, cinco vezes maior que Nova Iorque. Sobre a tuberculose, analisando os dados do Painel Epidemiológico do Ministério da Saúde, observa-se que o Brasil avançou com relação ao tratamento da doença, porém, a tuberculose ainda é um problema sério de saúde pública. Em 2023, o país registrou 84.858 novos casos por 100 mil habitantes. A região Norte foi aquela que apresentou a maior incidência de tuberculose, 56,5 casos por 100 mil habitantes. Entre os estados que a compõem, o Amazonas foi aquele que apresentou maior coeficiente da doença, com 86,3 casos por 100 mil habitantes e 3.685 de casos novos, liderando o *ranking* nacional (Brasil, 2024b).

Para Josué de Castro (1984), essas condições desfavoráveis da população amazônica, condicionadas pela subnutrição e pela fome, contribuem para o relativo marasmo demográfico da região. Somado a isso, o autor destaca o abandono da Amazônia após a crise da borracha, o centrifugismo pela atração das zonas industrializadas do Sul com maiores horizontes de trabalho, associados aos alarmantes índices de mortalidade, como fenômenos que possibilitam compreender a baixa densidade demográfica regional. Nessa perspectiva, o agravamento da fome na Amazônia é apresentado em *Geografia da fome* como resultante do ciclo de exploração da borracha, quando predominaram os interesses econômicos externos, na extração e exploração dos recursos da região para os mercados mundiais e não em benefício das populações locais ou da consolidação da economia amazônica (Fernandes; Schappo, 2024).

Castro (1984) afirma que seria possível vencer tais dificuldades e desenvolver o povoamento da região desde que sua colonização fosse realizada dentro de um plano de

aproveitamento racional das riquezas naturais, e não de intensa destruição. Para o referido autor, sem uma alimentação suficiente e correta, a Amazônia será sempre um deserto demográfico. Sendo assim, para melhorar as condições alimentares da área amazônica, é necessário um programa de transformações econômico-sociais na região. Nesses termos, o referido autor defende a elaboração de um método de colonização que seja adequado à região. Para isso, seria necessário que o ser humano concentrasse forças e desenvolvesse técnicas e estratégias sustentáveis de manejo da natureza. “Infelizmente isto não se fez. O povoamento amazônico foi conduzido de maneira dispersiva, sem nenhuma tática para a luta a ferir-se e, portanto, previamente condenado ao fracasso.” (Castro, 1984, p. 103).

Josué de Castro (1984) ainda destaca que o ocorrido na Amazônia não foi mais que uma exaltação do espírito de iniciativa privada, o qual caracterizou toda a colonização portuguesa no Brasil. Conforme o autor, a estrutura social brasileira formou-se a partir desse modelo colonizador desordenado e dispersivo. No caso da região amazônica, em decorrência de seu isolamento territorial, o espírito privatista da colonização intensificou-se até os limites máximos do individualismo.

Enquanto na exploração agrária do Nordeste açucareiro e no latifúndio pastoril das zonas de criação, a unidade colonizadora fora a família, segregada em seus núcleos territoriais, na Amazônia esta unidade ainda minguiu mais, ficando reduzida ao indivíduo. Ao indivíduo perdido na floresta e quase sempre esmagado pela áspera hostilidade do meio (Castro, 1984, p. 104).

No ciclo da borracha, a dispersão populacional na Amazônia acentuou-se consideravelmente, com o isolamento dos seringueiros e *cabocos*² em seu trabalho de extração do látex dentro da floresta, e depois, no fim dessa economia, com o êxodo desses trabalhadores, em sua maioria, migrantes nordestinos. Nesses termos, Castro (1984) defende o adensamento populacional como uma estratégia de combate à fome na região. Conforme o autor, para que esse plano de povoamento ocorra é necessário uma série de medidas preliminares que abrangem o provimento de reservas alimentares e recursos higiênicos de defesa às endemias locais, principalmente do impaludismo e da verminose.

De acordo com Castro (1984), o aumento da produção local na Amazônia é um objetivo inteiramente ao alcance da realidade. Desse modo, o autor propõe a sistematização de um plano econômico em consonância com as características da região,

² A palavra *caboco* é de origem indígena (do Tupi ka'aboc) e significa “retirado do mato”. Esse termo é utilizado nesta tese, em detrimento da grafia padrão “caboclo”, como uma escolha política que valoriza a expressão regional identitária e de resistência frente à ofensiva do capital.

tendo como eixo principal a utilização racional da terra e dos recursos naturais. Além do uso de tecnologias e de métodos agrônômicos que viabilizem a ampliação dos alimentos, especialmente na plantação dos frutos silvestres e nativos da região.

Com a organização de núcleos coloniais estabelecidos, consoante planos econômicos e técnicos bem elaborados, pela exploração racional da pesca em grande escala, pelo melhoramento das raças existentes na pecuária local, pela introdução de modernos e adaptados métodos agrônômicos de uso e conservação do solo, pela introdução da avicultura em bases de exploração doméstica, pelo aproveitamento dos frutos silvestres e industrialização caseira ou rural de frutas e hortaliças cultivadas, os recursos alimentares da Amazônia dariam de sobra tanto para suas atuais populações como para manter boas levas de imigrantes (Castro, 1984, p. 107).

Trata-se, portanto, de uma proposta de reforma agrária e política da região que viabilize o acesso à terra e aos meios necessários para a produção dos alimentos. Desse modo, Castro (1984) finaliza o seu capítulo apresentando uma crítica ao Plano Quinquenal para recuperação da Amazônia, elaborado pela SPVEA. Conforme o autor, esse plano está longe de obter sucesso quanto à melhoria na qualidade de vida e da alimentação da população local. Segundo Josué de Castro (1984), apesar dos investimentos feitos e esforços despendidos, a Amazônia continua sendo uma região marginal no conjunto da economia nacional, apresentando baixos níveis de renda, isso demonstra a incapacidade da gestão na execução desse plano de recuperação regional.

Após a reflexão tecida e os dados apresentados, observa-se que essa realidade descrita por Josué de Castro não mudou. Embora a região amazônica tenha avançado em vários aspectos e setores, na produção agrícola, na pecuária, na pesca, entre outros, a Amazônia permanece como uma área nítida de fome, subalternizada e marginalizada frente às macrorregiões brasileiras. Além disso, as políticas públicas e sociais destinadas à região são insipientes e fragilizadas, sendo estruturadas sob os moldes padronizadores das regiões Sul/Sudeste do Brasil, não atendendo as demandas dos povos amazônicos, intensificando a condição de subordinação, pauperização e exclusão dessas populações (Teixeira, 2008; Fernandes, 2020; Santos; Andrade; Silva, 2023).

Em oposição ao pensamento malthusiano que associava a fome a fenômenos naturais e ao crescimento populacional, Josué de Castro incorpora em sua abordagem aspectos sociais, políticos, históricos, econômicos e culturais. Assim, para o referido autor, a fome é decorrência da ação humana, resultado da exploração econômica, que gera a concentração de renda e as desigualdades sociais. Mas, sobretudo, está diretamente relacionada à estrutura agrária tradicional baseada no latifúndio e na monocultura,

oriundos do processo de colonização. No item a seguir falar-se-á sobre os sucessivos ciclos destrutivos que concorreram para o subdesenvolvimento da região amazônica.

2.2 OS SUCESSIVOS CICLOS ECONÔMICOS DESTRUTIVOS NA TRAJETÓRIA SÓCIO-HISTÓRICA DA AMAZÔNIA

Nas análises do intelectual pernambucano, a fome e o subdesenvolvimento estão diretamente relacionados. Em Josué de Castro o subdesenvolvimento não é compreendido como insuficiência ou ausência de desenvolvimento, mas como produto do desenvolvimento que, por sua vez, é consequência de um passado histórico. Conforme o referido autor, o processo de exploração das riquezas naturais desdobrou-se em ciclos sucessivos de economia destrutiva no país, geralmente fundamentados no latifúndio e na monocultura.

No que tange à Amazônia, sua trajetória sócio-histórica é marcada pela exploração e apropriação dos recursos naturais para atender unicamente aos interesses de acumulação do capital externo. Segundo Leal (2010), essa dinâmica pode ser apreendida em quatro grandes períodos: 1) o período exploratório, compreendido no século XVI; 2) o período colonial português, que se estende desde a fundação de Belém (1616) até o início do Império (1822); 3) o período de vinculação às economias capitalistas hegemônicas, a longo do século XIX; e, por fim, 4) a fase contemporânea, na qual a subordinação do Brasil à ordem imperialista é redefinida pela Divisão Internacional do Trabalho após a Segunda Guerra Mundial. Esta última etapa materializa-se a partir do golpe militar de 1964 e consolida-se sob a autocracia burguesa da ditadura.

No período colonial, de modo particular – que, segundo Leal (2010), inicia ainda durante a fase exploratória – a região amazônica atuou como fornecedora de matéria-prima e mão de obra barata. O modelo colonial português se sustentou no extrativismo, na escravidão e genocídio dos povos indígenas. Vale ainda destacar o papel da igreja nesse processo, segundo Marques (2019), a imposição forçada ou disfarçada do cristianismo se constituiu em um importante fator de dominação e “domesticação” dos indígenas. Essa população nativa foi recrutada para trabalhar na coleta de frutos, óleos e especiarias da floresta que eram comercializados na Europa. Sobre a dominação dos povos indígenas, é importante ressaltar que não ocorreu de modo pacífico, pelo contrário, houve lutas, fugas, revoltas, entre os movimentos de resistência, destaca-se a Cabanagem. Além da expropriação e escravização, o contato do colonizador com os povos indígenas provocou

o advento de doenças exógenas e mortais, as quais dizimaram grande parte da população nativa que habitava a região (Lira, 2008).

Na concepção de Josué de Castro, a colonização portuguesa no Brasil apresentou acentuada marca medieval, sendo um processo violento baseado na escravidão dos negros africanos e na servidão indígena, de caráter individualista, privatista e de intensa destruição das riquezas naturais. Conforme Castro (1984, p. 104), foi a partir desse modelo colonizador que “formou-se a nossa estrutura social com esse caráter ganglionar e dispersivo, de extrema rarefação”. Para o referido autor, esse processo de colonização gerou o subdesenvolvimento do Brasil, bem como dos países latino-americanos. O sistema de dominação colonial impediu que as regiões dominadas se voltassem para o atendimento de suas necessidades, produzindo desníveis de desenvolvimento. Além disso, a estrutura agrária tradicional baseada no latifúndio e na monocultura, expressões desse passado histórico de exploração colonial, é apontada por Josué de Castro como uma das principais causas do subdesenvolvimento da nação brasileira e latino-americanas, de modo geral.

No que diz respeito à Amazônia, para o intelectual pernambucano, o extrativismo baseado na colheita das “drogas do sertão” impactou profundamente a economia da região. Esse mecanismo de saque e apropriação dos recursos naturais configurou na subordinação e dependência da Amazônia ao comércio internacional, levando a concentração de riquezas às metrópoles europeias e, conseqüentemente, ao pauperismo dos povos amazônicos. Além da destruição da cultura, tecnologia e religiosidades das sociedades amazônicas, esse processo de colonização provocou a perda, em partes, dos conhecimentos sobre a natureza e técnicas agrícolas, bem como intensos impactos ambientais e conflitos por terra.

É fundamental apreender que esse longo processo de subordinação e saque, descrito anteriormente, constitui o que se denomina como o estágio de acumulação primitiva de capital na Amazônia (Nascimento, 2010). Longe de um desenvolvimento natural e gradual, essa acumulação fundou-se na expropriação violenta dos povos originários e na pilhagem sistemática da natureza, estabelecendo uma ruptura entre o trabalhador e seus meios de produção e subsistência. Sob a ótica dialética, a riqueza remetida às metrópoles teve como contraface a produção da miséria e a destruição de formas de vida ancestrais, convertendo o território em um imenso campo de extração de excedentes. Essa base material de violência e despossessão foi a condição necessária para que a região pudesse

ser reconfigurada nas décadas seguintes, quando novas exigências do capital internacional impulsionariam um novo ciclo produtivo.

O período da borracha, compreendido entre 1850 e 1920, representou um momento de intensa acumulação de riqueza na região, principalmente para as cidades de Belém e Manaus. Conforme Leal (2010), embora o ciclo econômico tenha início em meados do século XIX, é a partir da década de 1870 que a borracha emerge como a principal matéria-prima para a acumulação capitalista. A Amazônia, por meio da extração do látex – líquido leitoso extraído das seringueiras que serve de insumo básico para a produção da borracha –, foi então integrada às relações comerciais internacionais. A formação dos seringais proporcionou intensos conflitos pela posse da terra, levando à expulsão ou até mesmo ao extermínio dos habitantes dessas áreas. Houve, nesse período, um intenso processo de migração, principalmente de nordestinos para a região, por meio de incentivos governamentais, a fim de trabalharem nos seringais. Segundo Josué de Castro (1984), atraídos pela miragem do *ouro branco*, os retirantes dirigiam-se para a Amazônia, todavia, grande parte desses imigrantes foram assolados por terríveis doenças. Conforme o autor, calcula-se que meio milhão foi dizimado por epidemias, paludismo, verminose e pelo beribéri.

Sobre as condições de trabalho, de acordo com Sá e Nascimento (2012), eram degradantes e de intensa exploração do seringalista (donos ou arrendatários das áreas de extração da seringa) para com o seringueiro (coletores da borracha, em sua maioria nordestinos). Para Josué de Castro, essa monocultura desorganizou profundamente a economia nascente da região, nos dizeres do autor, trata-se de uma época de valorização da borracha e desvalorização do homem amazônico, visando unicamente ao lucro em detrimento das necessidades humanas e sociais.

A produção da borracha sustentava-se por meio do “sistema de aviamento”. Segundo Gomes (2012), tal sistema consistia em um intercâmbio comercial, em que bancos e casas exportadoras europeias e norte-americanas disponibilizavam capitais para as casas aviadoras localizadas em Belém e Manaus, que incentivavam os seringalistas a criarem postos comerciais ou mesmo barracões administrados por pequenos comerciantes. Esse intercâmbio comercial localizava-se ao longo das vias fluviais, desse modo, os aviadores adiantavam alimentos ou ofereciam empréstimos aos seringueiros para que pudessem comprar os utensílios necessários para a extração da borracha, em troca, eles eram obrigados a entregar toda a sua produção. Conforme Marques (2019), o sistema de aviamento respondia aos interesses da burguesia regional e internacional. A

sobre-exploração do seringueiro era uma necessidade da própria valorização do capital, que permitia a redução dos custos industriais nos países centrais.

A respeito da economia da borracha, Josué de Castro (1984) afirma que, como toda monocultura, a da borracha foi o maior obstáculo anteposto à organização racional da agricultura progressista na região. Com a valorização econômica da borracha nos mercados mundiais, as populações amazônicas e os imigrantes concentraram toda a sua atividade na colheita do látex, não havendo plantações de hortaliças, ou mesmo, da mandioca para a produção da farinha, somente as seringueiras. A carência de alternativas alimentares saudáveis somada às questões climáticas e ambientais concorreram para a epidemia de beribéri que assolou a região neste período (CASTRO, 1984).

Entre 1910 e 1940, a exportação da borracha entra em declínio, “em função da concorrência inglesa nas colônias asiáticas, fruto do contrabando da semente *havea brasiliensis*” (Sá; Nascimento, 2012, p. 206), provocando uma consequente estagnação na economia. Com a queda dos preços no mercado internacional, os centros comerciais e os barracões localizados nas vias fluviais foram fechados, então, houve uma significativa migração de trabalhadores para os centros urbanos. Além de provocar um crescimento desordenado das cidades, com a precariedade dos serviços básicos e a falta de oferta de emprego, intensificaram-se a degradação das condições de vida desses trabalhadores.

Conforme analisa Leal (2010), a inserção do Brasil na nova ordem econômica do pós-guerra criou condições que facilitaram o acesso à ocupação da Amazônia e à exploração de seus recursos pelo capital. Em ordem cronológica, tais condições perpassaram pela ligação rodoviária da região com o Centro-sul, via Belém-Brasília, e pela ruptura política de 1964, que atendeu às aspirações da burguesia internacional e nacional associada, ampliando o espaço para o projeto imperialista sobre países de industrialização subdesenvolvida e retardatária, como era o caso brasileiro.

É sob essa égide que, no período da ditadura militar (1964-1985), a Amazônia foi considerada um enorme espaço “vazio” que precisava ser ocupado, sendo vista como um atraso à economia do país. Assim, sob a justificativa de segurança, desenvolvimento econômico e integração nacional, o governo ditatorial adotou uma série de medidas no território amazônico. A Operação Amazônia, em 1966, foi o marco inicial dessa “ocupação”, a partir de incentivos fiscais – em que é consolidada a Zona Franca de Manaus – a construção de estradas e rodovias – como a Transamazônica (BR 230), Santarém-Cuiabá (BR 163) e Manaus-Porto Velho (BR 319) –, o enfraquecimento de

instituições regionais e mudanças nas legislações, especialmente nas leis ambientais (Marques, 2019; Sá; Nascimento, 2012).

Segundo Chaves (2001), essas medidas faziam parte de uma estratégia econômica e geopolítica de desenvolvimento da Amazônia, por meio da implementação de um modelo de industrialização via substituição de importações, com financiamento do capital interno do Centro-Sul e recursos estrangeiros. Trata-se, nos dizeres de Marques (2019), da distribuição do dinheiro público para capitais nacionais e estrangeiros se apropriarem gratuitamente e transformarem em lucro os recursos naturais da região. Além disso, a valorização do capital decorrente dessas medidas provocou a substituição das relações sociais e de produção preexistentes, desapossando grande parte da população local (indígenas, ribeirinhos, quilombolas, pequenos agricultores entre outros), gerando conflitos que ainda hoje se mantêm (Marques, 2019).

Cabe destacar o intenso fluxo migratório, especialmente de nordestinos, decorrente dessas estratégias e dos discursos midiáticos para a ocupação da região. Conforme Chaves (2001), essa tática de deslocamento de migrantes para a região, sobretudo do Nordeste, tinha como propósito atenuar os conflitos pela terra de origem e atender as demandas por mão de obra para as frentes pioneiras da fronteira agrícola em expansão na Amazônia. Sendo assim, além de fortalecer os interesses do latifúndio, a expropriação de pequenos produtores e a expulsão de posseiros, ao mesmo tempo, promovia o desmantelamento dos movimentos organizados.

Os migrantes que adentraram a fronteira agrícola da Amazônia, confiantes de terem encontrado *a terra prometida*, um território livre de conflitos, constataram que o confronto apenas fora adiado para ressurgir mais violento. Os migrantes enfrentaram conflitos em duas frentes com populações locais (índios e caboclos), que lutavam em defesa de seus territórios tradicionais, e com as empresas e os latifundiários os quais aguardavam que os migrantes "amansassem" a terra (através do desmatamento e beneficiamento) para expropriá-los (Chaves, 2001, p. 39).

Nesse mesmo período, mais precisamente nas décadas de 1970 e 1980, o capital estrangeiro adentrará na região com maior intensidade. A crise do petróleo desequilibrou a balança comercial brasileira que vivia a fase do “milagre econômico”. Assim, tendo em vista a manutenção do desenvolvimento nacional, o governo militar estabeleceu políticas econômicas, e a Amazônia assumiu o papel de geradora e captadora de divisas externas para o país (Lira, 2003).

A partir da revisão do Código de Minas, na década de 1967, foi possível realizar um levantamento das áreas que apresentavam recursos naturais, mapeamento realizado pelo Projeto Radar da Amazônia (RADAM). A região tornou-se novamente polo atrativo de investimentos e contribuiu para a implantação de grandes projetos industriais, os “grandes projetos”. Sá e Nascimento (2012), em consonância com Magalhães Filho (1987), afirmam que o termo mais apropriado seria “grandes intervenções”, ao invés de “grandes projetos”, e classificou-os em dois eixos: 1) grandes projetos de desenvolvimento regional explícito e 2) grandes projetos setoriais/nacionais.

No primeiro, grandes projetos de desenvolvimento regional explícito, destacam-se: incentivos fiscais administrados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (apoio a projetos do setor privado); incentivos fiscais administrados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (também com apoio a projetos do setor privado); programa de polos agropecuários e agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA); programa de desenvolvimento do Centro-Oeste (POLONOROESTE); e, por fim, Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Amazonas (PDRI Amazonas). No segundo eixo, grandes projetos setoriais/nacionais, destacam-se: programa grande Carajás (Carajás – Ferro; Albrás/Alunorte – Alumina e Alumínio; Hidroelétrica de Tucuruí; Estrada de Ferro Carajás (EFC) ligando Parauapebas/PA a São Luís/MA; Porto da Vila do Conde em Barcarena/PA); projeto Jari; Programa da Borracha (PROBOR); e, finalmente, projeto Trombetas – mineração de bauxita (Sá; Nascimento, 2012).

As consequências da implantação desses “grandes projetos” são previsíveis: degradação ambiental, poluição dos rios e nascentes, conflitos por território, disputas por terra, intensificação da pobreza e desigualdades sociais da população amazônica, a devastação de ecossistemas, a queimada e o desmatamento das florestas.

A partir das análises de Josué de Castro, pode-se afirmar que esse período de autoritarismo na Amazônia se configurou em um ciclo destrutivo para a economia da região. “É sempre o mesmo espírito aventureiro se insinuando, impulsionando, mas logo a seguir corrompendo os processos de criação de riqueza no país” (Castro, 1984, p. 281). Além do uso predatório dos recursos naturais, a política de colonização imposta na Amazônia pelo governo civil-militar favoreceu os proprietários de outras regiões e investidores estrangeiros, em detrimento da população local, caracterizando-se em uma verdadeira política de negação da região aos seus próprios habitantes (Chaves, 2001).

A partir da década de 1990, ideais do neoliberalismo adentraram fortemente no Brasil. Os discursos direcionados à região amazônica, especialmente no governo Collor de Melo (1990-1992), davam ênfase à defesa da ecologia, às formas de vida e às culturas dos povos da floresta. Entretanto, a força da sua política neoliberal mostrou-se radicalmente oposta aos compromissos professados (Chaves, 2001). Conforme Marques (2019), entre as “reformas” que aprofundaram o saque na Amazônia há o fim do monopólio brasileiro sobre o subsolo (e suas riquezas), as telecomunicações e a aprovação da lei de patentes, por meio do qual o Brasil se comprometia em pagar pela utilização de tecnologias ou procedimentos que tinham sido patenteados por uma empresa em outro país. Nesse caso, se um laboratório multinacional patentear uma substância ativa de uma planta da Amazônia, o país terá que pagar para utilizá-la (Marques, 2019). Essa medida, além de gerar uma expressiva dependência tecnológica, marginaliza o saber tradicional das comunidades amazônicas, sendo visto nesta lógica como inferior e “atrasado”. Sabe-se de pesquisadores e empresas estrangeiras que, para produzir seus produtos farmacêuticos, apropriam-se dos conhecimentos tradicionais sem respeitar os direitos autorais dos indígenas, ato criminoso denominado *biopirataria* (Marques, 2019; Arenz, 2000).

Outra medida destrutiva da política neoliberal na Amazônia foi a privatização de estatais como, por exemplo, a Companhia Vale do Rio Doce, em 1997. Anteriormente a isso, em 1996, o governo aprovou a Lei Kandir, que isenta o pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) destinados à exportação, incluindo a mineração e produtos agrícolas. Com isso, o Brasil passou a exportar matéria-prima e importar produtos industrializados com alta tecnologia. Sabe-se que a região da Amazônia é polo de grandes empreendimentos de mineração. Sendo assim, com a aplicação dessa lei, os estados e municípios amazônicos que são sede de empresas mineradoras perderam expressiva parcela da arrecadação dos seus impostos, tributo esse que, pela lógica, retornaria para a sociedade em forma de serviços sociais e infraestrutura. Lira (2003), utilizando-se do levantamento realizado por Panduro (2001), comenta que, de outubro de 1996 a dezembro de 1999, o Pará deixou de arrecadar 1,2 bilhões em decorrência da desoneração do ICMS. Com o “seguro-receita”, o estado recebeu ressarcimento de R\$ 379 milhões, amortizando 45% do valor total. Nesses termos, à medida que os estados aumentam sua eficiência de arrecadação, diminui o valor que lhe é repassado sob forma de ressarcimento de perdas, isso, na prática, penaliza os estados (Lira, 2003).

Já nos anos 2000, com a candidatura do presidente Lula (2002-2010), criou-se uma grande expectativa de mudanças para a classe trabalhadora. No entanto, isso não ocorreu, pelo menos, não na proporção esperada. Apesar das significativas conquistas no campo social e do investimento em políticas públicas, Lula deu continuidade ao modelo neoliberal, abrindo espaço ao setor privado. Em síntese, “esse governo melhorou, sim, as condições sociais de muitos brasileiros, mas, ao mesmo tempo, melhorou muito mais a remuneração do capital financeiro, industrial e do agronegócio que operam no país.” (Pereira-Pereira, 2012, p. 746).

Sobre a região amazônica nesta gestão, observa-se a continuidade das medidas políticas anteriormente adotadas. A Vale não foi reestatizada, novas linhas de crédito do BNDES foram abertas nesse período, e as leis Kandir e de patentes permaneceram em vigor (Marques, 2019). É certo que durante o mandato de Lula e, posteriormente, na gestão de Dilma Rousseff (1º de janeiro de 2011 a 31 de agosto de 2016), houve uma redução significativa do desmatamento na Amazônia, tal como demonstra a Figural, anteriormente apresentada. Além disso, a partir das estratégias e iniciativas implementadas na área social, em 2014, o Brasil deixa de figurar no Mapa da Fome formulado pela ONU. Naquele ano, a FAO registrou menos de 5% da população brasileira em condição de insegurança alimentar grave, o que representou uma conquista histórica para o país.

Em contrapartida, nesse mesmo período, assiste-se à investida avassaladora do capital e à apropriação predatória dos recursos naturais na Amazônia, especialmente a extração mineral. Nessa lógica, os recursos hídricos deixam de ser compreendidos como bens comuns essenciais à reprodução da vida e dos ecossistemas para serem convertidos em insumos energéticos estratégicos aos processos de acumulação. A água, portanto, é subordinada aos interesses das grandes frentes de expansão capitalista, servindo de base para a infraestrutura necessária ao beneficiamento mineral e à integração regional subordinada ao mercado global. Exemplo nítido dessa apropriação é a construção de empreendimentos hidrelétricos como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte no município de Altamira (PA). Durante os governos Lula e Dilma não se mediram esforços para a aprovação do projeto, sendo a obra definida como prioridade do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

De acordo com Mello (2013), as estratégias governamentais atuaram de duas maneiras: a primeira, disponibilizando os recursos públicos à iniciativa privada e, a segunda, flexibilizando as leis ambientais e indigenistas, enfraquecendo os órgãos de

fiscalização ambiental como a FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), entre outros. Em decorrência disso, os indígenas e ribeirinhos que habitam nos arredores da barragem foram expulsos, tendo seus direitos totalmente violados e negados. Sem mencionar os impactos ambientais causados, o desflorestamento, o assoreamento dos rios e a morte de espécies aquáticas. O resumo executivo “Hidrelétricas na Amazônia: e depois?” apresenta os resultados da pesquisa coordenada por Emilio Moran³. De acordo com o estudo mencionado, o assoreamento dos rios e a mortalidade dos peixes levou à diminuição da atividade pesqueira, comprometendo o acesso da população local a esse alimento, que é a base da sua alimentação. O uso do solo também sofreu alterações afetando, principalmente, os pequenos produtores. Com a redução das áreas de floresta, houve o aumento da pastagem e a perda da vegetação natural. Além disso, a migração dos plantios em áreas de várzea para terra firme ocasionou a diminuição dos cultivos agrícolas (Moran *et al.*, 2024).

Na concepção de Josué de Castro (1984), essa situação de desajustamento econômico e social é consequência da inaptidão do Estado Político para servir de poder equilibrante entre os interesses nacionais e dos monopólios estrangeiros. Conforme o autor, os governos se mostram quase sempre incapazes para impedir essa voraz interferência dos monopólios estrangeiros na marcha da nossa economia. Para Castro (1984), foram os interesses do capital externo que predominaram, historicamente, orientando a economia brasileira para a exploração primária da terra e a exportação das matérias-primas assim obtidas. Dessa forma, desenvolveu-se, no Brasil, a sua vocação oceânica, exportando toda sua riqueza potencial – a riqueza do solo e de sua mão de obra – por preços irrisórios, ao ponto de não sobrar recursos para atender as necessidades internas do país: bens de consumo para o seu povo e equipamentos para o seu progresso (Castro, 1984).

Mediante a insatisfação popular com os governos petistas e o sentimento de ódio de classe, somado ao protagonismo da indústria midiática e da burguesia autocrática, arquitetou-se o golpe que levou ao *impeachment* da presidenta Dilma, em 2016, e à posse de Michel Temer ao cargo (Souza; Soares, 2019). Com isso, instaura-se uma era de

³ Professor da Universidade Estadual de Michigan (Estados Unidos) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Moran é coordenador do projeto “Depois das hidrelétricas: processos sociais e ambientais que ocorrem depois da construção de Belo Monte, Jirau, e Santo Antônio na Amazônia Brasileira”, composto por uma equipe de pesquisadores de diversas instituições e países. A pesquisa é apoiada pela da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), no âmbito da São Paulo Excellence Chairs (SPEC). O estudo teve início em 2013, foi aprovado para a segunda fase, em 2020, e está em andamento.

desmontes no campo dos direitos sociais, como a Emenda Constitucional nº 55, de 2016, que implicou o congelamento dos recursos públicos pelos próximos vinte anos destinados aos direitos fundamentais, entre eles a alimentação.

Visando a atender unicamente o capital financeiro, o governo Temer (2016-2018), aliado à bancada ruralista, promoveu uma série de flexibilizações nas leis ambientais, sendo a Amazônia o grande palco. Entre as alterações legislativas destaca-se a sanção da Medida Provisória nº 759, de 2016, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana e na Amazônia Legal, posteriormente, convertida na Lei nº 13.465/2017, conhecida como a MP da grilagem. Esse marco normativo estabelece a regularização de ocupações ilegais feitas até 2008, com área de até 2.500 mil hectares (anteriormente, regularizadas via licitação) e de proprietários com mais de um imóvel (Marques, 2019; Cunha, 2017). Além disso, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto, sendo reduzido à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), levando ao enfraquecimento das políticas públicas de reforma agrária. Em suma, esse conjunto de medidas concorreu para o avanço do agronegócio, o garimpo ilegal, a grilagem, a violência no campo e, conseqüentemente, maior degradação ambiental e a desterritorialização dos povos e comunidades tradicionais.

Essa conjuntura que já se apresentava negativa e preocupante, com o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) agravou-se consideravelmente. Nessa gestão governamental, a região amazônica é considerada, essencialmente, como um espaço de exploração econômica. Planos de modernização para Amazônia, com o intuito de retirá-la do “atraso”, marcaram as falas presidenciais. Longe de atender as demandas da região, essas ideias desenvolvimentistas têm por finalidade a exploração dos seus recursos naturais, visando a atender tão somente os interesses do mercado externo. Além disso, tais discursos invisibilizam as comunidades tradicionais (ribeirinhos, indígenas, quilombolas e demais povos amazônicos) que ocupam o território, mascarando as expressões da questão social e os conflitos historicamente existentes.

Com o caráter ultraconservador, o governo Bolsonaro seguiu fielmente o modelo neoliberal, promovendo privatizações e o desmonte de toda e qualquer política pública, além da extinção de conselhos de participação popular. Práticas autoritárias, ferrenhos ataques aos direitos humanos, acirramento dos discursos de ódio de classe e ao partido dos trabalhadores, propagados desde o *impeachment* da presidenta Dilma, e o compartilhamento de Fakes News, foram posturas adotadas na gestão de Jair Bolsonaro. De acordo com Cohn (2020), é um governo marcado pela *aporofobia*, ou seja, aversão

aos pobres, por meio de medidas perversas que penalizam as classes subalternas e dificultam o acesso aos benefícios e programas sociais.

Em apoio aos grandes latifundiários, sendo favorável ao agronegócio e à mineração, vislumbrando tão somente o lucro, Bolsonaro adotou diversas medidas que inibiram a atuação dos órgãos de fiscalização ambiental, contribuindo para a grilagem e o desmatamento ilegal. Não é à toa que, entre 2019 a 2022, registrou-se a maior perda florestal na Amazônia desde 2008, sendo 10.700 km² e 12.500 km² de área desmatada, respectivamente (INPE, 2023). Como mencionado no item anterior, 51% do desmatamento no bioma amazônico, entre 2019 e 2021, ocorreu em terras públicas (Alencar *et al.*, 2022). Além disso, entre 2016 e 2020, houve um aumento de 55% de área registrada irregularmente como propriedade particular dentro de terras indígenas (TI's) na Amazônia, e o número de Cadastro Ambiental Rural (CAR) cresceu 75% nesse mesmo período (Fellows *et al.*, 2021).

O CAR é uma conquista do Código Florestal Brasileiro, Lei nº 12.651, de 2012, consiste em uma base de dados estratégica para controle, monitoramento, combate ao desmatamento e planejamento ambiental e econômico, sendo, portanto, um registro público obrigatório. De acordo com estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), os grileiros utilizam-se dessa ferramenta para declarar, de modo fraudulento, terras públicas como propriedade privada. Esse cadastro funciona como um documento autodeclaratório, nele é feito o georreferenciamento do imóvel declarado. Após a construção do mapa da área, o proprietário recebe um cadastro provisório. A próxima etapa é a validação do CAR, no entanto, esse processo tem sido muito lento. Em decorrência disso, os grileiros usam essa provisória como um instrumento fundiário para especulação imobiliária, algo que tem sido aceito por muitos bancos e compradores de terras como comprovação da propriedade (IPAM, 2024).

Outro dado importante refere-se ao avanço do agronegócio na região amazônica. Conforme Costa (2016), esse modelo de produção tem sido amplamente alardeado como solução para o problema da fome no mundo. No entanto, por se tratar de um modelo que necessita de grandes extensões de terra, que devem ser asseguradas a qualquer custo, tem resultado na concentração de terras, expulsão dos povos e comunidades tradicionais e pequenos agricultores, além do desaparecimento ou encolhimento das pequenas propriedades agrícolas e, conseqüentemente, a diminuição na oferta de alimentos. No estado do Pará, por exemplo, observa-se a expansão do cultivo da soja. De acordo com a FAPESPA (2024a), a produção das lavouras temporárias de soja no Pará apresentou

avanço significativo, entre o período de 2019 e 2021. Em 2019, a área cultivada foi de 577.764 hectares, no ano de 2020, foram 643.267 hectares e, em 2021, 753.781. Já nos dois anos seguintes, observa-se um salto de áreas plantadas, de 839.560 hectares, em 2022, para 1.007.539, em 2023. Esse modelo, além da desterritorialização de pequenos produtores e dos povos e comunidades tradicionais, apresenta um alto risco à saúde humana e ao meio ambiente, visto que, para produção em larga escala e em tempo prévio, são utilizados agrotóxicos e espécies de sementes transgênicas. Trata-se de um agro que não visa à erradicação da fome, mas sim, unicamente o lucro e a produção de *commodities* (Fernandes; Moser; Schappo, 2023).

Cabe ainda mencionar as repercussões da pandemia de COVID-19, assim classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020. A letalidade da doença, a velocidade de disseminação e o insuficiente conhecimento, até então, da comunidade científica sobre o novo coronavírus, geraram instabilidade, não somente no aspecto epidemiológico, mas também social, político e econômico em escala global.

Para controlar a propagação do vírus, a OMS recomendou a adoção de medidas de prevenção, entre elas: o uso de máscara, a higienização das mãos e o distanciamento social. No Brasil, o cenário pandêmico foi marcado por intensos conflitos de classe e tensionamentos políticos, somado ao grande desafio de enfrentamento da doença em um contexto de extrema desigualdade social. Em Manaus, capital do Amazonas, por exemplo, a situação foi caótica. Conforme Barreto *et al.* (2021), na primeira onda da pandemia, em maio de 2020, o estado apresentou elevadas taxas de incidência e mortalidade pela Covid-19, isso ocasionou crise no sistema funerário. Valas foram abertas para dar conta da alta demanda de sepultamentos, cena que causou grande sofrimento à população. Já na segunda onda, final de 2020 e início de 2021, o sistema de saúde público (SUS) e privado entrou em colapso: hospitais superlotados, escassez de materiais hospitalares, falta de leitos nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI) e a crise de oxigênio, que culminou na morte de pacientes por asfixia, evento que chocou o mundo (Barreto *et al.*, 2021).

Frente a isso, o presidente da república utilizou-se dos meios de comunicação para propagar desinformações, impactando negativamente o enfrentamento da pandemia. Falas polêmicas de desqualificação quanto à letalidade do vírus; posturas contrárias às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde; supostos tratamentos para covid-19 com hidroxicloroquina; discursos de incredibilidade e desqualificação das vacinas que estavam sendo produzidas para a prevenção do vírus, isso tudo gerou medo e insegurança na população e, em alguns casos, a rejeição ao imunizante. Esse posicionamento cruel e

de total indiferença, de Jair Bolsonaro, com a saúde dos(as) brasileiros(as), custou muitas vidas.

Esse cenário tenebroso de retrocessos no campo dos direitos sociais, desmonte das políticas públicas, crise ambiental com elevadíssimas taxas de desmatamento na Amazônia, crise econômica que refletiu na perda de emprego e redução da renda da população assalariada e aumento do preço dos alimentos, somado à crise pandêmica, concorreu para o agravamento das desigualdades sociais já existentes. Com o crescimento da pobreza no país, a fome, que já se anunciava desde 2016, elevou-se assustadoramente e, em 2021, conforme o relatório da FAO (2022), o Brasil volta a configurar o Mapa da Fome.

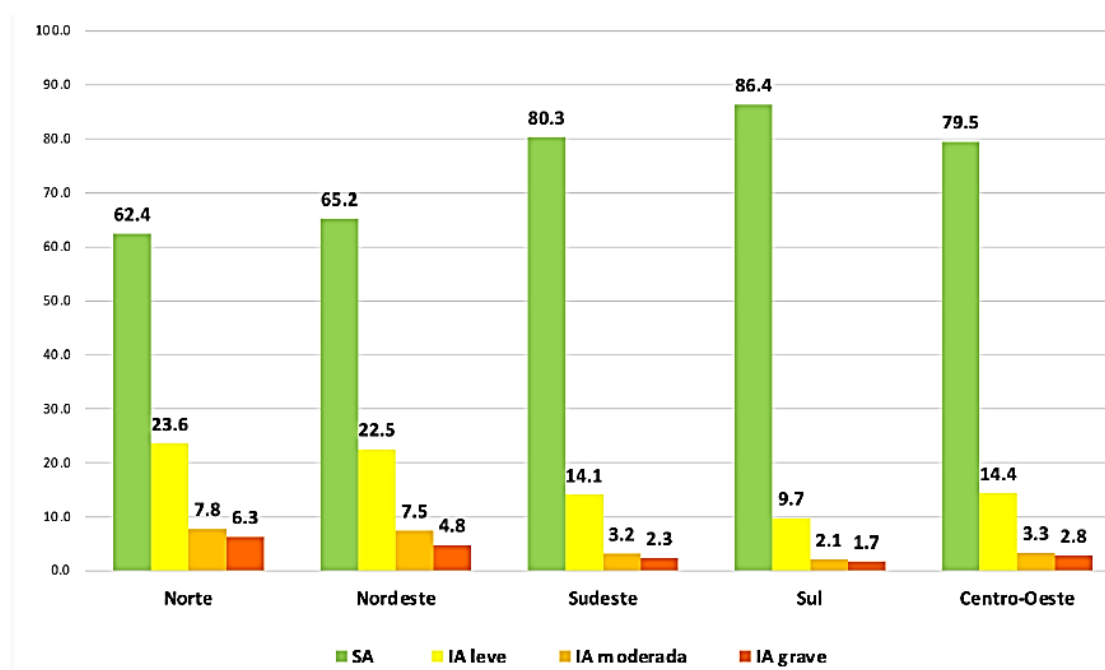
De acordo com o primeiro inquérito realizado no final de 2020, pela Rede PENSSAN, do total de 211,7 milhões de brasileiros (as), 116,8 milhões conviviam com algum grau de insegurança alimentar, desses, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões enfrentavam a fome (I VIGISAN, 2021). Já na segunda edição da pesquisa supracitada, realizada entre novembro de 2021 e abril de 2022, 125,2 milhões de pessoas encontravam-se em insegurança alimentar e mais de 33 milhões em situação de fome, expressa pela insegurança alimentar grave no Brasil. O agravamento da fome é assustador, considerando o seu maior nível, houve um salto de 9% (19,1 milhões de pessoas), no primeiro inquérito, para 15,5% (33,1 milhões de pessoas), no segundo, ou seja, são 14 milhões de novos brasileiros convivendo com a fome em pouco mais de um ano. Além disso, o segundo inquérito, tal como o primeiro, demonstrou que os domicílios rurais apresentam maiores índices de insegurança alimentar grave (18,6%), já nas áreas urbanas o percentual foi de 15,0% (II VIGISAN, 2022).

Com a mudança de governo em 2023, quando Luiz Inácio Lula da Silva retorna à presidência do país, observa-se a retomada de uma série de medidas importantes no âmbito da segurança alimentar. O Sisan foi reativado, restituindo o CONSEA com forte participação da sociedade. Um marco importante foi a publicação do Decreto nº 11.476, em 6 de abril de 2023, que regulamenta o PAA. Esse novo formato prioriza o fomento da produção familiar de povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, assentados da reforma agrária, negros, mulheres e juventude rural. Além do PAA, outras iniciativas foram ampliadas – como o PNAE, banco de alimentos e as cozinhas solidárias –, paralelamente ao fortalecimento das políticas de transferência de renda e à valorização e ao financiamento da agricultura familiar.

Como resultado dessas iniciativas, de 2023 para 2024, o total de domicílios em insegurança alimentar caiu de 27,6% para 24,2%, o que representa uma redução de 21,1 milhões de lares para 18,9 milhões nessa condição em 2024. Os dados são do módulo de Insegurança Alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao quarto trimestre de 2024. O mesmo levantamento revela que 75,8% dos domicílios brasileiros (o que equivale a 59,3 milhões de lares) tinham acesso regular aos alimentos. Com isso, conforme divulgado em julho de 2025, o Brasil sai do Mapa da Fome da ONU. Essa conquista, considerada histórica, marca a segunda vez que o país deixa essa condição e foi alcançada em tempo recorde, em aproximadamente dois anos. Entretanto, esse significativo avanço não implica a erradicação da fome no país. Segundo IBGE (2025a), cerca de 2,5 milhões de domicílios passaram por privação quantitativa de alimentos, em 2024.

Ao analisar os dados da PNAD Contínua, observa-se que a fome no Brasil é marcada por profunda desigualdade regional: as regiões Norte e Nordeste, notavelmente, apresentam menor proporção de segurança alimentar e a maior de insegurança alimentar. O gráfico, a seguir, ilustra essa disparidade, apresentando os percentuais de Segurança Alimentar (SA) e os níveis de Insegurança Alimentar (IA) nas grandes regiões do país.

Figura 2 - Distribuição percentual dos domicílios particulares, por situação de Segurança Alimentar (SA) e os níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo as macrorregiões brasileiras, em 2024



Fonte: IBGE, (2025a).

Mediante os dados, observa-se que a prevalência de segurança alimentar é significativamente maior nas regiões Sul (86,4%), Sudeste (80,3%) e Centro-Oeste (79,5%). Em contrapartida, nessas mesmas macrorregiões, a insegurança alimentar grave apresentou os percentuais mais baixos, atingindo 1,7% no Sul, 2,3% no Sudeste e 2,8% no Centro-Oeste. Nas regiões Norte e Nordeste, embora mais da metade da população tenha acesso à alimentação regular, com índices de segurança alimentar de 62,4% e 65,2%, respectivamente, a fome se mostra mais latente nesses territórios. Conforme os dados, a região Norte apresentou 7,8% de insegurança alimentar moderada e 6,3% de insegurança alimentar grave. No Nordeste, os percentuais foram de 7,5% (moderada) e 4,8% (grave). Entre as macrorregiões brasileiras, o Norte lidera o *ranking* da fome no país, com o Pará destacando-se entre seus estados e ocupando o primeiro lugar no cenário nacional, com 17,1% dos domicílios em insegurança alimentar moderada ou grave (IBGE, 2025a).

Essa grave constatação contemporânea ecoa no diagnóstico pioneiro de Josué de Castro (1984), que, em sua clássica obra, já identificava e analisava a estrutural regionalização da fome no país. Em seus estudos, Castro (1984) considerou a área Amazônica, junto com a Zona da Mata Nordestina, como áreas nitidamente de fome endêmica, ou seja, com manifestações permanentes. Já o Sertão Nordeste foi classificado como epidêmico, restringindo-se ao período da seca. As áreas Centro-Oeste e Extremo Sul, por sua vez, foram caracterizadas por apresentarem formas mais amenas e não tão graves, ou seja, a subnutrição, embora nesses territórios haja grupos, representantes de determinadas classes sociais, e não massas populacionais inteiras, em situação de fome endêmica. Assim, a persistência da fome nessas áreas evidencia a atualidade do seu pensamento.

Os dados da PNAD Contínua de 2024 também revelam desigualdades raciais, de gênero, de classe e geracionais no acesso aos alimentos. No que diz respeito ao gênero, a participação das mulheres como responsáveis pelo domicílio (51,8%) é maior que a dos homens (48,2%). No entanto, quando olhamos para a segurança alimentar, essa relação se inverte. O percentual de insegurança alimentar grave é maior em lares chefiados por mulheres (57,6%) do que em lares chefiados por homens (42,4%). Além disso, os domicílios chefiados por pessoas pardas apresentam maiores percentuais de insegurança alimentar. Segundo a IBGE (2025a), no Brasil, 41,5% dos domicílios são chefiados por pessoas brancas, 12,2% por pessoas pretas e 45,1% por pardos. Ao analisar a insegurança

alimentar moderada e grave, a disparidade torna-se evidente. Em domicílios chefiados por pessoas brancas, os percentuais foram 25,4% (moderada) e 24,4% (grave). Nos domicílios chefiados por pessoas pretas, a moderada foi de 17,1% e a grave 16,9%. Já os domicílios com responsáveis de cor ou raça parda, os percentuais de insegurança alimentar moderada e grave foram de 56,3% e 56,9%, respectivamente, mais que o dobro da parcela que representa os domicílios de pessoas brancas.

É importante destacar que no Censo 2022 as classificações étnico-raciais “negra” e “parda” foram agrupadas separadamente, e a pesquisa demonstrou um crescimento significativo da população parda. Segundo o IBGE (2022), cerca de 92,1 milhões de pessoas se declararam pardas no Brasil, representando 45,3% da população. Em termos de macrorregiões, o Norte apresentou a maior proporção de pessoas pardas, com 67,2%. Dentro dessa região, o Pará se destacou com 69,9% da população declarando-se parda. Embora o objetivo aqui não seja analisar as classificações étnico-raciais e as questões relacionadas ao reconhecimento racial, esses dados servem para um propósito claro. O intuito é evidenciar o crescimento da população parda no Brasil e, com base nisso, demonstrar que esse grupo populacional enfrenta com mais ênfase a insegurança alimentar grave, além de destacar o estado do Pará como um território com a maior percentagem de pessoas pardas e que, ao mesmo tempo, encontra-se em condição de fome no país.

O grau de escolaridade também incide no acesso à alimentação. Conforme a IBGE (2025a), em 2024, 5% do total de lares são chefiados por responsáveis sem instrução, e 11% desses domicílios encontram-se em condição de fome. A pesquisa ainda revelou que o problema é mais acentuado no grupo de responsáveis com ensino fundamental incompleto ou equivalente: embora representem 26,7% do total de lares, 46,4% desses domicílios vivenciam insegurança alimentar em nível grave.

A ocupação e formalização do responsável pelo domicílio também produzem impactos na garantia de aquisição de alimentos. Segundo a PNAD Contínua de 2024, a proporção de domicílios em segurança alimentar é significativamente maior quando o responsável é empregado no setor privado com carteira assinada, atingindo 23,4% desses domicílios. Em contraposição, nos lares onde o responsável não tinha carteira de trabalho assinada, essa proporção foi de apenas 6,6%. Ao analisar a insegurança alimentar (em qualquer grau), destacam-se quatro grupos de ocupação do responsável: por conta própria (17,0%); empregados do setor privado sem carteira de trabalho assinada (8,6%); trabalhador doméstico (6,5%); e outros casos (47,5%), que englobam os responsáveis sem

emprego e outros casos. Juntos, esses quatro grupos respondem por 79,6% do total de casos de insegurança alimentar. Por fim, na situação mais crítica de insegurança alimentar grave, destacam-se os responsáveis ocupados por conta própria (15,5%), seguidos por aqueles na condição de empregado do setor privado com carteira de trabalho assinada (8,3%) e trabalhador doméstico (6,7%) (IBGE, 2025a).

No que diz respeito à renda mensal domiciliar per capita, os dados da PNAD Contínua revelam que a condição de fome se concentra nos lares com rendimentos mais baixos. Em 2024, os domicílios com $\frac{1}{4}$, $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo apresentaram, respectivamente, percentuais de insegurança alimentar moderados ou graves de 18,9%, 23,6% e 29,4%. Embora essas três classes cubram juntas 41,0% dos domicílios do país, elas respondem por 71,9% do total de casos em condição de privação alimentar. Já a classe com os maiores rendimentos, com mais de 2 salários mínimos, responde por apenas 3,9% dos casos de insegurança alimentar moderada ou grave, apesar de abranger mais de $\frac{1}{5}$ do total de domicílios (24,4%).

Em relação ao número de moradores, a distribuição dos domicílios é a seguinte: 74,3% tem até 3 moradores, 24,6% têm de 4 a 6 integrantes e, 1,1% possuem 7 ou mais moradores. Os dados da PNAD Contínua revelaram que a fome se expressa com maior intensidade nos domicílios menores. O percentual de insegurança alimentar (em qualquer grau) encontrado nesses grupos foi 69,8% (até 3 moradores), 28,2% (4 a 6 moradores) e 2% (7 ou mais moradores), respectivamente (IBGE, 2025a). Outro dado relevante é o aumento da insegurança alimentar em domicílios com crianças e adolescentes. De acordo com a pesquisa, (3,3%) da população de 0 a 4 anos de idade e (3,8%) da população de 5 a 17 anos de idade conviviam com a insegurança alimentar em seu nível grave, em 2024. Além disso, a pesquisa demonstrou que a fome atinge de forma mais severa os moradores das áreas rurais, – em geral são agricultoras/agricultores familiares, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, entre outros. Segundo a PNAD Contínua, 31,4% dos domicílios rurais enfrentam a insegurança alimentar. Em seu nível mais grave, 4,6% da população rural tem privações no acesso aos alimentos (IBGE, 2025a).

A PNAD Contínua, cujos dados foram coletados pelo IBGE em 2024, não disponibilizou informações específicas sobre a insegurança alimentar entre os povos e comunidades tradicionais. Os dados estatísticos cumprem um papel fundamental na identificação de demandas sociais. No caso desses grupos, além de conferir visibilidade, possibilita a elaboração de políticas públicas que atendam às suas particularidades. Assim,

a carência de dados oficiais sobre a fome releva, entre outras coisas, a marginalização e a invisibilidade histórica vivenciada por esses grupos sociais perante o poder público.

É sabido que historicamente essas populações são impactadas pela insegurança alimentar e têm seus direitos fundamentais violados. Com efeito, a partir dos dados obtidos pelo Censo Demográfico de 2022, por exemplo, identificou-se que os povos indígenas não têm acesso a direitos básicos fundamentais, como educação e saneamento. De acordo com a pesquisa supracitada, a população indígena residente no Brasil é de 1.694.836 pessoas, sendo que 36,75% reside em terras indígenas e 63,25% fora do seu território. A taxa total de alfabetização das pessoas indígenas com 15 anos ou mais de idade foi 84,95% em 2022, abaixo da taxa nacional (93,00%) para esse grupo etário. Já o percentual total de analfabetismo foi 15,05% desse contingente populacional, 2,1 vezes acima da taxa nacional, que é de 7,00% (IBGE, 2024b). Sobre o saneamento básico, a pesquisa revelou que 56,98% dos domicílios localizados em Terras Indígenas não têm acesso a abastecimento de água, destinação de esgoto e coleta de lixo. Já nos domicílios particulares permanentes, com pelo menos um morador indígena, esse percentual foi de 17,30% (IBGE, 2024b).

Diante disso, reitera-se a importância dos dados estatísticos como fonte de informação das demandas sociais e da formulação de políticas públicas, e a pesquisa acadêmica como um importante recurso de visibilidade aos povos e comunidades tradicionais historicamente pauperizados e marginalizados.

Ressalta-se, contudo, que, apesar dos avanços que contribuíram para a saída do Brasil do Mapa da Fome da ONU, por meio da retomada das políticas de SAN, ainda há um longo caminho a ser percorrido rumo à erradicação da fome no país. Evidência disso é que cerca de 2,5 milhões de domicílios brasileiros passaram por privação quantitativa de alimentos, em 2024, atingindo não apenas os adultos da família, mas também crianças e adolescentes (PNAD, 2025). No contexto dos direitos humanos, a superação dessa condição é um compromisso ético-político de justiça social, pois a dignidade de cada pessoa exige a plena garantia da alimentação adequada e saudável. Além disso, quando nos referimos à alimentação e sustentabilidade, os desafios são ainda maiores, diante de sistemas alimentares que degradam o meio ambiente e provocam efeitos climáticos que afetam diretamente a segurança alimentar da população. No item a seguir apresentar-se-á a agricultura de sustentação, um modelo agrícola oposto aos grandes empreendimentos capitalistas, em que se encontram presentes relações de cooperação, policultura e práticas sustentáveis.

2.3 FLORESTA, ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA DE SUSTENTAÇÃO

Para Josué de Castro há uma inter-relação entre a fome e a questão agrária e a importância da agricultura de sustentação na ampliação das possibilidades alimentares de uma região (SCHAPPO, 2008). Essas temáticas que naquele período eram apresentadas de forma desconectada, serão aprimoradas em *Geografia da Fome*. Para a construção da sua análise, Josué problematiza a estrutura agrária do país, o autor faz uma crítica à economia mercantil baseada na exportação de matéria-prima aos países europeus e, posteriormente, aos Estados Unidos. Esse processo de exploração das riquezas desdobrou-se em ciclos sucessivos de economia destrutiva ou, pelo menos, desequilibrante da saúde econômica da nação: “o do pau-brasil, o da cana-de-açúcar, o da caça ao índio, o da mineração, o da ‘lavoura nômade’ do café, o da extração da borracha e, finalmente, o da industrialização artificial baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime de inflação” (Castro, 1984, p. 281).

Conforme Josué de Castro, tais acontecimentos históricos, que marcaram a economia brasileira, contribuíram para o modelo agrário exportador, “Orientada a princípio pelos colonizadores europeus e depois pelo capital estrangeiro, expandiu-se no país uma agricultura extensiva de produtos exportáveis ao invés de uma agricultura intensiva de subsistência, capaz de matar a fome do nosso povo” (Castro, 1984, p. 281).

Nessa perspectiva, Josué incorpora em sua abordagem aspectos sociais, políticos, históricos, econômicos e culturais, articulando-os à realidade brasileira, um país subdesenvolvido, de economia capitalista dependente e atrasada, marcado historicamente pela escravidão e servidão indígena, e que tem como base o modelo agroexportador. Assim, para o referido autor, a fome é decorrência da ação humana, resultado da exploração econômica, que gera a concentração de renda e as desigualdades sociais. Mas, sobretudo, está diretamente relacionada à estrutura agrária tradicional baseada no latifúndio e na monocultura, oriundos do processo de colonização.

É fundamental destacar que a análise de Josué de Castro sobre a estrutura agrária não se restringe à realidade brasileira, mas insere-se na dinâmica histórica de espoliação que caracteriza a formação social da América Latina. Em sua obra, Castro (1984), denunciou que uma das maiores contradições do continente latino-americano é o estado da fome em que vegetam suas populações, caracterizando-a como uma das mais graves

misérias das terras da América. Embora o território latino-americano disponha de enormes reservas naturais, o autor observa que ele não dispõe do mínimo indispensável de alimentos para satisfazer as necessidades dos seus habitantes. Ocorre que, conforme Castro (1984), as nações latino-americanas preocuparam-se demasiadamente com as demandas dos outros continentes, especialmente da fascinante Europa, esquecendo-se de seus próprios problemas.

Nesse sentido, a reflexão de Castro (1984) converge com a tese de Eduardo Galeano (2012) sobre a divisão internacional do trabalho, na qual a especialização dos países é determinada por uma relação de dominação: enquanto uns se especializam se especializam em ganhar, a América Latina especializou-se em perder. Desde o período colonial, o continente permanece inserido globalmente em uma posição subalterna, atuando como reserva de matérias-primas para atender o capital estrangeiro. Essa estrutura de servidão econômica faz com que o petróleo, o ferro, a carne e os cultivos de exportação sejam destinados aos países ricos que, ao consumi-los, apropriam-se da mais-valia e do lucro, enquanto a América Latina arca com o ônus da degradação de suas terras e da fome de seus povos (Galeano, 2012).

Essa especialização em perder, denunciada por Galeano, materializa-se em todo continente latino-americano através da imposição do latifúndio e da monocultura exportadora – pilares de uma estrutura agrária colonial que, ainda hoje, subordina a terra à lógica da mercadoria. No Brasil, essa dinâmica assume contornos dramáticos, constituindo o que José de Castro identifica como a raiz de uma economia destrutiva, a qual expropria os povos e comunidades tradicionais e os pequenos agricultores de seus territórios, priorizando o abastecimento externo enquanto produz a fome da população. É a partir dessa compreensão que o autor destaca a importância da agricultura de sustentação no combate à fome, caracterizada pela policultura de alimentos, cultivos de pequena escala, práticas sustentáveis, trabalho cooperativo e valores solidários como o auxílio mútuo (Schappo, 2008).

A agricultura de sustentação é apresentada na obra do autor em diferentes momentos, sobretudo, nas análises feitas a respeito dos históricos cultivos tradicionais dos quilombolas e sertanejos no Sertão do Nordeste. Josué de Castro destaca a diversidade dos produtos cultivados pelos negros como uma forma de ampliação das possibilidades alimentares e de resistência frente à monocultura da cana-de-açúcar.

Como povo de tradição agrícola, de tipo de agricultura de sustentação, o negro reagia contra a monocultura de forma mais produtiva do que o índio. Desobedecendo às ordens do senhor e plantando às escondidas seu roçadinho de mandioca, de batata-doce, de feijão e de milho. Sujando aqui, acolá, o verde monótono dos canaviais com manchas diferentes de outras culturas. Benditas manchas salvadoras da monotonia alimentar da região (Castro, 1984, p. 133).

Segundo Castro (1984), no início da colonização, houve uma tentativa de policultura, a partir da colheita das frutas silvestres e da caça dos animais da terra. No entanto, esse regime não se manteve e foi estancado pelo furor da monocultura da cana.

[...] as roças de mandioca abandonadas aos cuidados primitivos do indígena, sem o amparo e o interesse do colono, as plantações de laranja, de manga, de fruta-pão abandonadas à sua sorte ou apenas limitadas aos pequenos pomares em torno das casas grandes dos engenhos, para regalo exclusivo da família branca do senhor (Castro, 1984, p. 129).

Ao analisar a Área do Nordeste Açucareiro, Castro (1984) destaca a fertilidade do solo e o potencial da região para o cultivo de cereais, frutas, verduras e leguminosas de uma grande variedade. Entretanto, com o desenvolvimento da cana-de-açúcar, a policultura foi asfixiada e as pequenas propriedades engolidas pelo latifúndio, degradando, ao máximo, os recursos alimentares da região (Castro, 1984). Nesse sentido, Josué de Castro contribuiu para desmistificar a compreensão do tema da fome que, naquele período, estava associada a fatores climáticos ou de origem étnica. Além das transformações socioeconômicas, o cultivo extensivo da planta provocou intensos impactos ambientais, a destruição das florestas, o empobrecimento do solo e o esvaziamento das reservas de água.

Já no Sertão Nordestino a fome não atua de maneira permanente, ocorrendo no período da seca. Por esse motivo, Castro (1984) classificou-a como área de fome epidêmica. Conforme o autor, as secas periódicas desorganizam por completo a economia primária da região, dizimando o gado e arrasando as lavouras. Apesar dessa fatalidade climática que reduz o sertão a uma paisagem desértica, Josué de Castro considera o regime alimentar do sertanejo superior ao do Nordeste Açucareiro.

Não se constituiu o sertanejo num agricultor de produtos de exportação, para fins comerciais, como se praticava nas terras do litoral, mas um plantador de produtos de sustentação para seu próprio consumo. Um semeador, em pequena escala, de milho, feijão, fava, mandioca, batata-doce, abóbora e maxixe, plantados nos vales mais sumosos, nos baixios, nos terrenos de vazante, como culturas de hortas e jardins. Pequenas boladas de verdura que os senhores de engenho do brejo, plantadores de extensíssimos canaviais sempre olharam com desdém, chamando depreciativamente a este tipo de policultura do sertanejo, de “roça de matuto”. Roças de matuto diante das quais o homem do açúcar

torcia o nariz de grande senhor agrário, e que, no entanto, vieram a constituir um magnífico elemento de valorização das condições de vida regional, de diversificação do regime alimentar do sertanejo, bem superior em épocas normais ao da área da cana (Castro, 1984, pp. 191-192).

Ao reportar-se à zona de monocultura do cacau, o autor identifica a mesma tendência ao latifundiarismo avassalador da cana, com os mesmos métodos de devastação da floresta, visando unicamente ao lucro.

Trata-se de um tipo de agricultura mercantil, com os seus donos preocupados exclusivamente com o máximo de lucro, sem e menor interesse em beneficiar a terra ou melhorar as condições de vida locais, e disso temos um documento insofismável no *absenteísmo* dos “donos do cacau” (Castro, 1984, pp. 171-172).

Desse modo, Castro (1984) compreende que a atual realidade econômico-social do Nordeste é decorrente de graves erros acumulados durante anos, sendo o principal responsável pela alimentação deficiente da população. Na concepção do autor, para promover o desenvolvimento socioeconômico é necessário atenuar esses desníveis, em vista do bem-estar da sociedade. Sendo assim, Josué de Castro propõe um combate aos latifúndios e à monocultura e sugere o incentivo à policultura, por meio de uma modernização intensiva, que viria satisfazer as necessidades alimentares do povo (Schappo, 2008).

Conforme Schappo (2008), a agricultura de sustentação desenvolvida pelos quilombos e sertanejos no Sertão apresenta-se na obra em oposição às práticas de monocultivos no Norte Açucareiro. Trata-se de policultivos de subsistência com o manejo de hortas e pomares à base de frutas, verduras e legumes, além de produtos de origem animal (leite, queijo, ovos, carne, entre outros) disponíveis por meio da criação de animais, que possibilitam uma alimentação diversificada e rica em nutrientes. Nessa agricultura são estabelecidas relações de cooperação e ajuda mútua, além de práticas sustentáveis que valorizam os hábitos alimentares e a cultura local. Nesse sentido, pode-se afirmar que Josué de Castro foi um precursor na defesa do meio ambiente e da sustentabilidade.

Para o intelectual pernambucano, a monocultura é uma grave doença na economia agrária do país, sendo a principal responsável pelo empobrecimento e a fome da população (Castro, 1984). Nessa perspectiva, ao analisar a realidade da Amazônia observa-se a atualidade das proposições de Josué de Castro. Como foi dito anteriormente, o açaí compõe o regime alimentar da população amazônica. O Pará é o maior produtor

nacional do fruto, em 2023, o estado produziu 167.625 toneladas na extração do vegetal (FAPESPA, 2024a). Em virtude de suas propriedades nutricionais e seu valor energético, o açaí se popularizou no mercado externo. Assim, o fruto que tinha como principal finalidade o consumo alimentar amazônico, tornou-se produto de interesses econômicos globais (Silva; Freitas, 2020). Vale ressaltar que o açaizeiro é uma planta comumente encontrada na Amazônia, sendo uma importante fonte de renda, especialmente para a população ribeirinha. Com a mercantilização do fruto, houve uma intensificação extrativista do cultivo do açaí. Segundo Santos e Porro (2024), essa “açaização” da Amazônia, além de homogeneizar a paisagem, tem provocado impactos ambientais, causando o empobrecimento florístico, por meio da eliminação de espécies nativas.

Essa destruição ambiental, em favor da recomposição das taxas de lucro, tem provocado desequilíbrios ecológicos severos como, por exemplo, a queda acentuada nos níveis dos rios da Amazônia, em 2023, considerada a maior seca já registrada na história da região, acompanhada de uma intensa onda de calor. Sabe-se que o deslocamento na Amazônia ocorre, em grande parte, por via fluvial. A baixa do volume dos rios dificultou o transporte da população, especialmente dos ribeirinhos, e impactou o acesso à água potável, aos alimentos, além de provocar a morte de espécies aquáticas.

De acordo com Silva e Freitas (2021), o aumento da demanda pelo fruto provocou alterações de múltiplas dimensões na vida dos ribeirinhos, de cunho ambiental, alimentar, econômico, social. Em sua pesquisa realizada no município de Igarapé-Miri, no estado do Pará, identificou-se que embora os ribeirinhos reconheçam que a proteção dos recursos naturais implica a própria sobrevivência, há a tendência de otimizá-los. Entre as principais alterações observadas, destaca-se a homogeneização da paisagem e a erosão do solo. Sobre as mudanças nos hábitos alimentares, Silva e Freitas (2021) destacam a facilidade na obtenção, a fartura existente, a quantidade e, principalmente, a acessibilidade a uma alimentação contínua.

Nessa direção, cabe ainda apresentar os percentuais de fome na região, especificamente, no estado do Pará. Conforme o II VIGISAN (2022), no período pandêmico, o Pará ocupou o 2º lugar no *ranking* nacional da fome, apresentando 22,4% de insegurança alimentar moderada e 30,0% de insegurança alimentar grave, sendo precedido apenas pelo o Amapá. Já em 2023, no pós-pandemia, de acordo com os dados da PNAD Contínua, embora o percentual de fome tenha reduzido significativamente em apenas um ano, o Pará liderou o *ranking* da fome no país, apresentando 10,8% de insegurança alimentar moderada e 9,5% de insegurança alimentar grave (PNAD, 2024).

Ocorre que, nesse ano de 2023, o Pará foi destaque nacional na exportação de açaí, como demonstrou os dados da FAPESPA (2024a). A expansão da monocultura do açaí é acompanhada da diminuição da diversidade vegetal e alimentar da região, expondo a população amazônica à condição de fome, tal como sinalizou Josué de Castro.

Ao retratar sobre o combate à fome no Nordeste, Castro (1984) afirma que ela não deve ser encarada como uma luta simplista contra a seca. Trata-se de uma luta contra o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional, expressão da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais da região. No que tange à região amazônica, suas afirmações são bastante pertinentes. Nos dizeres do autor, a Amazônia vivenciou, ao longo de sua trajetória, sucessivos ciclos destrutivos para a economia da região e do Brasil, de modo geral, que concorreram para o seu o subdesenvolvimento.

Atualmente, a Amazônia vivencia uma profunda crise socioambiental⁴ em decorrência, principalmente, das mudanças climáticas. As alterações de temperatura provocam eventos extremos, desde secas intensas a grandes cheias e inundações, adensando as desigualdades sociais e precarizando ainda mais a vida daqueles que se encontram em condição de fome.

O modelo agrícola baseado no agronegócio é uma das principais causas dessa crise socioambiental e climática. Trata-se de uma produção que tem por base o latifúndio e o monocultivo tendo em vista unicamente o lucro. Além da degradação ambiental, com o uso predatório dos recursos naturais e a utilização de agrotóxicos para produção em larga escala, provoca a desterritorialização dos povos e comunidades tradicionais e pequenos agricultores familiares, intensificando os conflitos por terra que são históricos na região.

O uso predatório da terra e dos recursos naturais, ancorado em uma racionalidade colonial, é o principal responsável pela condição de fome e pobreza de um grande contingente da população amazônica. Nessa perspectiva, Josué de Castro apresenta a agricultura de sustentação como um modelo agrícola alternativo aos grandes empreendimentos capitalistas, capaz de garantir o abastecimento dos alimentos,

⁴ A realização 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), em Belém, em novembro de 2025, foi atravessada por tensões e conflitos socioeconômicos e políticos. De um lado, os movimentos sociais, os povos e comunidades tradicionais, mobilizaram-se em defesa da preservação ambiental na garantia dos seus territórios, vistos como a base material necessária à produção e reprodução do seu modo de vida em todas as suas dimensões. Do outro, representantes do agronegócio, buscaram consolidar sua hegemonia discursiva, apresentando “falsas soluções” para a crise climática e tentando legitimar o modelo do latifúndio e monocultivo como suposta via de combate à fome, mascarando as contradições estruturais desse sistema.

contribuindo para a redução da fome e da desnutrição. A prática do policultivo possibilita a constituição de uma alimentação saudável (livre de agrotóxicos e transgênicos), variada e rica em nutrientes, promovendo, assim, o direito humano à alimentação adequada e saudável.

Nesses termos, a agricultura de sustentação constitui-se também em um projeto político de reforma agrária e de política alimentar e nutricional para o país, visto que a ausência do direito humano à alimentação não envolve apenas a falta de renda ou da disponibilidade de alimentos, mas vários outros fatores, como: o não acesso ao alimento, a falta de condições adequadas para produzi-lo, o não acesso à terra, a falta de condições de saúde ou de habitação, entre outras (Schappo, 2021). Nesses cultivos de subsistência, pautados na policultura e no conhecimento ancestral, são estabelecidas relações de cooperação e práticas sustentáveis. Assim, pode-se afirmar que a agricultura de sustentação é um modelo alternativo de sociabilidade, baseado no alimento como necessidade humana acessível a todas as pessoas.

3. (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR NA AMAZÔNIA: O ESTADO CAPITALISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS

*Põe tapioca. Põe farinha d'água
Põe açúcar. Não põe nada
Ou me bebe como um suco
Que eu sou muito mais que um fruto
Sou sabor marajoara. (Nilson Chaves, 2014)*

Este capítulo discute as políticas públicas e o Estado capitalista, com foco na Amazônia, e está dividido em cinco itens: o primeiro, *A política pública na sociabilidade capitalista: fundamentos, intervenção e o contexto neoliberal*, abordará inicialmente a gênese da política pública enquanto disciplina acadêmica e campo de conhecimento. A partir dessa contextualização, discutem-se as categorias Estado e política pública na sociabilidade capitalista, relacionando-as, por fim, ao direito humano à alimentação e à política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O segundo, *Marco conceitual e trajetória da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil*, apresenta o conceito de segurança alimentar e a trajetória da política de SAN no país. O terceiro, *A rede intersetorial como estratégia de ação na política de segurança alimentar e nutricional*, discorrerá sobre a categoria rede intersetorial e a destaca como diretriz da política de SAN. O quarto item, *Políticas públicas na e para a Amazônia*, discute as políticas públicas destinadas à região amazônica, considerando suas particularidades socioterritoriais. Por fim, *Articulação intersetorial no território amazônico*, apresenta os desafios da intersetorialidade na Amazônia.

3.1 A POLÍTICA PÚBLICA NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA: fundamentos, intervenção e o contexto neoliberal

A política pública, enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica, consolidou-se nos Estados Unidos de forma distinta das tradições europeias, emergindo sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado (Souza, 2006). Segundo Di Giovanni (2009), os estudos anteriores à década de 1960 foram norteados pelo *ethos* pragmático da cultura política norte-americana, voltando-se ao fornecimento de subsídios operacionais para ação governamental no pós-guerra. Essa trajetória estabeleceu uma peculiaridade terminológica na língua inglesa: a distinção entre *politics*,

referente às disputas e relações de poder (representação política, partidos, eleições, conflitos, etc), e *policy* (ou *policies*), que designa as diretrizes de atuação e condutas voltadas à solução de problemas. Tais definições, contudo, operam em um nível descritivo e operativo, ocultando as contradições de classe que fundamentam a existência do próprio Estado. Devido à carência de densidade nos aspectos metodológicos e teóricos, os estudos estadunidenses ainda enfrentam resistências no âmbito acadêmico crítico.

Diante da ausência de consenso conceitual, diferentes perspectivas coexistem na literatura. A definição de Thomas Dye (1972) permanece como a mais difundida, ao postular que as políticas públicas são “tudo o que um governo decide fazer ou deixar de fazer” (Dye, 1972). Contudo, Howlett, Ramesh e Perl (2013) a consideram tal proposição simplista, por conferir o mesmo tratamento de política pública a qualquer comportamento governamental. Em busca de nuançar essas atuações, Jenkins (1978) compreende a política pública como um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um ator ou grupo de atores políticos, visando a seleção de objetivos e dos meios necessários para alcançá-los em situações específicas. Já Peters (1986) a caracteriza como a soma das atividades dos governos que influenciam a vida dos cidadãos, enquanto Laswell (1936), entende que as decisões e análises sobre as políticas públicas implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (Souza, 2006).

Conforme Souza (2006), dada a natureza multidisciplinar do campo, o foco de análise recai sobre a natureza da política pública e a dinâmica de seus processos. Por este motivo, torna-se necessário buscar fundamentos em áreas como a sociologia, ciência política e a economia, uma vez que as políticas públicas repercutem nas relações econômicas e societárias. Assim, qualquer teoria precisa explicar as inter-relações entre Estado, política e sociedade.

Segundo Di Giovanni e Nogueira (2013), as transformações decorrentes da revolução tecnológica e da reorganização do capitalismo modificaram profundamente a estrutura, estratificação e dinâmica social. Novos e desafiadores dilemas surgiram, articulando-se a com iniquidades históricas que foram requalificadas e tornadas ainda mais complexas. Diante deste cenário, a visão restrita e tecnicista – que reduz a política pública a uma mera intervenção governamental em áreas consideradas socialmente problemáticas – demonstrou-se insuficiente. Neste sentido, a política pública passa a ser compreendida como uma forma de exercício do poder em sociedades democráticas, resultante da complexa interação entre Estado e sociedade. Por essa razão, Di Giovanni (2009) afirma que o conceito de políticas públicas possui um caráter evolutivo, na medida

em que a realidade material à qual se refere encontra-se em um processo constante de transformações históricas.

Segundo Fronza e Nogueira (2015), nos países em desenvolvimento – com destaque para a América Latina - a emergência do tema vincula-se à necessidade de elaborar políticas públicas que impulsionassem o crescimento econômico e reduzissem a pobreza provocada pela adoção do Consenso de Washington. Desse modo, na década de 1990, o foco de investigação sobre o Estado foi alterado, passando a valorizar a sociedade civil no âmbito das pesquisas, execução e avaliação das políticas sociais. Esse movimento corroborou as proposições do Estado mínimo, bem como as estratégias de privatização e terceirização dos serviços públicos.

No caso brasileiro, para Di Giovanni e Nogueira (2013), observam que, embora existam importantes experiências institucionalizadas, os estudos referentes as políticas públicas no Brasil ainda são incipientes. No entendimento dos autores, não se trata de um “atraso” teórico ou metodológico das subdisciplinas da Ciência Política brasileira; pelo contrário, a lacuna decorre do descompasso entre a produção de conhecimento e as respostas exigidas pelas demandas crescentes da sociedade brasileira no que tange ao tema.

Nessa perspectiva, a análise das políticas sociais requer o adensamento teórico acerca da lógica interventiva do Estado nesta sociabilidade. Para Mascaro (2013), o Estado constitui-se como um aparato essencialmente capitalista. Isso ocorre porque, em modos de produção anteriores, não havia uma separação estrutural entre aqueles que dominavam os setores econômicos daqueles que dominavam os setores políticos da sociedade, de modo geral eram controlados pela mesma classe, grupos e indivíduos (senhores de escravos ou senhores feudais). No capitalismo, entretanto, há um desdobramento político como instância específica frente ao econômico. Nesse sentido, o Estado vai se constituir como uma instância intermediária entre as classes (burguesa e trabalhadora) e, por meio de instituições jurídicas, irá assegurar a mercadoria e a exploração da força de trabalho sob forma assalariada. Por tal razão, Mascaro (2013) afirma que essa apartação entre Estado e a esfera econômica constitui-se na condição necessária à reprodução do capital.

Essa forma política estatal, contudo, só adquire sentido quando situada na lógica da acumulação. Conforme afirmam Iamamoto e Carvalho (2006), na sociedade capitalista, o capital é a relação social determinante que confere a dinâmica e a inteligibilidade de todo o processo da vida social. De acordo com os autores, o capital pressupõe como parte

de si mesmo o trabalho assalariado. O capital se expressa em mercadoria (meios de produção e meios de subsistência) e dinheiro. “A condição histórica para o surgimento do capital e o pressuposto essencial para a transformação do dinheiro em capital é a existência no mercado da força de trabalho como mercadoria” (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 39).

Nesta relação social, o trabalhador baixa à condição de mercadoria. Para sobreviver, ele vende sua força de trabalho para o capitalista burguês (proprietário dos meios de produção). Entretanto, nesse processo, o trabalhador não somente produz o necessário para sua subsistência, mas também um valor excedente. Esse trabalho não pago extraído da classe trabalhadora gera a mais-valia, fonte de riqueza do burguês e da miséria do proletário. “O trabalhador se torna mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria” (Marx, 2015, p. 80).

Nessa perspectiva, o trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser. Trata-se de um trabalho forçado, obrigatório, que não visa à satisfação de uma carência, mas somente a satisfação de necessidades fora dele. Por esse motivo, o produto do trabalho (o capital) é para o trabalhador algo estranho, que o aliena, uma vez que a riqueza produzida e reproduzida por ele é apropriada por outro, pela classe burguesa. O trabalho alienado reduz, portanto, a atividade humana a um meio de existência física, ademais, é a objetivação do trabalho alienado que gera a propriedade privada. “A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo” (Marx, 2015, p. 87). O salário é uma consequência do trabalho alienado, e o trabalho alienado é uma causa imediata da propriedade privada.

Nesse contexto, cabe ainda destacar as especificidades do meio rural, visto que as relações estabelecidas pela agricultura camponesa são distintas daquelas produzidas pelos empreendimentos capitalistas agrários. Conforme Wanderley (2014), numa perspectiva geral, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. Em função disso, é construída uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura. Aqui, a lógica da produção não visa ao lucro em detrimento da exploração da mão de obra alheia, mas sim, a reprodução da família por

meio das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo. É certo que o processo de globalização, a modernização da agricultura e o agronegócio tem impactado as populações rurais. No entanto, esse desenvolvimento das forças produtivas não significou a implantação de uma forma social de produção única e homogeneizada (Wanderley, 2003). Nesses termos, a agricultura camponesa caracteriza-se também como uma resistência frente à ordem econômica global.

Retomando a análise da relação capital-trabalho, conforme Iamamoto e Carvalho (2006), a luta da classe trabalhadora pela sobrevivência também se expressa em confrontos com o capital, ao reivindicar melhores salários, a redução na jornada de trabalho, na busca de reduzir o processo de exploração. A classe capitalista, zelando por seus próprios interesses, cuidará para que a conquista da classe trabalhadora não afete profundamente a continuidade da vida do capital. “Dada a primazia das relações de produção, o Estado, nesse contexto, corrobora por alimentar a dinâmica de valorização do valor, como também, a seu modo, as interações sociais dos capitalistas e dos trabalhadores, tudo isso num processo contraditório” (Mascaro, 2013, p. 23). Parte da riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora é apropriada pelo Estado e pelas classes dominantes e é redistribuída à população sob forma de serviços (Iamamoto; Carvalho, 2006).

Segundo Pereira (2016), o Estado sofre pressões de variados setores, inclusive da classe trabalhadora. Portanto, para assegurar sua legitimação, o aparato estatal precisa ceder. Entretanto, nos dizeres de Mascaro (2013), ao majorar impostos ou mesmo ao conceder aumento de direitos sociais, o Estado mantém a lógica do valor. Por esse motivo, Pereira (2016) afirma que embora mutualmente contraditório, tanto a acumulação quanto a legitimação devem ser alcançadas por meio da oferta de serviços em compasso com seu objetivo final, ou seja, o fortalecimento do sistema capitalista.

Sabe-se que o modo de produção capitalista é resultado de um longo processo de acumulação do capital que remonta à acumulação primitiva, assim denominada por Marx, até a era dos monopólios. Conforme Marques (2015), o capitalismo contemporâneo apresenta duas características principais. A primeira refere-se à mundialização do capital, do ponto de vista geográfico, não há lugar no mundo atual que não seja objeto da ação do capital. Já a segunda, diz respeito à centralidade alçada ao capital dito financeiro, ou seja, o capital portador de juros, nos dizeres de Marx (1981). A presença dominante do capital financeiro internacionalizado produz, por um lado, a concentração de riqueza, em um polo social e espacial, e, noutro, a polarização da pobreza e miséria. (Iamamoto, 2015).

Nesse processo, cria-se uma população sobrando, excluída da riqueza socialmente produzida, por vezes estigmatizada pela sua condição como “desocupados” e/ou “vagabundos”, o *exército industrial de reserva*. Nessa perspectiva, conforme Yazbek (2003), o Estado, para obter legitimidade, necessita desenvolver ações que ao menos no nível da aparência se voltem para o enfrentamento dessa desigualdade. De acordo com Netto (1992), o capitalismo monopolista, pela sua dinâmica e contradições, cria condições para que o Estado capturado por ele, ao buscar legitimação, seja permeável às demandas das classes subalternas. No entanto, conforme o referido autor, enquanto instituição burguesa, o Estado irá priorizar os interesses de sua classe, logo, as respostas dadas às demandas das classes subalternas são oferecidas na medida exata em que elas mesmas podem ser refuncionalizadas para o interesse direto e/ou indireto da maximização dos lucros.

É nesse contexto de contradição e conflitos entre as classes sociais que se encontra inserida a política social. Nos dizeres de Pereira-Pereira (2011), a política social consiste em um processo dinâmico, resultante de relações conflituosas entre interesses contrários de classes, ao qual tem se colocado, como mostra a história, a serviço de quem tem maior domínio sobre ela. Entretanto, também é por meio dela que os direitos sociais são garantidos e as necessidades humanas são atendidas. Em consonância, Pereira (2016, p. 79) compreende a política social como:

[...] processo de desenvolvimento e implementação de medidas geridas pelo Estado e demandadas pela sociedade como direitos devidos para suprir necessidades sociais e promover o bem-estar dos cidadãos – seja prevenindo contingências associadas ao trabalho e a inseguranças sociais, seja combatendo-as quando instaladas. Sua razão de ser tem a ver com a existência de desigualdades produzidas estruturalmente por um sistema social dividido em classes e reproduzindo historicamente por meio de relações de poder constantemente renovadas.

Nessa perspectiva, conforme Netto (1992), a intervenção do Estado burguês no capitalismo monopolista via política social é contínua, sistemática e estratégica. As sequelas da questão social são recortadas como problemáticas particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escola, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas, de modo fragmentado e setorizado.

Nesse contexto, é importante destacar as profundas mudanças no âmbito do Estado com a adesão da ideologia neoliberal. A partir da década de 1970, a economia mundial entra em crise e com o desmonte do Leste Europeu intensificou-se a concorrência por

novos mercados, acirrando a competitividade intercapitalista, que passou a exigir mudanças no padrão de produção (Iamamoto, 2009). Somado a isso, com o avanço científico, especialmente no campo da robótica e a microeletrônica, houve o emprego de novas tecnologias, o que exigiu novas formas de estruturação de serviços financeiros e inovações comerciais. Dessa forma, é moldado um novo processo de acumulação do tipo flexível, esse momento sócio-histórico é conhecido como terceira revolução industrial. Essa reestruturação produtiva, impulsionada pelo avanço tecnológico, produziu a redução da demanda de trabalho vivo e, conseqüentemente, o crescimento maciço do desemprego. Além da desregulamentação das leis trabalhistas, mudanças nas formas de contratação, novas modalidades de trabalho informal, condições de trabalho precarizadas, baixos salários. Intensifica-se a desigualdade em escala global, em detrimento do desigual desenvolvimento entre as regiões, e, conseqüentemente, cresce a pobreza e a miséria.

Nesse mesmo movimento, difundia-se pelos países imperialistas, posteriormente pelo mundo, os ideais do neoliberalismo⁵. A proposta neoliberal prevê o “enxugamento do Estado” em suas responsabilidades sociais, defende a privatizações de instituições estatais e a intervenção mínima economia. “O resultado é um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes, renunciando a importantes graus da soberania nacional, em um contexto no qual há ampla prevalência do capital financeiro” (Iamamoto, 2009, p. 35).

A redução do Estado incide diretamente na prestação de serviços sociais públicos. Com as privatizações, os serviços se tornam mercadoria, ou seja, para acessá-los é necessário pagar por eles. Nesse cenário, as políticas sociais se tornam cada vez mais focalizadas e descentralizadas. Critérios de seletividades são instituídos no âmbito das políticas para o acesso a direitos sociais universais, constitucionalmente garantidos, o que demonstra uma nítida regressão no campo dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora (Iamamoto, 2009).

No que tange ao direito humano à alimentação, essa retração do Estado será sentida, especialmente após o golpe parlamentar que culminou no *impeachment* da presidenta

⁵ De acordo com Pereira (2016), o neoliberalismo se organizou ideológica e politicamente a partir do livro *Caminho da servidão*, escrito em 1944 por Friedrich August von Hayek, como um forte ataque ao Partido Trabalhista inglês. Com o intuito de expandir o pensamento da teoria neoliberal, vários centros de estudos foram desenvolvidos, dentre as principais escolas, destaca-se: I) a Escola Austríaca, dirigida por Friedrich Hayek; II) Escola de Chicago, e, por fim; III) Escola de Virgínia ou *public choice*, personificada na pessoa de James M. Buchanan Jr (DIEHL E MENDES, 2020). A crise do modelo de bem-estar social e o fim da União Soviética concorreram para o fortalecimento do neoliberalismo e o processo de globalização facilitou a difusão dessa ideologia pelo mundo.

Dilma Rousseff. A agenda neoliberal tornou-se a orientação política hegemônica do governo Temer, comprometendo a execução e o orçamento das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional no país. Como exemplo, podemos citar o Programa Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, que tem como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar por meio da compra de alimentos diretamente dos agricultores, sem a necessidade de licitações, sendo destinada a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como à rede socioassistencial, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e à rede pública e filantrópica de ensino.

Conforme a nota técnica publicada pela FIAN Brasil (2022), o PAA sofreu uma redução drástica de orçamento. Em 2016, a dotação anual foi de R\$ 526,8 milhões e o valor empenhado R\$ 524,6 milhões. Já em 2017, primeiro ano da gestão Temer, a dotação anual destinada ao PAA foi de R\$ 312 milhões e o valor empenhado R\$ 287,9 milhões. A partir de 2019, com o governo de Jair Bolsonaro e a economia sob comando de Paulo Guedes, instaura-se o ultraneoliberalismo no país e os desmontes institucionais públicos aprofundaram-se consideravelmente. Nessa gestão, a pauta da alimentação adequada e saudável foi totalmente ignorada, seu primeiro ato presidencial foi a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). O PAA teve a sua nomenclatura renomeada para Alimentar Brasil e cortes vertiginosos no seu orçamento. Segundo a FIAN Brasil (2022), em 2019, a dotação anual foi de R\$ 258,7 milhões e o valor empenhado R\$ 257,3 milhões, financiamento notadamente reduzido, se comparado ao ano de 2017. As reduções se acentuaram, chegando, em 2021, a uma previsão de cerca de R\$ 100 milhões de orçamento para o PAA.

Nessa perspectiva, observa-se que o fundo público tem sido cada vez mais desigualmente distribuído e canalizado pelo capital financeiro (Iamamoto, 2009). Conforme Salvador (2010), o fundo público é um espaço de luta política, onde as diferentes forças da sociedade buscam inserir seus interesses. Em consonância, Behring (2008) afirma que a repartição do fundo público reflete a disputa existente entre as classes sociais: de um lado, a mobilização da classe trabalhadora em busca da garantia do uso da verba pública para o financiamento de suas necessidades por meio das políticas públicas. Por outro lado, o capital que, com sua forma hegemônica, assegura a participação do Estado para fins da sua reprodução por meio de políticas de caráter econômico, de participação no mercado financeiro.

De acordo com Salvador (2010), com a financeirização da riqueza, os mercados financeiros passam a disputar cada vez mais os recursos do fundo público, impedindo a

expansão dos direitos sociais. Mediante a reestruturação da produção de capital, a financeirização ampliada pelo mundo e o neoliberalismo, o que se vê nitidamente é a reorientação do fundo público a favor dos grandes oligopólios, em detrimento às demandas da classe trabalhadora. O desfinanciamento da alimentação escolar é um nítido exemplo dessa desigual distribuição do fundo público e apropriação pelo capital financeiro.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é responsável pela oferta de alimentação escolar a todos/as os/as estudantes matriculados/as na educação básica das redes públicas federal, estadual, distrital e municipal (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos), filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público). Criado em 1979, o PNAE é considerado uma das principais políticas voltadas à garantia do direito humano à alimentação. Para atender a demanda alimentar dos/as estudantes, o governo federal realiza transferências financeiras, em caráter complementar, aos estados, municípios e Distrito Federal por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A seguir, apresentar-se-á a tabela com os repasses financeiros do PNAE às redes estadual, distrital e municipal, entre os anos de 2012 e 2023.

Tabela 1 - Repasse de Recursos Financeiros Federais do PNAE (em bilhões de reais) e do número de estudantes de Educação Básica das Redes Estadual, Distrital e Municipal atendidos, no período de 2012 a 2023

Ano	Valor Repassado (em bilhões de R\$)	Estudantes atendidos (em milhões)
2023	5,26	39,81
2022	3,56	39,58
2021	4,16	39,5
2020	4,3	39,8
2019	3,95	40,2
2018	4,02	40,5
2017	3,88	40,6
2016	3,42	40,3
2015	3,759	41,5
2014	3,693	42,2
2013	3,542	43,3

2012	3,306	43,1
------	-------	------

Fonte: Dados Físicos e Financeiros do PNAE (BRASIL, 2024c).

A partir dos dados apresentados, observa-se um acréscimo no financiamento do PNAE ao longo dos anos, com quedas em 2016, 2019 e 2022. É importante destacar que essas quedas no repasse correspondem à conjuntura política, social e econômica pós-golpe e bolsonarista no país. O congelamento dos recursos do PNAE no governo Temer comprometeu a oferta de refeições para os/as estudantes. Somado a isso, em 2022, Bolsonaro vetou o reajuste de 34% ao PNAE, aprovado pelo congresso, levando à diminuição na aquisição dos alimentos e na manutenção da alimentação escolar.

O quantitativo de alunos matriculados também merece atenção. Houve uma diminuição progressiva dos estudantes atendidos desde 2012, o que pode indicar tanto a diminuição de matrículas quanto um aumento na evasão escolar, a partir de 2020, impulsionada pela pandemia de Covid-19. Os dados acima demonstram que os valores repassados pelo governo federal não acompanharam o aumento de matrículas na educação básica pública. Em contrapartida, a cesta básica ficou mais cara, segundo dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica, realizada mensalmente pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) em 17 capitais, entre dezembro de 2024 e maio de 2025, todas as cidades pesquisadas registraram alta nos preços da cesta, com taxas que oscilaram entre 2,48%, em Campo Grande, e 9,09%, em Belém (DIEESE, 2025).

Mediante a alta no preço dos alimentos, verifica-se a necessidade de reajuste no orçamento do PNAE. Conforme estudo realizado pelo Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ), no qual analisa a inflação dos alimentos e os reajustes do PNAE entre 2010 e 2024, constatou-se que em 14 anos o programa perdeu 42% do seu poder de compra (ÓAÊ, 2024). Vale destacar que o PNAE está sem reajuste há dois anos, o último ajustamento foi feito em 2023, pelo presidente Lula. O enfraquecimento do programa compromete a oferta da alimentação escolar adequada e saudável, expondo os/as estudantes brasileiros/as à condição de insegurança alimentar. Por esse motivo, em conformidade com o ÓAÊ (2024), defende-se o reajuste anual do PNAE com base na inflação dos alimentos.

No item a seguir apresentar-se-á o conceito e a trajetória da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil, bem como os principais marcos históricos da SAN em nível mundial e nacional.

3.2. MARCO CONCEITUAL E TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

Para que o direito à alimentação adequada e saudável seja efetivado, é necessária uma série de iniciativas, visto que é dever do aparato estatal assegurá-la à população. É nesse campo de ações estratégicas que está inserida a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Conforme Valente (1997), ela trata exatamente de como uma sociedade organizada, por meio de políticas públicas, de responsabilidade do Estado e da sociedade como um todo, pode e deve garantir o direito à alimentação para todos os cidadãos.

Em termos conceituais, a segurança alimentar emerge no período pós-guerra, mediante o cenário de fome e miséria na Europa. Tal concepção estará atrelada à ideia de segurança nacional e à capacidade de cada país de produzir sua própria alimentação, de modo a não ficar vulnerável a possíveis cercos, boicotes ou embargos de motivação política e militar (Valente, 2021).

Já no início da década de 1970, com a crise mundial de alimentos, a *Food and Agriculture Organization* (FAO) realizou, em 1974, a Conferência Mundial de Alimentação, quando foi discutida a necessidade de uma política de criação e manutenção de estoques nacionais de alimentos. Nessa direção, a concepção de segurança alimentar foi associada à produção, oferta e abastecimento dos alimentos, desconectando-se da perspectiva do direito humano à alimentação. Essa centralidade, dada a disponibilidade do alimento, concorreu para o fortalecimento da modernização da produção agrícola, é nesse contexto que a Revolução Verde será impulsionada. A indústria dos alimentos ultraprocessados também ganhará destaque nesse período. Tal estratégia não somente aumentou a produção de alimento, como também fez crescer a pobreza e a fome, especialmente no campo (Fernandes; Moser; Schappo, 2024).

Esses ganhos contínuos na produtividade agrícola e a industrialização dos alimentos elevaram a produção e o abastecimento alimentar, resultando na queda dos preços. Porém, tais estratégias não erradicaram a fome no mundo. Assim, na década de 1980, o conceito de segurança alimentar foi relacionado à garantia de acesso físico e econômico de todos, de forma permanente, a quantidades suficientes de alimentos (Fernandes; Moser; Schappo, 2024). Para tal, reafirma-se a necessidade da redistribuição de recursos materiais, da renda e de redução da pobreza como mecanismos centrais (Valente, 2021).

No final da década de 1980, início de 1990, é incorporada ao conceito de segurança alimentar a noção de acesso a alimentos seguros (não contaminados biológica ou quimicamente), de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável, equilibrada, culturalmente aceitáveis e também incorporando a ideia de acesso à informação (Burity *et al.*, 2010).

Em 1992, com a realização da Conferência Internacional de Nutrição, em Roma, organizada pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), incorpora-se o aspecto nutricional e sanitário ao conceito de segurança alimentar, que passa a ser denominado Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Nesse período, emergiu, em nível internacional, um movimento em defesa da segurança alimentar enquanto um direito humano básico. Um passo importante nessa direção foi a realização da Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993, reafirmando o princípio da indivisibilidade dos direitos humanos (Fernandes; Moser; Schappo, 2024).

Já em 1996, a FAO realizou, em Roma, a Cúpula Mundial da Alimentação, na qual associa definitivamente o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) como garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A partir de então, o acesso à alimentação é entendido como direito, sendo, portanto, responsabilidade do Estado garanti-lo por meio de políticas públicas, políticas de abastecimento, incentivo à agricultura familiar, preços acessíveis, entre outras ações. Nesses termos, a FAO define a Segurança Alimentar e Nutricional de uma população “quando toda pessoa, em todo momento, tem acesso físico e econômico a alimentos suficientes, inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentares e preferências aos alimentos, a fim de levar uma vida saudável e ativa” (Belik, 2010, p.181).

No entanto, segundo Valente (2021), esses resultados da Cúpula Mundial de Alimentação, expressos na Declaração Política e no Plano de Ação, quanto à evolução do conceito, podem ser considerados ambíguos. Isso porque, ao considerar o acesso, a disponibilidade e a qualidade do alimento, a Cúpula reforçou a limitada visão produtivista do problema alimentar no mundo. Por outro lado, ao enfatizar os aspectos culturais, sociais, econômicos e nutricionais no ato de alimentar-se, abriu a perspectiva de consolidar a compreensão do direito à alimentação como direito humano.

Nos anos 2000, a ONU realizou a Cúpula do Milênio, na qual ficou acordado entre os 189 estados presentes uma redução dos índices de pobreza e fome e a redução das iniquidades sociais no mundo até o ano de 2015 (Melo *et al.*, 2017). Na Conferência

“Cúpula + 5”, realizada no início de 2002, constatou-se que as metas estabelecidas estavam longe de serem atingidas (Hirai, 2008).

Diante do exposto, é possível perceber avanços no conceito de segurança alimentar. As definições desse termo são foco de polêmicas e divergências entre os autores, em parte, isso se deve a sua própria origem, no contexto sócio-histórico do pós-guerra. Para fins deste trabalho, concorda-se com Burlandy e Costa (2007), ao afirmarem que a segurança alimentar e nutricional é fruto de um processo histórico ocorrido em vários países do mundo, inclusive no Brasil, e se constitui em um campo em construção, seja no plano teórico-conceitual, seja no âmbito da formulação e implementação de políticas públicas, apresentando diferentes possibilidades em termos de mensuração e análise.

No Brasil, o tema da fome ganhará notoriedade a partir das discussões propostas por Josué de Castro. Seu trabalho pioneiro e pensamento social influenciaram a elaboração de políticas públicas no país. Assim, em meados da década de 1940, é criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e logo após foi estabelecida a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), visando à melhoria do estado nutricional dos trabalhadores. Em 1952, é instaurada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), a qual estruturou o Programa Merenda Nacional Escolar e o I Plano Nacional de Alimentação e Nutrição. Já na década de 1960, institui-se a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), com o intuito de promover o abastecimento e a comercialização dos alimentos. Em 1972, a CNA foi substituída pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), destinado às populações em situação de insuficiência alimentar e nutricional e a grupos específicos considerados de risco, gestantes, crianças e nutrizes, a escolares de sete a catorze anos e a trabalhadores de mais baixa renda (Fernandes; Moser, 2022).

A década de 1980 é marcada por mobilizações sociais pela redemocratização do país. As reivindicações no combate à fome e à pobreza, movimentos contra a alta do preço dos alimentos, ganharam destaque nesse período. É nesse contexto, conforme Valente (2021), que se registram as primeiras referências, em nível documental, do conceito de segurança alimentar no Brasil que surgem no Ministério da Agricultura, no final de 1985. Nessa época, segundo o autor, foi elaborada uma proposta de “Política Nacional de Segurança Alimentar” com o intuito de atender as necessidades alimentares da população, incluindo a criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) que seria presidido pelo Presidente da República e composto por Ministros de estado e representantes da Sociedade Civil. No entanto, foi em 1986, que a proposta de criação do CONSEA e a formação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional

(SISAN) foram retomadas. Isso ocorreu no âmbito da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (I CNAN), um importante desdobramento da 8ª Conferência Nacional de Saúde que consolidou a pauta da alimentação como prioridade. Nessa perspectiva, o conceito de segurança alimentar amplia-se incorporando as esferas da produção agrícola e abastecimento, as questões de acesso aos alimentos, as carências nutricionais e a qualidade desses alimentos. Começava-se a falar então sobre Segurança Alimentar e Nutricional (Valente 1997; 2021).

A criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), em 1993, deu-se mediante as mobilizações sociais pelo *impeachment* do Presidente Collor, no qual destaca-se o Movimento “Pela Ética na Política” e, como desdobramento desse, surgirá a campanha “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida”, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho⁶. Por iniciativa do CONSEA e do movimento Ação da Cidadania, é realizada, em 1994, a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (I CNSA), que trazia o tema “Fome: uma questão nacional” e enfatizava a necessidade de estruturar uma Política Nacional de Segurança Alimentar (Fernandes; Moser; Schappo, 2024).

No entanto, na conjuntura seguinte, houve recuos nas conquistas até então alcançadas. O CONSEA é extinto e, como estratégia de enfrentamento da fome e da pobreza, cria-se o Programa Comunidade Solidária (PCS), o qual foi operacionalizado nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 1998 e 1999 a 2002. É certo que no seu segundo mandato houve iniciativas importantes no campo da alimentação, tais como: o Programa Bolsa Alimentação (PBA); o Vale Gás; o Bolsa Escola; Aprovação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN); entre outros. Porém, a desarticulação entre os programas limitou a efetividade dessas estratégias. Por esse motivo, não houve, nesse período, avanços significativos no combate à fome e à miséria (Fernandes; Moser, 2022).

Já na gestão presidencial seguinte, no governo Lula (2003-2010), importantes medidas são tomadas na área da alimentação e nutrição. Em 2003, o CONSEA foi reinstituído e criado o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa). Nesse mesmo ano, foi instituído o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que tem como objetivo viabilizar o acesso aos alimentos e incentivar a agricultura

⁶ O sociólogo Herbert de Souza, popularmente conhecido como Betinho, foi o fundador do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) em 1980, e, na década de 1990, tornou-se símbolo do combate à fome no Brasil, Betinho cunhou a expressão “quem tem fome, tem pressa” (Fernandes; Moser, 2022).

familiar. Além disso, em março de 2003, o Programa Fome Zero é lançado, baseado no mecanismo de transferência de renda direta do Programa Bolsa Alimentação do Governo FHC, pelo Cartão Alimentação, dessa forma, a população mais vulnerável tinha acesso aos alimentos. No entanto, o Programa Fome Zero, estruturado inicialmente com medidas mais amplas, inclusive estruturais, como políticas de reforma agrária, concretizou-se parcialmente, sendo que um dos focos principais foi o Programa Bolsa Família (PBF). O PBF foi criado em outubro desse mesmo ano e assumiu lugar de destaque no governo Lula, tornando-se seu principal programa social e uma experiência exemplar em termos internacionais (Fagnani, 2011).

Um marco histórico no direito à alimentação no país foi a realização da 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (II CNSAN), realizada em 2004, na cidade de Olinda (PE), onde foram lançadas as diretrizes para elaboração da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), bem como dezenove moções sobre diversas questões relacionadas com a SAN no Brasil e no mundo. Além disso, a partir dos debates promovidos e adensados no evento, foi construído um conceito de segurança alimentar e nutricional originalmente brasileiro.

A Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004).

Nesse contexto, percebe-se que o termo segurança não está mais atrelado à perspectiva de nação, mas sim ao direito de todas as pessoas (e de cada um). Além disso, o conceito brasileiro elaborado propõe políticas públicas intersetoriais que atuem sobre todas as etapas que passam o alimento, desde a sua produção até o seu consumo final, considerando suas dimensões culturais, sociais e ambientais (Fernandes; Moser; Schappo, 2024).

Outro marco importante é a aprovação da Lei nº 11.346, de setembro de 2006, que cria a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). A LOSAN ampliará e consolidará o arcabouço legal do direito humano à alimentação saudável e adequada no Brasil, é por meio dela que se institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar Nutricional (SISAN). O SISAN é um sistema público de gestão intersetorial, descentralizada e participativa que permite a elaboração e articulação de políticas de

segurança alimentar e nutricional no âmbito nacional, estadual e municipal. Seu objetivo é formular e implementar políticas e planos de SAN, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da SAN no país (Brasil, 2006).

O SISAN é composto por instituições previstas na LOSAN, em seu Art. 11º, são elas: a) Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em âmbito nacional, estadual e municipal; b) Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em nível federal, estadual e municipal; c) Câmara Interministerial (âmbito nacional) e Câmaras Intersetoriais (nos estados e municípios); d) Órgãos e entidades de Segurança Alimentar e Nutricional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e, por fim, e) Instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN (Brasil, 2006).

Nessa perspectiva, as diretrizes do SISAN têm como base a descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo, e a intersetorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não governamentais. Conforme Martins (2021), essa característica intersetorial é um diferencial do Sistema, pois, a partir da execução de ações articuladas entre as diferentes políticas públicas e setores do governo, é possível promover a SAN em sua abrangência. Esse tema será apresentado e discutido no item 3.3 que compõe esta tese.

Em 2010 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 64, que inclui a alimentação entre os direitos sociais, no artigo 6º da Constituição Federal Brasileira. No ano seguinte, é publicado o I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) para o período de 2012-2015, elaborado pela CAISAN, no âmbito do Governo Federal. Seu principal objetivo era institucionalizar o SISAN, em todo o território nacional, estabelecendo seus mecanismos de gestão e participação. E, em 2014, o Brasil sai do Mapa da Fome da ONU, tornando-se referência internacional no combate à fome. No entanto, a partir de 2016, esse cenário positivo retrocedeu. Com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer (2016-2018), o conjunto de políticas públicas e iniciativas, até então construído, será extinto ou enfraquecido. Essa conjuntura que já se apresentava negativa e preocupante, com o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), somado à crise sanitária desencadeada pela pandemia da COVID-19, intensificou-se substancialmente e, em 2021, conforme o relatório da ONU (2022), o Brasil volta ao Mapa da Fome. O agravamento da insegurança alimentar no país foi assustador, considerando o seu nível mais grave houve um salto, de 9% (19,1 milhões de

pessoas), ao final de 2020, para 15,5% (33,1 milhões de pessoas), ao final de 2021 e início de 2022, ou seja, foram 14 milhões de novos brasileiros/as convivendo com a fome em pouco mais de um ano (I VIGISAN 2021; II VIGISAN, 2022).

Em 2023, o Brasil registrou avanços significativos na segurança alimentar, alcançando 56,7 milhões de lares (72,4%) com acesso regular à alimentação, conforme o item 2.2 desta tese. Esse resultado foi impulsionado pela retomada da política de SAN e pelo reestabelecimento de programas essenciais desarticulados entre 2017 e 2022. Entre as ações de destaque estão a reinstituição do CONSEA, a retomada do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Bolsa Família (PBF), e o fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

No contexto da severidade dos eventos climáticos recentes – como a seca extrema no Semiárido e a redução do volume dos rios na Amazônia –, a retomada do Programa Cisternas ganhou especial destaque em 2023. Destinado a famílias rurais de baixa renda e a equipamentos públicos rurais afetados pela seca ou pela falta de água, o programa promove o acesso à água para consumo humano e produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo. Em 2023, o Governo Federal investiu R\$ 600 milhões na contratação de 62,7 mil unidades, conforme nota do (BRASIL, 2024d), das quais 58,2 mil foram destinadas ao Semiárido e 4,4 mil à região amazônica. Programas como o Cisterna são cruciais para garantir o acesso à água limpa e potável à população subalternizada.

Como resultados dessas decisões políticas, em julho de 2025, o Brasil alcança uma conquista histórica ao sair pela segunda vez do Mapa da Fome da ONU. O critério de exclusão é baseado no indicador de prevalência de subalimentação. Conforme o relatório SOFI (2025), publicado pela ONU/FAO, o Brasil registrou patamar inferior de 2,5% da população em risco de subnutrição. Além disso, houve uma redução da insegurança alimentar grave, de 6,6% entre 2021 e 2023 para 3,4% no último triênio (2022-2024), são quase 7 milhões de pessoas que deixaram a condição de fome no país (FAO, 2025). Esse avanço denota a relevância das políticas públicas retomadas e a necessidade de continuar investindo em programas de inclusão social e sustentabilidade, para garantir a todos os grupos populacionais o acesso à alimentação adequada e saudável.

Diante do exposto, ao analisar a história da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, observa-se que, durante um longo período, essa temática esteve inserida de maneira incipiente na agenda governamental, ligada a ações públicas de caráter assistencialista, sem critérios compreensíveis de acesso e autonomia orçamentária

(Martins, 2021). A descontinuidade dos projetos implantados, a desarticulação entre os diversos níveis de governo (municipal, estadual e federal) e a ineficiência administrativa são as principais características que marcaram a trajetória da SAN no país (Aranha, 2005). Nessa perspectiva, a segurança alimentar e nutricional segue entre avanços e retrocessos e, a depender da conjuntura política, ela é fortalecida ou fragmentada. O que se constata é que, apesar dos esforços dos atores políticos, a política de segurança alimentar e nutricional não foi consolidada no Brasil. Esse tratamento secundário dado à política de SAN reforça o estigma histórico de assistencialismo alimentar, reduzindo-a a ações pontuais desconectadas da noção de direito de cidadania. Romper com esse paradigma é, sem dúvidas, um grande desafio para a área.

No item a seguir, falar-se-á sobre a intersetorialidade na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), o qual pressupõe a articulação entre diferentes setores governamentais, caracterizando-se como um instrumento estratégico na viabilização do direito humano à alimentação.

3.3. A REDE INTERSETORIAL COMO ESTRATÉGIA DE AÇÃO NA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A fome é um tema complexo, assim como seu entendimento e sua solução (CASTRO, 1984). Nesse sentido, para garantir o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para todos, é necessário ações articuladas e integradas de diferentes setores do governo e da sociedade civil. Por esse motivo, a intersetorialidade e a participação social são princípios fundamentais do SISAN. Nessa perspectiva, com base nos autores Junqueira (2016), Gonçalves e Guará (2010), Lavoratti (2013), Bourguignon (2007), Silva e Junqueira (2016) e Monnerat e Souza (2009), apresentar-se-á o entendimento das categorias redes (setoriais e intersetoriais) e intersetorialidade.

Segundo Junqueira (2016), historicamente, o conceito de rede tem sido usado nas mais diversas áreas de conhecimento para qualificar objetos de estudo completamente distintos, o que impõe uma imprecisão semântica difícil de ser superada. No âmbito das ciências sociais, em especial, houve uma apropriação desse termo compreendendo-o como mecanismo de relacionamento social (sistemas, estruturas, desenhos

organizacionais) e redes sociais como estudo dos laços ou ligações entre os atores sociais (grupos de indivíduos, estruturas ou coletividades).

Reportando-se à dimensão social, Junqueira (2016) afirma que o elemento estrutural básico da rede é o ator, que pode ser representado por um indivíduo ou um conjunto agrupado em uma unidade social, como uma empresa ou associação, que possua atributos específicos e identificáveis. Nessa perspectiva, os atores constituem os “nós” das redes sociais. Assim, o autor define as redes como um conjunto de “nós” conectados, com ligações que podem ser simétricas ou assimétricas.

Conforme Gonçalves e Guará (2010), vivemos e transitamos em muitas redes com importantes funções para a garantia de nossa proteção pessoal, nosso desenvolvimento social e profissional e nossa inserção no mundo da cidadania. Dessa forma, os referidos autores compreendem a rede como aquela que articula intencionalmente pessoas e grupos humanos, sobretudo como uma estratégia organizativa que ajuda os atores e agentes sociais a potencializarem suas iniciativas para promover o desenvolvimento pessoal, social e de indivíduos nas políticas sociais públicas. Segundo Gonçalves e Guará (2010), há variadas formas de classificação das redes, visto que as necessidades humanas e sociais são múltiplas. Assim, os autores classificam as redes da seguinte forma:

- a) Redes primárias ou de proteção espontânea: são aquelas que se organizam na perspectiva da solidariedade e do apoio mútuo, são constituídas pela família, relações de amizade e vizinhança;
- b) Redes de serviços sociocomunitários: podem ser compreendidas como redes microterritoriais, são uma extensão das redes espontâneas, a diferença é o grau de organização para atender demandas mais coletivas. São constituídas por organizações comunitárias, associações de bairro, organizações filantrópicas, sustentadas no princípio da confiança ativa e oferecem serviços às suas microlocalidades;
- c) Redes sociais movimentalistas: como o próprio nome infere, são formadas por movimentos sociais pela defesa dos direitos, de vigilância e de luta por melhores índices de qualidade de vida;
- d) Redes setoriais públicas: são formadas por serviços de natureza especializada, resultantes das obrigações e deveres do Estado para com os cidadãos, são as políticas públicas;

- e) Redes de serviços privados: trata-se de serviços especializados fornecidos pela iniciativa privada, o mercado, e são acessíveis somente àqueles que podem pagar;
- f) Redes intersetoriais: são aquelas que compartilham serviços das organizações governamentais, não governamentais, do setor privado e até mesmo da comunidade, tendo em vista o atendimento integral das demandas sociais.

Embora classificadas separadamente, Gonçalves e Guará (2010) reconhecem que, na prática, as redes podem, na perspectiva dos sujeitos a elas referenciados, coexistir, variando em seus objetivos, abrangências, estratégias empregadas de articulação e, conseqüentemente, nos resultados alcançados. Além disso, conforme os referidos autores, essa articulação entre os atores e agentes sociais possibilita a leitura da totalidade, cada um mantendo sua essência, mas se abrindo a novos conhecimentos. A partir desse contato, surgirão ideias e propostas que podem forjar uma ação coletiva concreta na direção do bem comum. Nessa perspectiva, a ação em rede apresenta-se como uma importante alternativa de integração, eficácia e efetividade da gestão pública (Gonçalves; Guará, 2010).

No que tange à política de segurança alimentar e nutricional, a existência do SISAN possibilita a construção de espaços de diálogo entre os atores e agentes sociais. O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) são instâncias que favorecem essa interlocução e a construção de estratégias que possam garantir o direito à alimentação saudável e adequada no país. Composto por sessenta membros, dos quais dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais, o CONSEA é um órgão de assessoramento que atua na elaboração, monitoramento e avaliação da política e do sistema de SAN. Já a CAISAN tem a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da administração pública que atuam na área da SAN (saúde, educação, assistência social, meio ambiente, entre outros). Essa estruturação do CONSEA e da CAISAN fortalece a participação social na tomada de decisões e os vínculos entre os setores governamentais, contribuindo para a construção de uma política de SAN mais democrática, inclusiva e que atenda às necessidades da população.

Para Lavoratti (2013), as redes sugerem a ideia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de

serviços/ações/programas, para garantir a atenção integral aos segmentos vulnerabilizados. Dessa forma, as redes são, no âmbito da gestão de políticas públicas e sociais, estratégias de enfrentamento das manifestações da questão social.

No contexto, as políticas públicas e sociais, segundo Lavoratti (2013), as redes podem ser classificadas em setoriais e intersetoriais. A primeira refere-se às políticas e programas já consagrados pelas políticas públicas como educação, saúde, assistência social, cultura, lazer, entre outros. São redes marcadas por uma gestão centralizada e hierárquica, organizam-se em uma cadeia de serviços similares ligados a uma organização-mãe e por unidades operacionais descentralizadas. Já as redes intersetoriais são aquelas que congregam as principais políticas direcionadas ao enfrentamento de demandas complexas, como é o caso da violência contra crianças e adolescentes, mas, ao mesmo tempo, desenvolvem-se conjuntamente com ações de outras políticas (saúde, educação, segurança pública, assistência social, etc.). São aquelas que articulam o conjunto das organizações governamentais, não governamentais, serviços, programas sociais, bem como as redes setoriais, visando à promoção dos direitos de cidadania.

As redes setoriais, por sua característica hierárquica e centralizadora, são desarticuladas, deixando prevalecer práticas na área social que não geram a promoção humana. Além disso, cada área da política pública tem uma rede própria de instituições e/ou serviços sociais, gerando fragmentação da atenção às necessidades sociais e paralelismo de ações (Bourguignon, 2007). Em contrapartida, para a autora supracitada, a intersectorialidade das redes é a articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção, inclusão e promoção da família vítima do processo de exclusão social. Dessa forma, Lavoratti (2013) compreende a rede como uma estratégia operacional fundamental para a gestão de políticas públicas intersetoriais, que supera a tradicional lógica de fatiamento das ações do governo por setores/áreas e que potencializa o resultado dos programas, serviços e ações governamentais.

Segundo Silva e Junqueira (2016, p. 179), a ação intersectorial é vista, na administração pública, como:

[...] um eixo importante na identificação e análises das estratégias de expansão, cooperação, colaboração e integração entre diferentes setores, níveis de governo e atores sociais, por meio da colaboração intersectorial, valendo-se da mobilização e da valorização de um conjunto de organizações articulado ao conceito de redes sociais para o enfrentamento dos problemas sociais.

No entanto, conforme os autores, esse tipo de gestão demanda um processo constante de investimentos na construção de uma nova cultura organizacional. A característica setorial, compartilhada e fragmentada da estrutura governamental, não se encaixa na proposta de gestão intersetorial. Portanto, a ação intersetorial exige novas respostas organizacionais, na forma de atuação governamental (Silva; Junqueira, 2016).

Nessa direção, Monnerat e Souza (2009) destacam o planejamento como uma importante ferramenta de articulação entre as áreas de conhecimento e de práticas marcadas por memórias técnicas e institucionais específicas. Trata-se de um planejamento que considera a negociação de interesses a chave para a construção de sinergias entre diferentes atores e áreas de política.

Neste caso, o planejamento deve ser a tradução da articulação entre saberes e práticas setoriais, considerando-se que no âmbito do planejamento conjunto a intersetorialidade deve se concretizar como síntese de conhecimentos diversos (interdisciplinaridade) para atuar sobre problemas concretos (Monnerat; Souza, 2009, p. 204).

O Plano de SAN é o principal instrumento de planejamento, gestão e execução da política. Nele estão previstas as ações governamentais, visando à promoção do direito à alimentação adequada e saudável para todas as pessoas no país. A CAISAN é responsável pela elaboração do plano, que deve ser construído com base nas prioridades estabelecidas pelos CONSEA, a partir das deliberações da Conferência de SAN. Sendo assim, em 28 de fevereiro de 2025, foi aprovado o III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) 2025-2027, com objetivo retirar o Brasil do Mapa da Fome da ONU até 2026, meta que foi alcançada em 2025. O plano incorpora as prioridades definidas pela 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), realizada em dezembro de 2023, e estabelece oito anúncios estratégicos, a saber: 1) fortalecimento do SISAN com governança participativa e intersetorial; 2) superação da fome por meio de acesso à renda e políticas públicas; 3) garantia de acesso à terra e à água; 4) sistemas alimentares resilientes diante das mudanças climáticas; 5) fomento à produção de alimentos saudáveis por agricultores familiares e comunidades tradicionais; 6) redução da má nutrição e ampliação da alimentação adequada e saudável; 7) garantia do direito humano à alimentação adequada para populações subalternizadas (negros, quilombolas, indígenas, povos tradicionais), combatendo desigualdades; e, por fim, 8) cooperação internacional com base no Direito Humano à Alimentação Adequada (Brasil, 2025b).

O III PLANSAN reúne 18 estratégias intersetoriais e 219 iniciativas, utilizando-se de ações multissetoriais no combate à fome e articulando programas já existentes, tais como, o Plano Brasil Sem Fome, o Plano Safra da Agricultura Familiar e entre outros. O documento ainda destaca ações de prevenção à obesidade e desperdício de alimentos, além de desenvolver estratégias específicas para alcançar territórios e públicos mais afetados pela fome (Amazônia, Nordeste, povos tradicionais, população de rua etc.). Essa abordagem mais integrada, participativa e orientada à sustentabilidade é uma inovação do III PLANSAN, em relação aos planos anteriores. Outrossim, o documento aborda os desafios no enfrentamento da fome, entre eles, o aumento do preço dos alimentos, os impactos das mudanças climáticas, o acesso à água para produção e/ou consumo, a concentração de terras e de renda, as desigualdades de raça e gênero no acesso à alimentação etc. Trata-se de questões já levantadas nos planos anteriores, mas que, nesta versão 2025-2027, inova ao propor iniciativas intersetoriais com maior abrangência governamental.

A perspectiva de território é outro ponto que merece destaque na ação intersetorial. De acordo com Monnerat e Souza (2009), o aspecto territorial consiste em um dos maiores obstáculos à ação intersetorial, visto que cada política determina sua região geográfica de atuação. Assim, conforme as autoras, a definição de uma área comum para a ação das diferentes políticas setoriais é condição primeira para promover a intersetorialidade.

No que diz respeito ao III PLANSAN, entre as estratégias intersetoriais estabelecidas, destacam-se as seguintes: a SAN na Amazônia, SAN no Nordeste; a Agenda de Combate à Fome com foco em raça e gênero; o Programa Aquilomba Brasil; SAN para Povos e Comunidades Tradicionais; e a SAN para povos indígenas. (BRASIL, 2025b). Ao priorizar a região amazônica e o Nordeste, incluir como público prioritário os segmentos mais afetados pela fome no país e articular um conjunto de programas e políticas públicas como ação de enfrentamento dessas desigualdades, o plano aprimora a intersetorialidade das políticas de SAN. Além de promover o combate ao racismo e à desigualdade de gênero, bem como a preservação da cultura dos povos e comunidades tradicionais, a diversidade de seus modos de vida e a proteção de seus territórios.

Monnerat e Souza (2009) ainda destacam mecanismos que favoreçam os fluxos de comunicação e informação. Para as autoras, esses aspectos são considerados cruciais para o enfrentamento das diferentes formas de pensar dos atores envolvidos e das disputas de poder que atravessam a concretização de ações intersetoriais. Nesta perspectiva, o III

PLANSAN compreende que a criação de protocolos de encaminhamento entre os sistemas públicos de proteção social, baseados em compartilhamento de dados e na definição de fluxos territoriais, ainda segue sendo um desafio. Como estratégia de enfrentamento, o plano propõe o fortalecimento do Plano Brasil, com iniciativas voltadas para o mapeamento de famílias em territórios mais afetados pela fome e a sua inclusão em políticas públicas e mecanismos garantidores de renda (Brasil, 2025b).

Conforme Martins (2021), apesar do esforço na construção da intersetorialidade, a política e o sistema de SAN defrontam-se com a histórica organização setorial da gestão pública. Em seu estudo, a referida autora analisou as múltiplas características do processo de descentralização do Sistema e da Política Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional, nos 26 estados brasileiros, entre os anos 2017-2018.

Para destacar as similaridades entre os estados, Martins (2021) utilizou-se do método de agrupamentos, sendo identificados três grupos distintos, a saber: o agrupamento 1 é composto por nove estados (Rondônia, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Amapá, Acre, Roraima, Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Alagoas), caracterizado pelo menor caráter intersetorial e participativo, frágil relação municipal, sendo atrelado à menor destinação de recursos. O agrupamento 2 contém oito estados (Pará, Tocantins, Piauí, Sergipe, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco), com um caráter setorial, a maior instituição da PNSAN, a partir de lei estadual e a existência de Plano de SAN, bem como obteve destaque pela representativa destinação de recursos para a política e ações estaduais. Por fim, o agrupamento 3, com nove estados (Ceará, Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Goiás), apresentou um caráter mais intersetorial e participativo, maior relação entre estados e municípios e a maior destinação de recursos para a Política, instâncias e ações de SAN, apesar de agrupar um maior número de estados sem Planos de SAN. Os resultados indicaram que a implementação e descentralização do SISAN e da PNSAN ocorreu de forma gradual e desigual nos estados brasileiros (Martins, 2021). Dessa forma, Martins (2021) aponta para a necessidade de mecanismos mais efetivos na adesão do sistema em âmbito estadual e municipal.

Diante do exposto, evidencia-se que o trabalho intersetorial é um processo complexo, permeado por tensões e conflitos de interesses que, por vezes, divergem. Trata-se de uma ação desafiadora, que exige uma mudança cultural na forma de relação entre comunidades locais, regionais, nacionais e entre serviços e programas de organizações governamentais e não governamentais (Gonçalves; Guará, 2010). Em contrapartida, é

uma prática estratégica que subsidia reflexões e integração de diferentes setores e áreas de conhecimento, respeitando os saberes e particularidades de cada área, a partir de uma articulação dos atores (e atrizes) em torno de um projeto comum (Monnerat; Souza, 2009).

Nessa perspectiva, para a promover a segurança alimentar e nutricional e garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável no país, é fundamental que estados e municípios façam a adesão ao SISAN. Além de fortalecer a política de SAN, a implementação do Sistema proporciona vantagens e oportunidades, entre elas: a) a participação da sociedade civil organizada; b) a ampliação da força política; c) apoio técnico e político; d) otimização de recursos; e) promoção da cidadania e qualidade de vida, entre outros.

O próximo item discorrerá sobre as políticas públicas destinadas à região amazônica, destacando sua complexidade socioterritorial. Além de apresentar suas particularidades no âmbito das políticas de saúde, educação e assistência social.

3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS NA E PARA A AMAZÔNIA

As políticas públicas e a atuação do Estado na Amazônia, estando inseridas no sistema capitalista, apresentam as mesmas características acima descritas: contraditórias, ambíguas, permeado por conflitos de classe, focalizadas, seletistas e mantenedor da ordem societária vigente. No entanto, para refletir sobre as políticas públicas na Amazônia, somado a essa perspectiva de totalidade da estrutura socioeconômica, é necessário compreender a particularidade do território amazônico, marcado pela diversidade geográfica, social, cultural, étnica, política e econômica. Também, deve-se compreender os processos sócio-históricos que conformam a região e, consequentemente, a invisibilidade e marginalização dos povos amazônicos perante o Estado.

Sabe-se que a trajetória sócio-histórica da Amazônia é marcada pela exploração e apropriação dos recursos naturais para atender aos interesses do capital externo. No período colonial, houve a transformação da população local em força de trabalho “livre” (Teixeira, 2008). Os intensos conflitos por terra no período da borracha, entre 1850 e 1920; as políticas desenvolvimentistas, na década de 1960, mais intensamente nas décadas de 1970 e 1980, com os grandes projetos de mineração e construção de hidrelétricas; entre outros, são particularidades históricas, sociais, econômicas e políticas

que peculiarizam as expressões da questão social na região (Fernandes, 2020). Essa análise é de suma importância para a compreensão da realidade, além de problematizar a atuação do Estado e pensar políticas públicas que atendam as demandas dos povos amazônicos.

Conforme Teixeira (2013), as particularidades regionais produzem intercorrências substantivas nas políticas públicas, como o vasto território com diferentes distâncias intermunicipais, que exige mais de uma rede de transporte (terrestre, fluvial e aéreo), além das implicações de espaço/tempo para o deslocamento e a realização das atividades, como também um financiamento diferenciado; a existência de uma pluralidade étnica e cultural (seringueiros, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, entre outros); conflitos e violência pela propriedade da terra; e, por fim, espaços com ausência de referência republicana.

A diversidade e complexidade socioterritorial da Amazônia é, sem dúvida, o principal desafio no âmbito das políticas públicas. Trindade Jr (2013), parafraseando Becker (1990), afirma existir várias “amazônias” dentro de um mesmo espaço territorial. Nesse sentido, os autores Trindade Jr (2010; 2011; 2012), Pereira (2006), Castro (2008), Castro e Alonso (2018), entre outros, afirmam que o espaço urbano, na região amazônica, é plural. A urbanização no território amazônico ocorreu em temporalidades e espacialidades distintas. Nessa perspectiva, Castro (2008, p. 26) afirma que “as cidades na Amazônia revelam diferenças que nos permitem entendê-las como um espaço socioeconômico e cultural complexo, cuja diversidade tem raízes certamente na história dos lugares e das relações sociais estabelecidas em sua trajetória”.

Segundo Becker (1990), a urbanização não é simplesmente o aumento do número e do tamanho das cidades. Conforme a autora, ela se manifesta em duas dimensões: a primeira, é o espaço social, diz respeito ao modo de integração econômica – capaz de mobilizar, extrair e concentrar quantidades significativas de produto excedente e, também, integração ideológica e cultural – capaz de difundir os valores e comportamentos da vida moderna. Já a segunda, é o espaço territorial, que corresponde ao crescimento, multiplicação e arranjos urbanos, cuja feição particular está vinculada ao seu papel no padrão geral de circulação de excedente, no planejamento estatal e na articulação desse com a sociedade local.

Trindade Jr (2010) utiliza o termo urbanodiversidade ao tratar as diferenças espaciais brasileiras e a manifestação diferenciada do fenômeno urbano em escala nacional, tomando como exemplo a realidade amazônica. Para o autor, a urbanodiversidade é revelada não somente por diversos tipos de cidades e pela existência

de múltiplos tipos de urbanização decorrentes de um único processo, mas também pelas formas mistas de espaços que indicam a hibridização de relações marcadas por contatos e resistências em face de processos de diferentes naturezas.

Conforme Pereira (2006), a urbanização na Amazônia, em grande parte, guarda profunda relação com a intervenção estatal, principalmente a partir da década de 1960. O controle da terra, a política de migração induzida e financiada pelo Estado e incentivo a grandes empreendimentos asseguraram o desenvolvimento da fronteira urbana. Pereira (2006), parafraseando Becker (1990), Corrêa (1987) e Vicentini (1994), afirma que essas políticas implementadas na Amazônia, entre as décadas de 1970 e 1980, produziram um conjunto de transformações na urbanização da região que podem ser descritas da seguinte forma:

[...] a valorização dos centros urbanos localizados às margens das rodovias; a reprodução de pequenos núcleos dispersos – povoados e vilas – vinculados à mobilidade do trabalho; a retração de núcleos antigos, que ficaram isolados à margem da nova circulação; a implantação de franjas urbanas avançadas, correspondentes às cidades das companhias (as *company towns*)⁷; e a concentração nas capitais estaduais (Pereira, 2006, pp. 24-25)."

Nessa perspectiva, Pereira (2006) afirma que o perfil das cidades na Amazônia guarda características dessas políticas de desenvolvimento regional que resultaram na concentração de grandes contingentes populacionais nas cidades, carentes de bens, trabalho e serviço público adequado. Segundo Castro e Santos (2006), as cidades amazônicas, hoje, vivenciam um paradoxo contraditório de modernização percebido em várias dimensões da vida urbana.

[...] de um lado, os sinais de adesão ou adaptação a esses novos momentos em que as cidades se integram rapidamente a alta tecnologia, e de outro, a reafirmação de padrões tradicionais de produção de bens e serviços, de informalidade acompanhada da precarização da vida urbana (Castro; Santos. 2006, p. 26).

As cidades hoje convivem com projetos de modernização a partir dos quais ocorre crescimento econômico e tecnológico, sob a lógica da sociedade de consumo globalizada, são acompanhados proporcionalmente pelo crescimento das desigualdades, da segregação e da marginalização social.

⁷ De acordo com Pereira (2006), esse termo diz respeito à exploração de recursos com alta tecnologia. São relativamente autônomos em relação à vida regional e local, além de estabelecer ligações diretas com o exterior. Ademais, abrigam instalações da empresa, pessoal técnico e trabalhadores. O referido autor cita vários exemplos utilizando-se de uma citação direta do autor (Trindade Jr., 2004, p. 7).

A autora Edna Castro (2008) demarca, de maneira mais genérica, dois momentos de ocupação e povoamento na Amazônia, os quais incidiram sobre o processo de urbanização da região, ambos definidos a partir da ação do Estado e do mercado: o primeiro remete-se ao período de intensificação da exploração da borracha, modelo de expansão urbana que ocorreu por meio dos rios com a ocupação de seus vales. Já o segundo foi a partir de 1966, intensificando-se nos anos de 1970, com os programas governamentais de expansão da fronteira agrícola, associado às estruturas urbanas, existentes e planejadas (Castro, 2008).

Trindade Jr (2015), baseado em Porto-Gonçalves (2001), Miranda (2009), Becker (1997; 2004), apresenta os ordenamentos territoriais no curso histórico da Amazônia que concorreram para a urbanização difusa da região. Conforme Trindade Jr (2015), antes do processo de colonização, as diversas sociedades existentes na Amazônia já eram responsáveis não só pela formação de um espaço socialmente produzido, como também por uma dada configuração do território. Com a chegada do colonizador europeu uma nova lógica de ocupação será imposta, definindo, assim, um novo ordenamento territorial. De acordo com o autor, os primeiros núcleos e povoamentos sob controle da Coroa portuguesa não eram difusos, mas estavam localizados estrategicamente ao longo dos rios para armazenamento e distribuição dos produtos originados da floresta, as “drogas do sertão”.

A partir do século XIX, com a exploração da borracha baseada no sistema de aviamento – constituído como uma rede de produção de bens e serviços fornecidos nos seringais localizados no interior da Amazônia (Castro, 2008), outras formas de circulação começaram a compor a organização espacial da região. A construção de ferrovias, como a Belém-Bragança, a Madeira-Mamoré e a Estrada de Ferro do Tocantins, passou a definir um ordenamento territorial que se associava ao anterior, caracterizando-se como misto. Desse modo, outras cidades começaram a crescer, não somente em função das vias fluviais, mas também das ferrovias e do processo de colonização agrícola (Trindade Jr, 2015).

Segundo Trindade Jr (2015), a partir da década de 1960, com a integração da Amazônia em âmbito nacional e internacional, uma nova reestruturação do espaço foi definida. A abertura de rodovias como, por exemplo, a Transamazônica, a Belém-Brasília e Cuiabá Porto Velho, redefiniram e redirecionaram fluxos, induzindo o surgimento de novos núcleos urbanos às suas margens. Assim, com a presença do capital estrangeiro e a atuação do Estado, por meio de investimentos em infraestrutura, incentivos fiscais e

créditos, como atrativo para migrantes e empreendedores, definiu-se um novo ordenamento territorial na região (Trindade Jr, 2015).

Segundo Trindade Jr (2015), embora novos padrões tenham emergido, ao longo da trajetória da Amazônia, um não substitui o outro. Conforme o autor, esse fato confere um caráter extremamente complexo ao ordenamento territorial, sendo responsável por uma forma de urbanização menos linear e pontual.

Por fim, fundamentado em Becker (2004), Trindade Jr (2015) apresenta o novo ordenamento territorial que se configura na região. Assegurado em uma vertente tecnoecológica de desenvolvimento que supera a ideia da Amazônia como simples fronteira de recursos, além de incorporar uma malha socioambiental caracterizada, entre outras coisas, pela presença de Unidades de Conservação, pela difusão de Reservas Extrativistas, pelo reconhecimento de Terras Indígenas e por uma política ambiental com instrumentos que sugerem maior controle.

Conforme Trindade Jr (2015), essa nova forma de considerar a região está presente em discursos dos diferentes atores, desde as populações tradicionais, os movimentos ambientalistas até os grandes empreendimentos que atuam na exploração dos recursos naturais da região, cada qual com interesses e estratégias diferenciados e divergentes.

De modo geral, entende-se que o processo de urbanização na Amazônia ocorreu de modo particular e heterogêneo, à medida que o capital foi adentrando na região e apropriando-se dos recursos naturais, as relações socioespaciais foram modificadas. Segundo Chaves (2001), as políticas públicas destinadas à Amazônia foram historicamente ordenadas sob a lógica do capital, sendo ordenadas pelo Estado por meio de suas instituições, contrapondo-se às peculiaridades regionais. Conforme Chaves *et al.* (2022, p. 67), o modo de vida, a forma de produção e consumo, as particularidades territoriais e espaciais são fatores que fogem à lógica/racionalidade de acumulação do capital e são visualizados como atraso secular. Sendo assim, as políticas públicas desenhadas para a região foram orientadas com vistas ao desenvolvimentismo e à integração à economia nacional.

É importante ressaltar que as políticas públicas aqui abordadas referem-se, especificamente, à área social. Conforme Pereira (2011), a política social é um tipo, entre outros, de política pública. Ambas as designações (política social e política pública) são *policies* (políticas de ação), que integram o ramo de conhecimento denominado *policy science*, nesse caso, a política social é uma espécie de gênero da política pública (*public policy*).

De acordo com Adelantado *et al.* (1998), a política social se articula em um conjunto de políticas e programas concretos, sendo a expressão de um determinado modelo de regulação público-administrativa de conflito social. Nesse sentido, o objetivo principal e básico da política social será a própria regulação desse conflito social. Ademais, para os referidos autores, a política social não é apenas gerada da estrutura social, mas também contribui para os processos de estruturação das sociedades, por meio de diferentes formas de provocar mudanças ou permanências nela.

No que tange à região amazônica, Teixeira (2008) afirma que as políticas públicas destinadas à região amazônica revelam uma padronização que homogeneiza a realidade brasileira nos moldes das regiões sul/sudeste, onde as práticas de uma única cultura impõem-se como referência no planejamento dos ministérios, engessando a autonomia de estados e municípios. Além disso, essa forma padronizada, burocratizada e individualizada de acesso aos direitos sociais é contrária aos valores e modos de vida dos povos amazônicos, o que intensifica a marginalização e exclusão desses grupos sociais.

Sobre as políticas educacionais na Amazônia, Nascimento *et al.* (2024) apresentam um diagnóstico situacional da educação no estado do Amazonas, principalmente em termos de infraestrutura, de escolas rurais em localidades ribeirinhas. Entre os principais desafios identificados pelos autores, destacam-se: a) o não acesso à política educacional em seu local de moradia, o que resulta em uma série de arranjos improvisados como, por exemplo, a migração das famílias para comunidades vizinhas ou áreas urbanas; b) problemas de infraestrutura das escolas, falta de prédio apropriado, falta de água, energia elétrica, coleta de lixo, merenda escolar, transporte e a carência de recursos básicos, tais como, biblioteca, computadores e acesso à internet; c) a qualificação dos professores, apesar do significativo número de professores disponíveis, uma parcela considerável deles não possui formação de nível superior. Somado a isso, a distribuição desigual dos professores de origem rural e urbana pode afetar a compreensão das necessidades específicas das comunidades rurais; d) desafios na aprendizagem, a dificuldade na leitura e alfabetização, especialmente pessoas adultas; e) evasão escolar, muitos alunos interrompem seus estudos por variadas razões, tais como, a necessidade de trabalhar, a falta de oferta de determinadas séries ou anos escolares, gravidez, entre outros (Nascimento *et al.*, 2024).

De acordo com o Censo de 2022, a taxa de alfabetização de brasileiros(as) de 15 anos ou mais de idade, em 2022, foi de 93%. Apesar desse significativo avanço, as desigualdades no acesso à educação permanecem latentes. Conforme os dados da

pesquisa supracitada, a taxa de analfabetismo na região Nordeste foi de 14,2%, o dobro da média nacional 7,0%. Já na região Norte esse percentual foi de 8,2%. Considerando os grupos etários, observa-se que esse indicador é mais acentuado em pessoas idosas. Segundo o Censo 2022, a taxa de analfabetismo nas pessoas com 65 anos de idade ou mais, no Nordeste, foi de 39,4% e no Norte foi de 29,1%. Enquanto que nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste esse percentual foi de 12,3%, 11,3% e 19,4, respectivamente. Com relação ao sexo, a pesquisa identificou que as mulheres apresentam maiores taxas de alfabetização do que os homens. Em 2022, o percentual de mulheres que sabiam ler e escrever foi de 93,5%, já nos homens essa taxa foi de 92,5%. No que diz respeito à raça e cor, as pessoas pretas, pardas e indígenas são as que apresentam os maiores percentuais de analfabetismo. De acordo com o Censo 2022, a taxa de analfabetismo de pessoas brancas e amarelas, com 15 anos ou mais, foi de 4,3% e de 2,5%, respectivamente. Enquanto que a taxa de analfabetismo de pretos, pardos e indígenas, com 15 anos ou mais, foi de 10,1%, 8,8% e 16,1%, respectivamente (IBGE, 2024c).

A partir dos dados apresentados, é possível observar que a expansão do sistema educacional não beneficiou de forma igualitária todos os grupos populacionais, especialmente os povos indígenas, segmento com o maior percentual de analfabetismo no país. O direito à educação indígena foi uma conquista do movimento dos povos indígena, sendo assegurada a reprodução de seus modos de vida, cultura, língua e território.

Apesar dos significativos avanços, a luta dos povos originários pelo acesso à educação de qualidade continua. No dia 14 janeiro de 2025, indígenas de várias etnias do Baixo Tapajós e de outras regiões do Pará ocuparam o prédio da Secretaria de Educação do estado do Pará (SEDUC), em Belém, exigindo a revogação da Lei 10.820/2024, aprovada em dezembro, que prevê a alteração do magistério público no Estado e a extinção do Sistema Modular de Ensino Indígena (SOMEI), o qual compõe o Sistema Modular de Ensino (SOME), permitindo a substituição do ensino presencial pela Educação a Distância (EAD) nas escolas em áreas remotas.

Os professores da rede estadual também deflagraram greve, fortalecendo as manifestações e pressionando ainda mais o governo. Após um mês de ocupação na sede da Secretaria de Educação do estado, mediante a violência que os indígenas sofreram pela força policial e a disseminação de informações inverídicas sobre as manifestações, o governador Helder Barbalho recua no seu posicionamento e, no dia 12 de fevereiro de

2025, assina o termo de revogação da Lei, a qual representava um retrocesso da educação pública, especialmente do ensino indígena.

No que tange à saúde na Amazônia, Saddi (2024) afirma que os desafios relacionados à política e ao planejamento se tornam complexos mediante as características peculiares da região. Entre elas encontram-se a imensidão e a diversidade espacial, a variedade de povos, a problemática no acesso aos serviços voltados às comunidades mais remotas e a heterogeneidade da população atendida. Além disso, Saddi (2024) destaca as questões epidemiológicas e socioeconômicas politicamente significativas e diversas, tais como: a incidência de doenças tropicais (malária, dengue, febre amarela), o que requer a adoção de políticas de prevenção, controle e tratamento; a desigualdade social e a problemática infraestrutura adequada à complexidade da região. A autora ainda salienta os desafios concernentes a serviços de água potável e saneamento básico e *déficit* de recursos humanos qualificados, como questões que precisam ser consideradas para aprimorar, ou mesmo criar em algumas áreas as políticas de saúde na região.

Conforme Tobias, Leles e Lima (2024), a vida pulsante na Amazônia faz acontecer um sistema de saúde plural ética e socialmente biodiverso, além de culturalmente específico. Tais características tendem a subverter a lógica da oferta e uso de serviços de saúde, convergindo nos aspectos da ecossuporte, sustentabilidade e (inter)cultura. Desse modo, os referidos autores afirmam que as intervenções devem necessariamente considerar o “fator amazônico”⁸: as grandes distâncias; a sazonalidade dos rios; a pluviosidade referente ao período do ano; os cursos dos rios como importantes opções de acesso aos serviços de saúde; as consequências das alterações climáticas; os obstáculos físicos naturais (corredeiras, selva impenetrável); a tripla carga de doenças endêmicas; a disponibilidade à internet e serviços utilitários públicos (bancos, correios, saneamento básico, energia); a ameaça do narcotráfico; a pressão degradante dos garimpos clandestinos e a presença de megaprojetos. Tudo isso, agindo sinergicamente, pode condicionar e, por ora, determinar o acesso aos serviços de saúde pela população, o que

⁸ O termo “fator amazônico” remonta ao período da ditadura militar, meados da década de 1960 a 1980, sendo utilizado como parte do discurso desenvolvimentista, o qual destaca de forma negativa as particularidades da região. A autora Joaquina Barata Teixeira, em seu texto “A Amazônia e a interface com o SUAS”, faz o resgate dessa categoria, propondo a desconstrução do seu significado original para ressignificá-la com outro conteúdo. Assim, Teixeira (2013) compreende a particularidade regional como ativos que podem ser potencializados no âmbito da proteção social, em especial, na política de assistência social.

justifica a necessidade de revisão diferenciada da política de saúde. (Tobias; Leles; Lima, 2024).

Nessa perspectiva, Tobias, Leles e Lima (2024) apresentam uma proposta de SUS amazônico, no qual são agregados novos valores no seu painel conceitual e constitutivo, entre eles: a sustentabilidade, a interculturalidade e a florestania. A sustentabilidade diz respeito à preservação do meio ambiente e à garantia da disponibilidade dos recursos naturais para as gerações futuras, o que inclui a justiça social, a sustentabilidade ecológica, os direitos humanos e a qualidade de vida. A questão da interculturalidade refere-se ao desafio teórico-prático da produção do cuidado em saúde com a pluridiversidade étnico-racial na Amazônia, compreendendo a interação das culturas, sem isolamentos. Assim, Tobias, Leles e Lima (2024), afirmam que o SUS amazônico precisa incorporar no cotidiano do trabalho da saúde as interações culturais, considerando as desigualdades, conexão/desconexão e inclusão/exclusão. Já a florestania, termo cunhado por Chico Mendes, no final da década de 1980 e início de 1990, refere-se à possibilidade de uma cidadania dentro da floresta, pensada a partir da cosmovisão dos povos da floresta.

No que tange à assistência social, a intervenção estatal no campo dessa política configura-se como uma resposta à miserabilidade da população (Yazbek, 2003). Conforme o Relatório de Programas e Ações do MDS do estado do Pará (Brasil, 2025a), o número de pessoas cadastradas no Cadastro Único⁹ no mês de março de 2025 correspondia a 5.430.946 pessoas. Dessas, 3.513.633 encontram-se em situação de pobreza, 1.063.492 são pessoas de baixa renda e 853.821 possuem renda mensal acima de ½ salário mínimo. Sobre os Grupos Populacionais Tradicionais Específicos, de acordo com o relatório supracitado, em março de 2025 o número de Famílias Cadastradas Beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) foi de 10.617 indígenas, 29.089 quilombolas, 78.728 ribeirinhas, 14.794 extrativistas, 96.703 pescadores artesanais, 160.064 agricultores familiares e 8.039 assentados de reforma agrária (Brasil, 2025a).

Os dados acima apresentados evidenciam, entre outras coisas, a face contraditória do território amazônico. Essa região de grande extensão territorial, rica em biodiversidade, fauna e flora, contraditoriamente apresenta um elevado número de sua população em condições de pobreza e, conseqüentemente, em situação de fome. Para

⁹ O Cadastro Único é um instrumento de identificação e caracterização das famílias de baixa renda residentes no país, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. A partir desse cadastramento, é possível o acesso a programas sociais, tais como: o Programa Bolsa Família, o Pé-de-Meia, a Tarifa Social de Energia Elétrica, o Auxílio Gás, o Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros.

além da renda limitada e ausência de alimentos, a pobreza é produto das relações sociais que fundamenta a sociedade de classes. Conforme Raichelis (2011), a assistência social tem sido historicamente o lugar de atendimento das carências dos segmentos mais empobrecidos da população. De acordo com Yazbek (2003), a assistência social se apresenta sob ângulos de interesses diversos, manifestando-se como estratégia de dupla face: sob a ótica da ação estatal, é um mecanismo de estabilização das relações sociais; em contrapartida, para os excluídos e subalternizados, é uma forma concreta de acesso a recursos, serviços, é um espaço de reconhecimento de seus direitos e de sua cidadania social.

No que tange à região amazônica, Teixeira (2013) afirma que a particularidade regional põe um desafio diferente ao princípio de territorialidade que compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Nessa perspectiva, a autora classifica quatro componentes da particularidade amazônica: 1) o território; 2) as etnias e seus diferentes paradigmas culturais; 3) as tensões, violências e conflitos originados pelas formas de apropriação da terra com a presença dominante do latifúndio e do setor industrial, provocando grandes impactos sociais e ambientais; e, por fim, 4) os espaços de ausência dos referenciais republicanos.

Além disso, Teixeira (2013) apresenta como esses componentes da região amazônica afetam o trabalho do SUAS, elencando-os da seguinte forma: a) as diversificadas distâncias intermunicipais com sérios comprometimentos, inclusive financeiros, ao processo de trabalho e à gestão, o que exigirá do Estado a responsabilização pelos custos dessa imensa área; b) a sua forma plural de deslocamento (fluviais, aéreos e terrestres) com implicações de espaço/tempo. Em algumas ocasiões, para se deslocar é necessário uma rede de transporte, por exemplo, até determinado ponto utiliza-se o barco, mais adiante, segue-se por terra utilizando-se ônibus, carro, moto ou caminhando; c) as diversas formas de trabalho, ocupação e estrutura familiar no território amazônico (famílias ribeirinhas, seringueiros, quilombolas, indígenas, garimpeiros, entre outros); d) a dispersão populacional e interpenetração no universo florestal amazônico, espaços contendo muitos usuários/cidadãos que necessitam do SUAS; e, por fim, e) o desafio de construir uma rede de serviços na área da comunicação acessível para todos.

Conforme Teixeira (2013), todos esses componentes podem dificultar, mas também potencializar, a gestão e o trabalho no SUAS. Para a autora, a proteção social tem que tomar as etnias e agrupamentos culturais e ocupacionais (indígenas, quilombolas,

ribeirinhos, castanheiros, seringueiros, cabocos) como coletivos sujeitos de direitos e as suas culturas como protagonistas da história e resistência da Amazônia.

Fernandes (2020), em sua pesquisa “*Política de Assistência Social na Amazônia: problematizando o acesso das famílias ribeirinhas da Ilha das Onças, Barcarena/PA*”, identificou que as áreas de ilha impõem grandes desafios para a operacionalização da política de assistência social. De acordo com a autora, o território de Barcarena é um mosaico composto por áreas ditas urbanas, rurais, estradas, ilhas, entre outros. Desse modo, o deslocamento no município é feito por uma rede de transportes (terrestre e fluvial). Para que o trabalho das equipes técnicas dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) se efetive nessas localidades é necessário um planejamento que considere as particularidades do acesso e a diversidade sociocultural, bem como estratégias e articulações que viabilizem a oferta dos serviços socioassistenciais diante das barreiras geográficas. Além da mobilização da população, que é feita por meio da articulação com os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e/ou lideranças comunitárias, é necessário consultar, previamente, as tábuas de maré, visto que em determinadas localidades da Ilha das Onças somente é possível adentrar quando a maré está cheia. Conforme Couto *et al*, (2010), esses diferentes modos de fazer acontecer o SUAS explicitam a existência de uma dinâmica econômica, sociopolítica e cultural permeada de possibilidades, contradições, limites e desafios. Nesse sentido, ao buscar meios de intervir na realidade da Ilha das Onças, o Estado não apenas opera sobre a estrutura social, mas participa de sua própria estruturação, tensionando as possibilidades de reprodução social daquela população frente à precariedade das condições materiais de existência, tal como sinalizou Adelantado *et al* (1998).

A partir das reflexões tecidas, é notório que a diversidade e a complexidade socioterritorial da Amazônia impõem desafios diferenciados às políticas públicas. O vasto território e suas diversificadas características geográficas, a pluralidade étnica, a vasta concentração de água potável, as riquezas naturais (florestal e animal) – que é fonte de alimentos, medicamentos, aromatizantes, insumos, óleos, minérios, entre outros – por vezes são aludidos com conotação negativa e estigmatizada. Trata-se de um imaginário equivocado que foi construído pelo pensamento hegemônico dominante e excludente, no qual o território é apreendido pela sociedade global como uma reserva biológica para atender às exigências do capital transnacional. Essa visão mercantilizada ignora as potencialidades da realidade amazônica favoráveis à proteção social, as quais têm sido desconsiderada no âmbito das políticas sociais. Nesse contexto, o papel do Estado

assinala práticas que oscilam entre a precariedade ou ausência na prestação dos serviços, resultando na negação de direitos e na ampliação do pauperismo e exclusão da população (Lira *et al.*, 2013; Chaves, 2001).

A lógica de imposição de um padrão nacional, que ignora as particularidades locais, manifesta-se diretamente na forma como os recursos são distribuídos. Segundo Teixeira (2008), os recursos destinados à Amazônia, além de escassos, continuam centralizados, e somente são liberados para a aprovação de projetos com base em critérios nacionais padronizados. Nessa direção, Campos (2013) afirma que as experiências de incorporação da Amazônia ao plano nacional requerem atenção redobrada no tratamento de suas especificidades. Conforme o autor, o encontro entre mundos diferentes pode se efetivar como um relacionamento desequilibrado entre desiguais. Nesse caso, o mundo não hegemônico tem muito a “receber” do outro, o que também implica na possibilidade concreta de perder muito de si e aniquilar-se.

A estrutura urbana também incidirá na elaboração das políticas públicas. De modo geral, a ação estatal ocorre com base nas macrorregiões e/ou nas cidades metropolitanas. Segundo Becker (2010), novas territorialidades vêm emergindo no mundo em diferentes escalas, pondo em xeque a primazia desse modelo de planejamento e intervenção no território. Para a autora, a elaboração de políticas públicas no novo momento histórico exige que se aprofunde no conhecimento sobre o processo de transformação territorial que ocorre na Amazônia hoje.

Nesse sentido, o reconhecimento da diversidade urbana na Amazônia ultrapassa a percepção homogeneizadora que define e percebe a cidade – geralmente, caracterizada por sua densidade populacional – e considera a dinâmica socioterritorial, seu contexto cultural, econômico, étnico, espacial, político e simbólico. Tal compreensão é de suma importância no processo de elaboração e planejamento das políticas públicas.

O item a seguir discorrerá sobre a intersectorialidade na Amazônia. Além disso, serão apresentados pressupostos para refletir sobre os desafios da ação intersectorial nesta região.

3.5 ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL NO TERRITÓRIO AMAZÔNICO

Como foi dito anteriormente, a intervenção em rede e a intersectorialidade têm sido utilizadas como estratégia de gestão no âmbito das políticas públicas para o

enfrentamento da fome, da pobreza e das desigualdades sociais. Dada a complexidade do território amazônico e suas dimensões socioeconômicas, histórico-culturais, ambientais e políticas, a consolidação de um trabalho em rede articulado e integrado consiste em um grande desafio das políticas públicas na região.

A articulação dos setores governamentais e a participação social pressupõem a informação e a comunicação (Monnerat; Souza, 2009), que são facilitadas pelo uso de tecnologias. Em determinadas localidades na Amazônia, especialmente nas áreas rurais e nas ilhas, não há acesso a serviços de telefonias, internet e energia elétrica. Além da cobertura limitada, o serviço de internet apresenta baixa qualidade de conexão e um alto custo para os moradores da região. De acordo com a PNAD Contínua, no quarto trimestre de 2023, 12,0% das pessoas de 10 anos ou mais não utilizaram a internet, estimativa de 22,4 milhões de brasileiros/as (IBGE, 2024d). O percentual de pessoas que não utilizou a internet devido à indisponibilidade do serviço nos locais em que costuma frequentar foi mais elevado na região Norte (7,6%), sendo que esse motivo foi maior em áreas rurais (16,0%), se comparada à área urbana (2,1%). Além disso, 14,2% dos nortistas alegaram que não têm acesso à internet, pois o serviço é muito caro (IBGE, 2024d).

Sobre a acessibilidade de energia elétrica, segundo estudo realizado pelo Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA), em 2019, 990.103 brasileiros que residem nos estados da Amazônia Legal – Acre, Roraima, Rondônia, Amapá, Tocantins, Amazonas, Pará, Mato Grosso e Maranhão – não tinham acesso à energia elétrica, o que corresponde a 3,5% da população (IEMA, 2021). Entre os estados que compõem a Amazônia Legal, o Acre é aquele que apresenta o maior percentual de sua população sem acesso à energia elétrica (10,0%), seguido de Rondônia (6,1%) e do Pará (4,8%). A pesquisa demonstrou que as comunidades isoladas e remotas são os grupos populacionais excluídos desse serviço básico, a saber: 212.791 moradores de assentamentos rurais; 78.388 indígenas; 59.106 habitantes de Unidades de Conservação (UCs); e 2.555 quilombolas (IEMA, 2021).

Cabe ressaltar que a região amazônica é destaque nacional na produção e exportação de energia elétrica. O estado do Pará possui duas das principais usinas hidrelétricas do país, são elas: a usina de Tucuruí – localizada no rio Tocantins, é a maior obra de engenharia já realizada na Amazônia – e a usina de Belo Monte – construída na bacia do rio Xingu, é inteiramente brasileira, sendo considerada a quarta maior hidrelétrica do mundo. Segundo dados da FAPESPA (2024a), em 2023, o Pará produziu 66.059 GWh de energia elétrica, ocupando a 4º colocação no *ranking* nacional. Em

contrapartida, uma parcela considerável da população amazônica não tem acesso à matriz energética que é produzida na região.

A carência desses serviços básicos de telefonia, internet e energia elétrica na Amazônia impõe grandes obstáculos nos fluxos de comunicação entre os setores governamentais locais, da mesma forma que dificulta o acesso da população à informação e, conseqüentemente, à fruição aos direitos de cidadania. Adicionalmente, há as dificuldades de deslocamento e os longos percursos no território amazônico, conforme enfatizado no depoimento a seguir.

Nós estamos tratando de uma dinâmica complicada em termos de logística de acesso. Tu tens comunidades indígenas isoladas, comunidades ribeirinhas que você leva um tempo razoável, considerável pra chegar até aquela localidade, tem que considerar os desafios logísticos também. Acesso à informação e educação nutricional também, há uma falta de acesso a informações sobre alimentação saudável, educação nutricional. Então isso é importante porque pode colaborar pra hábitos alimentares adequados pra essas populações, então é outro desafio (Entrevistado 3, 2024, informação verbal).

Nesse sentido, observa-se que a Amazônia carece de uma infraestrutura de transportes intrarregional que possibilite a acessibilidade da população dentro do seu próprio território. Isso porque, o planejamento logístico desenvolvido na região, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, foi pensado para atender as demandas do mercado internacional. Essa fragilidade na rede de transportes e logística afeta significativamente o trabalho intersetorial das políticas públicas, impondo obstáculos na articulação entre os setores governamentais, na comunicação e fluxo de informações, bem como no planejamento, avaliação e monitoramento das ações. Mas, sobretudo, na participação social, visto que o deslocamento, em determinadas localidades, tem uma longa duração e o preço elevado para a população.

Araújo *et al.* (2010), em sua pesquisa sobre a implantação e implementação do SUAS em municípios dos estados da região Norte e Nordeste (Pará, Maranhão e Pernambuco), identificaram que a intersetorialidade não é efetivada como preconiza as normativas da política de assistência social. Desse modo, os autores constataram duas situações diferenciadas. Na primeira, há um esforço de reprodução do discurso sobre a importância dessa forma de gestão pública. No entanto, a intersetorialidade é confundida com uma relação de cooperação entre gestores de diferentes secretarias, em razão de afinidades político-partidárias. Já na segunda, verificou-se que os técnicos e gestores compreendem a importância de uma prática intersetorial e até desenvolvem esforços

nesse sentido (instalação de fóruns, câmaras setoriais, estabelecimento de protocolos). Contudo, na maioria dos casos, compreendem que sua operacionalização é dificultada por alguns limites, entre eles: ausência de discussão para definição de responsabilidades e atribuições por parte dos diferentes sujeitos envolvidos; personalismo existente nas ações públicas e a forma histórica de organização dos serviços públicos com arquitetura setORIZADA (Araújo *et al.*, 2010).

No presente estudo, realizado com gestores e/ou técnicos das políticas de saúde, educação, segurança alimentar e meio ambiente do estado do Pará, identificou-se que os entrevistados reconhecem a relevância do trabalho intersetorial e empreendem esforços para desenvolvê-lo, entretanto, essas articulações são incipientes e limitadas, dada a diversidade socioterritorial, e, por vezes, defrontam-se com a setORIZAÇÃO das políticas públicas. Os elementos dos desafios relacionados às ações intersetoriais são expressos nos depoimentos abaixo.

Nós da área da saúde, nós temos um indicador que são as condicionalidades do programa bolsa família. Então, a gente tem uma meta anual que a gente precisa cumprir de acompanhamento dos beneficiários, isso é uma das nossas atribuições. E para que isso possa ter um engajamento adequado, a saúde ela não vai trabalhar sozinha. Então a gente entra em contato constantemente com os outros setores. Como eu te falei, tem dois aqui, educação e assistência social, para juntos traçarmos estratégias para avançarmos até os municípios. [...] Aqui no estado do Pará, você sabe, nós somos 144 municípios, e a gente tem que dar conta de tudo isso nos 144 municípios, certo. E a gente sozinha não consegue. A gente precisa abrir os braços, trabalhar transversalmente junto com outras secretarias, com outros setores. Quando a gente fala em outras secretarias e em outros setores, a gente se insere dentro daquelas câmaras técnicas, que eu te falei, a câmara técnica de segurança alimentar e nutricional, o conselho de segurança alimentar e nutricional, o controle social. Então a gente participa de todas essas pautas. Quando se fala em alimentação e nutrição hoje, no estado do Pará, nós somos referência técnica por sermos uma secretaria estadual na área da saúde. (Entrevistado 1, 2024, informação verbal).

[...] Nós temos uma dinâmica rica no estado do Pará, porque nós temos ribeirinhos, temos quilombolas, temos povos da floresta, indígenas, sem terra, assentados, pessoas que vivem em vilas, em áreas costeiras, pescadores... Então é uma dinâmica, um mosaico, uma diversidade cultural riquíssima. Então, diante disso, eu observo que as políticas públicas, elas são fragmentadas. Embora, eu citei alguns projetos, mas eles são muito voltados pra área ambiental. Existe uma certa dificuldade dessa integração de discutir a questão ambiental diretamente com a segurança alimentar e nutricional, com políticas de saúde pública, de habitação e entre outras. Então é preciso analisar de uma forma mais cautelosa essa falta de integração entre diferentes políticas públicas. (Entrevistado 3, 2024, informação verbal).

[...] Aqui no Pará nós temos 9 (nove) órgãos que fazem parte da SEASTER, a saúde, a educação, a agricultura, a Ceasa. E a gente tá, inclusive, com demanda da Procuradoria Geral do Estado para incluir o ITERPA também. Porque, por exemplo, se a gente vai fazer um projeto numa comunidade quilombola precisa que a área esteja regulamentada, regularizada. E, às vezes, quando essas áreas não estão regularizadas, a gente não consegue fazer projeto. Então precisa que

o Instituto de Terras do Pará entre pra fazer as ações, regularize a área, pra gente poder trabalhar, se não a gente não trabalha, não é? (Entrevistado 4, 2024, informação verbal).

A partir das informações apresentadas observa-se que, embora ocorra uma articulação intersetorial, a ausência de integração entre as políticas públicas e os gestores compromete a efetivação do direito humano à alimentação adequada e saudável no estado. Considerando a pluralidade étnico-cultural na Amazônia, é necessário pensar uma gestão intersetorial territorializada, a qual promova ações voltadas para as particularidades do território amazônico. Além disso, a participação social é fundamental para a construção de políticas que atendam as demandas da população local. Tais proposições são um grande desafio para as políticas públicas na Amazônia.

O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma iniciativa intersetorial entre as políticas de saúde e educação que visa a promover a cidadania e a qualidade de vida dos estudantes da rede pública de ensino. De acordo com o relatório Comunica BR (2025), o qual apresenta as principais ações desenvolvidas pelo governo federal no estado do Pará, entre 2023 e 2024, todos os municípios paraenses (144 municípios) haviam aderido ao PSE com 5,59 mil escolas pactuadas, atendendo 1,32 milhão de estudantes. Nesse sentido, Coelho e Brasileiro (2021), ao analisar o processo de intersetorialidade no Programa Saúde na Escola (PSE) no município de Santarém, no estado do Pará, identificaram que as equipes de saúde e educação possuem uma compreensão genérica sobre a ação intersetorial. Conforme as referidas autoras, a maioria dos técnicos reconhece a ideia de trabalho em conjunto e parceria na elaboração das ações, influenciando diretamente as práticas no âmbito do programa.

Entretanto, grande parte dos profissionais apresentou um conhecimento restrito acerca da intersetorialidade, dando ênfase a sua representação vinculada aos setores de educação e saúde. Além disso, as autoras identificaram obstáculos na elaboração das ações do PSE no processo intersetorial, entre eles: a falta de comunicação entre os setores da saúde e da educação; a atribuição de responsabilidades somente aos profissionais da saúde; preposições de ações pontuais; espaço físico inadequado para a realização das atividades; carência de materiais na realização das ações; a sobrecarga de trabalho dos profissionais atuantes no PSE e o pouco tempo disponibilizado para a realização das atividades do programa (Coelho; Brasileiro, 2021). Diante disso, as autoras afirmam que a intersetorialidade do Programa Saúde na Escola no município de Santarém, interior da Amazônia paraense, configura-se fragilizada pela dificuldade de realizar o diálogo e a

integração entre as equipes que compõem o PSE, podendo influenciar diretamente na qualidade das ações e na efetividade do programa.

A dificuldade de comunicação é também percebida, no interior da própria política pública, ou seja, entre os próprios setores que a constitui. Na pesquisa, identificou-se que a setorização hierarquizada no âmbito da própria política é um obstáculo para a gestão intersetorial. Esse desafio está expresso no depoimento a seguir:

[...] A gente envolve todo um fluxo até conseguir atingir o objetivo final que é fornecer uma alimentação de qualidade para os alunos. Então o desafio tá na gestão mesmo em si, pois não depende só do meu setor, tem vários setores dentro da SEDUC. Eu preciso do setor de cotação de preços, do setor de licitação, do setor financeiro para fazer a dotação orçamentária. Então, há todo um fluxo e, no final, há uma demora, pois a gente acaba não conseguindo atender em tempo hábil esse público, mas a gente está se esforçando aqui na secretaria para atender. Então é um desafio todos os dias (Entrevistado 2, 2024, informação verbal).

Conforme Cruz e Farah (2016), a implementação da intersetorialidade é complexa e influenciada por fatores políticos e institucionais, bem como pela interação entre os atores que atuam a partir de suas experiências, valores e visões de mundo próprios. Essa troca de saberes oportuniza o diálogo e possibilita a ampliação do conhecimento na construção de um projeto em comum. Por outro lado, cada grupo ou ator social possui suas próprias convicções, crenças e práticas. Tais percepções são, por vezes, contrárias e divergentes, gerando conflitos e desacordos. O seguinte trecho ilustra essa realidade, “[...] inclusive [a intersetorialidade] é um desafio permanente, porque quando se trata de governo, os governos, muitos deles, gostam de tá aparecendo mais que os outros, infelizmente. Não é, assim, uma ação, digamos, tranquila”. (Entrevistado 4, 2024, informação verbal). Nesse sentido, entende-se que a gestão intersetorial é um campo permeado de tensões e disputas políticas, que vão desde a articulação dos saberes até a delimitação de prioridade das ações. O estabelecimento do diálogo nesta arena de interesses é, sem dúvidas, desafiante. No entanto, é um exercício fundamental para a construção de novas práticas.

Diante do exposto, ressalta-se a necessidade de olhares diferenciados para as particularidades regionais da Amazônia no campo das políticas públicas. A vasta extensão territorial exige, entre outras coisas, um financiamento dissemelhante do governo federal para a região. É preciso planejamento logístico e, para isso, é necessário investimento em infraestrutura de telecomunicação e transportes, bem como em pesquisas e tecnologias de manejo sustentável que promovam o deslocamento seguro, a inclusão digital e a

acessibilidade da população aos direitos sociais. A participação das comunidades nesse processo é fundamental, além de promover o fortalecimento comunitário, tal envolvimento garante que os saberes da população local sejam valorizados e suas necessidades atendidas.

4. O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL E O ENFRENTAMENTO DA FOME NO ESTADO DO PARÁ

*Rala, rala a mandioca. Espreme no tipiti
Separa na tapioca. Apara o tucupi
Prepara meu tacacá. Gostoso como açai
(Pinduca, 1974)*

Nesta seção será abordado o direito humano à alimentação adequada e saudável e a política de segurança alimentar e nutricional no Pará. O capítulo está dividido em quatro itens: o primeiro, intitulado *Direito humano que defendemos e a alimentação*, problematiza a universalidade dos direitos humanos sob a perspectiva do multiculturalismo global e a compreensão do direito humano à alimentação. O segundo, *A política de segurança alimentar e nutricional no estado do Pará*, apresenta as características socioterritoriais e econômicas do Pará, além de sua política de SAN. O terceiro, *Resultados da pesquisa*, analisa os resultados da pesquisa de campo e os depoimentos dos entrevistados. Essa análise está subdividida em quatro subitens: *Política de Saúde, Política de Educação, Política de Meio Ambiente e Política de Segurança Alimentar e Nutricional*. Por fim, o quarto item, *Os desafios e as proposições na promoção do direito à alimentação no Pará*, traz as análises gerais e apreensões sobre a pesquisa.

4.1 OS DIREITOS HUMANOS QUE DEFENDEMOS E A ALIMENTAÇÃO

Os direitos humanos são, na atualidade, um tema de alta complexidade, para Flores (2009), esse é o maior desafio do século XXI. Isso porque, para além do âmbito jurídico, os direitos humanos são permeados por dimensões culturais, políticas, econômicas e sociais. Dada a realidade contemporânea, Flores (2009) entende que é necessário repensar os direitos humanos. Para o referido autor, os direitos humanos são os resultados sempre provisórios da luta pela dignidade. Entende-se por dignidade não apenas o simples acesso aos bens, mas o acesso igualitário, não hierarquizado. Nesses termos, a dignidade é, portanto, um fim material. Tal perspectiva é contrária à teoria tradicional dos direitos

humanos que reduz os direitos ao aspecto jurídico, sem considerar as capacidades e condições necessárias para exercê-los.

Para Chantal Mouffe (2014), o que a cultura ocidental denomina de “direitos humanos” é, na realidade, uma forma culturalmente específica de afirmar a dignidade da pessoa humana, mas não é a única legítima, seria presunçoso fazer tal declaração. De acordo com a autora, o modelo hegemônico ocidental da globalização não dá lugar à pluralidade de alternativas, e isso possibilita o surgimento de conflitos antagônicos, ou seja, vê o outro como opositor e, portanto, um inimigo que deve ser combatido.

Ao retratarmos sobre os hábitos alimentares dos povos amazônicos, as reflexões de Mouffe (2014) são bastante pertinentes. Sabe-se que a alimentação na Amazônia é uma herança ancestral dos saberes indígenas. O manejo da folha da mandioca (maniva) no preparo da maniçoba é um exemplo dessa ancestralidade. A maniva é extremamente tóxica, sendo necessário cozinhá-la durante sete dias, para, só então, receber os demais ingredientes e ter o prato finalizado. Esse rico conhecimento é, por vezes, inferiorizado e marginalizado diante da hegemonia dos padrões europeus no cenário global. Um exemplo clássico dessa visão eurocêntrica é a recente exclusão de alimentos da culinária amazônica, como açaí, tucupi e a maniçoba, do cardápio da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), que ocorrerá em Belém, em novembro de 2025. Sob a justificativa de “alto risco de contaminação”, o caso gerou forte repercussão nas mídias sociais, demonstrando que a lógica colonialista, a qual classifica a Amazônia como “atrasada” ou “exótica”, permanece profundamente enraizada.

Nestes termos, Mouffe (2014) defende o agonismo, trata-se de uma visão de mundo para além da eurocêntrica, aqui o outro não é visto como um adversário, mas como um aliado na luta que, embora possua costumes e hábitos diferentes, é movida e mediada por interesses equivalentes entre as partes.

Segundo Santos (2004), para que os direitos humanos operem como cosmopolitismo, ou seja, como forma de globalização contra-hegemônica, é necessário que sejam reconceitualizados como multiculturais. Nesse sentido, o referido autor apresenta como proposta a hermenêutica diatópica, trata-se de um diálogo intercultural. Tal perspectiva baseia-se na ideia de que, por mais forte que seja, a cultura será sempre incompleta. No entanto, seu objetivo não é atingir a completude, mas sim ampliar ao máximo a consciência de incompletude mútua por meio do diálogo que se desenrola, por assim dizer, com um pé numa cultura e o outro, noutra. De acordo com Santos (2009), deve-se escolher para o diálogo a versão que representa círculo de reciprocidade mais

amplo. Os temas não devem ser unilateralmente impostos, mas resultar de acordos mútuos. Além disso, Santos (2004) ressalta que o multiculturalismo progressista pressupõe que o princípio da igualdade seja prosseguido de par com o princípio do reconhecimento da diferença. “Temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.” (Santos, 2004, p. 272).

Em síntese, tal como Santos (2004), acredita-se que o diálogo intercultural é possível, desde que seja respeitado o princípio da igualdade e do reconhecimento da diferença. Por esse motivo, os autores Santos (2004), Flores (2009), Mouffe (2014), entre outros, defendem que é preciso repensar os direitos humanos vigentes, visto que hoje o mundo está diante de um novo contexto histórico, social, econômico, político e cultural, diferente do momento sócio-histórico no qual os direitos humanos foram inscritos, no período da Guerra Fria. No entanto, na atual conjuntura, é necessário defendê-los. No que diz respeito ao direito à alimentação, cabe destacar o projeto de Emenda Constitucional, a PEC nº 17/2023, o qual propõe a substituição do termo “alimentação” no artigo 6º da Constituição Federal, por “segurança alimentar”, como se ambos estivessem em patamar conceitual de horizontalidade (Santarelli; Rocha, 2024). Com a inclusão da alimentação no rol dos direitos sociais fundamentais, o DHAA tornou-se o norteador das políticas públicas de SAN no país. Logo, a alteração do termo implicará a desestruturação das políticas de SAN vigentes, a começar pelo SISAN. Além disso, essa mudança pode contribuir para o aumento da aquisição de alimentos não saudáveis, os ultraprocessados, especialmente por pessoas de baixa renda, tendo em vista que eles poderão sofrer menos pressão por sua regulação, obter mais subsídios fiscais para a sua produção e, por conseguinte, ter menor preço para comercialização (Santarelli; Rocha, 2024).

Segundo Valente (2021), ao longo da história, o ser humano desenvolveu uma intrincada relação com o processo alimentar, transformando-o em um rico ritual de criatividade, partilha, carinho, amor, solidariedade e comunhão entre os indivíduos e com a própria natureza, permeado pelas características culturais de cada grupo social. Assim, ao alimentar-se na companhia dos amigos, da família, comendo pratos característicos de sua infância, de sua cultura, o indivíduo, além de renovar seu aspecto físico, fortalece sua saúde mental e sua dignidade.

Nesse sentido, ao consumir a farinha de mandioca com açaí, os peixes, a maniçoba, o tacacá e os frutos nativos, os povos amazônicos estabelecem relações sociais carregadas de simbolismos que remetem à história, à memória e à ancestralidade, conferindo-lhes

identidade cultural. Nesses termos, a alimentação transcende a mera função nutricional e biológica, firmando-se como um ato político de resistência frente à globalização.

Conforme Valente (2003), a questão da alimentação, da fome e da má nutrição não pode ser olhada exclusivamente em sua dimensão econômica (acesso à renda), alimentar (disponibilidade de alimentos) ou biológica (estado nutricional). Trata-se de um processo histórico de construção das relações sociais. De acordo com o autor, a alimentação humana se estabelece na interface dinâmica entre o alimento (natureza) e o corpo (natureza humana), mas somente se realiza integralmente quando os alimentos são transformados em gente, em cidadãos e cidadãs saudáveis.

Nesta perspectiva, o direito à alimentação inclui o acesso aos recursos e meios de produzir alimentos saudáveis que possibilitem uma alimentação conforme os saberes, os hábitos e as práticas alimentares de determinada cultura, região ou origem étnica. Além disso, é parte do direito à alimentação, o acesso a informações quanto ao conteúdo dos alimentos, das práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que promovam a saúde e reduzam o número de doenças ocasionadas em virtude da alimentação inadequada (Valente, 2021).

Nunes Pereira é um autor clássico na temática da alimentação amazônica. Em sua obra *Panorama da Alimentação Indígena: Comidas, Bebidas e Tóxicos na Amazônia Brasileira* (1974), ele realiza um estudo etnográfico sobre os hábitos alimentares dos povos indígenas. Pereira (1974) destaca as técnicas de caça e pesca, as ferramentas utilizadas (arpões, arcos, flechas e armadilhas) e a coleta de frutos silvestres e produtos vegetais da floresta, o que possibilita a diversidade alimentar. O referido autor ainda aborda as práticas de agricultura, como a plantação de ervas nos jiraus (hortas-suspensas) e o cultivo da mandioca, ressaltando a ampla variedade alimentar derivada desse tubérculo.

Da mandioca retirava a farinha, a tapioca, o polvilho e o tucupi; da macaxeira ou macaxeira retirava a farinha dita *surui*, o carimã e a goma; e esses produtos, depois, iriam misturar-se a certas peças, assadas, torradas e trituradas, de caças, ou serviam para o preparo de beijos, de mingaus e de molhos de sabor ácido e afrodisíaco (Pereira, 1974, p. 9).

A mandioca é um componente basilar na cultura e alimentação indígena da Amazônia. Pereira (1974), em seu livro, relata as lendas, mitos e histórias referentes à alimentação, incluindo a origem mítica deste tubérculo. Na mitologia indígena, o alimento teria surgido a partir da misteriosa morte de *Mani*, uma criança de três anos

nascida de um amor proibido. Conforme a lenda, as lágrimas da mãe no túmulo de *Mani* fizeram brotar a planta, dando origem à raiz sagrada.

O diversificado uso da mandioca no preparo das receitas, as técnicas de eliminação da toxina e as narrativas sobre a sua origem permanecem vivos na cultura alimentar local. Esses saberes vão além de um mero componente da dieta regional, são práticas históricas de sociabilidade carregadas de simbolismo e ancestralidade, conforme afirma Valente (2003; 2021). É nesse contexto que se insere a polêmica da restrição dos pratos típicos paraenses no cardápio da CPO 30. A justificativa de preocupações sanitárias – pautada no risco de contaminação do açaí ou a presença de toxinas naturais no preparo inadequado do tucupi e da maniçoba – incorre na invisibilização do conhecimento ancestral dos povos amazônicos, cujo pilar identitário reside justamente na alimentação.

Dessa forma, o que deveria ser um elemento de celebração em um evento sobre o clima e sustentabilidade, sediado na Amazônia, foi sumariamente marginalizado. Essa atitude configura-se como um evidente preconceito alimentar, ao caracterizar a culinária amazônica como “selvagem”, “exótica” e de “baixa qualidade sanitária”. Essa visão estereotipada revela a hierarquização cultural que ainda permeia a percepção da Amazônia tanto em âmbito nacional quanto global.

A negação e a desqualificação dos saberes tradicionais, observadas no episódio da COP 30, revelam as desigualdades sociais existentes, as quais se aprofundam quando o acesso à alimentação e o respeito cultural se tornam uma questão de direitos e de dignidade. Portanto, conforme Valente (2021), sem uma alimentação adequada, do ponto de vista da quantidade e qualidade, não há direito à humanidade e à vida, entendida aqui como a negação no acesso à riqueza material, cultural, científica e espiritual produzida pela espécie humana ao longo da sua trajetória sócio-histórica. Nessa direção, para o referido autor, a fome e a desnutrição constituem-se, portanto, na desumanização, em que é negado ao indivíduo o direito a um organismo saudável, o prazer de comer e compartilhar suas refeições com seu grupo social e de viver seus hábitos e práticas alimentares.

De acordo com Valente (2003, p. 55), a realização do direito Humano à Alimentação e Nutrição adequadas depende: a) da disponibilidade de alimentos saudáveis e seguros, produzidos de forma sustentável; b) da possibilidade de acesso a eles, seja pela produção para consumo ou para gerar renda; c) da possibilidade de acesso a alimentos culturalmente adequados; d) da existência de mecanismos de transporte e armazenamento adequados; e) de condições de transformação adequada dos alimentos no domicílio ou em espaços

públicos (água limpa, saneamento adequado, utensílios, refrigerador, combustível etc.); f) das condições de vida e de habitação das famílias; g) do nível de informação sobre higiene e práticas e hábitos alimentares saudáveis; h) das condições de saúde das famílias; i) do acesso a serviços de saúde e j) de serviços de controle de qualidade dos alimentos, entre outros.

No Brasil, segundo o referido autor, o conceito de fome é utilizado por diferentes setores da população, e abarca desde aquela sensação fisiológica ligada à vontade de comer até as formas mais brutais de violação do ser humano, ligadas à pobreza e à exclusão social.

Ver os filhos passarem fome é passar fome. Comer lixo é passar fome. Comer o resto do prato dos outros é passar fome. Passar dias sem comer é passar fome. Comer uma vez por dia é passar fome. Ter que se humilhar para receber uma cesta básica é passar fome. Trocar a dignidade por comida é passar fome. Ter medo de passar fome é estar cativo da fome. Estar desnutrido também é passar fome, mesmo que a causa principal não seja falta de alimento (Valente, 2003, p. 57).

Já o conceito de má nutrição é mais abrangente, sendo de uso quase restrito à área da saúde, engloba tanto a desnutrição decorrente de carências nutricionais (energia, proteína e micronutrientes), como os quadros causados por uma ingestão excessiva ou desbalanceada de nutrientes, tais como a obesidade, dislipidemias e outras doenças crônicas (Valente, 2003).

Conforme Valente (2014), a fome e a má nutrição se materializam porque sociedades foram estruturadas conforme os interesses de grupos sociais, política e economicamente hegemônicos. Isso leva à produção e à reprodução do acesso limitado, para a grande maioria das pessoas, a recursos naturais e produtivos, a empregos com salários que assegurem uma existência digna e a condições adequadas de trabalho, à moradia, à alimentação, à saúde, à seguridade social e à proteção social, entre outros.

Segundo Valente (2014), a fome e a má nutrição também ocorrem porque políticas nacionais e internacionais contribuíram historicamente para a concentração de riqueza. Nesse cenário, multinacionais têm volumes de negócios maiores do que os da maior parte das economias nacionais, distanciando-se cada vez mais da soberania popular, pois são desenvolvidas, principalmente, para servir aos interesses das elites poderosas.

Essas condições são ainda mais agravadas pela situação de violação dos direitos das mulheres, conforme o autor:

A fome e a má nutrição ocorrem porque mulheres continuam a ser tratadas como cidadãs de segunda categoria na maior parte do mundo, com controle limitado sobre suas vidas e sobre seus direitos sexuais e reprodutivos e com

acesso limitado à terra, a recursos produtivos, à educação, a empregos e a salários equiparados. Além disso, elas são sujeitadas à violência em seus lares e na sociedade e têm garantia limitada do direito a amamentar (Valente, 2014, p. 06).

Nessa perspectiva, a realização plena dos direitos humanos das mulheres é central para a realização completa do direito à alimentação e à nutrição adequadas para todos e todas. O autor destaca o quanto as mulheres são reduzidas a seus papéis como mães e provedoras primárias da segurança alimentar e nutricional. “Em muitos documentos de políticas públicas, até meninas são tratadas como ‘futuras mães’, ao invés de mulheres que têm o direito a desenvolver-se, estudar e decidir as vidas que planejam para si mesmas” (Valente, 2014, p. 08).

Cabe ressaltar que as violações do direito humano à alimentação adequada são vivenciadas de forma heterogêneas na sociedade brasileira. No item 2.2 que versa esta tese, constatou-se que a fome afeta de forma mais intensa as pessoas negras, as mulheres, os povos e comunidades tradicionais (PCTs), pessoas de baixa renda, com baixa escolaridade e residentes das áreas rurais. Isso demonstra, entre outras coisas, que mecanismos estruturantes como o sexismo, racismo e o classismo, os quais compõem a formação sócio-histórica do país, produzem impactos que incidem diretamente no não acesso aos alimentos.

A perpetuação e a intensificação dessas desigualdades estruturais são intrinsicamente ligadas à lógica de acumulação do capital. É nesse contexto que o uso predatório dos bens da natureza, em favor da recomposição das taxas de lucro, tem provocado desequilíbrios ecológicos severos. O garimpo ilegal, por exemplo, causa intensos conflitos por terra, agravando a violência no campo, isso impacta diretamente a segurança alimentar e a saúde da população indígena, expondo-a à fome. De acordo com Fellows *et al.* (2024), entre os anos de 2016 e 2022, houve um aumento de 361% do garimpo em terras indígenas, concentrando-se nos territórios Kayapó (55%), Munduruku (22%) e Yanomami (13%), que somados totalizam 90% da atividade garimpeira.

O mercúrio usado na extração do ouro contamina os rios, envenenando os peixes – principal fonte de alimento das populações amazônicas – e tornando a água imprópria para o consumo. Isso resulta em um cenário de fome e incidência de doenças graves, como o câncer, causadas pelo contato com a água e o consumo de alimentos contaminados. É importante destacar que os impactos vão além da área diretamente ocupada pela atividade, pois a extração de minérios é feita pela abertura de escavações que, em sua maioria, encontram-se ao longo das margens dos rios. Conforme Fellows *et*

al. (2024), embora apenas 17 terras indígenas tenham ocorrência direta do garimpo no seu território, outras 122 estão localizadas em bacias hidrográficas impactadas pela mineração. Além disso, cerca de 44% dos garimpos fora das terras indígenas na Amazônia se localizam em um raio de 50 km dos limites desses territórios. A ampla disseminação desses danos socioambientais, motivada unicamente pela busca incessante por lucro, revela a contradição inerente ao modelo econômico dominante.

É justamente essa dinâmica que explicita a subordinação da sociedade ao capital e que produz, paradoxalmente, a banalização do humano, condizente com a indiferença frente às esferas das necessidades sociais (Iamamoto, 2015). Apesar dos custos sociais, ambientais e da vida humana, a busca pela maximização do lucro é imposta. Trata-se de uma sociabilidade autodestrutiva e predatória, uma ameaça à vida do planeta e, por conseguinte, da humanidade. Nesse sentido, entende-se que, para garantir o direito humano à alimentação adequada de todas e todos, é necessário construir um novo paradigma de sociedade, cuja centralidade seja a qualidade de vida do ser humano, que inclui a preservação do meio ambiente, acesso à saúde, à moradia, à terra, dentre outros, contrapondo-se à lógica da lucratividade a todo e qualquer custo.

No item a seguir, apresentar-se-á o estado do Pará e a política estadual de SAN, além da coleta de dados realizada na pesquisa de campo.

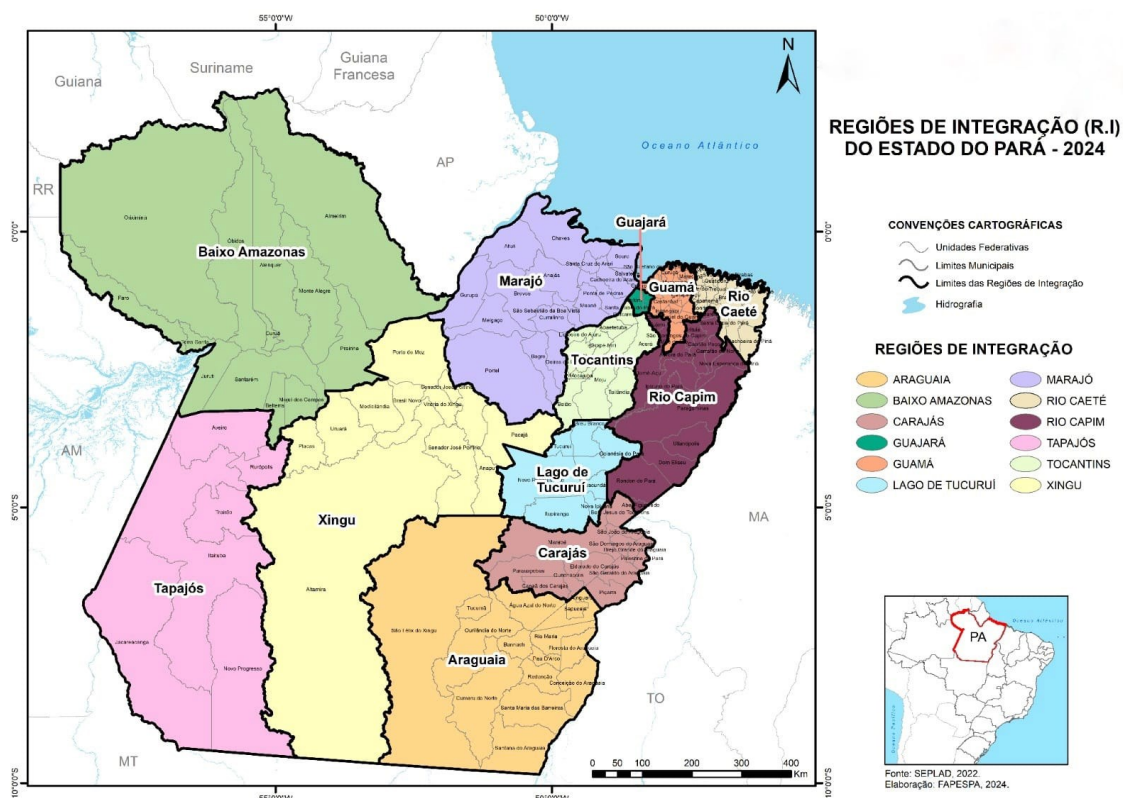
4.2 A POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ESTADO DO PARÁ

O estado do Pará, localizado na região Norte do Brasil, 1.245.870,704 km², corresponde a 14,65% do território nacional e 26% da Amazônia, sendo o segundo estado em extensão territorial do país (FAPESPA, 2024b). Em 2024, a sua população estimada foi de 8.664.306 habitantes, sendo o estado mais populoso na Região Norte, ocupando a 1ª posição no *ranking* e o 9º em relação às unidades federativas (IBGE, 2025b; FAPESPA, 2024d). Segundo dados do censo demográfico 2022, a população indígena no Pará é de 80.980 pessoas, representando 1% da população total do estado. Já o número de quilombolas foi de 135.603 pessoas, representando 1,67% de quilombolas no total da população paraense (IBGE, 2022).

O território paraense possui 144 municípios, os quais estão subdivididos em 12 Regiões de Integração (RI), sendo elas: Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guamá,

Lago Tucuruí, Marajó, Metropolitana ou Guajará, Rio Caeté, Rio Capim, Xingú, Tapajós e Tocantins. A seguir, a figura ilustrativa da regionalização do Pará.

Figura 3 - Regiões de Integração (RI) do estado do Pará



Fonte: FAPESPA, 2024c.

As RI do Pará possuem características específicas e estão organizadas de acordo com as suas semelhanças de ocupação, especificidades geográficas, seu dinamismo socioeconômico, entre outros aspectos. Essa regionalização foi proposta pelo governo do estado do Pará em 2007, com base nos estudos do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) e da Secretaria de Integração Regional (SEIR), cujo intuito foi de melhorar a gestão estadual, facilitar estudos e mapeamentos na região, auxiliando, assim, os gestores na elaboração de políticas públicas municipais (FAPESPA 2017; 2025a).

De acordo com dados do IBGE (2025b), em 2021, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado do Pará foi de 0,69, considerado médio, ocupando a 23ª colocação no *ranking* nacional, sendo o menor IDH da Região Norte, precedido apenas de Macapá. Em contrapartida, no 4º trimestre de 2024, o Pará registrou Produto Interno

Bruto (PIB) de R\$ 64 bilhões, representando 2,1% do PIB nacional. Cabe ressaltar que o setor agropecuário se destacou como a atividade com maior participação no PIB brasileiro, correspondendo a 6,8% da produção nacional (FAPESPA, 2025b). Outro dado relevante diz respeito à produção de soja, a qual foi destaque no setor agropecuário paraense, com aumento de 19,6%, passando de 3.115.907 toneladas em 2023, para 3.725.419 toneladas em 2024. Por outro lado, a mandioca, alimento que produz a farinha, componente central na alimentação amazônica, registrou queda 1,8% no período supracitado, o que corresponde a 74 mil toneladas, aproximadamente.

Os dados evidenciam que o agronegócio segue em expansão no território paraense, com a monocultura da soja, em detrimento da produção de alimentos que compõem a cultura alimentar como, por exemplo, a mandioca, para abastecimento local. Assim, com base em Castro (1984), entende-se que essa estrutura agrária do monocultivo e do latifúndio, que busca, tão somente, o lucro a qualquer custo, limita as possibilidades alimentares, sendo, portanto, a principal causa da fome, em especial, no estado do Pará. Além de provocar a degradação ambiental e a desterritorialização dos povos e comunidades tradicionais e pequenos agricultores, intensificando os conflitos e a violência no campo.

Na sociedade capitalista, a qual concebe à alimentação o valor de mercadoria, a questão da renda é um fator preponderante para o acesso ao alimento. Nesses termos, é necessário analisar a distribuição de renda, bem como as taxas de ocupação e desocupação da população paraense. O índice de Gini é um indicador utilizado para avaliar a distribuição de renda em determinado grupo, ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais ricos e dos mais pobres. Esse índice é medido entre a variável 0 e 1, valores mais próximos de zero indicam distribuição de renda mais igualitária, em contrapartida, índices mais próximos de 1 indicam que poucas pessoas detêm toda a riqueza produzida. Segundo o Mapa de Exclusão Social do Pará, relatório elaborado pela FAPESPA (2024e), o índice de Gini, da Renda do Emprego Formal, em 2022 e 2023, foi de 0,2909 e 0,2812, respectivamente. Isso demonstra que, embora esse indicador tenha reduzido, em 2023, o grau de concentração de renda no estado permanece elevado.

No que diz respeito ao mercado de trabalho paraense, conforme o relatório supracitado, houve um tímido aumento de 0,2% na taxa de ocupação, passando de 91,3 milhões, em 2022, para 91,5 milhões, em 2023. Já a taxa de desocupação, em 2022 e 2023, foi de 8,7% e 8,6%, respectivamente, representando uma redução de 0,1%. (FAPESPA, 2024e). Sobre a participação da população ocupada por sexo no estado do

Pará, de acordo com os dados da FAPESPA (2024e), há uma latente desigualdade no acesso ao mercado de trabalho entre homens e mulheres, onde a ocupação masculina é a predominante. Em 2022, o percentual de homens ocupados foi de 61,0%, enquanto que para as mulheres esse índice foi de 39,0%. Já em 2023, houve um acréscimo na ocupação feminina (39,5%) e um decréscimo na ocupação masculina (60,5%). Embora, no período analisado, os homens tenham perdido seus postos de trabalho, o público masculino continua representando uma parcela maior da população ocupada em comparação às mulheres. Esse desigual acesso entre homens e mulheres no mercado de trabalho é um fator preponderante para a condição da fome feminina na região Amazônia, e no Brasil de modo geral.

Com relação à ocupação por faixa etária, segundo FAPESPA (2024e), o Pará apresentou, em 2023, os seguintes percentuais de participação: de 14 a 17 anos (2,4%); de 18 a 24 anos (14,4%); de 25 a 39 anos (39,9%); de 40 a 59 anos (36,8%); e, por fim, de 60 anos ou mais (6,6%). Nesse sentido, verifica-se que os maiores índices de participação no mercado de trabalho estão nas faixas de 25 a 39 anos e 40 a 59 anos, ou seja, jovens e adultos. Em contrapartida, o menor índice está entre os adolescentes, na faixa dos 14 a 17 anos. A população de 18 a 24 anos é a terceira de maior percentual na participação da população ocupada. Vale destacar o índice considerável de idosos ocupados, para compreender essa estatística é necessário aprofundar-se no tema, o que não é o objetivo deste trabalho, o intuito aqui é demonstrar que a população idosa e aqueles em idade de aposentar-se estão inseridos no mercado de trabalho.

No item 3.4 desta tese foram apresentados dados gerais do Relatório de Programas e Ações do MDS do estado do Pará, de março de 2025, sobre o número de pessoas pobres e de baixa renda. No entanto, com base nas informações municipais do Cadastro Único, a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) obteve dados do índice de pobreza por Região de Integração. Vejamos, a seguir, a tabela com a proporção de paraenses em situação de pobreza por RI, no ano de 2023.

Tabela 2 - Proporção de pessoas em situação de pobreza por Região de Integração (RI) do estado do Pará, em 2023

Estado / RI	População Estimada 2023	População Pobre 2023	Taxa de Pobreza (%)
Pará	8.207.261	3.795.456	46,25
Araguaia	463.258	164.496	35,51
Baixo Amazonas	790.582	421.406	53,30
Carajás	773.801	242.169	31,30
Guajará	1.993.897	691.712	34,69
Guamá	665.719	309.855	46,54
Lago de Tucuruí	331.103	156.892	47,38
Marajó	564.150	401.715	71,21
Rio Caeté	497.425	279.831	56,26
Rio Capim	627.088	302.418	48,23
Tapajós	250.978	109.613	43,67
Tocantins	852.911	506.453	59,38
Xingu	396.352	208.896	52,70

Fonte: FAPESPA (2024e).
Elaborado pela autora (2025).

Conforme a tabela acima, em 2023, o estado do Pará apresentou elevado grau de pobreza, foram 46,25% da população paraense nessa condição. É importante destacar que a subdivisão dos municípios entre as RI não é equitativa, seu agrupamento ocorreu mediante as suas similaridades geográficas, econômicas, sociais e culturais, isso explica o quantitativo populacional diferenciado entre as regiões. Sobre a taxa de pobreza, a RI de Carajás foi a que obteve o menor percentual desse indicador (31,30%). O oposto ocorreu com as RI do Marajó e Tocantins, apresentando taxas expressivas de (71,21%) e (59,38%), respectivamente. Isso demonstra, entre outras coisas, as desigualdades intrarregionais existentes no território paraense.

A RI do Marajó é composta por 17 municípios, são eles: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista, Soure e Oeiras do Pará. A Ilha do Marajó é formada pelo maior arquipélago fluviomarinho do planeta. Abrange área de 106.662 km², equivalente a 8,6% do território paraense, é a 5^a maior entre as RI, sendo 51,9% de área protegida do seu território (FAPESPA, 2023c).

Conforme FAPESPA (2023c), em dezembro de 2022, a RI de Marajó apresentou total de 47.948 famílias ribeirinhas inscritas no Cadastro Único, dessas, 36.931 são beneficiárias do Programa Bolsa Família, o que corresponde a 77,02%. Já o número de indígenas cadastrados foi de 271 pessoas, cabe informar que a referida instituição de pesquisa não mencionou o quantitativo de indígenas beneficiários do Programa Bolsa Família. O intuito foi demonstrar que os povos e comunidades tradicionais da Ilha do Marajó encontram-se em condição de pobreza e, possivelmente, de fome.

Em contrapartida, a RI do Marajó é destaque estadual na produção de arroz. Segundo a FAPESPA (2024c), em 2023, foi produzido 54.605 toneladas. Além disso, a região possui a maior criação de búfalos do país. No ano de 2023, a RI do Marajó registrou efetivo de 496.170 cabeças, ocupando a primeira posição entre as RI (FAPESPA, 2024c). Essa nítida contradição é intrínseca do modelo agrícola vigente. No agronegócio, o alimento não é tratado como um direito fundamental à vida humana, mas como uma mercadoria, cujo propósito primordial é a obtenção de lucro. O que explica a contradição entre o aumento da produtividade e o alarmante percentual de pobreza e, consequentemente, de fome na RI do Marajó.

Vale lembrar que Josué de Castro (1984), em sua obra, faz menção à introdução de rebanhos bubalinos na Ilha do Marajó, ressaltando a importância do consumo da carne bovina para a população. Assim, considera-se a reforma agrária, o acesso à terra e aos bens da natureza e a demarcação dos territórios dos povos tradicionais como importantes ações no combate à fome no país, em especial na Amazônia.

Conforme a Tabela 2, a RI de Tocantins ocupou a segunda colocação na taxa de pobreza do Pará. Sendo assim, faz-se necessário apresentar a região, destacando suas características socioterritoriais e econômicas. A RI de Tocantins é composta por 10 municípios, incluindo Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Tailândia. Abrange uma área de 31.989 km², representando 3% do território estadual, a 9ª em dimensão entre as RI, tendo 4,9% de áreas protegidas em seu território (FAPESPA, 2023d). O solo da região é formado por terra firme e várzea. Além de apresentar extensa malha hidrográfica, sendo atravessado pelo rio Tocantins – responsável por importante parte do estuário amazônico, especialmente da Amazônia Oriental – que se junta ao rio Pará e ao rio Guamá, formando a baía do Guajará.

Desde o período colonial, a RI de Tocantins tem sido ocupada para fins de exploração dos seus recursos naturais e comercialização no mercado externo. O

município de Barcarena, por exemplo, cuja economia foi por muito tempo baseada no extrativismo, na agricultura, cultivando, principalmente, macaxeira e mandioca, na pesca e na lavoura, teve as suas relações socioeconômicas profundamente transformadas a partir da instalação das empresas transnacionais, na década de 1980, Alumínio Brasileiro S.A (ALBRAS) e a Alumina do Norte do Brasil S.A. (ALUNORTE), ambas ligadas à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Com o intuito de atrair investidores estrangeiros na extração de alumínio nesta localidade, o estado brasileiro financiou a construção do sistema portuário, infraestrutura viária e o núcleo urbano Vila dos Cabanos –, trata-se de um alojamento disponibilizado pelas empresas mineradoras aos seus trabalhadores (Fernandes, 2020). A população que ali residia mobilizou-se contra a desapropriação, apesar de toda articulação contra a expropriação de suas terras, essas famílias foram removidas e, embora indenizadas e pequenos lotes tenham sido concedidos, as relações sociais e a prática de policultivos, até então existentes, foram erradicadas.

A particularidade de Barcarena possibilita compreender os percentuais de pobreza na RI de Tocantins, e na Amazônia em geral. De um lado, o uso predatório dos recursos naturais pelo capital e, do outro, o crescimento exponencial da miséria. Não foi à toa que, em 2021, a região foi destaque no PIB paraense, ocupando a 3º colocação, com 7,18% de participação (FAPESPA, 2024c). Segundo FAPESPA (2023d), nesse mesmo ano, a RI do Tocantins foi destaque estadual, sendo a 1º colocada nas produções de açaí (66%), coco-da-baía (59%) e dendê (56%). Contudo, em dezembro de 2022, a RI de Tocantins apresentou total de 28.694 famílias ribeirinhas inscritas no Cadastro Único, dessas 22.443 são beneficiárias do Programa Bolsa Família, correspondendo a 78,21%. Já o número de indígenas cadastrados foi de 573 pessoas, visto que a RI de Tocantins possui duas terras indígenas (FAPESPA, 2023d).

Nesse contexto, como medida de enfrentamento da fome e da pobreza, o Governo do Pará implementa a política de segurança alimentar e nutricional. Com a publicação da Lei Estadual nº 7.580a de 20 de dezembro de 2011, é instituído o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SISANS-PA), que cria o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CONSEANS-PA) e a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Pará (CAISAN-PA). Posteriormente, é lançado o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Pará (PESAN-PA), tendo por objetivo definir diretrizes para as ações da Política de SAN estadual, entre os anos de 2012 a 2015. Seu processo de

elaboração baseou-se nas oito diretrizes definidas no PLANSAN, em consultas às deliberações e propostas contidas no relatório da III Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, nas proposições e prioridades definidas pelo CONSEANS-PA e ao Plano Plurianual (PPA 2012–2015) do Pará, além de debates nos espaços das reuniões e nos encontros promovidos pela CAISAN-PA (Pará, 2014).

É importante destacar que o plano estadual faz referência à RI do Marajó, apresentando-a como região prioritária, sendo estabelecidas ações interventivas, entre elas, o Projeto Pró-Marajoara. Trata-se de uma iniciativa desenvolvida pela Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP) e prefeituras municipais, cujo objetivo é promover o acesso à alimentação adequada e saudável aos povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar nos municípios da RI do Marajó, tendo como base a cultura produtiva local. Além disso, essa primeira edição apresenta observações e sugestões para a construção do II PENSAN-PA (2016-2019), ressaltando o trabalho intersetorial na garantia do direito à alimentação da população paraense (Pará, 2014).

O II PENSAN-PA (2016-2019) faz menção ao primeiro plano estadual, sendo considerado um significativo avanço na agenda política do Governo do Pará. Por outro lado, destaca a dificuldade em mensurar os resultados efetivos das ações desenvolvidas, visto que os sistemas existentes não dialogam entre si, o que dificulta as análises técnicas na avaliação e execução das políticas públicas no estado, especialmente a política de SAN. Além disso, nesta segunda edição do plano, é criado o Grupo de Trabalho do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – GT PAA/PNAE, visando à colaboração entre os programas, especialmente no atendimento das demandas dos agricultores familiares (Pará, 2017).

A elaboração do II PENSAN-PA (2016-2019) ocorreu mediante reuniões organizadas pela CAISAN-PA e oficinas, estruturadas em três momentos principais: 1) a realização de uma mesa redonda; 2) a formação de Grupos de Trabalho (GTs) em três eixos (Consolidação, Acesso e Fortalecimento da Política de SAN); e, 3) uma discussão em Plenária. Essa metodologia proporcionou um espaço de diálogo, reflexões e a construção participativa do Plano. Cabe destacar que, entre 19 a 21 de agosto de 2015, foi realizada a IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (IV CESAN PA), em Belém, com o Lema: “Comida de Verdade no Campo e na Cidade: por

Direitos e Soberania Alimentar” – o mesmo da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – o qual contou com 399 participantes. No evento, foram ressaltados os principais desafios/obstáculos da Política de SAN no estado, entre eles: assistência técnica tempestiva, regularização fundiária, acessibilidade (sistemas fluviais, terrestres e aéreos); burocratização; participação efetiva dos entes federados; cultura alimentar paraense na educação formal e informal; campanhas eficazes sobre alimentação adequada e saudável do Pará em toda a biodiversidade, com valorização da cultura alimentar regional e antigos hábitos alimentares (tradições); tratar intersetorialmente a obesidade e o sobrepeso; implantação dos agentes de SAN e fundo de SAN (Pará, 2017).

Sendo assim, o II PENSAN (2016-2019) foi construído com base nas oito diretrizes definidas pelo PLANSAN (2016-2019), nas deliberações e propostas contidas no Relatório da IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, no Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e na Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2018/2019 do Pará, considerando seus objetivos, metas e ações. Vale destacar que as metas e ações estabelecidas nesta edição do plano foram organizadas por RI do estado do Pará, de acordo com as especificidades e demandas existentes (Pará, 2017).

No II PENSAN (2016-2019) observou-se um avanço na leitura crítica da realidade paraense, em relação ao primeiro plano. Assim, a desigualdade socioeconômica no estado do Pará é compreendida como:

[...] resultante do modelo histórico de uso e ocupação do solo, pautado pelo extrativismo e pela intensa exploração dos recursos naturais, com foco na exploração de *commodities*, baixa inovação e agregação de valor, reforçado pelo investimento em capital humano incipiente, o que agrava as desigualdades sociais e econômicas regionais, impactando na qualidade de vida da população (PARÁ, 2017, p. 26).

Conforme o 2º plano estadual, a superação da pobreza no Pará exige, necessariamente, um amplo projeto de reestruturação produtiva que permita a incorporação de todos no usufruto da riqueza produzida no território. Trata-se de um modelo de desenvolvimento que considere os limites e possibilidades impostos à região. Assim, o II PENSAN (2016-2019) é apresentado como uma ferramenta de planejamento de suma importância que guiará as políticas públicas do estado, de modo que os programas e as ações estruturantes sejam, prioritariamente, transversais e possam, de fato, levar à construção e à consolidação de uma sociedade cada vez mais inclusiva, coesa e solidária (Pará, 2017). Contudo, cabe problematizar que tais diretrizes operam no campo

formal das intenções institucionais, confrontando-se com a dinâmica contraditória do capital. Nessa perspectiva, a consolidação de uma sociedade mais inclusiva e solidária esbarra na própria lógica do sistema, que coloca as demandas do mercado acima das necessidades sociais.

No III PENSAN-PA (2020-2023) observa-se um amadurecimento teórico e metodológico, sendo essa a edição vigente. Neste 3º plano estadual, a Região Norte é apresentada como uma área nítida de fome no país e as particularidades socioterritoriais do Pará são caracterizadas, com destaque aos povos e comunidades tradicionais que compõem o território paraense e a preservação ambiental. Nessa perspectiva, o III PENSAN-PA foi elaborado com base nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, além de seguir as diretrizes do Plano Plurianual (PPA) 2020/2023 e seus instrumentos norteadores, a Política de SAN e o SISAN.

O processo de construção do 3º plano estadual foi operacionalizado, basicamente, em quatro momentos. Primeiro, com a capacitação dos membros titulares e suplentes do comitê técnico da CAISAN-PA sobre os marcos legais do SISAN e da Política de SAN nacional e estadual e, posteriormente, a partir de reuniões ordinárias do comitê para discutir o tema do plano. Com disso, foram criados grupos de trabalho específicos por meio de portarias, em apoio às atividades desenvolvidas pelo comitê. E, por fim, pelas reuniões presenciais e virtuais do GT-PENSAN/2020-2023. Assim, o plano possui 11 objetivos específicos e 9 desafios, entre eles, promover o acesso universal da alimentação adequada e saudável à população paraense, promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis e a gestão da tecnologia, informação e comunicação (Pará, 2022a).

Cabe ainda destacar que o plano em vigor foi elaborado no contexto da pandemia de COVID-19. Assim, o III PENSAN-PA (2020-2023) apresenta as ações desenvolvidas pelo governo do estado nesse período, entre elas, a ação orçamentária COVIDPARÁ destinada aos órgãos estaduais. Entre as instituições contempladas com esse recurso destacam-se: a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC); Secretaria Estadual de Meio Ambiente Sustentável (SEMAS); Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP); e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER) (Pará, 2022a).

Desse modo, faz-se necessário apresentar as iniciativas desenvolvidas pelos órgãos supracitados, com o orçamento do COVIDPARÁ, para garantir o direito à alimentação da população paraense. A SEASTER – instituição pública que coordena a CAISAN-PA

– realizou as seguintes ações: a) Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Emergencial, em que 106 municípios foram contemplados; b) PROGRAMA RENDA PARÁ trata-se de um auxílio financeiro no valor de R\$ 100,00, em cota única, destinado a 909.279 beneficiários do Programa Bolsa Família em todo o estado; c) Concessão de Benefícios Eventuais; d) Abrigos provisórios no Estádio Estadual Augusto Proença (Mangueirão) e na Arena Guilherme Paraense (Mangueirinho).

Na área da educação, a SEDUC atuou na implementação da alimentação escolar. Com a suspensão das aulas presenciais na rede estadual, em 18 de março de 2020, o governo lançou o “Vale Alimentação Escolar”, recarga feita diretamente aos alunos, sendo repassado para 119 municípios, o último repasse foi em julho de 2021. Com o retorno das aulas presenciais, no segundo semestre, a SEDUC retomou os repasses das parcelas do Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE) para aquisição de produtos alimentícios aos 128 municípios conveniados e para os 16 não conveniados, atendendo o total de 570.959 estudantes (Pará, 2022a).

Sobre as ações de SAN voltadas para os produtores rurais, em 2021, a SEMAS promoveu a “Feira da Agricultura Familiar”, cujo objetivo é fomentar a produção e gerar renda aos agricultores paraenses, além de disponibilizar produtos de qualidade e por preços acessíveis à população, onde são ofertados desde orgânicos – como frutas, laticínios, hortaliças e mel – até cosméticos, remédios naturais, artesanato, entre outros. A feira acontece mensalmente, porém, neste ano, devido às restrições da pandemia, foram realizadas apenas 9 edições do evento, com, em média, 150 participantes efetivamente (Pará, 2022a).

A SEDAP realizou diversas ações e atividades de SAN junto aos agricultores, especialmente no transporte e logística, dentre elas: a) auxílio no transporte de produtos (macaxeira, farinha, banana, leguminosas, verduras etc.) por meio do uso do veículo L200; b) transporte de produtos de agricultores familiares do assentamento de reforma agrária, em vários municípios, para entrega em domicílio aos consumidores, no período da pandemia; c) apoio com o transporte de caminhão frigorífico; d) apoio à Rede de Comercialização Solidária, no transporte dos produtos agricultores rurais e na locomoção desses produtores, além da gestão do referido projeto (Pará, 2022a).

Por fim, a EMATER que, embora com quadro funcional reduzido, devido à doença ou afastamento de grupos de risco, manteve seus escritórios locais abertos nos 144 municípios do estado e realizou diversas iniciativas de SAN. Por meio do aplicativo do WhatsApp, os extensionistas realizaram atendimentos aos agricultores familiares e

parceiros institucionais. Em determinadas ocasiões, foram realizados atendimentos presenciais, onde o extensionista deslocava-se até a propriedade dos agricultores, visto que muitos deles pertencem aos grupos de risco, seguindo as recomendações sanitárias (uso de máscara e higienização das mãos). Isso permitiu que os serviços do Cadastro Ambiental Rural (CAR), a emissão de Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) não fossem interrompidos. Além disso, a EMATER prestou apoio às “feiras de agricultores familiares”, que na pandemia tiveram público visitante reduzido, por meio do serviço de *delivery* dos produtos, com entregas em domicílio ou em pontos estratégicos. Ademais, em alguns municípios, as famílias com estudantes matriculados nas escolas públicas receberam parte da merenda escolar, adquirida via PNAE, em suas residências, por meio de *kits* com alimentos *in natura* de agricultores familiares assistidos pela EMATER (Pará, 2022a).

Atualmente, a CAISAN-PA é composta por nove instituições – além das já citadas (SEASTER, SEDUC, SEMAS, SEDAP e EMATER), inclui-se, ainda, a Secretaria de Estado de Saúde (SESPA), a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ), a Central de Abastecimento do Estado do Pará (CEASA) e o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-BIO). O Comitê técnico da CAISAN-PA é formado por dois representantes de cada instituição, sendo um titular e um suplente, e o IV PENSAN-PA (2024-2027) está em processo de construção.

No item, a seguir, apresentar-se-ão os resultados da pesquisa de campo, bem como os depoimentos dos entrevistados e as respectivas análises do conteúdo (Bardin, 2011).

4.3 AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS (INTER)SETORIAIS DE ENFRENTAMENTO À FOME

Em conformidade com a fundamentação teórica construída nesta tese, que tem como objetivo analisar a complexidade da fome na região amazônica, dadas as particularidades socioterritoriais e étnico-culturais, bem como os limites das ações governamentais do estado do Pará no seu enfrentamento, e considerando a transversalidade na concretização do direito humano à alimentação adequada e saudável, foi realizada a pesquisa de campo com os gestores e/ou técnicos que atuam nas políticas sociais, mais precisamente nas Secretarias Estaduais de saúde (1), educação (1),

segurança alimentar (1) e meio ambiente (1), totalizando quatro (4) participantes. Como técnica de coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, sendo realizadas em ambiente virtual, via plataforma Google Meet, gravadas em áudio e/ou vídeo, e, posteriormente, transcritas. Cabe ressaltar que o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH/UFSC), assegurando os direitos dos entrevistados e os padrões éticos da pesquisa. Abaixo, segue um quadro contendo as informações pessoais e profissionais dos entrevistados.

Quadro 3 - Dados pessoais e profissionais dos entrevistados

Participante	Sexo	Formação Profissional	Instituição de Ensino	Ano de Conclusão	Titulação	Tempo de atuação como gestor/ Técnico
Entrevistado 1	F	Nutrição	Universidade Federal do Pará (UFPA)	2002	Especialista	3 anos
Entrevistado 2	F	Nutrição	Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA)	2014	Mestre	2 anos
Entrevistado 3	M	Engenharia Ambiental	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	2013	Especialista, Mestre e Doutor	2 anos
Entrevistado 4	M	Sociologia	Universidade da Amazônia (UNAMA)	1998	Especialista e Mestre	19 anos

Fonte: Elaboração da autora (2025).

Mediante as informações apresentadas, observa-se que a área da Nutrição prevalece entre os entrevistados. Embora o quantitativo de participantes seja pequeno, considerando o trabalho intersetorial que envolve as políticas de SAN, é importante destacar a ausência do profissional de Serviço Social no estudo. Durante o processo de recrutamento dos entrevistados, identificou-se uma profissional do Serviço Social que atua com os programas e serviços de SAN. A pesquisadora entrou em contato, apresentou a sua

proposta de estudo e fez o convite para participar da pesquisa. Inicialmente, a convidada mostrou-se interessada pela temática e colocou-se à disposição. No entanto, após a pesquisadora apresentar a metodologia e os procedimentos éticos da pesquisa, a Assistente Social demonstrou receio em participar, fazendo menção à sua coordenação.

Sobre a instituição de ensino dos entrevistados, dois (2) formaram-se em universidades públicas e dois (2) em privadas. Todos os entrevistados possuem titulações acadêmicas, seja especialização *Lato Sensu* e/ou pós-graduação, em organização institucional pública (Entrevistados 1 e 3) e privada (Entrevistado 2 e 4), isso demonstra que os participantes, ao longo de suas trajetórias, investiram na sua educação profissional continuada. Outro dado relevante diz respeito ao tempo de trabalho como gestor e/ou técnico, observam-se profissionais com mais de uma década nesta função e profissionais com pouco tempo de existência no cargo. Cabe ainda informar que os Entrevistados (1 e 4) são membros do Comitê Técnico da CAISAN-PA.

A seguir, serão apresentadas em subitens as políticas de saúde, educação, meio ambiente e segurança alimentar e nutricional do estado do Pará, bem como a coleta dos dados e suas respectivas análises.

4.3.1 Iniciativas no campo da Política de Saúde

A Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA) é a unidade gestora do Sistema Único de Saúde (SUS) no Pará. A Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, – que dispõe sobre as diretrizes para a promoção, proteção e recuperação da saúde no Brasil –, define a alimentação como um fator condicionante e determinante da saúde. Além disso, estabelece que as atividades de alimentação e nutrição devem ser desempenhadas de forma transversal às ações de saúde, em caráter complementar e com formulação, execução e avaliação dentro das responsabilidades do sistema de saúde (Brasil, 1990). No estado do Pará, a Coordenação Estadual de Nutrição (CEN) – setor que faz parte do Departamento de Atenção à Saúde (DASE) e Diretoria de Políticas de Atenção Integral à Saúde (DPAIS) – é a responsável por coordenar, assessorar, capacitar gestores e profissionais, monitorar e avaliar as ações da Política de Alimentação e Nutrição (PNAN), executadas pelos 144 municípios paraenses de forma contínua e sistemática (Pará, 2025a).

A PNAN tem o propósito de melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde, tendo em vista a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional da população

brasileira (Brasil, 2013). Para alcançar esse objetivo e orientar as ações de alimentação e nutrição no âmbito do SUS, foram estabelecidas nove (9) diretrizes, são elas: 1) Organização da Atenção Nutricional; 2) Promoção da Alimentação Adequada e Saudável; 3) Vigilância Alimentar e Nutricional; 4) Gestão das Ações de Alimentação e Nutrição; 5) Participação e Controle Social; 6) Qualificação da Força de Trabalho; 7) Controle e Regulação dos Alimentos; 8) Pesquisa, Inovação e Conhecimento em Alimentação e Nutrição; 9) Cooperação e articulação para a Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2013). Nesse sentido, as atividades da CEN são desenvolvidas em parceria com os treze (13) Centros Regionais de Saúde (CRS) do estado e tem como eixo norteador as diretrizes da PNAN. A esse respeito, o Entrevistado 1 informa o seguinte:

Prioritariamente, a gente trabalha todos os eixos que compõem a política nacional de alimentação e nutrição. Quais são eles? A promoção da alimentação adequada e saudável para a população, a vigilância alimentar e nutricional, o programa nacional de micronutrientes, as capacitações, o condicionamento, monitoramento dos programas, assessoria aos profissionais de saúde, o fortalecimento de todas as políticas voltadas para a área da alimentação e nutrição. A gente trabalha fomentando a intersetorialidade. A gente precisa trabalhar a saúde de uma maneira transversal, ou seja, chamando os outros setores, os outros órgãos governamentais ou não governamentais, o controle social para estar atrelado a essa área. A saúde sozinha ela não vai fazer, a alimentação e nutrição, não pode atuar sozinha no eixo saúde. A gente sempre trabalha em conjunto com outros setores. Então, tudo isso vai passando pelos eixos prioritários da política e é isso o que a gente fomenta no estado (Entrevistado 1, 2024, informação verbal).

Mediante o relato acima, observa-se a alimentação e a nutrição como componente central para a promoção da saúde, além do reconhecimento da intersetorialidade no desempenho das ações. No roteiro de entrevista, perguntou-se sobre os programas e serviços voltados ao direito à alimentação, sendo respondido o seguinte:

O Programa Saúde na Escola, que tem como uma das metas prioritárias a promoção da alimentação adequada e saudável para crianças e adolescentes em idades escolares, esse é um programa que faz parte da política. O incentivo ao aleitamento materno pra crianças, expandindo para crianças até 6 meses e complementar a partir dos 6 meses até os 2 anos de idade, esse também faz parte da política. A vigilância alimentar e nutricional e todas as suas interfaces, porque não adianta a gente só fazer a vigilância alimentar e nutricional quando esse usuário vai, por exemplo, a uma unidade básica de saúde, aí se faz ali o quê? A medição de peso, de altura, dá um diagnóstico nutricional. Mas ele saiu dali, mas o que vai ser feito? O que é realmente é fazer a vigilância alimentar e nutricional? Então, seria tudo isso. Para quê? Para que esse usuário tenha acesso, ele dê continuidade em casa à promoção da saúde. Tenha acesso à alimentação adequada, então, a gente trabalha em parceria com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, que é o CONSEA, com a Câmara Intersetorialidade de Segurança alimentar e nutricional, que é a CAISAN. A gente trabalha com todos esses outros setores que nos ajudam, né?, a promover

pra população a alimentação e nutrição adequada (Entrevistado 1, 2024, informação verbal).

No depoimento acima, foi citado o Programa Saúde na Escola (PSE), o aleitamento materno, a Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) que integra o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), além da parceria com o CONSEA e a CAISAN. Adicionalmente, o SUS oferta os seguintes programas e serviços: a) Programa Bolsa Família; b) Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A (PNSVA); c) Programa Nacional de Suplementação de Ferro (PNSFe); d) Programa Crescer Saudável; e) NutriSUS; f) Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil; g) Fornecimento de Fórmulas Nutricionais Especiais (FNE). Além disso, teve incentivo financeiro para promoção da equidade na organização dos cuidados em alimentação e nutrição na Atenção Primária à Saúde (Brasil, 2022a; Pará, 2025).

Cabe ainda destacar que durante a pandemia, o Ministério da Saúde instituiu o Programa de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil (PROTEJA), por meio da Portaria GM/MS nº 1.862, de 10 de agosto de 2021. Trata-se de uma estratégia brasileira intersetorial que tem como objetivo deter o avanço da obesidade infantil e contribuir para o cuidado e para a melhoria da saúde e da nutrição das crianças (Brasil, 2021). A respeito do programa PROTEJA, o entrevistado informa o seguinte:

Na verdade, o PROTEJA foi um programa atípico. Ele só serviu como um incentivo financeiro que foi repassado aos estados para o controle do sobrepeso e obesidade por conta da pandemia. Então, foi um repasse financeiro único, pago em três parcelas, a última parcela foi paga em agosto de 2023, mas que não vai mais ser renovado (Entrevistado 1, 2024, informação verbal).

A partir de critérios¹⁰ estabelecidos em portaria, o Ministério da Saúde listou um conjunto de municípios elegíveis ao processo de adesão e recebimento do apoio financeiro. A transferência ao município aderente é feita de fundo a fundo, em três parcelas, uma em cada ano. O primeiro repasse foi realizado em 2021, após habilitação e

¹⁰ De acordo com a Portaria GM/MS nº 1.863, de 10 de agosto de 2021, os critérios para priorização dos municípios ao recebimento do incentivo financeiro foram: I - porte populacional menor de 30 (trinta) mil habitantes, segundo projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2020; II - valor maior ou igual a 15% (quinze por cento) de prevalência de excesso de peso em crianças menores de 10 (dez) anos, no ano de 2019, segundo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN); III - valor maior ou igual a 50% (cinquenta por cento) de cobertura de avaliação do estado nutricional em crianças menores de 10 (dez) anos, no ano de 2019, segundo SISVAN; e IV - registro de avaliação de marcadores de consumo alimentar em crianças menores de 10 (dez) anos, no SISVAN, no ano de 2019 (Brasil, 2021).

adesão. Conforme a Portaria GM/MS nº 1.863, de 10 de agosto de 2021, os municípios paraenses contemplados foram: Água Azul do Norte; Brasil Novo; Bujaru; Cachoeira Do Arari; Cumaru do Norte; Faro; Inhangapi; Limoeiro do Ajuru; Magalhães Barata; Nova Timboteua; Palestina do Pará; Pau D'arco; Prainha; Santa Bárbara do Pará; São João de Pirabas; Sapucaia; Senador José Porfírio; Terra Alta; Trairão; Vitória do Xingu (Brasil, 2021). O segundo repasse foi realizado após a avaliação do desempenho de 12 meses, em 2022. E o terceiro, depois de 24 meses, em 2023. Isso significa que a condicionalidade do incentivo financeiro ao município dependerá do cumprimento das metas e do alcance dos indicadores estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

No roteiro de entrevista, perguntou-se sobre a oferta de programas e serviços, no campo da alimentação e nutrição, destinados a públicos específicos, como, por exemplo, povos e comunidades tradicionais, crianças, idosos, mulheres, entre outros. Em resposta, foi informado que não há especificidades de público-alvo, a alimentação e nutrição é trabalhada em todos os ciclos de vida, conforme o relato abaixo.

Quando a gente fala de alimentação e nutrição e segurança alimentar e nutricional, promoção da alimentação adequada e saudável, não existe, na atenção primária da saúde, que é onde nós estamos inseridos dentro do eixo saúde, uma especificidade. A gente trabalha todas as fases de vida, a partir do nascimento até a última fase que é o idoso. Então, a gente interpassa por todas as fases e ciclos de vida da criança, do adolescente, do adulto, da gestante, do idoso, da mulher. A nutrição tá inserida em tudo, não tem como falar, por exemplo, de política voltada para a mulher sem falar da alimentação e nutrição para mulher. Na saúde do idoso também, não tem como não falar de alimentação e nutrição, da saúde da criança idem, na saúde do adolescente e jovem, a gente fala da alimentação saudável e adequada. Então, em todos os eixos e todas as fases de vida, a alimentação e nutrição, segurança alimentar e nutricional, promoção da alimentação saudável, ela tá inserida. A gente não tem como falar é a nutrição isolada dentro do contexto da política pública (Entrevistado 1, 2024, informação verbal).

No que tange às ações intersetoriais, além das articulações com a área da educação, assistência social, a participação no CONSEA e na CAISAN, o Entrevistado 1 destacou parcerias com as instituições de ensino superior, conforme informa no depoimento a seguir.

A gente tem a parceria com as instituições de Ensino Superior aqui no estado do Pará. A gente trabalha em parceria com todas as instituições de ensino superior, seja ela pública ou privada, por quê? Porque ali a gente tá formando profissionais, profissionais para atuarem na área. Então sempre a gente está sendo chamado para estar ministrando palestras, comentando aulas, participando da grade curricular dos alunos, dos discentes, dos estudos de nutrição, principalmente, para falar um pouquinho da atuação do profissional nutricionista dentro da saúde pública voltada para essa área de educação

alimentar e nutricional, segurança alimentar e nutricional. A gente trabalha também em parceria com outras secretarias do estado, como a Secretaria de Educação [...] assim como a secretaria de renda e trabalho, que é a SEASTER, que é a Assistência Social. Então a gente trabalha em conjunto (Entrevistado 1, 2024, informação verbal).

Nesse trecho, observa-se o vínculo institucional estabelecido entre a área da saúde e as instituições de ensino superior, assim como a atenção dada à formação profissional dos discentes, especialmente da nutrição. Essa interação entre os nutricionistas da saúde pública e os universitários, mais do que a mera troca de experiência, promove uma sinergia de saberes. Pois, além de aproximar os discentes da prática no âmbito do SUS, as discussões e os conhecimentos acadêmicos apresentados pelos universitários contribuem para a construção de novas perspectivas no trabalho dos nutricionistas.

Ademais, a área da nutrição atua na prevenção e controle de doenças, como câncer, hipertensão, diabetes, entre outros, cuja incidência decorre da alimentação não saudável. A respeito de sua atuação, o Entrevistado 1 informa o seguinte:

A gente trabalha com outras políticas voltadas para a prevenção do câncer, prevenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis, hipertensão, diabete, hipercolesterolemia. Áreas também focadas nas doenças raras, hoje que estão em alta, a questão do autismo, das doenças mentais. Então, tudo isso a nutrição está inserida (Entrevistado 1, 2024, informação verbal).

Vale destacar que o consumo de ultraprocessados contribui para o desenvolvimento das doenças crônicas, além de afetar negativamente a saúde mental, aumentando o risco de depressão e declínio cognitivo. Adicionalmente, a fabricação desses produtos contribui significativamente para a degradação ambiental. Portanto, é necessário repensar o modo com que os alimentos são produzidos e distribuídos, privilegiando sistemas social e ambientalmente sustentáveis. Somado a isso, é preciso considerar o custo, a oferta, a informação, entre outros fatores, que impactam diretamente nas escolhas alimentares da população.

No que diz respeito aos recursos, o Entrevistado 1 informou que o Pará é privilegiado nesse quesito. Anualmente, o estado e os municípios recebem um financiamento do Ministério da Saúde, denominado Fundo de Alimentação e Nutrição, para execução dos programas e serviços da alimentação e nutrição. No entanto, não são todos os municípios paraenses contemplados com esse recurso, pois há critérios para recebê-lo. Sobre o financiamento da política, o Entrevistado 1 afirma o seguinte:

Quando a gente fala em política na área da alimentação e nutrição, a gente pode dizer que nós somos felizardos, por quê? Porque existe um recurso financeiro repassado pelo ministério da saúde, um recurso federal, para o estado e em alguns municípios do estado do Pará para fomentar a política de alimentação e nutrição. Esse recurso ele é denominado fundo de alimentação e nutrição. Qual é o objetivo desse recurso? Ele é repassado anualmente ao Estado e aos municípios, não são todos os municípios que recebem, porque têm critérios para receber, o município tem que ter no mínimo 30 mil habitantes. Então, a gente tem alguns municípios no estado do Pará que têm menos de 30 mil habitantes. E, fora isso, o resultado dos indicadores que são: peso e sobrepeso, obesidade, desnutrição. E aí que eles vão implementando os valores assim desse recurso. Então, esse recurso ele é repassado pra quê? Para fortalecer a política, como? Com a impressão de material, para gente tá trabalhando com a educação alimentar e nutricional no estado, a reprodução de impressos, de cartilhas. A capacitação nossa de profissional, caso a tenha um congresso fora, a gente pode utilizar esse recurso para nossa capacitação, para o nosso aprimoramento. Contratação de profissionais como colaboradores eventuais que possa tá indo para os municípios fazer o monitoramento do parâmetro técnico, visto que a nossa equipe é pequena para tudo isso de atividade que a gente tem, né? E esse repasse também é feito para os municípios, para alguns municípios. Porém, para que a gente possa utilizar esse recurso repassado para o estado, a gente precisa planejar (Entrevistado 1, 2024, informação verbal).

O Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição (FAN)¹¹ é o incentivo financeiro repassado pelo Ministério da Saúde para a estruturação e implementação de ações de alimentação e nutrição, com base na PNAN, às Secretarias de Saúde dos estados, Distrito Federal e municípios com mais de 150.000 habitantes, com base nas estimativas do IBGE, sendo transferido diretamente ao respectivo fundo, em parcela única anual. Com a publicação da Portaria GM/MS Nº 5.721, de 11 de novembro de 2024, o Ministério da Saúde ampliou a cobertura de municípios contemplados. A portaria estende o repasse a todos os entes federados, sem restrição de porte populacional mínimo, com vista na promoção da equidade, contribuindo para superação das desigualdades étnico-raciais na oferta das ações de saúde. Além disso, o valor do repasse é calculado com base no número de habitantes (conforme o Censo 2022 do IBGE), o índice de vulnerabilidade social e a frequência de má nutrição. É importante ressaltar que essa alteração é recente, e no período em que a pesquisa foi realizada, ano de 2024, esse documento oficial não havia sido publicado. Naquele momento, estava em vigor a Portaria nº 55, de 6 de janeiro de 2017, a qual estabelece o incentivo aos municípios com população entre 30.000 e 149.999 habitantes, isso justifica as informações apresentadas pelo Entrevistado 1.

¹¹ O Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição (FAN) foi instituído pela Portaria nº 1.357/GM/MS, de 23 de junho de 2006, e redefinido pela Portaria nº 1.738/GM/MS, de 19 de agosto de 2013.

Outro ponto que merece destaque é o planejamento das ações de alimentação e nutrição. Para aplicar de forma eficiente o recurso repassado e garantir a permanência desses programas e serviços, é necessário construir um plano com as atividades que serão desenvolvidas e registrá-las no relatório de gestão final. A esse respeito, o Entrevistado 1 informa o seguinte:

Então tem que ter todo um planejamento, que é o nosso planejamento anual, para que as nossas ações ocorram durante o ano. Para que, após esse planejamento, seja destacado no orçamento e, assim, a gente realiza as nossas programações, as nossas atividades. Então, quando a gente fala em gestão, eu sempre gosto de reforçar, que a gestão ela é bem complexa. Porque na gestão você tem que trabalhar no ciclo de atividades. Você planeja, você executa, você monitora e você avalia. Por quê? Porque, para que no próximo ano, você veja o que você teve de fragilidade, o que você precisa melhorar, onde você tem que atuar mais, e assim esse ciclo ele vai girando em torno do período da gestão. Por isso que a gente aqui acha de orçamentos plurianuais que é de 4 em 4 anos, que geralmente é do governo, né? que eles vão avaliando, né? de 4 em 4 anos eles vão avaliando “o quê que se faz? O que pode melhorar? O quê que tem que ser feito?” Mas a gente precisa planejar. Não pode chegar, por exemplo, hoje eu achar que aqui daqui da minha cabeça, eu quero é escrever um livro e eu quero publicar esse livro, eu quero a reprodução desse livro. E eu chegar lá com o meu gestor e falar pra ele “olha, a gente tem um recurso financeiro, que é o FAN, e eu quero utilizar pra isso”. Mas espera aí, você planejou com sua coordenação fazer isso? Então tudo isso a gente tem que pensar como gestor. O recurso tá aí, mas tanto a nível federal, quanto estadual, quanto municipal. Esse recurso ele precisa ser planejado, orçado, para poder ser executado. Então existe esse repasse financeiro sim, um recurso federal, para a gente fomentar e fortalecer essa política (Entrevista 1, 2024, informação verbal).

Além do planejamento, o Entrevistado 1 ressalta o trabalho da gestão e o processo de análise e avaliação da política. A esse respeito, Serafim e Dias (2012) afirmam que, embora compartilhem o objeto central que exploram (a política pública), a avaliação e a análise constituem exercícios bastante diferentes. Para Cavalcanti (2007), a análise abrange todo o ciclo da política pública, desde o processo de tomada de decisão (momento de formulação) até a verificação de seus resultados (momento de avaliação), passando pelo momento de implementação. Já a avaliação focaliza a ação governamental enfatizando a verificação dos resultados (efeitos, impactos) da política (Cavalcanti, 2007). Nessa perspectiva, Arretche (2001) afirma que na gestão de programas públicos é grande a distância entre os objetivos e o desenho de programas, tal como concebidos por seus formuladores originais, e a tradução dessas concepções em intervenções públicas, tal como elas atingem a gama diversa de seus beneficiários e provedores. Conforme a autora, essa distância é uma contingência da implementação, que pode ser, em grande

parte, explicada pelas decisões tomadas por uma cadeia de implementadores, no contexto econômico, político e institucional em que operam.

Durante a entrevista, a pesquisadora perguntou se esse recurso supria as demandas do estado do Pará, sendo assim, o Entrevistado 1 informou que “[...] se a gente disser que é insuficiente, a gente sempre vai achar que é, que a gente precisar de mais. Mas se a gente pensa no que é possível, a gente consegue administrar as nossas atividades” (Entrevistado 1, 2024, informação verbal). Conforme Teixeira (2008), os recursos destinados à Amazônia, além de escassos, continuam centralizados, e somente são liberados para a aprovação de projetos com base em critérios nacionais padronizados. Diante disso, reafirma-se a necessidade de olhares diferenciados para a região amazônica, bem como um financiamento que seja proporcional à manutenção das políticas públicas no território (Fernandes, 2020).

Sobre a adesão dos municípios paraenses aos programas e serviços voltados à promoção da alimentação e nutrição, o Entrevistado 1 informou que os profissionais e técnicos da saúde participam das capacitações sobre a PNAN e empreendem esforços para colocá-la em prática, no entanto, esbarram-se com o desinteresse do gestor em executá-la, conforme o depoimento a seguir.

A nível técnico e profissional, a gente não pode reclamar. Quando eles são acionados para uma capacitação, eles veem. Quando eles retornam, eles tentam colocar a política em prática, porém esbarra muito na vontade do gestor, na decisão, na liberação. [...] Muitos municípios do estado que recebem um recurso, eles não conseguem utilizá-lo para implementar a política, por quê? Por desconhecimento do gestor. Porque eles acham que o recurso é da nutrição, então eles desconhecem como pode ser utilizado. Apesar de que a gente, constantemente, chama os gestores para conversar e explicar, a adesão deles ainda é muito enfraquecida no nosso estado. Então, os profissionais acabam esbarrando nessa utilização do recurso. Existe ainda essa situação, gestão, utilização dos recursos, ela é bastante enfraquecida no nosso estado, e eu acho que em todos os estados, em todos os municípios e em outros estados do Brasil (Entrevistado 1, 2024, informação verbal).

O desconhecimento dos gestores municipais sobre a política de alimentação e nutrição, bem como a utilização do recurso para implementá-la, consiste em um grande desafio para a SAN no estado do Pará. Ademais, é preciso considerar a correlação de forças e as tensões políticas que envolvem a tomada de decisões no âmbito das políticas públicas. Nessa perspectiva, o Entrevistado 1 afirma o seguinte:

[...] E, assim, achar que a área da alimentação e nutrição não tem muita importância. Existem situações na saúde que são prioritárias. Por exemplo, a

gente precisa mudar a mentalidade do gestor de achar que a assistência, a média e a alta complexidade é quem tem que ter investimento. A gente sabe que no SUS, a porta de entrada do SUS, onde é? Na atenção primária a saúde, na atenção básica, e é ali que a gente trabalha a promoção e a prevenção. Então não adianta trabalhar a prevenção e a promoção na média e na alta complexidade, porque ali já estão pessoas adoecidas, que precisam tratar e não prevenir. Então quando o investimento, quando o olhar estiver voltado para atenção primária e até o próprio profissional da atenção primária [...] achar que ele é um ator principal nesse contexto, a gente vai ter uma mudança muito grande na política (Entrevistado 1, 2024, informação verbal).

Essa visão dos gestores municipais paraenses, centralizada na média e alta complexidade no âmbito do SUS, confere uma posição secundária à PNAN, em termos de priorização. Além de enfraquecer as ações de promoção da saúde e prevenção de doenças relacionadas à alimentação, impacta no repasse de investimentos para executá-la, visto que a inclusão das atividades no plano municipal é um critério para o financiamento.

No que diz respeito aos desafios e dificuldades enfrentados para a execução da PNAN, o Entrevistado 1 destacou o fortalecimento da intersetorialidade e acesso da população paraense aos alimentos de qualidade e com preço acessível, conforme o relato abaixo.

[...] Os principais desafios que a gente encontra é com relação, realmente, ao fortalecimento dessa intersetorialidade, né? A gente não pode na área da saúde falar de alimentação e nutrição e a promoção da alimentação adequada e saudável, mostrar o passo a passo do que deve ser consumido e o que não deve, se o usuário não vai ter acesso a esse alimento de qualidade. Então, aí não é mais a saúde que tem que intervir, é a renda, é a cultura, é o saneamento básico. Então são esses desafios que a gente tem pela frente para mudar todo o contexto que o Pará tá vivendo hoje de insegurança alimentar e nutricional. Não é a saúde em si que está enfraquecida, são mais as outras áreas (Entrevistado 1, 2024, informação verbal).

A fala do entrevistado é bastante pertinente, visto que para garantir a segurança alimentar e nutricional da população, além da saúde nutricional, é necessário o fortalecimento das políticas públicas que são transversais ao direito humano à alimentação adequada e saudável (educação, assistência social, previdência social, agricultura, meio ambiente, etc.) e que atuem de maneira conjunta e articulada.

No roteiro de entrevista, havia um espaço aberto para os profissionais, caso quisessem acrescentar alguma informação. Ali, o Entrevistado 1 informou que apesar dos desafios, é encantador atuar na área da alimentação e nutrição. Além disso, fez menção aos princípios do SUS, às diretrizes e aos nove eixos que compõe a PNAN, destacando que no ano de 2024, completa 25 anos. No entanto, ressaltou que, na prática, não há um

fortalecimento de todos os eixos de forma transversal. Ademais, o Entrevistado 1 informou que a política de alimentação e nutrição está inserida na política nacional de imunização, na prevenção e agravos de doenças crônicas não transmissíveis, mas, para que a promoção do direito à alimentação aconteça, é necessário que cada área atue de forma conjunta e integrada e, assim, atingirá o nível de um país desenvolvido.

4.3.2 Programas e ações no âmbito da Política de Educação

A Secretaria do Estado de Educação do Pará (SEDUC) é o órgão gestor do sistema de ensino público no âmbito estadual. A Coordenadoria de Alimentação Escolar (CAE) faz parte da Secretaria Adjunta de Logística (SAL), é a responsável pelo planejamento dos cardápios e a distribuição nas escolas públicas dos 144 municípios paraenses, e tem como política norteadora de suas ações as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A respeito do trabalho desenvolvido pela CAE, o Entrevistado 2 informa o seguinte:

A gente trabalha em cima do PNAE que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, né? ao estudante. Em cima disso a gente tem o FNDE que é o nosso recurso federal. Então o FNDE, ele manda verba pro estado e em cima dessa verba e das normativas do FNDE a gente monta um cardápio elaborado pra atender as necessidades nutricionais de acordo com o que a normativa solicita né. Aí a gente tem um corpo técnico aqui dentro da SEDUC que é coordenado por mim, e esse corpo técnico ele faz o planejamento do cardápio, a ficha técnica de preparação e com isso a gente faz a distribuição. E a SEDUC tem um centro que é um depósito, esse depósito também tem um sistema, e esse sistema a gente alimenta ele diariamente pra fazer as entregas nas escolas, de acordo com o que é programado pela nutrição aqui da sede, pela secretaria (Entrevistado 2, 2024, informação verbal).

De acordo com a Lei nº 11.947/2009, os cardápios da alimentação escolar devem ser elaborados pelo nutricionista com a utilização de gêneros alimentícios básicos, de modo que as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade sejam respeitadas, além de pautar-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada (Brasil, 2009). Segundo a cartilha *Planejamento de cardápios para alimentação escolar*, elaborada pelo Ministério da Saúde, os cardápios devem ser feitos com base nas quatro leis da alimentação – estabelecidas, em 1937, pelo médico argentino, Pedro Escudero – são elas: quantidade, qualidade, harmonia e adequação. A quantidade refere-se ao total de

calorias e nutrientes consumidos. A qualidade diz respeito à composição nutricional. A harmonia aborda a proporcionalidade adequada de alimentos. Já a adequação implica ajustar a alimentação conforme as necessidades individuais, respeitando os ciclos de vida e as especificidades de cada pessoa (Brasil, 2022b).

Mediante as determinações de cardápios específicos, a alimentação escolar contempla os hábitos alimentares, as tradições e a cultura dos povos e comunidades tradicionais, além de atender estudantes que possuem restrições alimentares. *O PNAE ele já atende tanto quilombola como indígena e como também crianças especiais, que a gente chama de AEE, que é Educação Especial. Então esse programa do PNAE ele atende todo esse público* (Entrevistado 2, 2024, informação verbal). É importante ressaltar que o PNAE exige que, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no mínimo 30% (trinta por cento) seja usado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e os grupos formais ou informais de mulheres. Atualmente, apenas 13% da alimentação escolar paraense é adquirida nessa modalidade. (Pará, 2023a).

Embora o PNAE seja uma política de caráter universal, a oferta de alimentação para os povos e comunidades tradicionais é particularmente difícil, considerando as especificidades culturais e as complexidades logísticas. Sabe-se que no estuário amazônico o transporte é predominantemente fluvial, o que demanda tempo e custo para realizar o deslocamento dos alimentos. Para superar esses obstáculos, algumas soluções foram adotadas: a previsão de valores *per capita* maior para estudantes indígenas e quilombolas, a realização de chamadas públicas específicas direcionadas exclusivamente para esses povos e comunidades e a dispensa de registros de vigilância sanitária (Schwartzman; Santarelli, 2025).

Além dessas ações estratégicas, destaca-se ainda a experiência do projeto Açai Direto na Escola, na ilha do Marajó, em Afuá (PA), um modelo inovador e sustentável. A iniciativa integra os esforços intersetoriais das secretarias de educação, saúde, agricultura e meio ambiente para oferecer uma alimentação escolar de qualidade, valorizando a cultura local e promovendo hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis. Apesar de seu potencial e relevância, o projeto enfrenta desafios operacionais. O acesso limitado às escolas ribeirinhas, a infraestrutura escolar precária (sem acesso à energia elétrica e água potável, o que inviabiliza o armazenamento de alimentos frescos) e a falta de assistência técnica e documentação adequada são alguns dos principais obstáculos.

Soma-se a isso a ausência de apoio da gestão municipal, o desconhecimento sobre as normas do PNAE e a falta de cardápios regionalizados, devido à insuficiência de investimentos e de articulação com produtores locais. Para superar esses desafios, foram adotadas diversas estratégias. A entrega direta do açaí pelos agricultores locais às escolas e a instalação de despoldadeiras nas cozinhas escolares, garantindo o acesso do alimento aos estudantes. O cardápio foi regionalizado, incluindo o açaí e outros alimentos da cultura local, e as cozinheiras receberam capacitação. Além disso, a sustentabilidade ambiental foi reforçada com a coleta e o descarte adequado do caroço do açaí pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Schwartzman; Santarelli, 2025).

Sobre as ações intersetoriais e parcerias com outras instituições na promoção do direito à alimentação, o Entrevistado 2 mencionou a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e a Câmara Técnica de Comercialização, Agroecologia, Produtos Orgânicos e Sociobiodiversidade (CTCAPOS), conforme o relato abaixo.

Sim, a gente vai começar agora uma parceria com a SEMAS [...] a questão de horta nas escolas, a gente está com essa parceria também [...] com a CTCAPOS, tá com essa parceria na chamada pública pra agricultura familiar, pra atender os municípios, regionalizar essa agricultura (Entrevistado 2, 2024, informação verbal).

Segundo o relatório de gestão da SEDUC, no ano de 2023, foi estabelecida essa parceria que reúne a SEDUC, a EMATER e a CTCAPOS, seu objetivo é aumentar a participação de alimentos orgânicos no cardápio da rede pública de ensino, além fortalecer a agricultura familiar estadual. A CTCAPOS formará um comitê técnico composto por instituições envolvidas com o tema, entre elas: a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SEAF), a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), entre outras, para elaborar um plano de trabalho e normativas que vão orientar as ações desse projeto já iniciado, como, por exemplo, a realização de uma chamada pública específica para a aquisição dos alimentos (Pará, 2023a).

Em 2023, a SEDUC, em parceria com a EMATER, realizou a capacitação de profissionais da alimentação escolar. Nesse mesmo ano, foi realizado, por meio da Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJAI), o curso de manejo de açaizais. Com o objetivo de contribuir na qualidade de vida da população do campo, por meio do aprimoramento com práticas sustentáveis, foram atendidos 26 alunos no município de

Cachoeira do Piriá, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) (Pará, 2023b).

É importante destacar que, no primeiro bimestre de 2024, a SEDUC – fundamentada na Política de Educação para o Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima – ofertou como componente curricular obrigatório a disciplina de Educação Ambiental em todas as etapas do ensino nas escolas estaduais. A iniciativa tem o intuito de engajar os/as estudantes nas discussões sobre agendas fundamentais no contexto do Pará, como sede da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), que acontecerá em novembro de 2025 (Pará, 2024a).

No que diz respeito ao financiamento da alimentação escolar, como foi dito anteriormente, o FNDE é o recurso destinado para atender essa demanda. Sobre os recursos destinados ao programa, o Entrevistado 2 informa o seguinte:

Tem o FNDE específico pra área da alimentação. É um recurso que eles mandam, [...] ele é repassado anual para SEDUC e em cima desse valor a gente faz a contratação de toda a alimentação escolar [...] em todo o estado, para os 144 municípios (Entrevistado 2, 2024, informação verbal).

Durante a entrevista, foi perguntado se esse recurso supria a demanda do estado. O Entrevistado 2 informou que o financiamento atende as necessidades, pois existem dois recursos, um federal e outro estadual, por meio do qual é possível garantir um cardápio variado nas escolas. Com a criação do Programa Estadual de Alimentação Escolar do Estado do Pará (PEAE/PA), em 2019, o governo estadual disponibiliza recursos na Lei Orçamentária Anual (LOA), de forma complementar às prefeituras municipais. Para acessar esses financiamentos é necessário que os municípios façam adesão ao PNAE e/ou ao PEAE. Caso isso não aconteça, a SEDUC assume a responsabilidade pela aquisição e logística de entrega dos produtos alimentícios, priorizando a compra de gêneros alimentícios produzidos localmente (Pará, 2024a). No que diz respeito a adesão dos municípios paraenses ao PNAE e/ou PEAE, o Entrevistado 2 informou o seguinte:

A gente tem um programa aqui na SEDUC que é PEAE, que é o Programa Estadual de Alimentação Escolar. Então, alguns municípios que a SEDUC não atende diretamente, ela atende indiretamente. A gente repassa um valor específico para esse município, se ele aderir esse programa ele recebe o valor do repasse junto com o valor do PNAE, e aí o município acaba fornecendo alimentação pra essas escolas e aí a SEDUC fica como órgão fiscalizador, fiscalizando se está atendendo as normativas do FNDE. E a gente tem alguns municípios que atendem com qualidade e outros a gente tem alguns problemas, mas a gente consegue através da fiscalização fazer com que eles comecem a

ofertar uma alimentação mais variada e com qualidade (Entrevistado 2, 2024, informação verbal).

Embora a pergunta não tenha sido respondida diretamente, entende-se que todos os municípios paraenses são contemplados com a oferta da alimentação escolar, seja por meio do financiamento federal (PNAE), do estadual (PEAE) ou mesmo pela própria SEDUC.

A respeito dos desafios na execução da política, o Entrevistado 2 destacou a dificuldade de atender 144 municípios e o tempo para obter retorno. Além de informar sobre a nova modalidade de contratação, o novo pregão, para proporcionar maior variedade na alimentação escolar, conforme informa no depoimento abaixo.

São muitos[desafios]. São 144 municípios, até a gente atender e ter um retorno 100% demora. Porque não consegue agradar a todos, né?, então a gente tá com essa roupagem nova aqui em 2024 com o novo pregão, a gente fez um novo pregão para atender com mais variedade. Porque a gente tava tendo muita reclamação em relação a variedade da merenda escolar. Não é nem merenda, a gente usa a nova nomenclatura que é alimentação escolar. O que a gente quer mesmo é fornecer alimento, é refeição. Antigamente, era fornecido uns lanches específicos, hoje em dia a gente oferece refeição mesmo. O aluno vai para a escola ele come arroz, feijão, proteína. A gente quer ofertar também frutas, legumes, então tá variando essa questão do cardápio (Entrevistado 2, 2024, informação verbal).

O pregão é uma modalidade de licitação utilizada pela administração pública para a aquisição de bens e serviços comuns. A contratação é feita por meio de sessões públicas, que pode ocorrer de forma presencial ou eletrônica. Com sua ênfase no preço e na competitividade e impulsionado pela busca máxima de lucro, o pregão oculta a exploração de trabalho subjacente, adensando as desigualdades sociais.

Além disso, o Entrevistado 2 destacou como desafios a setorização da SEDUC, visto que existe um fluxo institucional para a liberação do recurso e a compra dos alimentos, o que demanda tempo para atender toda a rede estadual de ensino.

No espaço aberto aos profissionais, o Entrevistado 2 ressaltou o trabalho desenvolvido pelo secretário de educação, Rossieli. Pois a sua gestão é diferenciada, ele trouxe novidades, e já é possível observar mudanças na educação paraense. Embora os avanços sejam pequenos diante do que se almeja chegar, em comparação com o passado, eles são grandes. Por isso, acredita que a alimentação chegará no nível desejado. Além disso, o Entrevistado 2 parabenizou o estudo realizado pela pesquisadora e destacou a relevância dos estudos científicos. Ressaltou as riquezas do Pará, sua variedade de

alimentos e cultural, e o quanto essa cultura precisa ser vista com bons olhos. No entanto, salientou sobre os avanços nos aspectos do IDH e concluiu conferindo a pesquisa científica como um caminho para o desenvolvimento regional.

4.3.3 Política de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações de Promoção da SAN

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade (SEMAS) é a instituição responsável pela gestão ambiental no Pará. Sua estrutura organizacional é composta por várias Diretorias, entre elas a Diretoria de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais (DIMUC). Conforme explicitado nos procedimentos metodológicos desta tese, não houve êxito nas tentativas de interlocução com a referida gestão. Diante disso, e partindo da premissa de que o acesso à água é fundamental para garantir o direito humano à alimentação, a investigação direcionou-se à Diretoria dos Recursos Hídricos.

Unidade subordinada à Secretaria Adjunta de Recursos Hídricos e Clima, a Diretoria dos Recursos Hídricos tem a atribuição de assegurar a disponibilidade de água no estado do Pará, garantir o uso racional e integrado dos recursos hídricos, de acordo com as diretrizes de desenvolvimento sustentável (Pará, 2022b). No que diz respeito aos programas e serviços voltados à promoção do direito à alimentação, o Entrevistado 3 informou o seguinte:

[...] A diretoria de recursos hídricos ela tem várias ações que nós temos. Assim, eu tenho acompanhado alguns, tenho uma certa proximidade, e outros mais de longe e distante. Eu tenho conhecimento que existe ações, programas e projetos dentro da própria secretaria não está ligado diretamente a parte da segurança alimentar e nutricional, mas que num todo ele vai ter implicações com relação à questão é da segurança alimentar e nutricional. Aí eu posso citar entre esses programas é o Programa “território sustentáveis”, tem o programa “regulariza Pará”, é o “valoriza território sustentáveis”, especificamente é pode ser denominado de pagamento de serviços ambientais. Todos esses programas eles estão ligados a questão de conservação de floresta, regularização fundiária, voltada pro homem do campo, pra agricultura familiar e envolve também especificamente atores sociais que são, que compreende os povos e comunidades tradicionais, aí podemos destacar comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas, povos da floresta e entre outros (Entrevistado 3, 2024, informação verbal).

A SEMAS, de modo geral, executa várias ações que atuam direta ou indiretamente na promoção do direito à alimentação. O Entrevistado 3 destacou três programas desenvolvidos pela instituição, são eles: Territórios Sustentáveis, Regulariza Pará e Valoriza Territórios Sustentáveis. O Programa Territórios Sustentáveis (PTS), instituído

pelo Decreto nº 344/209, sendo revogado pelo Decreto nº 2.744/2022, é um instrumento de execução do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA). Seu objetivo é promover a produção em bases sustentáveis, de modo a reduzir as emissões de gases do efeito estufa provenientes do desmatamento, a recuperação de áreas degradadas e a elevação dos níveis de desenvolvimento socioeconômico do estado do Pará (Pará, 2020). O Programa Regulariza Pará é um componente do PEAA, que tem por finalidade promover a regularização ambiental e fundiária dos imóveis rurais, estimular a recomposição das áreas rurais degradadas e incentivar a manutenção da vegetação nativa, objetivando garantir a integridade de espaços territoriais especialmente protegidos (Pará, 2023c). O Programa Valoriza Territórios Sustentáveis ou Valoriza TS foi instituído pela Lei nº 10.167/2023, o objetivo dessa iniciativa está na redução de emissões de gases de efeito estufa e na promoção da regularização ambiental e fundiária das propriedades, por meio de benefícios aos produtores rurais (Pará, 2025b).

Além desses, destacam-se ainda os seguintes programas e projetos executados pela SEMAS: o Programa Municípios Verdes (PMV); o Projeto Municípios Verdes/Fundo Amazônia (PMV/FA); o Programa Economia Sustentável, Programa Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial Sustentável; a Operação Amazônia Viva; Projeto Avança Pará (operação de crédito); Projeto Pará / Fundo Amazônia; o Programa de Regularização (PRA); Programa Pecúária Sustentável do Pará; Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA); entre outros (Pará, 2024b).

Cabe ainda destacar os programas desenvolvidos pela Diretoria de Recursos Hídricos, são eles: o Programa Pró-Rios; Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água (QUALIÁGUA); Programa Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO); e, por fim, o Programa de Estímulo à Proteção de Corpos D'água (Pará, 2022b).

Esses programas e projetos apresentados, em grande medida, atendem os povos e comunidades tradicionais. No entanto, ao ser questionado sobre a existência de um programa destinado para um público em específico, o Entrevistado 3 destacou a “Feira da Agricultura Familiar e Sustentabilidade”, conforme o relato a seguir.

[...] Eu não sei com que frequência. Eu sei que, com certeza, pelo menos, uma vez ao mês, a SEMAS realiza uma parceria com produtores da agricultura familiar. É uma feira que eles chamam de “Feira da Agricultura Familiar e Sustentabilidade”. Essa ação, isto é, essa iniciativa, ela tem como objetivo digamos que estimular a geração de renda pra essas pessoas que sobrevivem com essa produção agrícola do campo, voltado mais para essa questão familiar

mesmo, sem ser é grandes produtores, e também envolve a participação de artesãos locais. Essa iniciativa ela é realizada em conjunto com diferentes pessoas que trabalham na agricultura familiar, diárias e adjacentes da grande Belém. Envolve também pessoas ligadas às comunidades ribeirinhas, por exemplo, da Ilha do Combu, Ilha das Onças e pessoas de diversas ilhas que têm no município de Belém. Então, é a forma de promover a produção rural no âmbito familiar. Ao mesmo tempo, eles fazem toda uma divulgação, um *marketing* com relação à produção orgânica, sem a utilização de herbicidas, fungicidas, fertilizantes. E também incentiva o aspecto de práticas saudáveis na alimentação, ao mesmo tempo é uma forma de melhorar a arrecadação desses agricultores para que eles possam sobreviver no campo (Entrevistado 3, 2024, informação verbal).

Como foi visto anteriormente, a “Feira da Agricultura Familiar e Sustentabilidade” visa ao desenvolvimento rural sustentável e ao fortalecimento da agricultura familiar, por meio da oferta de produtos orgânicos com preços acessíveis à população. Essa iniciativa faz parte do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF), é realizada na unidade da SEMAS Sede, em Belém, e conta com a participação de produtores rurais de diversos municípios paraenses. Além de gerar renda, a ação possibilita o acesso à alimentação saudável (livre de agrotóxicos), variada e rica em nutrientes.

Ainda sobre os programas e projetos destinados a públicos específicos, o Entrevistado 3 mencionou, novamente, o Programa Territórios Sustentáveis (PTS), conforme se verifica em seu depoimento a seguir.

[...] Como eu já citei anteriormente, denominado territórios sustentáveis, que é uma iniciativa do estado. Essa iniciativa ela foi constituída ou estabelecida por meio de um decreto, é foi o decreto nº 2744, acho que datado de 09 de novembro de 2022 [...] O objetivo, que eu tenho um conhecimento desse programa, é possibilitar ou proporcionar uma série de benefícios para os participantes e pessoas interessadas. E aí, eu posso citar, inclui desde a questão de prioridade nos acessos de regularização fundiária, regularização é hídrica, no caso a solicitação de outorga do uso do direito dos recursos hídricos, no aspecto ambiental a parte fitossanitária. Além disso, como forma complementar, essas pessoas procuram regularizar a sua propriedade. Existe todo também um aparato, por meio do estado, com relação a assistência técnica pra produção agrícola no âmbito da agricultura familiar, bem como, eles trabalham com crédito rural, com benefícios para essas pessoas. Como uma forma de, digamos, de fortalecer as suas cadeias de produção, e ao mesmo tempo eles incentivam, por meio desse programa, um acesso aos mercados por meio de projetos de recomposição florestal no aspecto de sistemas agroflorestais (Entrevistado 3, 2024, informação verbal).

O Entrevistado 3 ainda mencionou, no âmbito do Programa Territórios Sustentáveis (PTS), programas de transferência tecnológica, rastreabilidade e a certificação ambiental dos produtos, tal como demonstra o relato a seguir.

Também programas de transferência tecnológica e ao mesmo tempo rastreabilidade, especificamente pra questão da pecuária, e certificação dos produtos. Até porque tem toda a questão dessa certificação ambiental, como uma forma pra diferenciar esse mercado que é disponibilizado no comércio, pra mostrar que tem um selo verde, uma rotulagem ambiental. [...] para que o consumidor possa identificar que é um produto originado de uma forma e de um manejo adequado, que conserva e protege o meio ambiente (Entrevistado 3, 2024, informação verbal).

Essas iniciativas são destinadas aos produtores rurais e proprietários que fazem adesão ao PTS. Além desses serviços já citados, o programa inclui a regularização fundiária, acesso a linhas de crédito, assistência técnica e assessoria contínua prestada pelos agentes de extensão rural, capacitação multidisciplinares, acesso diferenciado a mercados e aos programas de preferência de compra, entre outros. Conforme o Relatório de Gestão 2024, as ações do PTS já alcançaram 83 municípios paraenses (Pará, 2024b). Para a realização dessas ações, a SEMAS estabelece várias parcerias, especialmente com as instituições estaduais que atuam na área ambiental.

Esse programa território sustentáveis ele não é especificamente da secretaria de estado do meio ambiente e sustentabilidade, ele envolve vários outros órgãos do estado. É uma parceria interinstitucional, com demais órgãos estaduais, principalmente aqueles ligados na área ou na temática ambiental (Entrevistado 3, 2024, informação verbal).

Entre as instituições parceiras da SEMAS, destacam-se as seguintes: EMBRAPA; ADEPARÁ; SEDAP; EMATER; SEAF; IDEFLOR-Bio; ITERPA; entre outras. Cabe ainda destacar que a secretaria de meio ambiente integra o CONSEANS e a CAISAN-PA. Adicionalmente, há convênios com as instituições de ensino superior e institutos de pesquisa, além de parcerias internacionais. A esse respeito, o Entrevistado 3 informou o seguinte:

O governo do estado do Pará está muito ligado e antenado nessas discussões, no âmbito mundial, com relação a conservação ambiental, a conservação do bioma amazônico. E aí ele consegue arrecadar fundo por meio do estabelecendo parcerias com países da Europa, países da Escandinávia, e têm muitos projetos que são estabelecidos por meio de parcerias, eles conseguem fundos internacionais e aí é investido todo esses programas (Entrevistado 3, 2024, informação verbal).

Sobre a execução dos recursos, o Entrevistado 3 informou a respeito de uma iniciativa denominada Pró-rios, cuja finalidade é conservar os rios do Pará nos aspectos sociais e ambientais, porém, desconhece a aplicação específica do financiamento. Conforme evidencia o depoimento subsequente.

[...] Tem outra iniciativa que tá incipiente ainda, que é o Pró-rios, que é voltado pra essa questão também de conservação de área de preservação permanente, assim como [...] implica também nos povos da floresta, comunidades ribeirinhas e tradicionais que estão inseridas naquelas determinadas áreas. Em termos de aplicação específico assim, para qual fins é destinado aquele recurso, não tenho muita propriedade a respeito desta informação (Entrevistado 3, 2024, informação verbal).

Segundo o Relatório de Gestão 2024, o Programa Pró-rios é financiado pelo Banco do Brasil (Pará, 2024b). Além dessa instituição bancária, a SEMAS conta com o financiamento das seguintes instituições: o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o BANPARÁ, o Fundo Amazônia (FA), o Banco Mundial, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre outros (Pará, 2024b). Embora o estado do Pará esteja atento às discussões ambientais, estabeleça importantes parcerias e obtenha financiamento para execução de suas ações, programas e projetos, o Entrevistado 3 sinalizou a ausência de um recurso destinado especificamente para a SAN, no âmbito da secretaria de meio ambiente. Na sequência, o depoimento que ilustra a sua afirmação.

É eu falei que o estado do Pará está antenado nessas discussões ambientais, isso vem sendo abordado em todo o mundo, [o estado] vem conseguindo estabelecer parcerias e conseguindo captar recursos de fundo internacionais. Mas o que eu sinto, especificamente, é uma sensação que eu tenho, a falta assim de um orçamento adequado para ser voltado especificamente para programas e ações especificamente voltados pra segurança alimentar e nutricional (Entrevistado 3, 2024, informação verbal)

No que diz respeito à adesão dos municípios aos programas e serviços, o Entrevistado 3 citou a Lei nº 9949, de 19 de junho de 2023, que institui a Política Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável (POESANS), e destaca a normativa como um marco importante na garantia da segurança alimentar e nutricional da população paraense. Sobre os desafios na efetivação do direito à alimentação no estado, o Entrevistado 3 informou que será desafiador a aplicação da POESANS, visto que a legislação é recente. Além disso, destacou a ausência de um orçamento específico para ações de promoção da segurança alimentar e nutricional no âmbito da SEMAS. O Entrevistado 3 ainda ressaltou sobre a dimensão territorial do Pará, a diversidade sociocultural, as desigualdades socioeconômicas e regionais que dificultam o acesso equitativo à alimentação adequada, especialmente em áreas rurais e periferias urbanas. A fragmentação das políticas públicas, embora a SEMAS desenvolva ações e projetos importantes, essas iniciativas estão voltadas para a área ambiental. Assim, o Entrevistado

3 considera um desafio a integração da questão ambiental e a segurança alimentar com as demais políticas públicas (saúde, habitação etc.).

A logística de acesso às comunidades em áreas isoladas e a ausência de informação sobre a alimentação saudável à população são desafios elencados pelo Entrevistado 3. Além disso, o participante destacou as mudanças climáticas e citou a redução do volume dos rios no estado do Amazonas, no qual impactou diretamente a navegabilidade e o acesso à alimentação da população local. Por fim, o Entrevistado 3 ressaltou sobre a capacitação e qualificação dos profissionais que atuam nas políticas públicas, inseridos nessa diversidade amazônica. Ademais, o participante enfatizou a importância da participação dos povos amazônicos na construção das políticas públicas. Conforme ilustra em seu depoimento na sequência.

[...] A falta de uma capacitação ou uma qualificação dos profissionais envolvidos na execução das políticas públicas, ao meu ver, pode comprometer e dificultar a eficácia dessas políticas públicas. E, além disso, eu poderia acrescentar, que essas políticas públicas elas não sejam pensadas apenas de cima pra baixo, mas de baixo pra cima. Esses atores, que estão na base da pirâmide, possam também, ter a sua voz ativa, ter a suas opiniões consideradas. Para que eles sintam como componente, que participe, que tem aquele sentimento de pertencimento dessas ações. [...] Porque muitas vezes pensa de cima pra baixo, mas aquela população que deveria ser beneficiada com aquela política pública, ela muitas vezes não se sente inserida, envolvida nesse processo (Entrevistado 3, 2024, informação verbal).

No espaço aberto aos profissionais, o Entrevistado 3 destacou a importância do fortalecimento da agricultura familiar para a promoção da alimentação adequada e saudável, visto que são esses atores que lidam diretamente com a produção, sendo esse o alimento que chega à mesa da população paraense. Ademais, o participante informou que existem grandes projetos agrícolas no Pará, mas estão voltados para a exportação, e não para a demanda interna. Assim, ao incentivar os pequenos produtores, além de fortalecer a economia local, aumentará a disponibilidade de alimentos frescos e nutritivos, sem a utilização de insumos químicos, fertilizantes. Outro ponto destacado pelo Entrevistado 3 refere-se à interseccionalidade da política de alimentação com outras áreas (saúde, educação, desenvolvimento social etc.). O Entrevistado 3 citou como exemplo as pesquisas que apontam para o crescimento da obesidade e refletiu sobre a qualidade do alimento que está chegando à mesa do consumidor. E, por fim, a integração das políticas públicas que resulta na qualidade de vida e bem-estar da população, tal como ilustra o depoimento a seguir.

Então, eu creio que o caminho é fortalecer a agricultura familiar, integrar as políticas públicas, , ao meio ver, elementos cruciais importantes pra enfrentar os desafios e garantir o direito humano à alimentação adequada de forma, voltamos a repetir, sustentável e eficiente e reduzir a desnutrição, a desigualdade social, o êxodo no campo, gerar renda, oportunidade. Então, é isso que eu queria destacar nesse momento da nossa conversa (Entrevistado 3, 2024, informação verbal).

O Entrevistado 3 ainda mencionou uma iniciativa estatal recente que envolve a conservação da floresta e o pagamento de serviços ambientais. Como demonstra em seu relato, “[...] é uma forma de remunerar a pessoa que tá lá no meio da floresta, cuidando e mantendo a propriedade, pra manter a floresta de pé, conservada, sem desmatar, sem queimar. E aí ele ganha [...] um valor em dinheiro para que ele preserve a floresta.” (Entrevistado 3, 2024, informação verbal). Além dessa medida, o participante destacou a proteção das nascentes, áreas de preservação permanente e o crédito de carbono.

O Entrevistado 3 informou sobre as discussões no estado a respeito da bioeconomia, envolvendo várias entidades, entre elas: Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Federação dos Povos Indígenas do Pará (FEPIPA), The Nature Conservancy (TNC) e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). Conforme informa no seu relato abaixo.

O estado vem trabalhando recentemente, investindo na bioeconomia, especificamente, nos recursos florestais, o extrativismo. Então tem toda essa discussão com entidades de classes que vem colaborando a CNS, a FEPIPA e também tem organizações não governamentais, organizações sem fins lucrativas como a TNC, o IPAM que vem também nessa frente de discussões é nessa temática de bioeconomia. E aí é uma forma de você agregar valor aquele recurso florestal, ao mesmo tempo, conservando, protegendo a floresta [...]. Já foi instituído um grupo de trabalho, já tem um plano de bioeconomia, o estado do Pará é um dos pioneiros, o Amazonas também faz essa discussão a respeito da bioeconomia. E é uma alternativa de gerar renda, de conservar a floresta, de frear um pouco a questão aí do desmatamento, da queimada (Entrevistado 3, 2024, informação verbal).

Segundo Lusa (2022), essa sensibilização à destruição ambiental acumulada pela forma de desenvolvimento econômico torna a “preservação do meio ambiente” um novo produto de mercado. Na realidade, as empresas garantem para si a possibilidade de comprar créditos, para que, numa operação seguinte, os danos que elas causam ao meio ambiente sejam compensados e, na prática, perdoados (Lusa, 2022). Conforme a autora, compra-se o direito de poluir, a fim de assegurar que o capital continue produzindo, gerando lucros e dominando a economia mundial, sendo justificado pela criação de

projetos de redução de emissões de carbono. Nessa perspectiva, a comercialização de produtos “ambientais”, como o crédito de carbono, na verdade, confere mais ganhos ao capital imperialista internacional, do que aos povos das florestas (Lusa, 2022).

Nesse sentido, a crítica à financeirização da natureza precisa ser acompanhada, necessariamente, da discussão sobre a democratização do acesso à terra. Conforme Oliveira (2007), o modo de produção capitalista tende a concentrar a propriedade fundiária para garantir a acumulação, transformando-a em reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes. Diante desse cenário, a reforma agrária apresenta-se como uma exigência estrutural e política. Para o referido autor, a reforma agrária não se trata apenas da distribuição de terra, mais do que isso, ela revela uma estratégia de luta, fundada na premissa de que é possível construir uma sociedade dotada de justiça, dignidade e cidadania.

Essa lógica da acumulação mencionada por Oliveira (2007) materializa-se no território paraense por meio da entrada de capitais externos, que reconfiguram o uso da terra em favor de monoculturas e da pecuária extensiva. O Entrevistado 3 informou sobre atividades econômicas que estão sendo implementadas no Pará, oriundas das regiões Sul e Centro-Oeste do país, tais como a pecuária bovina e a produção de soja. Ao mencionar seus estudos nos municípios do nordeste do Pará, o Entrevistado 3 destacou os impactos socioambientais provocados por esses empreendimentos, tal como ilustra o depoimento a seguir.

[...] Outras atividades econômicas que estão sendo implementadas no estado, que vêm migrando de outras regiões do país, região Sul e Centro-Oeste e [...] é a pecuária bovina e a produção de soja. E, infelizmente o que, é uma opinião particular minha, que causa êxodo rural, desemprego, a riqueza fica concentrada na mão de poucas pessoas, não tem distribuição de renda. Eu falo isso por conhecimento próprio, também estive durante a minhas pesquisas de doutorado, anos atrás, visitando diversas comunidades quilombolas, sem terra, assentados, pessoas que moravam também em comunidades ribeirinhas, só não tive contato com comunidades indígenas, e todos eles batiam na mesma tecla [...]. Faço aqui um relato para você, sem nenhum receio, agora eu estou falando como pesquisador mesmo, porque foi o que eu identifiquei. [...] Por causa desses grandes projetos agropecuários existe muitos problemas: conflito agrário, contaminação do solo, da água, várias doenças devido à ação hídrica em razão da contaminação do solo por meio de inseticidas, pesticidas, fertilizantes, incidência de doenças cancerígenas [...] dificuldade do acesso ao alimento em si. [...] Essas comunidades que eu visitei foi no nordeste paraense, especificamente, no município de Santa Luzia do Pará, mas eu também visitei algumas comunidades próximas do município de Bragança e Capitão Poço (Entrevistado 3, 2024, informação verbal).

Adicionalmente, o Entrevistado 3 relatou que aquelas comunidades que possuíam cooperativas ou associações rurais, e que eram alcançadas por políticas públicas, apresentavam maior organização em relação à produção local, no âmbito da agricultura familiar.

O Entrevistado 3 ainda mencionou sobre a COP 30, informou que todos os órgãos estaduais estão envolvidos, direta ou indiretamente, e relatou sobre as suas expectativas com o evento.

[...] A respeito da COP enquanto, atualmente, morador aqui da cidade de Belém, eu espero que, principalmente, melhore a parte de infraestrutura da cidade, especificamente, saneamento básico, na parte de coleta e tratamento de esgoto, de resíduos sólidos, é de acesso a água potável a comunidades periféricas. Belém tem uma particularidade que salta aos olhos, né?, que desperta muita atenção, que é um contraste, tem bairros com boa infraestrutura e ao mesmo tempo tem bairros em situação de miserabilidade. E aí podemos citar vários: Condo, Guamá, Terra firme, Canudos, Barreiros e entre outros bairros, infelizmente é o que sentimos e observamos essa dificuldade do estado de chegar com políticas públicas eficientes. E aí quando eu falo estado é nas três esferas de governo (Entrevistado 3, 2024, informação verbal).

A realidade descrita pelo Entrevistado 3 retrata o paradoxo contraditório dos projetos de modernização das cidades amazônicas apontados pelos autores Castro e Santos (2006), no qual, de um lado, tem-se o crescimento econômico e tecnológico, sob a lógica padronizada da sociedade de consumo, e do outro, o aumento exponencial da pobreza, marginalização e desigualdade social.

4.3.4 Política de Segurança Alimentar e Nutricional e as estratégias de promoção do direito à alimentação

A Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER) foi criada por meio da Lei nº 8.096, de 1º janeiro de 2015, a qual estabeleceu a junção entre a Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) e a Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda (SETER). Nessa perspectiva, a SEASTER tem a missão institucional de garantir o acesso da população paraense às políticas de assistência social, segurança alimentar e nutricional e a promoção do trabalho, geração de emprego e renda. Sobretudo, as famílias e indivíduos em situação de risco, vulnerabilidade e exclusão social, cadastradas no Cadastro Único (Pará, 2025c).

A Secretaria Adjunta de Assistência Social, que integra a estrutura institucional, é composta por três diretorias, são elas: a Diretoria de Assistência Social (DAS); a Diretoria de Renda, Cidadania e Combate à Fome (DRCCP); e a Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional (DISAN). A DISAN é a responsável pela coordenação, formulação, execução, implementação, monitoramento e avaliação da SAN no Pará, observando as diretrizes da LOSAN, bem como a PNAS e o SISAN.

Conforme apresentado nos procedimentos metodológicos da tese, em novembro de 2022, a pesquisadora viajou para Belém e realizou uma visita institucional à SEASTER, ocasião em que conheceu os técnicos e a dinâmica de trabalho da DISAN. Contudo, embora a aproximação inicial tenha sido presencial, a entrevista com a gestão do setor ocorreu de forma remota, por meio da plataforma Google Meet.

Ao ser questionado sobre os programas e serviços voltados à promoção da alimentação adequada e saudável ofertados pela instituição, o Entrevistado 4 elencou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a Horta Social Pedagógica, o Restaurante Comunitário Prato Popular e o Projeto Cisternas.

A respeito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Entrevistado 4 destacou três modalidades, são elas: PAA Tradicional – destinados aos agricultores familiares, mulheres e jovens inscritos no Cadastro Único – e, mais recentemente, PAA Indígena e PAA Quilombola. Conforme o Relatório de Gestão 2024 elaborado pela SEASTER, em 2024, 757 famílias paraenses foram atendidas pelo programa, sendo 288 famílias pelo PAA Tradicional, 419 famílias pelo PAA indígena e 50 famílias pelo PAA Quilombola (Pará, 2025c).

De acordo com o relato do Entrevistado 4, o programa Horta Social Pedagógica foi aprovado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em 2019, para atender a região metropolitana de Belém. No ano seguinte, foi firmado convênio com a Fundação Banco do Brasil (FBB), a qual ampliou a cobertura do programa, incluindo outros municípios, escolas e a Usina da Paz¹². Em 2024, foram implantados onze (11) Hortas Sociais Pedagógicas, sendo uma (1) financiada pelo MDS e dez (10) com o financiamento do FBB, atendendo sete (7) municípios paraenses (Pará, 2025c).

¹² As Usinas da Paz é uma iniciativa do Governo do Estado do Pará, integrada ao programa Territórios Pela Paz (TerPaz). Trata-se de complexos comunitários construídos em áreas periféricas que visam a promover inclusão social, reduzir a violência e melhorar a qualidade de vida da população nessas localidades. Nesses espaços são ofertadas atividades esportivas, lazer, cultura, saúde e educação para a população de forma gratuita. Atualmente, 14 unidades estão em funcionamento e 22 em construção no Pará.

Os restaurantes populares têm como princípios a produção e distribuição de refeições saudáveis a preços acessíveis para pessoas em situação de insegurança alimentar (SEASTER, 2025). Atualmente, a SEASTER mantém um (01) equipamento comunitário em Belém, no bairro da Marambaia, denominado “Restaurante Prato Popular”. Conforme o Entrevistado 4, o programa é executado mediante parceria com a Companhia Paraense de Refrigerante (COMPAR), empresa filial da Coca-Cola. Essa articulação, contudo, revela uma profunda contradição no âmbito da política de segurança alimentar: ao buscar o enfrentamento da fome através do aporte financeiro de uma corporação transnacional cujo modelo de acumulação se alicerça na comercialização de produtos ultraprocessados – reconhecidamente prejudiciais à saúde e ao direito humano à alimentação adequada e saudável – o Estado acaba por legitimar e conferir uma “face social” a empresas que, em última instância, contribuem para o agravamento da fome e para a degradação ambiental. No que tange ao alcance do programa, o público é composto por feirantes, trabalhadores, transeuntes e a população, em geral, que se encontra em situação de insegurança alimentar. Em 2024, foram servidas 300 refeições diárias, equivalente a 7.200 refeições ao mês (Pará, 2025c).

Segundo o Entrevistado 4, o Programa Cisternas do governo federal foi aprovado pelo MSD para implementação no estado, em 2023, sendo executado no ano seguinte. Em 2024, foram implementadas 260 cisternas escolares na RI do Marajó, beneficiando todos os 17 municípios que compõem a região marajoara. Sobre a execução do programa, o participante informou o seguinte:

Porque o Marajó é uma das áreas mais crítica a situação, especialmente, quando se trata de recurso hídrico. As pessoas vivem em cima do rio, praticamente, mas não tem água potável para consumo humano. Então a ideia é que essa tecnologia, que a gente chama de tecnologia social de acesso a água, ela possa beneficiar essas comunidades (Entrevistado 4, 2024, informação verbal).

O Entrevistado 4 informou que o programa cisternas ainda atende 266 famílias individuais em 08 municípios do nordeste paraense, são eles: Acará, Belém, Bujaru, Igarapé-Miri, Colares, Mãe do Rio, Moju e São Domingos do Capim. Além disso, o Entrevistado 4 relatou que serão implementadas 261 cisternas no nordeste paraense. No entanto, para essas áreas de várzea e terra firme, serão utilizadas outras tecnologias de acesso à água, denominada Serviço de Acompanhamento Familiar para Inclusão Social e Produtiva (SAFISP). Na sequência, o depoimento que ilustra a sua afirmação.

[...] E também vão ter mais duzentos e sessenta e uma [cisternas] já aqui para outros municípios, daqui da área do nordeste paraense. Mas nesse caso, já são, o que eles chamam de SAFISP, para área de várzea e área de terra firme. Que é também uma tecnologia de acesso a água, só que ela vem acompanhada de um banheiro para aquelas comunidades onde não tem essa parte do saneamento [...]. Então, a ideia é beneficiar essas famílias (Entrevistado 4, 2024, informação verbal).

De modo geral, esses programas atendem famílias em situação de vulnerabilidade social, inscritas no Cadastro Único, bem como os povos e comunidades tradicionais. No que tange às ações intersetoriais e parcerias institucionais, o Entrevistado 4 informou que a SEASTER coordena a CAISAN-PA, sendo uma instância que tem como prerrogativa a intersetorialidade, as ações são necessariamente intersetoriais. No entanto, ressaltou que a construção desse trabalho junto aos atores representantes de outras instituições não é uma tarefa fácil, visto que existem divergências de ideias e disputas de poder, como se depreende da declaração a seguir.

Ela [CAISAN-PA] tem a responsabilidade de fazer a política estadual de segurança alimentar e também fazer o plano estadual de segurança alimentar. Então, a política e o plano é papel da CAISAN. A gente já está aqui no terceiro, estamos indo agora para o quarto plano estadual, onde todos esses órgãos se juntam, planejam e tentam executar o orçamento dentro do planejamento, essa é a ideia. E não é fácil (Entrevistado 4, 2024, informação verbal).

Em contrapartida, o Entrevistado 4 destacou que as recentes normativas estabelecidas pelo ministro Wellington Dias têm sido positivas para a construção do trabalho intersetorial, conforme evidencia o relato subsequente.

[...] Antes era assim [...] não tinha normativa que praticamente pressionasse os governos para agir de forma conjunta. Hoje, o ministro Wellington Dias estabeleceu umas regras que está fazendo com que estados e municípios implantem seu sistema municipal para poder receber recurso, por exemplo (Entrevistado 4, 2024, informação verbal).

Sobre as parcerias estabelecidas com as organizações da sociedade civil, o Entrevistado 4 destacou o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado com o Instituto Pacto Contra a Fome, que atua na erradicação da fome e no desperdício de alimentos. No que diz respeito aos recursos, o Entrevistado 4 informou que o financiamento da política de SAN está previsto no Plano Plurianual (PPA 2024-2027) do governo do estado. A execução acontece durante o ano fiscal, sendo prestado conta a cada quadrimestre,

totalizando três quadrimestres durante o ano. Além disso, o Entrevistado 4 destacou que a SEASTER tem conseguido boas captações de recursos para executar suas atividades por meio da plataforma: Transfere GOV. Para fins de ilustração, apresenta-se o depoimento do participante.

O recurso ele, geralmente, é do PPA, do planejamento plurianual [...] tudo o que a gente vem executando é com o orçamento do estado. Agora, a diretoria, por exemplo, ela tem se destacado muito na captação de recurso. A maioria desses projetos aí que eu te falei, todos eles são dos recursos que nós captamos por dentro do TRANSFERE GOV, que a gente chama hoje, que é a plataforma do governo federal que trabalha com os convênios, quando é relação direta, ministério e secretaria, ou contrato de repasse, quando a relação é intermediada pela caixa econômica. Então a gente tem feito boas captações, por exemplo, só esse projeto da água teve mais de quinze milhões. O PAA ele, geralmente, está variando aí ele varia de 5 a 10 milhões por cada plano operacional (Entrevistado 4, 2024, informação verbal).

A narrativa do Entrevistado 4 destaca o êxito da gestão na captação de recursos. Contudo, sob a ótica da totalidade, observa-se uma contradição: embora os valores citados pareçam expressivos isoladamente, revelam-se insuficientes frente à vastidão territorial e à complexidade das demandas da população paraense. Essa estrutura de financiamento, baseada em convênios e planos operacionais, evidencia que o repasse não é contínuo, mas vinculado a finalidades específicas e prazos determinados. Tal configuração impõe uma lógica episódica às transferências, o que dificulta a articulação intersetorial e a continuidade das ações. Assim, essa desproporção demonstra que a captação por projetos, embora eficiente do ponto de vista burocrático, acaba por reproduzir a seletividade territorial e acentuar a desigualdade regional no estado.

Sobre a adesão dos municípios à política de SAN, o Entrevistado 4 considera que o estado do Pará tem avançado nesse aspecto. Atualmente, 84 municípios paraenses já aderiram formalmente ao SISAN. Conforme o Entrevistado 4, isso se deve, em grande medida, à normativa estabelecida pelo MDS, condicionando a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) somente àqueles municípios que aderem ao SISAN. A seguir, o trecho do depoimento que ilustra esse aspecto.

Atualmente, nós estamos com 84 municípios adesos ao SISAN, isso também por conta que o normativo do ministério que obriga os municípios a terem o sistema para poder executar o PAA, então isso tem uma pressão e eles conseguiram fazer. [...]. A gente tá com uma perspectiva que, até em 2025, a gente consiga fechar os 100%. Porque aqui no estado a gente tem 144 municípios e estamos em 84, ano passado a gente não tinha nem a metade, então avançou bem (Entrevistado 4, 2024, informação verbal).

Quando questionado sobre os desafios na promoção do direito à alimentação no Pará, o Entrevistado 4 destacou o desconhecimento dos governos sobre a política de SAN e o desinteresse em executá-la. Também, há as disputas políticas na esfera pública e o pensamento equivocado dos governantes ao tratar ações de caráter público como iniciativas privadas ou partidárias. Em sua manifestação, o participante declarou o seguinte:

Primeiro que os governos precisam conhecer a política. A maioria dos governos que assume eles desconhecem mesmo e, às vezes, não tem o empenho necessário para fazer a política funcionar. E agora então que vamos ter eleição municipal, tudo vai ser renovado de novo. Então vai entrar atores novo lá que com certeza alguns vão começar do zero. Então sempre o estado tem que tá reiniciando, atualizando, formando as pessoas para poder a política de segurança alimentar ser contínua. Porque, sabe como é a mentalidade dos prefeitos [...] quando ele chegar lá, ele acha que o que estava antes dele, nada presta. Então a tendência deles é deixar de lado, mesmo que seja uma ação muito interessante, mas eles deixam de lado. Porque ele não vê aquilo como uma coisa pública, eles veem como algo privado, infelizmente. Até a gente melhorar essa mentalidade vai demorar um pouquinho (Entrevistado 4, 2024, informação verbal).

A fala acima retrata as relações contraditórias e antagônicas existentes no campo das políticas públicas, conforme apresentado no item 3.1 desta tese. Ademais, o Entrevistado 4 destacou o desafio no levantamento de dados fidedignos para a formulação das políticas públicas. De acordo com o participante, os dados oficiais existentes ainda são incipientes, isso dificulta a execução de um trabalho técnico, planejado e articulado, como a política de segurança alimentar demanda.

No espaço aberto aos profissionais, o Entrevistado 4 destacou as recentes normativas e portarias estabelecidas em conjunto pelo Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério da Saúde. Tais medidas definem a competência de cada órgão, gerando expectativas na equipe técnica da DISAN. Para o Entrevistado 4, essas diretrizes facilitarão o trabalho da gestão municipal, uma vez que eliminam a necessidade de iniciar o processo do zero ou de “reinventar a roda”. Além disso, o participante reforça a importância da participação da sociedade civil, a fim de fiscalizar e garantir a aplicação correta dessas medidas. A seguir, o excerto que ilustra o seu posicionamento:

[...] Está tendo uma série de normativas, que eu estou achando interessante, que tá vindo como portaria conjunta que o Ministério, por exemplo, do Desenvolvimento e o Ministério da Saúde, estão estabelecendo muito bem claro as ações que eles, cada órgão tem que fazer lá. Então a expectativa é

grande [...] os municípios que estão chegando e já vão encontrar algumas diretrizes mais ou menos estabelecidas. Então não vai ter muito trabalho, a não ser chegar e executar, se eles forem espertos né. Que tem isso, que, às vezes, se quiser deixar de lado as coisas e achar que vai inventar roda, isso não existe! A roda já está inventada a um bom tempo, então as pessoas precisam entender isso. Claro que isso só vai melhorar se a gente tiver sociedade civil organizada participando mais [...] quem monitora a vida do agente público é a sociedade civil. Então, a gente participando, beleza, dos espaços, ou diretamente ou indiretamente, ajuda e muito. Faz com que a corrupção diminua, essas coisas todas. Que vai acabar, é sonho, né? (Entrevistado 4, 2024, informação verbal)

Por fim, o Entrevistado 4 informou que a equipe técnica da DISAN está empenhada em divulgar a política de SAN. Além disso, os profissionais estão trabalhando na construção de um programa de SAN com “rubrica específica”, de modo que as atividades sejam executadas de forma efetiva no Plano Plurianual do estado.

4.4 OS DESAFIOS E AS PROPOSIÇÕES NA PROMOÇÃO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO NO PARÁ

Para o enfrentamento da fome e a má nutrição são necessárias ações integradas entre os diferentes setores do governo e da sociedade civil. Sendo o direito à alimentação transversal e multidisciplinar, as políticas públicas abordarão esse tema a partir das perspectivas de suas respectivas áreas. Assim, a articulação desses diferentes saberes permitirá a construção de abordagens mais completas e eficazes.

No caso do Pará, observa-se que a inter-relação entre as políticas públicas, em especial, saúde, educação, meio ambiente e segurança alimentar e nutricional, são incipientes e limitadas. A setorização dificulta a operacionalização do trabalho intersetorial. Por exemplo, embora a política de meio ambiente desenvolva ações importantes para o acesso à alimentação adequada e saudável, essas iniciativas teriam um alcance maior se articuladas com as políticas de saúde ou de segurança alimentar. No entanto, a pesquisa mostrou que a política ambiental tem uma relação frágil com as outras instituições que não atuam na área. Além da setorização, as tensões, disputas de poder e interesses antagônicos na relação entre os atores políticos dificultam a construção da intersetorialidade no âmbito das políticas públicas.

A partir da análise dos dados levantados, observaram-se avanços em relação a programas de promoção à alimentação e nutrição, destinados aos povos e comunidades

tradicionais, tais como: o PAA indígena e o PAA Quilombola, a ampliação do PNAE, o Programa Território Sustentável, entre outros. Sabe-se que a trajetória sócio-histórica dessas populações é marcada por exclusão, marginalização e invisibilidade perante o Estado. Sendo assim, a ampliação desses programas e projetos significa, entre outras coisas, um maior reconhecimento, proteção de direitos e valorização cultural desses segmentos populacionais. Por esse motivo, considera-se de suma importância a participação dos povos e comunidades tradicionais no processo de elaboração e implementação das políticas públicas destinadas à Amazônia.

Convém mencionar sobre os desafios no levantamento de dados estatísticos que refletem a realidade territorial amazônica. Sabe-se que o Pará está subdividido em 12 Regiões de Integração (RI) e as informações disponíveis nos bancos de dados governamentais apresentam os indicadores sociais no estado de modo geral, isso dificulta a elaboração de políticas públicas eficazes no território, especialmente no âmbito do direito à alimentação. Na Amazônia, devido a sua amplitude e ao complexo mosaico territorial, muitas áreas não são contabilizadas pelos censos e órgãos das esferas federal, estadual e municipal, invisibilizando e marginalizando os moradores dessas áreas, que geralmente são as comunidades tradicionais, além disso, mascara a realidade amazônica, impedindo-a de transparecer como tal (Fernandes, 2020).

A política de educação enfrenta desafios para garantir a variação do cardápio na rede pública estadual. Mediante as entrevistas realizadas, constatou-se que o pregão vem sendo utilizado para aquisição de alimentos da alimentação escolar. Em contrapartida, o PNAE estabelece que, no mínimo, 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE sejam usados na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar. No entanto, apenas 13% da alimentação escolar paraense é adquirida nessa modalidade. Ao impor a dinâmica de concorrência que favorece as empresas com maior capacidade de escala, logística e, conseqüentemente, menor custo, o pregão intensifica as contradições inerentes ao capitalismo, uma vez que os pequenos agricultores familiares não conseguem competir nessas condições. Assim, além de ir contra as prerrogativas do PNAE, o pregão intensifica a desigualdade social e enfraquece a agricultura familiar local.

Os resultados da pesquisa evidenciam que a política de SAN no Pará tem recebido um tratamento secundário pelos gestores municipais, especialmente, da política de saúde, e por determinados setores governamentais. Esse desinteresse é observado no desconhecimento dos gestores e dos governantes sobre a temática, no comportamento dos gestores e técnicos ao ignorar o convite para participação na pesquisa e na irrelevância

dada ao direito à alimentação nos documentos institucionais, sobretudo, na política ambiental. O Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), instrumento coordenado pela SEMAS, visa ao alcance dos objetivos estabelecidos na Agenda 2030 da ONU, entre eles o *Fome zero e agricultura sustentável* (ODS-2). Embora a SEMAS desenvolva importantes ações na garantia do acesso à alimentação adequada e saudável, esse aspecto é timidamente apresentado em seus relatórios de gestão, sendo atribuído maior destaque à bioeconomia e à sustentabilidade.

Em outubro de 2022, o Pará lançou o Plano da Bioeconomia, parte integrante do PEAA, tendo como meta alcançar a neutralidade do carbono, em termos do uso do solo e das florestas até 2036. O mecanismo de comercialização de carbono, estabelecido pelo Protocolo de Quioto em 1997, tinha como objetivo principal reduzir os gases do efeito estufa. Na realidade, o mercado de carbono funciona como uma estratégia das empresas multinacionais compensarem suas emissões, promovendo uma imagem de responsabilidade ecológica, enquanto, em essência, asseguram a produção e reprodução do capital. Ao mercantilizar os recursos naturais (terra, florestas e as matas), a bioeconomia direciona a produção para fins industriais e de maximização do lucro, em detrimento da produção diversificada de alimentos saudáveis. Assim, a concentração de riqueza e poder nas mãos desses grandes empreendimentos, sobretudo, o agronegócio, que tem como base o latifúndio e a monocultura, concorrem para o aumento da fome e da desigualdade social da população local, especialmente os povos e comunidades tradicionais e os agricultores familiares.

No Pará, a política de SAN está vinculada diretamente à assistência social, funcionando como uma de suas diretorias. Conforme aponta Aranha (2005), apesar de todo esforço dos atores políticos envolvidos na construção da segurança alimentar no país, essa política permanece vinculada à percepção de assistencialismo alimentar. Da mesma forma, a assistência social que, embora reconhecida como política pública de proteção social, ainda é vista sob a ótica da caridade e benemerência. Por isso, ambas correm o risco de serem reduzidas a ações pontuais, desconectadas da noção de direito de cidadania (ARANHA, 2005). Essa percepção é particularmente relevante na realidade do Pará, onde, apesar dos avanços nos direitos sociais e nas políticas públicas – com a adesão ao SISAN, criação do CONSEANS e a CAISAN-PA, construção dos planos estaduais, entre outros –, o assistencialismo alimentar ainda prevalece. Esse cenário é evidente, sobretudo, no tratamento secundário dado pelos gestores municipais à política de SAN. Superar esse paradigma é, sem dúvidas, um grande desafio.

Outro ponto que merece destaque é o financiamento das políticas públicas paraenses. Ainda que o estado obtenha repasses do governo federal e arrecadações por meio de parcerias com instituições fiadoras, o recurso é insuficiente e não contempla a totalidade territorial do Pará. A vasta extensão do território, seu complexo mosaico (composto por áreas urbanas, rurais, ilhas e estradas, o que exige uma logística de transportes fluvial, terrestre e aéreo), as riquezas naturais da fauna e flora e a pluralidade étnico-cultural (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, cabocos, seringueiros, extrativistas, pescadores artesanais) e a dinamicidade socioterritorial, são especificidades que reforçam a necessidade de um financiamento diferenciado para atender as demandas da região.

Além disso, é necessário investimentos em infraestrutura, visto que determinadas localidades na Amazônia carecem de serviços sociais básicos, tais como: água, energia elétrica, acesso à internet, cobertura telefônica, entre outros. A ausência desses serviços compromete o acesso da população a direitos fundamentais, intensificando as desigualdades econômicas e sociais na região. Portanto, o investimento em infraestrutura nessas áreas e nos equipamentos públicos (escolas, unidades de saúde, centros de referência de assistência social etc.), promoverá a inclusão social, a dignidade e o bem-estar das comunidades, viabilizando o acesso aos direitos de cidadania.

A partir das reflexões de Adelantado *et al* (1998), a análise das quatro políticas públicas investigadas permite inferir que estas não operam de forma isolada, mas como mecanismos de um modelo de regulação público-administrativa voltada à gestão das expressões da questão social no Pará. Ao observar os relatos dos gestores, verifica-se que as políticas de saúde, educação, meio ambiente e segurança alimentar articulam um conjunto de programas que visam, em última instância, regular o conflito social gerado pela insegurança alimentar. Ademais, como propõem os autores, essas políticas contribuem para a estruturação da sociedade paraense. Assim, a política social na Amazônia não é a penas um reflexo da estrutura social de exclusão, mas uma arena onde se decide, por meio de “mudanças e permanências”, se o estado atuará para consolidar o direito humano à alimentação ou se manterá a lógica de precarização que amplia o pauperismo na região.

Por fim, cabe ainda ressaltar que todos os entrevistados mencionaram a riqueza da biodiversidade do território paraense, destacando a necessidade de avanços nos aspectos sociais, econômicos, políticos e ambientais. A realidade contraditória do Pará, percebida pelos entrevistados, é fruto de um processo sócio-histórico de apropriação predatória dos recursos naturais da Amazônia para atender as demandas do capital externo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou a complexidade da fome na região amazônica, considerando as particularidades socioterritoriais e étnico-culturais, bem como os limites das ações governamentais do estado do Pará no seu enfrentamento. O estudo identificou os processos que determinam a ausência ou precariedade no acesso ao direito humano à alimentação da população paraense e buscou compreender a fome no território amazônico à luz das contribuições de Josué de Castro, demonstrando a contundente atualidade do seu pensamento.

A investigação demonstrou que a Amazônia vivencia uma contradição dialética: embora possua exuberantes riquezas naturais, fauna e flora, um vasto potencial hídrico e agrícola, sua população é a que mais sofre com o flagelo da fome. À luz de Josué de Castro, evidenciou-se que essa realidade é fruto de uma trajetória sócio-histórica de sucessivos ciclos econômicos destrutivos, fundamentada no latifúndio e na monocultura, que resultou no adensamento das desigualdades sociais. Historicamente, a região se caracterizou como mera fornecedora de matéria-prima e mercadoria para acumulação do capital, restringindo os bens da natureza a uma lógica de exploração predatória e perpetuando a pobreza e a fome da população.

Identificou-se que essa dinâmica predatória se mantém no contexto atual, assumindo novas roupagens. O avanço do agronegócio – exemplificados pelas monoculturas do açaí e da soja – revela uma faceta perversa da insegurança alimentar: a produção de *commodities* voltada para exportação enfraquece o abastecimento alimentar local e a qualidade do alimento consumido pela população. O estudo aponta que esse modelo também resulta na desapropriação dos povos e comunidades tradicionais de seus territórios, visto que o agronegócio necessita de grandes extensões de terra. Além de provocar sérios impactos ambientais, como a contaminação da água, erosão do solo, desmatamento, comprometendo as bases da reprodução da vida.

Essa mesma lógica de mercantilização se estende aos bens da natureza, especialmente por meio da compra de créditos de carbono, conforme identificado nesta análise. Os impactos das mudanças climáticas têm repercutido e preocupado autoridades internacionais. No entanto, é preciso ressaltar que, por trás dessa comoção midiática, o estudo desvelou interesses econômicos subjacentes. A Amazônia sempre foi considerada pela sociedade global nos aspectos econômicos e biológicos, um espaço de acumulação

do capital e uma grande reserva biológica, o “pulmão do mundo”, e por isso precisa ser “cuidada”. Entretanto, esses interesses são conflitantes, visto que o modelo de economia vigente se baseia na exploração de recursos naturais que causam profundos impactos ambientais. Desse modo, conclui-se que a preocupação dos órgãos e autoridades internacionais não gira apenas em torno do meio ambiente e da população afetada com as queimadas, mas, sobretudo, pelos seus próprios interesses. Trata-se de uma lógica contraditória: “preservar para explorar”.

Em suma, a dinâmica predatória e autodestrutiva do capital é uma ameaça à vida do planeta e da humanidade. Os achados indicam que o enfrentamento da fome no Pará exige a superação da busca desenfreada pelo lucro. Para garantir o direito fundamental à alimentação de todas as pessoas, é necessário a construção de um novo modelo societário, cuja centralidade seja a qualidade de vida e a reprodução social, o que inclui o acesso à terra, água, saúde e moradia como pilares indissociáveis da preservação ambiental.

Nessa perspectiva, a pesquisa consolida a agricultura de sustentação, proposta por Josué de Castro, como a estratégia central para a transformação social. Seu principal pressuposto, conforme evidenciado no estudo, é o enfrentamento da fome e da má nutrição, por meio da produção sustentável e diversificada de alimentos, aliado ao combate ao latifúndio e à monocultura, superando a lógica da mercadoria pela valorização da vida. Constatou-se que, nesses cultivos de subsistência pautados na policultura e no conhecimento ancestral, estabelecem-se relações de cooperação e práticas sustentáveis em termos ambientais, econômicos e políticos. Tais práticas instituem uma racionalidade produtiva capaz de romper com mecanismos estruturais como o classismo, o racismo e o machismo, frutos da formação sócio-histórica brasileira. Desse modo, a agricultura de sustentação constitui-se como um achado fundamental desta tese, revelando-se não apenas como uma proposta de reforma agrária e de política alimentar e nutricional, mas com um modelo necessário para a erradicação da fome e para a construção de uma sociabilidade sustentável, consolidando-se como um projeto político de emancipação humana.

Outro ponto que merece destaque como achado desta investigação é a correlação entre o modo de produção e o perfil epidemiológico da população. Castro (1984) identificou que o beribéri que assolou a região amazônica no período da borracha decorria da carência de vitamina B1. A falta de alternativas alimentares saudáveis, diante da monocultura da borracha, somada a questões climáticas e ambientais concorreram para a

eclosão dessa epidemia. Assim, esta pesquisa identificou que tal lógica de exploração e os agravos em saúde se reconfiguram sob novas roupagens na contemporaneidade.

A análise dos dados permitiu identificar que, na sociedade capitalista, a qual concebe à alimentação o valor de mercadoria, o agronegócio se estabelece como modelo hegemônico, priorizando a monocultura e o uso intensivo de insumos químicos, fertilizantes e agrotóxicos para garantir a alta produtividade e o lucro. Isso gera impactos destrutivos no meio ambiente e na saúde humana. Nessa lógica, a indústria de alimentos ultraprocessados ganha destaque. Sua acessibilidade e o baixo custo, frequentemente, passam a ser a escolha alimentar de muitas famílias, sobretudo, aquelas mais empobrecidas. Essa realidade, conforme verificado nesta pesquisa, atualiza a tese de Josué de Castro: se no ciclo da borracha a exploração econômica se manifestava no beribéri, atualmente, identificou-se que a “fome oculta” se manifesta no consumo de alimentos ultraprocessados que contribuem para o desenvolvimento das doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade, diabetes, hipertensão e câncer. Contudo, é preciso destacar que esse agravo à saúde atravessa gerações, visto que as doenças crônicas se manifestam de forma hereditária e agravadas pelas condições materiais de existência. Assim, a pesquisa demonstra que a precariedade nutricional imposta à classe trabalhadora compromete a reprodução social e a vitalidade das gerações futuras. Trata-se de uma face perversa do capital que, ao buscar o lucro, acaba por perpetuar entre gerações a miséria e o adoecimento, condenando o futuro biológico e socioeconômico das famílias trabalhadoras.

A partir dos dados levantados, constatou-se que as violações do direito humano à alimentação adequada são vivenciadas de forma heterogênea na sociedade brasileira. A pesquisa evidenciou que elas afetam mais intensamente as pessoas negras, as mulheres, os povos e as comunidades tradicionais (PCTs), as pessoas de baixa renda, com baixa escolaridade, e os residentes em áreas rurais. No caso do Pará, observou-se a reprodução dessas desigualdades de gênero, raça, classe, geracionais e territoriais/regionais. No entanto, identificou-se que elas não se expressam de forma homogênea no território paraense. Conforme os dados, a Região de Integração (RI) de Marajó é a que apresenta os maiores percentuais de pobreza e, consequentemente, de fome. Isso demonstra, como achado central, que mecanismos estruturantes como o sexismo, racismo e o classismo, que compõem a formação sócio-histórica do país, produzem impactos que incidem diretamente no não acesso aos alimentos.

O estudo revelou que, apesar dos avanços no campo nos direitos sociais, nas políticas públicas e nos estudos acadêmicos, a concepção meramente natural e biológica do ato de se alimentar ainda permanece. Essa percepção é evidente na realidade paraense, especialmente devido ao desconhecimento dos gestores (sobretudo da área da saúde) e dos governantes sobre a política de SAN. A análise constatou que tal visão desconsidera os aspectos cultural, histórico, político, social e econômico que envolvem a alimentação e, conseqüentemente, enfraquecem a implementação da política de SAN no Pará. Além disso, é importante ressaltar que a política de SAN no Pará está vinculada diretamente à assistência social, funcionando como uma de suas diretorias. Conclui-se que isso acaba reforçando a ideia de assistencialismo alimentar, uma vez que a segurança alimentar e a assistência social são políticas públicas, historicamente, vinculadas a esse conceito. Superar esse paradigma é, sem dúvidas, um grande desafio para ambas as áreas.

Ao objetivar a identificação de programas e projetos de promoção ao direito à alimentação e a articulação intersetorial, a análise das políticas estaduais – saúde, educação, meio ambiente e segurança alimentar – identificou importantes iniciativas, mas desvelou, simultaneamente, desafios estruturais na execução desse trabalho. A pesquisa evidenciou que, ainda que existam instâncias de articulação intersetorial, a fragmentação entre os gestores e as políticas públicas dificulta a efetivação do direito à alimentação no estado. Somado a isso, constatou-se que a setorização, as tensões e os interesses antagônicos entre os atores políticos impõem desafios na construção da intersetorialidade das ações públicas. Como resultado identificado, as iniciativas resumem-se a ações pontuais que não abrangem a totalidade dos 144 municípios paraenses. Além disso, o estudo aponta que o financiamento é insuficiente diante da complexidade socioterritorial e étnico-cultural do estado, somado aos custos com deslocamento e infraestrutura para a operacionalização dessas iniciativas.

Com isso, constatou-se que as políticas públicas destinadas à Amazônia não contemplam as particularidades da região. Conforme Teixeira (2008), elas são formuladas, em grande parte, tendo como base as perspectivas e as necessidades das regiões Centro-Sul do Brasil, que possuem uma dinâmica social, econômica, política e geográfica completamente distinta. O estudo evidenciou que, enquanto a Amazônia exige que se considere sua diversidade socioterritorial, as distâncias continentais, a preservação dos seus ecossistemas e os povos e comunidades tradicionais, essas desconexões na elaboração das políticas públicas, resultam em soluções genéricas que não atendem as demandas locais, aprofundando as desigualdades e disparidades regionais existentes. Por

isso, a pesquisa defende a necessidade de olhares diferenciados para as particularidades da Amazônia no âmbito das políticas públicas. É fundamental, ainda, que haja um financiamento que contemple a totalidade do território e atenda as demandas da região.

Diante do exposto, afirma-se, como síntese desta investigação, que *a fome na Amazônia é a expressão mais aparente, a "ponta do iceberg"*. Verificou-se que as manifestações da questão social na região possuem raízes profundas, heranças de um passado sócio-histórico de apropriação dos recursos naturais e o uso predatório do território para atender o capital externo – um modelo extrativista que, conforme analisado, ainda se mantém com novas roupagens. A trajetória histórica examinada revela que não houve um plano de desenvolvimento que contemplasse a realidade regional. Embora a Amazônia apresente potencial para estabelecer o modelo da agricultura de sustentação capaz de erradicar a fome da população, identificou-se que isso não ocorreu devido à ausência de incentivo governamental para o fortalecimento de cultivos e técnicas agrícolas dos povos amazônicos. Evidenciou-se, no entanto, a atuação seletiva do estado, que prioriza o aporte de investimentos em infraestruturas voltadas ao interesse do capital – como a construção de estradas, portos e rodovias – em detrimento do financiamento de políticas fundamentais à reprodução da vida, como educação, saúde, moradia e saneamento básico.

Ademais, constatou-se que as políticas sociais brasileiras que são implementadas na Amazônia – sobretudo, saúde, educação, assistência social, meio ambiente e segurança alimentar –, ainda que viabilizem o acesso aos direitos de cidadania, não respondem às demandas dos povos amazônicos e não alcançam a totalidade do território. Por isso, a pesquisa conclui que a construção de políticas públicas para Amazônia precisa considerar a diversidade socioterritorial – com seu complexo mosaico, as longas distâncias intermunicipais e a pluralidade étnica-cultural – a preservação dos seus ecossistemas, e a estrutura urbana, que ultrapassa a dicotomia urbano-rural estabelecida pelos censos. Sobretudo, reforça-se como achado a necessidade fundamental a participação da população que será atendida, especialmente, os povos e comunidades tradicionais e os agricultores familiares.

A pesquisa demonstrou que o acesso ao direito à terra e à água são fundamentais para que esses grupos sociais possam produzir e reproduzir seu modo de vida, cultura, cosmovisão e seus hábitos alimentares. Identificou-se que o processo de expropriação dos povos e comunidades tradicionais de seus territórios, bem como sua marginalização e invisibilidade perante o Estado, inscrevem-se na trajetória sócio-histórica brasileira desde

o período colonial. Identificou-se que, com o agronegócio, essa realidade se intensificou, visto que essa produção agrícola necessita de grandes extensões de terra. Além da desterritorialização, o incentivo a essa produção, voltada, prioritariamente ao lucro e à exportação tem gerado intensos conflitos no campo e o extermínio de lideranças indígenas. Portanto, conclui-se que, para que o direito à alimentação adequada e saudável prevaleça nessas populações, é de suma importância a demarcação de seus territórios, como também dispor dos meios necessários para que possam produzir, processar e consumir seus alimentos.

É certo que o Brasil saiu recentemente do Mapa da Fome da ONU, mas apesar dessa conquista significativa, o estudo aponta que ainda há um longo caminho a ser percorrido. O enfrentamento da fome exige que a compreendamos como um tema complexo. São necessárias mudanças estruturais e não apenas ações emergenciais, como é o caso da Amazônia Paraense. Constatou-se a necessidade de adotar ações mais abrangentes, que vão além da mera oferta de cestas básicas ou uma renda mínima. Para isso, são necessárias políticas estruturais, redistributivas e intersetoriais construídas a partir da perspectiva do alimento como um direito e não como mercadoria. É fundamental repensar a relação com a natureza e o modo pelo qual os alimentos são produzidos e distribuídos. Assim, reitera-se como achado desta tese a necessidade da reforma agrária e o fortalecimento da agricultura de sustentação no país.

Outras medidas identificadas como cruciais incluem o fortalecimento da participação dos homens nas atividades domésticas e de cuidado, a problematização do lugar da mulher na sociedade e o repensar das trajetórias da juventude negra e periférica que ingressa cedo no mercado de trabalho, com poucas oportunidades de educação. Ademais, é crucial garantir a permanência de crianças e adolescentes na escola, ampliar o número de postos de trabalho na economia brasileira e aumentar a renda dos trabalhadores. Além disso, é preciso fortalecer a política de seguridade social (saúde, previdência social e assistência) e as políticas de SAN. Outras estratégias de suma importância incluem políticas de abastecimento, preços acessíveis e outras ações que promovam a efetivação dos direitos sociais e garantam uma proteção social que atenda às necessidades básicas do ser humano.

Por fim, diante do questionamento sobre a possibilidade de erradicação da fome na sociabilidade capitalista, esta investigação reafirma que tal objetivo encontra limites intransponíveis na lógica de acumulação do capital, que transforma o alimento em mercadoria e a fome em uma das suas expressões de desigualdade. Contudo, é justamente

nesta contradição que a agricultura de sustentação de Josué de Castro se consolida como um achado político fundamental: ela não é apenas um modelo produtivo, mas um projeto de resistência que aponta para uma nova sociabilidade. Ao priorizar a vida e os saberes tradicionais, a agricultura de sustentação torna-se o alicerce para a construção de um modelo societário, onde o horizonte da emancipação humana substitua a busca pelo lucro, garantido que o ato de comer seja, definitivamente, um direito de todos e não privilégio de alguns.

A complexidade da realidade aqui desvelada não se restringiu apenas aos dados analisados, mas manifestou-se também em um processo investigativo. Nesse sentido, o presente estudo contribuiu para ampliar as discussões sobre o direito à alimentação, ao promover uma análise fundamentada no referencial de Josué de Castro. A pesquisa inova ao direcionar o olhar para o estado do Pará, escolha que se justifica não somente pela naturalidade da pesquisadora, mas, sobretudo, pela condição alarmante de fome da população paraense, que lidera o *ranking* nacional. A pesquisa também confere visibilidade aos povos e comunidades tradicionais, ao destacá-los como os segmentos mais afetados pela fome, visto que esse ainda é um tema pouco estudado no ambiente acadêmico, principalmente, no Serviço Social. Além disso, o estudo corroborou com o debate sobre as políticas públicas para a região amazônica, especialmente no campo da alimentação e nutrição. Portanto, considera-se de suma importância a realização de pesquisas que privilegiem essas temáticas.

Realizar pesquisas na Amazônia é, de modo geral, desafiador. Para quem não está na região, como foi o caso deste estudo, o desafio é ainda maior. A busca por dados estatísticos das Regiões de Integração (RI) e por bibliografias específicas sobre o tema da fome foi o primeiro grande obstáculo. Para superar esse desafio, a pesquisadora utilizou o banco de dados disponível no site da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) e o suporte teórico obtido durante a disciplina cursada no PPGSS/UFPA. Além disso, durante a viagem à Belém, em novembro de 2022, a pesquisadora consultou bibliografias nas bibliotecas da UFPA. Adicionalmente, retomou o material teórico utilizado na sua dissertação de mestrado.

A etapa da pesquisa de campo, sobretudo, a realização das entrevistas com os gestores públicos, apresentou desafios significativos. A opção pelo formato *on-line* decorreu da barreira geográfica – visto que atualmente a pesquisadora reside em Santa Catarina – e pela negativa de auxílio financeiro no Edital CNPq Nº 32/2023 devido a conflitos normativos com a CAPES. Essas limitações financeiras e logísticas, somadas à

nova dinâmica de trabalho no serviço público municipal de Biguaçu, tornaram a modalidade remota o caminho mais viável para garantir a coleta de dados e a execução deste estudo.

Tais limitações, no entanto, revelaram dados importantes sobre a cultura institucional. Os entraves no diálogo com a gestão pública – desde o silêncio nos canais oficiais até a resistência após o conhecimento dos protocolos éticos da pesquisa – revelam uma contradição com o que estabelece a Constituição do Estado do Pará (Art. 17º V) que impõe ao poder público o dever de proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação (Pará, 1989). Além disso, ao dificultarem o acesso a informações e a realização das entrevistas, estes agentes ignoram o Dever de Transparência e o Princípio da Publicidade, previstos na Constituição Federal e detalhados na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que impõe ao estado o dever de fornecer dados de interesse público para a sociedade e para a produção de conhecimento (Brasil, 2011). Essa postura, atravessada pela conjuntura da COP 30 e do calendário eleitoral, demonstra como as tensões e interesses políticos, em determinadas situações, se sobrepõem às obrigações legais em prol de conveniências institucionais.

Contudo, apesar dos inúmeros desafios e limitações, esta pesquisa denota a relevância da produção de conhecimento sobre o direito à alimentação, o combate à fome, as desigualdades sociais e as políticas públicas, especialmente com destaque à região amazônica e seus povos e comunidades tradicionais, historicamente marginalizados e pauperizados. Tais temas são bastante pertinentes, sobretudo para a área do Serviço Social. A própria dificuldade na obtenção de dados estatísticos e referências bibliográficas específicas sobre a fome na Amazônia reflete a necessidade de avançar em estudos que elejam esses temas.

A ausência da alimentação é uma violação de direito recorrente no cotidiano profissional do/a Assistente Social. Em contrapartida, a área possui poucas produções sobre o tema da fome, essas discussões são ainda mais escassas quando relacionadas à Amazônia. Nesse sentido, este estudo é considerado um importante recurso que confere visibilidade à Amazônia, região cuja trajetória sócio-histórica é marcada pela apropriação predatória de seus recursos naturais, concorrendo para o empobrecimento de sua população. Em última análise, esta pesquisa cumpre seu objetivo ao desvelar as contradições que perpetuam a fome no território paraense, reafirmando o compromisso da universidade pública com a produção de um conhecimento crítico, democrático e voltado à classe trabalhadora. Mais do que encerrar um ciclo investigativo, esta tese

pretende se somar aos esforços coletivos de compreensão das expressões da questão social na Amazônia. Espera-se, portanto, que as reflexões aqui apresentadas possam servir como um aporte teórico para o diálogo sobre o direito à alimentação, contribuindo para que o acesso ao alimento seja garantido como condição essencial à reprodução da vida e à efetivação da justiça social na região.

“Não se chegará jamais à paz com um mundo dividido entre a abundância e a miséria, o luxo e a pobreza, o desperdício e a fome. É preciso acabar com esta desigualdade social.”

Josué de Castro

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Editora: Elefante, 2016. pp. 46-85.

ADELANTADO, José; NOGUERA, José A.; RAMBLA, Xavier; SÁEZ, Lluís. Las relaciones entre estructura y política sociales: una propuesta teórica. **Revista Mexicana de Sociología**, Vol. 60, No. 3 (Jul. - Sep., 1998). pp. 123-156.

ALENCAR, Ane *et al.* Amazônia em chamas: o novo e alarmante patamar do desmatamento na Amazônia. **Nota técnica n. 9**. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Brasília, fev. 2022. Disponível em: https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Amaz%C3%B4nia-em-Chamas-9-pt_vers%C3%A3o-final-2.pdf. Acesso em: 29 fev. 2024.

ALENCAR, Ane. A crise socioambiental na Amazônia: causas consequências para a segurança alimentar. *In*: CAMPELO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula. (Orgs.). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022. pp. 198-202.

ARANHA, Adriana Veiga. Segurança Alimentar e Assistência Social: em busca de uma gestão social inovadora. *In*: **Cadernos de Textos da V Conferência Nacional de Assistência Social**. Brasília. CNAS/MDS, p 71-80, 2005. Disponível em: <http://acervodigital.mds.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/187/caderno%202s.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09 jul. 2024.

ARAUJO, Yasmim *et al.* **Frutas da floresta: o poder nutricional da biodiversidade amazônica**. Tefé: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Amazonas, 2024. Disponível em: <https://mamiraua.org.br/documentos/ac267203788414db1bfd1914923c20a7.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2024.

ARAUJO, Cleonice Correia *et al.* Implantação e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Pará, Maranhão e Pernambuco: uma análise dos resultados da pesquisa empírica. *In*: COUTO, Berenice Rojas *et al.* (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010. Pág. 92-134.

ARENZ, Karl Heinz. **Filhos e filhas do beiradão: a formação sócio-histórica dos ribeirinhos da Amazônia**. Santarém: Faculdades Integradas do Tapajós - FIT, 2000.

ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. *In*: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. pp. 43-56.

Associação Brasileira de Criadores de Búfalos (ABCB). **Introdução dos búfalos no Brasil**. [S.l.]: ABCB, [2016]. Disponível em: <
https://www.bufalo.com.br/home/uploads/2016/01/historico_bufalos.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2026.

ATLAS MUNDIAL DA OBESIDADE 2024. **World Obesity Federation**. Londres: Federação Mundial de Obesidade, 2024. Tradução: Instituto Cordial. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8234332/mod_resource/content/2/2024_WOF_Atlas%20Mundial%20da%20Obesidade%202024.pdf. Acesso em: 31 ago. 2024.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Compêndio das Eras da Província do Grão-Pará. **Coleção Amazônia**: Série José Veríssimo. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Ivana Cristina de Holanda Cunha, *et al.* Colapso na saúde em Manaus: o fardo de não aderir às medidas não farmacológicas de redução da transmissão da Covid-19. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 45, n. 131, p. 1126-1139, out-dez 2021.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ktbLC8Qcncmt4nKgKgJr6TS/?format=pdf&lang=pt> .

Acesso em: 02 jan. 2025.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios).

BECKER, Bertha K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.-abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n1/a03v5n1.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

BEHRING, Elaine Rosseti. A acumulação capitalista, fundo público e política social. *In: Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. (Orgs.) BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso. São Paulo: Cortez, 2008. pp. 44-63.

BELIK, Walter. Desenvolvimento territorial e soberania alimentar. *In: FILHO, Niemeyer Almeida; Ramos, Pedro*. (Orgs.). **Segurança alimentar**: produção agrícola e desenvolvimento territorial. Editora Alínea, São Paulo: Campinas, 2010. pp. 169-192. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/14/o/Walter_Belik.pdf. Acesso em: 02 ago. 2022.

BEZERRA, Paulo Ricardo de S. Os pescadores e a recente normatização da pesca no estado do Pará: elementos para o reconhecimento da expressão ambientalista num movimento social. **Paper do NAEA** nº.127, Belém, janeiro de 2000. pp. 1-14.

Disponível em:

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/download/11640/8031>. Acesso em: 19 abr. 2024.

BOURGUIGNON, Jussara. Concepção de rede intersetorial de atendimento à criança e adolescente. *In*: LAVORATTI, C. (Org.) **Programa de Capacitação permanente na área da infância e da adolescência**: o germinar de uma experiência coletiva. Ed. UEPG, 2007. pp. 245-252.

BURLANDY, Luciene; COSTA, Rosana Salles da. Segurança alimentar e nutricional: concepções e desenhos de investigação. *In*: KAC, Gilberto; SICHIERI, Rosely; GIGANTE, Denise Petrucce. (Orgs). **Epidemiologia nutricional** [on-line]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/Atheneu, 2007, pp. 485-501. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/rrw5w/pdf/kac-9788575413203-31.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2022.

BURITY, V. *et al.* **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. pp. 1- 204. Disponível em: https://www.redsan-cplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa_no_contexto_da_san.pdf. Acesso em: 02 ago. 2022.

BRASIL, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União 2006**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm . Acesso em: 30 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)**. 1º ed., Brasília, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf . Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 1.863, de 10 de agosto de 2021**. Institui incentivo financeiro federal de custeio destinado aos municípios para a implementação das ações de prevenção e atenção à obesidade infantil no âmbito da Estratégia Nacional para a Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil - PROTEJA. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-1.863-de-10-deagosto-de-2021-337541486>. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL Ministério da Educação. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF: 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Caderno dos programas nacionais de suplementação de micronutrientes** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2022a. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_programas_nacionais_suplementacao_micronutrientes.pdf. Acesso em: 11 abr. 2024.

BRASIL Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Diretoria de Ações Educacionais. Coordenação Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Planejamento de cardápios para a alimentação escolar**. Brasília-DF: 2022b. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/MANUAL_V8.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente; Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **VIGITEL BRASIL 2006: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2006** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: <https://abeso.org.br/wp-content/uploads/2019/12/553a2541f3b77.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente; Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **VIGITEL BRASIL 2023: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2023** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigitel/vigitel-brasil-2023-vigilancia-de-fatores-de-risco-e-protecao-para-doencas-cronicas-por-inquerito-telefonico/view>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Plataforma Integrada de Vigilância em Saúde (IVIS). **Painel de Monitoramento da Mortalidade Infantil e Fetal [2024]**. S.l.: s.n.], 2024a. Disponível em: <http://plataforma.saude.gov.br/mortalidade/infantil-e-fetal/>. Acesso em: 2 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Painel Epidemiológico [2024]**. S.l.: s.n., 2024b. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGY0YTk1MTMtNWU5ZS00MGY0LWI2NjgtZGI3OWMxNmVlOTgxIiwidCI6IjIhNTU0YWQzLWI1MmItNDg2Mi1hMzZmLTg0ZDg5MWU1YzZwNSJ9>. Acesso em: 4 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Dados físicos e financeiros do PNAE [2024]**. S.l.: s.n., 2024c. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-dados-fisicos-e-financeiros-do-pnae>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **Com retomada do investimento, Governo leva mais de 58 mil cisternas ao Semiárido**. Agência GOV, 2024. S.l.: s.n., 2024d. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/programa-cisternas-avanca-e-promove-cidadania-as-familias-do-semiarido-nordestino>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD). **Relatório de Programas e Ações do MDS do estado do Pará (março de 2025)**. [S.l.: s.n.], 2025a. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=15&aM=0>. Acesso em: 1 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN); Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome (SECF/MDS). **III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2025–2027)**. [S.l.: s.n.], 2025b. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/iii-plano-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-aprovado/III_Plansan.pdf. Acesso em: 8 jul. 2025.

CAMPOS, Edval Bernardino. As sociedades Amazônicas e o SUAS. *In*: CAMPOS, Edval Bernardino (org.). **Fator amazônico e a interface com o Sistema Único de Assistência Social**. 1º. Ed. Belém: ICSA/UFPa, 2013. pp. 31-51.

CAMPOS, Maria Aparecida; OLIVEIRA, José Carlos de; VENDRAMINI, Ana Lúcia do Amaral. Segurança alimentar: conceito, história e perspectiva. *In*: MARINS, Bianca Ramos; TANCREDI, Rinaldini C. P.; GEMAL, André Luís. (Orgs.). **Segurança alimentar no contexto da vigilância sanitária: reflexões e práticas**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2014. pp. 37-68. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/8649/2/Livro%20EPSJV%20012609.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2022.

CAMPOS, Marta Silva. O casamento da política social com a família: feliz ou infeliz(?). *In*: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARTOLO, C. M. (Org.). **Familismo**,

direitos e cidadania: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015. pp. 21-43.

CASTRO, Edna; ALONSO, Sara. Simbologia do rural-urbano na floresta amazônica: políticas, mediações e identidades. **Paper do NAEA nº 387**. Universidade Federal do Pará: Belém, 2018. pp. 1-21. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/476>. Acesso em: 27 mar. 2019.

CASTRO, Edna Maria Ramos de; CASTRO, Carlos Potiara. Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de commodities. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25 n. 1, jan-abr 2022. pp. 11-36.

CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. *In*: CASTRO, Edna (org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008. pp. 13-39.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome:** o dilema brasileiro pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CASTRO, Edna. SANTOS, Maria Antonieta. Belém de águas e de portos: ação do Estado e a modernização na superfície. *In*: **Belém de águas e ilhas**. (Org.) CASTRO, Edna. Belém: CEJUP, 2006. pp. 25-43.

CAVALCANTE, P. B. **Frutas comestíveis na Amazônia**. Vol. 3. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1979.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas:** uma contribuição para a área educacional. Tese de doutorado. Faculdade de Educação. Unicamp. 2007.

CHAVES, M. do P. Socorro Rodrigues. **Uma Experiência de Pesquisa-ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia:** o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. Tese de Doutorado, UNICAMP/CIRED, Campinas, 2001.

CHAVES, M. do P. Socorro Rodrigues, *et al.* Organização sociopolítica dos povos tradicionais na Amazônia: ações afirmativas de cidadania. *In*: CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; SILVA, Sandra Helena da; NASCIMENTO, Camila Fernanda Pinheiro do. (Orgs.). **Ações Afirmativas de Cidadania na Amazônia:** interações e complexidades. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022. pp. 67-81. [E-book].

COELHO, Aldine Cecília Lima; BRASILEIRO, Tania Suely Azevedo. **Intersetorialidade como política de gestão do Programa Saúde na Escola:** um estudo no município de Santarém-PA. Brasília: Rosivan Diagramação & Artes Gráficas, 2021. [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/iced/documentos/2021/561fb7a2ffff8f99fde8f1fd053b13c2.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2025.

COHN, Amélia. As políticas de abate social no Brasil contemporâneo. **Lua Nova**, São Paulo, 109: 129-160, 2020.

COMUNICA BR. Governo Federal. Secretaria de Comunicação Social. **Relatório Comunica BR. Pará:** principais ações do governo federal junho/2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/comunicabr>. Acesso em: 14 jul. 2025.

CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional:** Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, julho de 2004. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_I/textos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 11 fev. 2024.

COUTO, Berenice Rojas *et al.* (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil:** uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

COSTA, Maria Solange Gayoso da. Agronegócio, produção de alimentos e segurança alimentar na América Latina. **Revista Políticas Públicas**. São Luís, Número Especial, pp. 149-156, novembro de 2016.

CUNHA, Joacir de S. Governo Temer: relações do agronegócio com o capital especulativo financeiro e impactos sobre os camponeses e a legislação agrária. **Cadernos do CEAS**, Salvador/Recife, n. 241, p. 301-326, mai./ago., 2017. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/373/310>. Acesso em: 03 jan. 2025.

CRUZ, Maria do Carmo Meirelles Toledo; FARAH, Marta Ferreira Santos. Intersetorialidade na atenção à primeira infância em políticas de enfrentamento da pobreza: do Comunidade Solidária ao Brasil Carinhoso. In: JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates; CORÁ, Maria Amelia Jundurian. (Orgs.). **Redes sociais e intersetorialidade**. São Paulo: Tiki Books, 2016. pp. 235-262.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Análise cesta básica em maio [2025]**. Nota à imprensa: Custo da cesta diminui em 15 capitais em maio. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2025/202505cestabasica.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2025.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. Ed. 6ª. São Paulo, SP: Hucitec, Nupaub / USP, 2008.

DIEHL, Rodrigo Cristiano; MENDES, Jussara Maria Rosa. Neoliberalismo y protección social en América Latina: salvando el capital y destruyendo el social. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 23, n. 2, maio/ago. 2020. pp. 235-246.

DI GIOVANNI, Geraldo. As estruturas elementares das Políticas Públicas. Campinas: **Caderno de Pesquisa**, n. 82, UNICAMP/NEPP, 2009.

DI GIOVANNI, G.; NOGUEIRA, M. A. **Dicionário de políticas públicas**. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 2013.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1972.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Relatório das atividades do projeto de melhoramento de pastagens da Amazônia Legal**: Propasto (1º semestre de 1976). Belém: CPATU, 1976. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/674599> . Acesso em: 09 jan. 2026.

FAEPA, Federação da Agricultura e Pecuária do Pará. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). **Agronegócio Paraense** [S.l.], 2023. Disponível em: <https://sistemafaepa.com.br/faepa/agronegocio-paraense/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

FAGNANI, Eduardo. A política Social no Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. **Texto para Discussão IE/UNICAMP**, n. 192, 2011.

FAPESPA (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas). Governo do Estado do Pará. **Barômetro da Sustentabilidade da Região de Integração Tocantins**. [S.l.], 2017. Disponível: <https://drive.google.com/file/d/1UYFQ4y85wtaExzlvyMIY2k9aIhRzdfrc/view>. Acesso em: 08 maio 2018.

FAPESPA (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas). Governo do Estado do Pará. **Pará em números 2022**. [S.l.], 2022a. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/node/81>. Acesso em: 03 fev. 2023.

FAPESPA (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas). **Pará no contexto nacional 2023 [2023a]**. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/pcn2023/tabelas/10-economia/3-pecuaria/25-efetivo-de-rebanho-bovino-2018-2022.htm>. Acesso em: 12 abr. 2024.

FAPESPA (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas). **Boletim Agropecuário do Pará 2023 [2023b]**. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmninnibpcapcglefindmkaj/<https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/BOLETIM-AGROPECUARIO-PARA-2023-1.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2024.

FAPESPA (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas). **Plano Plurianual de 2024-2027: Região de Integração do Marajó**. Perfil Socioeconômico e Ambiental [2023c]. Disponível em: <https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/Apresentacao-Fapespa-RI-Marajo.pdf> . Acesso em: 03 ago. 2025.

FAPESPA (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas). **Plano Plurianual de 2024-2027: Região de Integração do Tocantins**. Perfil Socioeconômico e Ambiental. [2023d]. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1LGQ1IWc4gLRPstA6Fbs2A4gzdss_BhHx/view. Acesso em: 03 ago. 2025.

FAPESPA (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas). **Pará no contexto nacional 2024**. [S.l.], 2024a. Disponível em: <https://fapespa.pa.gov.br/sistemas/pcn2024/> . Acesso em: 15 fev. 2025.

FAPESPA (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas).. **Pará em números 2024**. [S.l.], 2024b. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2025/07/1.-Para-em-Numeros-2024-FINAL.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.

FAPESPA (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas). **Radar de Indicadores das Regiões de Integração do Pará 2024**. Radar 2024 Mapas. [S.l.], 2024c. Disponível em: <https://fapespa.pa.gov.br/sistemas/radar2024/project.html>. Acesso em: 28 jul. 2025.

FAPESPA (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas). **Estimativas da População dos Municípios Paraenses 2024**. Informativo nº 2, 2024. [S.l.], 2024d. Disponível em: https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/Nota-Informativa-02_2024-Estimativas-Populacionais-2024.pdf . Acesso em: 28 jul. 2025.

FAPESPA (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas). **Mapa da Exclusão Social do estado do Pará 2024**. Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural. Belém, 2024. [S.l.], 2024e. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2025/07/MAPA-DA-EXCLUSAO-SOCIAL-DO-PARA-2024-final.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.

FAPESPA (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas). **Relatório de Sustentabilidade 2024 Região de Integração Guamá**. Belém-Pará: junho, 2025. [S.l.], 2025a. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2025/07/RELATORIO-BS-2024-RI-GUAMA.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.

FAPESPA (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas). **PIB trimestral do estado do Pará: boletim de resultados 4º trimestre de 2024**. Belém-Pará: 2025. [S.l.], 2025b. Disponível em: https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2025/04/Relatorio_do_PIB_Trimestral_4_Trimestre.pdfhttps://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2025/04/Relatorio_do_PIB_Trimestral_4_Trimestre.pdf. Acesso em: 29 jul. 2025.

FELLOWS, Marta *et al.* Amazônia em chamas: desmatamento e fogo em terras indígenas. **Nota técnica n. 6**. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Brasília, mar. 2021. Disponível em: <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Amazo%CC%82nia-em-Chamas-6-TIs-na-Amazo%CC%82nia.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2024.

FELLOWS, M., *et al.* **As Cicatrizes do Garimpo em Terras Indígenas da Amazônia Brasileira**. Nota técnica: IPAM, Brasília-DF, abril 2024. Disponível em: https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2024/04/NT11_portugues.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.

FERNANDES, Joyce Sampaio Neves. **Política de Assistência Social na Amazônia:** problematizando o acesso das famílias ribeirinhas da Ilha das Onças, Barcarena/PA. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

FERNANDES, Joyce Sampaio Neves; MOSER, Liliane. Insegurança alimentar no Brasil e gênero: reflexões para o debate. *In: IV Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos*. V Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais. IV Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR. De 24 a 27 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.uel.br/pos/sersocial/pages/arquivos/Congresso%202022/Genero%20familia%20e%20políticas%20publicas/6498-407046-56424-2022-03-30.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2024.

FERNANDES, Joyce Sampaio Neves; MOSER, Liliane; SCHAPPO, Sirlândia. Direito Humano à Alimentação Adequada e as contribuições de Josué de Castro para pensar o atual cenário de fome na Amazônia. *In: XI Jornada Internacional de Políticas Públicas (XI JOINPP)*. Universidade Federal do Maranhão - UFMA. São Luís (Maranhão-Brasil), 19 a 22 de setembro de 2023. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/images/trabalhos/trabalho_submissao1d_2793_2793648cce4914b4c.pdf. Acesso em: 11 fev. 2024

FERNANDES, Joyce Sampaio Neves; MOSER, Liliane; SCHAPPO, Sirlândia. Fome e desigualdade social no Brasil: desafios para a segurança alimentar e nutricional e a atualidade do pensamento de Josué de Castro. *In: V Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos*. VI Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais. V Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. Londrina PR, de 20 a 23 de maio de 2024. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/3555>. Acesso em: 29 jun. 2024.

FERNANDES, Joyce Sampaio Neves; SCHAPPO, Sirlândia. Reflexões sobre a fome na região amazônica: contribuições de Josué de Castro para o debate. *In: Anais do XVIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (XVIII ENPESS)*. Relações de classe e raça-etnia no Brasil: desafios a uma formação profissional emancipatória no Serviço Social. Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza – CE, 2024. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/02811.pdf>. Acesso em: 28 maio 2025.

FIAN Brasil. O DHANA e o Programa Alimenta Brasil: riscos e retrocessos nas compras públicas de alimentos da agricultura familiar. **Nota técnica 1/2022**. FIAN Brasil, Brasília/DF. Disponível em: https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/02/NTecnica1_2022_FianBrasil_comAlteracoes.pdf. Acesso em: 08 jun. 2025.

FLORES, J. H. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FRÉDOU, Flávia Lucena et al. Aspectos econômicos da pesca industrial no Pará: entraves e perspectivas. **Paper do NAEA** n°. 265, Belém, março de 2010. pp. 1-26. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11361>. Acesso em: 22 abr. 2024.

FRONZA, Claudia Sombrio. NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Avaliação de políticas públicas e análise de políticas públicas: uma distinção necessária. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 7, n. 2, p. 103----116, jul./dez. 2015.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GOMES, Vera Lúcia Batista. Trabalho e desenvolvimento na Amazônia: notas para a reflexão no estado do Pará. In: GOMES, Vera Lúcia Batista. VIEIRA, Ana Cristina de Souza. NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso (Org.). **O avesso dos Direitos: Amazônia e Nordeste em questão**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

GONÇALVES, A. S.; GUARÁ, I. M. F. Rosa. Redes de proteção social na comunidade: Por uma nova cultura de articulação e cooperação em rede uma convivência grupal que mobiliza, protege e desenvolve seus participantes. In: **Redes de proteção social**. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente - (Coleção Abrigos em Movimento), 2010. p. 11-29. Disponível em: <https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/Livro4.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.

HIRAI, Wanda Griep. **Agricultura Familiar e Segurança Alimentar: a importância da produção para o autoconsumo em três municípios do RS**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2008. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/2392/1/DISSERTACAO_Wanda_Hirai.pdf. Acessado em: 03 ago. 2022.

HIRAI, W. G. **Segurança alimentar em tempos de (in)sustentabilidades produzidas**. 2009. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5119/1/000419380-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2022

HOWLETT, M., RAMESH, M. PERL, A. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas** – uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 17º. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9º Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19. ed. – São Paulo: Cortez (Lima, Peru): CELATS, 2006.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Panorama do Censo 2022. [2022]** Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?localidade=BR&tema=populacao>. Acesso em: 26 fev. 2024.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15)**. Março de 2024. [S.l.], 2024a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2376/ipca_15_2024_mar.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico 2022 Indígenas: alfabetização, registros de nascimentos e características dos domicílios, segundo recortes territoriais específicos: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. [S.l.], 2024b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73111>. Acesso em: 26 jan. 2025.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico 2022 alfabetização: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. [S.l.], 2024c. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73108>. Acesso em: 06 abr. 2025.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. [S.l.], 2024d. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102107_informativo.pdf. Acesso em: 19 jul. 2025.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Segurança alimentar 2024**. Rio de Janeiro, 2025. [S.l.], 2025a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102084.pdf>. Acesso em: 11 out. 2025.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **IBGE Cidades e Estados, Pará. [2025b]**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa.html>. Acesso em: 28 de jul. 2025.

IEMA (Instituto de Energia e Meio Ambiente). **Amazônia Legal: quem está sem energia elétrica?** São Paulo - SP: IEMA, [fevereiro de 2021]. Disponível em: <https://energiaeambiente.org.br/produto/amazonia-legal-quem-esta-sem-energia-eletrica>. Acesso em: 18 jul. 2025.

IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia). **Amazonizar: soluções para o desmatamento na Amazônia**. Março de 2024. Disponível em:

<https://ipam.org.br/cartilhas-ipam/por-uma-amazonia-livre-de-grilagem/>. Acesso em: 06 jan. 2025.

INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Portal Terra Brasilis, **PRODES** (Desmatamento). [S.l.], 11 de nov. 2023. Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments. Acesso em: 05 mar. 2024.

JAIME, Patrícia Constante; BRAGA, Murilo Bomfim Lobo. Dez anos do Guia Alimentar para a População Brasileira: história, ciência e política. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 34, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/jhKxXWFLFL5sRRLqYv4dKrb/?lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2025.

JENKINS, William. **Policy Analysis: a political and organizational perspective**. Londres: M. Robertson, 1978.

JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates. Apresentação. In: JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates; CORÁ, Maria Amelia Jundurian. (Orgs.). **Redes sociais e intersectorialidade**. São Paulo: Tiki Books, 2016. pp. 7-12.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LAVORATTI, C. **Tecendo a rede de proteção: desafios do enfrentamento intersectorial à violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes no município de Curitiba/PR**. 2013. p.318. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/pgsocio/files/2013/09/TESE-CLEIDE-LAVORATTI-2013.pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.

LEAL, Aluizio Lins. Uma sinopse histórica da Amazônia (uma visão política). In: TRINDADE, J. R. B.; MARQUES, G. (Orgs.). **Revista de Estudos Paraenses** (edição especial). Belém: IDESP, 2010. Disponível em: <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/09/UMA-SINOPSE-HISTu00D3RICA-DA-AMAZu00D4NIA.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2026.

LIRA, Sérgio Roberto Bacury de. A questão tributária e a problemática da arrecadação fiscal em decorrência da mineração industrial na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA** v. 6, n. 1, p. 27-64, jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/82>. Acesso em: 26 nov. 2024.

LIRA, Talita de Melo. **Análise das condições de acesso aos Programas de Assistência Social pelas comunidades de Mucajá e Ebenezer em Maués/AM**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Serviço Social/UFAM, Manaus.

LIRA, Talita de Melo, et al. Acessibilidade aos bens e serviços sociais em comunidades ribeirinhas de Maués/AM. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. [Anais].

São Luís, MA, 2013. Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo11-questaoambientalepoliticaspUBLICAS/acessibilidadeaosbenseservicossociaisemcomunidadeescribeirinhasdemauesam.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**. Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122016000100066&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 04 maio 2018.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico/2002-2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 251-290. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em: 19 dez. 2019.

LUSA, Mailiz Garibotti. Terra, floresta e alimentos: dissonância na perspectiva do capital. In: CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; SILVA, Sandra Helena da; NASCIMENTO, Camila Fernanda Pinheiro do. (Orgs.). **Ações Afirmativas de Cidadania na Amazônia: interações e complexidades**. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022. pp. 23-36. [E-book].

MAGALHÃES FILHO, F. Grandes projetos ou grande projeto? In: COSTA, J. M. M da. (Coord.). **Cadernos NAEA**, n. 9. Os grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas. Belém: NAEA/UFPA, 1987. pp. 17-26.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4º Ed. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

MARQUES, G. de S. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARQUES, Rosa Maria. **O lugar das políticas sociais no capitalismo contemporâneo**. Argumentum, Vitória (ES), v. 7, n. 2, pp. 7-21, jul./dez.2015.

MARTINS, Heloisa Helena de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, n. 2, 2004. pp. 289-300.

MARTINS, Milena Corrêa. **Descentralização do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: uma análise multivariada dos estados brasileiros**. Programa de Pós-Graduação em Nutrição (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229184>. Acesso em: 13 jun. 2025.

MARX, K. Trabalho alienado e propriedade privada. In: **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **O Capital**, Livro III, volume V. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

MASCARO, A.L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, Zieli Marcolino de; *et al.* Marcos referenciais na trajetória da segurança alimentar e nutricional: panorama mundial e nacional. **Revista Pensar Acadêmico**, Manhuaçu, v. 15, n. 1, p. 95-108, janeiro-junho, 2017. Disponível em: <http://pensaracademico.facig.edu.br/index.php/pensaracademico/article/view/15/289>. Acesso em 2 ago. 2022.

MELLO, Cecília Campello do Amaral. Se houvesse equidade: a percepção dos grupos indígenas e ribeirinhos da região da Altamira sobre o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. **Novos Cadernos NAEA**. v. 16 n. 1, jun. 2013. pp. 125-147.

MINAYO, Maria, Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria, Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis / RJ: Vozes, 2002. pp. 9-29.

MINAYO, Maria, Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. HUCITEC EDITORA: São Paulo, 2014.

MONNERAT, Giselle Lavinias; SOUZA, Rosimary Gonçalves de. Política social e intersetorialidade: consensos teóricos e desafios práticos. **SER Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p. 200-220, jan./jun. 2009.

MONTEIRO, Carlos Augusto; et al. Alimentos ultraprocessados: o que são e como identificá-los? **Public Health Nutrition**. Ed. 5, v. 22, 2019. pp. 936-941. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/public-health-nutrition/article/ultraprocessed-foods-what-they-are-and-how-to-identify-them/E6D744D714B1FF09D5BCA3E74D53A185>. Acesso em: 11 out. 2025.

MOUFFE, C. **Agonística: pensar el mundo politicamente**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014. II. ¿Qué democracia para um mundo agonoista multipolar? pp. 37-56.

MORAN, Emilio *et al.* **Resumo Executivo Hidrelétricas na Amazônia: e depois?** [2024]. São Paulo Excellence Chairs (SPEC); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); Universidade Estadual de Michigan (Estados Unidos); Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Universidade de São Paulo (USP); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); West Virginia University; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglefindmkaj/https://www.nepam.unicamp.br/wp-content/uploads/2024/09/resumo-executivo_spec.pdf. Acesso em: 28 dez. 2024.

MUNIZ, Érico Silva Alves. Ciência e a Mandioca: Os hábitos alimentares na Amazônia e a obra de Dante Costa. **Revista Estudos Amazônicos**. vol. XI, nº 2, 2015. pp. 56-80.

MUNIZ, Érico Silva Alves; DIAS, Edson Gabriel. Farinha, tradição alimentar dos povos da floresta. **Amazônica Revista de Antropologia**. Belém, v.13, n. 1, 2021 pp. 447-456.

NAHUM, João Santos. Usos do território, modernização e ações políticas conservadoras em Barcarena-PA. **Geosul**, Florianópolis, v. 23, n. 45, pp. 65-84, jan./jun.2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2008v23n45p65>. Acesso em: 14 jun. 2019.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. Amazônia e desenvolvimento capitalista: a centralidade da região para a acumulação de capital e a produção de expressões da “questão social”. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís-MA: Número Especial, p. 203-213, agos. 2010. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/401/4217> . Acesso em: 17 ago. 2018.

NASCIMENTO, Ana Claudeise Silva do, *et al.* Desigualdades educacionais em contextos rurais na Amazônia Central. **Revista Contra Corrente: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas**, [S.l.], v. 2, n. 22, p. 9-33, dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/view/4118>. Acesso em: 30 mar. 2025.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2º Ed. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NODA, Sandra *et al.* Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzea. In: DIEGUES, Carlos Antônio; MOREIRA, André de Castro C. (org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras, USP, 2001.

OBSERVATÓRIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (ÓAE); FIAN BRASIL; FÓRUM BRASILEIRO DE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL (FBSSAN); INSTITUTO IBIRAPITANGA; GLOBAL HEALTH ADVOCACY INCUBATOR (GHAI). **Nota Técnica 03/2024: Em defesa do reajuste do PNAE no Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025**. Brasília, DF, ago. 2024. Disponível em: <https://alimentacaoescolar.org.br/acervo/nota-tecnica-03-2024-em-defesa-do-reajuste-do-pnae-no-projeto-de-lei-orcamentaria-anul-loa-2025/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p. Disponível em: https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf. Acesso em: 10 jan. 2026

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO); FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA); ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPS); PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (WFP); FUNDO DAS NAÇÕES

UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022: Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable.** Roma, 2022. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/relatorio-da-onu-numeros-globais-de-fome-subiram-para-cerca-de-828-milhoes-em-2021>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO); FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA); ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPS); PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (WFP); FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **The State of Food Security and Nutrition in the World 2025 (SOFI 2025): Addressing high food price inflation for food security and nutrition.** Rome, 2025. Disponível em:

<https://www.fao.org/publications/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en>. Acesso em: 29 set. 2025.

PAIVA, Beatriz Augusto; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. O prisma latino-americano e a política de assistência social: uma síntese contemporânea. *In*: SARMENTO, Hélder Boska de Moraes (Org). **Serviço Social: questões contemporâneas.** Florianópolis: Editora UFSC, 2012. pp.31-57.

PANDURO, Miguel Angel Del Valle. **O impacto da desoneração das exportações brasileiras na arrecadação do ICMS no estado do Pará.** 2001. Monografia (Graduação em Economia) – UFPA, Belém.

PARÁ. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado do Pará.** Belém: Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 1989. Disponível em:

<https://www.alepa.pa.gov.br/Content/Docs/constituicao-estado-do-para.pdf> . Acesso em: 30 dez. 2025.

PARÁ (Estado). Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional do Pará (CAISAN-PA). **I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – PESANS (2012–2015).** [S.l.: s.n.], 2014. Disponível em:

https://www.seaster.pa.gov.br/sites/default/files/6Plano_Estadual_PA.pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.

PARÁ (Estado). Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional do Pará (CAISAN-PA). **II Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – PESANS (2016–2019).** [S.l.: s.n.], 2017. Disponível em:

https://www.seaster.pa.gov.br/sites/default/files/II_PESANS_PAR%C3%81_2016-2019_VERS%C3%83O_OFICIAL.pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.

PARÁ (Estado). Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional do Pará (CAISAN-PA). **III Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – PESANS (2020–2023).** [S.l.: s.n.], 2022 [2022a]. Disponível em:

<https://seaster.pa.gov.br/sites/default/files/3%C2%BA%20PLANO%20NUTRICIONAL%202022%20-%20ATUALIZADO-2.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.

PARÁ (Estado). Secretaria de Educação (SEDUC). **Ação promove a degustação de alimentos que serão inseridos na merenda escolar.** [S.l.], 2023 [2023a]. Disponível em: <https://www.seduc.pa.gov.br/noticia/12636-acao-promove-a-degustacao-de-alimentos-que-serao-inseridos-na-merenda-escolar>. Acesso em: 18 ago. 2025.

PARÁ (Estado). Secretaria de Educação (SEDUC). **Relatório Anual de Gestão 2023.** [2023b]. Disponível em: <https://www.seduc.pa.gov.br/pagina/13001-relatorio-de-gestao-2023>. Acesso em: 9 abr. 2024.

PARÁ (Estado). Secretaria de Educação (SEDUC). **Relatório Anual de Gestão 2024: Inovação e Sustentabilidade – rumo à educação do futuro** [2024a]. Disponível em: <https://www.seduc.pa.gov.br/pagina/13799-relatorio-de-gestao-2024>. Acesso em: 16 ago. 2025.

PARÁ (Estado). Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). **Amazônia Agora: Decreto nº 941 de 03 de agosto de 2020.** Belém: SEMAS, 2020. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/GUIAINFO.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2025.

PARÁ (Estado). Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). **Conjuntura dos Recursos Hídricos do estado do Pará.** LEAL, Rafael Estumano *et al.* (Orgs.). Belém: SEMAS, 2022 [2022b]. Disponível em: https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/10/Relat%C3%B3rio_Conjuntura_Recursos_H%C3%ADdricos_PA_2022.pdf. Acesso em: 19 ago. 2025.

PARÁ (Estado). Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). **Programa Regulariza Pará: Decreto nº 2.745 de 9 de novembro de 2022.** Belém: SEMAS, 2023 [2023c]. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/analise/car/boletins.php>. Acesso em: 21 ago. 2025.

PARÁ (Estado). Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). **Relatório de Gestão 2024.** Belém: SEMAS, 2024 [2024b]. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-2024.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2025.

PARÁ (Estado). Diretoria de Políticas de Atenção Integral à Saúde. Departamento de Atenção à Saúde. Coordenação Estadual de Nutrição. **Cartilha de acolhimento aos novos gestores do Programa Municipal de Alimentação e Nutrição.** 2. ed. Belém, PA, jan. 2025 [2025a]. Disponível em: <https://www.saude.pa.gov.br/wp-content/uploads/2025/03/CARTILHA-NUTRICA0-2025.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.

PARÁ (Estado). Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). **Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis.** [S.l.], 2025b. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/psa/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

PARÁ (Estado). Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER). **Relatório de Gestão 2024.** Belém, PA, jan. 2025 [2025c]. Disponível em:

<https://www.seaster.pa.gov.br/sites/default/files/2025-01/2025-02/RELATORIO%20GEST%C3%83O%20SEASTER%202024.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2025.

PEREIRA, Nunes. **Panorama da Alimentação Indígena: Comidas, Bebidas & Tóxicos na Amazônia Brasileira**. Livraria são José: Rio de Janeiro, 1974.

PEREIRA, José Carlos Matos. A urbanização da Amazônia e o papel das cidades médias na rede urbana regional. *In: O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas*. (Org.) CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. Belém: EDUFPA, 2006. pp. 23-53.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes**. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara. **Política Social: temas & questões**. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.112, 2012. pp.729-753.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

RABELO, Afonso. **Frutos nativos da Amazônia: comercializados nas feiras de Manaus-AM**. Manaus: INPA, 2012.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. 6º. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (Rede PENSSAN). **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (I VIGISAN)**. Brasil, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 05 maio 2021.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (Rede PENSSAN). **II VIGISAN: II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Brasil, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 8 out. 2022.

SÁ, Maria Elvira Rocha de; NASCIMENTO, Nádia do Socorro Fialho. Acumulação de capital e cidades na Amazônia: produção de riquezas e negação de direitos sociais. *In: GOMES, Vera Lúcia Batista. VIEIRA, Ana Cristina de Souza. NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso (Org.). O avesso dos Direitos: Amazônia e Nordeste em questão*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

SADDI, Fabiana da Cunha. Prefácio: Planejamento e Políticas de Saúde na Amazônia. *In: TOBIAS, Rodrigo; LELES, Fernando Gomes; LIMA, Mayra Costa Rosa Farias*

(orgs.). **Planejamento e Políticas de Saúde na Amazônia**: fundamentos e caminhos. (Série Saúde & Amazônia, v.31), 1.ed. Porto Alegre, RS: Editora Rede UNIDA, 2024. Pág. 10-12, E-book: PDF. Disponível em: <https://editora.redeunida.org.br/project/planejamento-e-politicas-de-saude-na-amazonia/>. Acesso: 16 abr. 2025.

SANTARELLI, M.; ROCHA, N. C. (Org.). **Informe DHANA 2024**: esperar e exigir direitos. Brasília: FIAN Brasil, 2024. Disponível em: fianbrasil.org.br/informeDhana2024. Acesso em: 21 jan. 2025.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará**: sob o regime da escravidão. Coleção Amazônia: Série José Veríssimo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Belém: Universidade - Federal do Pará, 1971.

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, out./dez. 2010. pp. 605-631.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural dos direitos humanos. In: BALDI, César Augusto (Org.). **Direitos humanos na sociedade cosmopolita**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. pp. 239-278.

SANTOS, et al. Questão social” no Brasil: o Nordeste e a atualidade da questão regional. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 12, n. 24, jul./dez. 2012. pp. 239-261. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5017138.pdf>. Acesso em: 06 out. 2021.

SANTOS, Sendy Lee Shoji; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de; SILVA, Escarlete Raíssa Evangelista da. O trato da questão social nos cursos de serviço social no interior do estado do Amazonas. **Revista Relações Sociais (REVES)**, Vol. 06, nº 02, 2023. p. 1-13. Disponível em: <https://beta.periodicos.ufv.br/reves/article/view/16191/8057>. Acesso em: 18 set. 2024.

SANTOS, Arantxa Carla da Silva; PORRO, Roberto. Empobrecimento florístico da Amazônia: impactos da demanda do açaí para a biodiversidade brasileira. **Dossiê Amazônia: Nova Revista Amazônica**. v.12, nº 03, dezembro 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/download/17629/11767>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SCHAPPO, Sirlândia. **Fome e Insegurança Alimentar em Tempos de Pandemia da Covid-19**. Artigo enviado ao Comitê Estadual SUAS-SC COVID-19: em defesa da vida em 12 de junho de 2020.

SCHAPPO, Sirlândia. Josué de Castro e a agricultura de sustentação em Geografia da fome. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, no 35, jan/abr 2014. pp. 306-338.

SCHAPPO, Sirlândia. **Josué de Castro por uma agricultura de sustentação**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 2008.

SCHAPPO, Sirlândia. Fome e insegurança alimentarem tempos de pandemia da Covid-19. **Revista Ser Social**. Brasília, v. 23, n. 48, janeiro a junho de 2021, p. 28-52.

Disponível em:

https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/32423/28783. Acesso em: 31 mar. 2023.

SCHWARTZMAN, Flavia; SANTARELLI, Mariana. **Cooperação internacional pelo direito à alimentação escolar**: uma contribuição da sociedade civil brasileira. Brasília: FIAN Brasil; ÓAÊ, 2025. Disponível em:

<https://alimentacaoescolar.org.br/acervo/cooperacao-internacional-pelo-direito-aalimentacao-escolar>. Acesso em: 19 set. 2025.

SERAFIM, Milena Pavan, DIAS, Rafael de Brito. **Análise de Política**: Uma Revisão da Literatura. *Cadernos Gestão Social*, V.3, n.1, jan/jun 2012. pp.121-134..

SEVERINO, Antônio Joaquim (1941). **Metodologia do trabalho científico**. [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SHANLEY, Patrícia; MEDINA, Gabriel. **Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica**. Belém: CIFOR, Imazon, 2005.

SILVA, Maria de Fátima da; JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates. Ação intersetorial na saúde. In: JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates; CORÁ, Maria Amelia Jundurian. (Orgs.). **Redes sociais e intersectorialidade**. São Paulo: Tiki Books, 2016. pp. 173-192.

SILVA, Thais Sousa; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho; SÁ, Maria Elvira Rocha de. Conflitos socioambientais em áreas de complexos portuários na Amazônia paraense: ameaças, agentes e resistências. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.26, n. 1, jan./abr. 2023. p. 89-99.

SILVA, Suany Machado da; FREITAS, Alair Ferreira de. Mudanças nos meios de vida dos ribeirinhos a partir da ressignificação econômica do açaí (*euterpe oleracea mart.*): Um estudo em Igarapé-Miri, Pará. **Amazônica - Revista de Antropologia**. Periódicos UFPA, v. 13, n. 1, 2021. pp. 345-374. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/9063/7536>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 01-08

SOUZA, Giselle; SOARES, Morena Gomes Marques. Contrarreformas e recuo civilizatório: um breve balanço do governo Temer. **Ser Social**. Brasília, v. 21, n. 44, janeiro a junho de 2019.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Meio Ambiente Amazônia e Serviço Social. **Revista em Pauta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do estado do Rio de Janeiro**, n. 21, p.141-152, UERJ: 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/94/86>. Acesso em: 29 mar. 2020.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. A Amazônia e a interface com o SUAS. *In*: CAMPOS, Edval Bernardino (Org.). **Fator amazônico e a interface com o Sistema Único de Assistência Social**. 1º. Ed. Belém: ICSA/UFPA, 2013. pp. 12-29.

TOBIAS, Rodrigo; LELES, Fernando Gomes; LIMA, Mayra Costa Rosa Farias. Notas de uma obra comprometida por um SUS Amazônico. *In*: TOBIAS, Rodrigo; LELES, Fernando Gomes; LIMA, Mayra Costa Rosa Farias (orgs.). **Planejamento e Políticas de Saúde na Amazônia: fundamentos e caminhos**. (Série Saúde & Amazônia, v.31), 1.ed. Porto Alegre, RS: Editora Rede UNIDA, 2024. pp. 13-22. E-book: PDF. Disponível em: <https://editora.redeunida.org.br/project/planejamento-e-politicas-de-saude-na-amazonia/>. Acesso: 16 abr. 2025.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da *et al.* Espacialidades e temporalidades urbanas na Amazônia ribeirinha: mudanças e permanências a jusante do Rio Tocantins. Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira. Boa Vista: **ACTA Geográfica**, 2011. pp. 117-133. Disponível em: <https://revista.ufrj.br/actageo/article/view/544>. Acesso em: 28 jan. 2020.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. A cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais. **A Terceira Margem da Amazônia**, v. 1, n. 1, p. 171-184, 2012. Disponível em: <http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/viewFile/8/8>. Acesso em: 28 jan. 2020.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro. Uma Floresta Urbanizada? Legado e Desdobramentos de uma Teoria sobre o Significado da Cidade e do Urbano na Amazônia. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, V. 3, N.2, 2013. p. 89-108. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2117>. Acesso em: 21 jan. 2020.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro. Cidades e centralidades urbanas na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Revista Cidades. Dossiê Urbanização difusa e cidade dispersa**. Grupo de Estudos Urbanos (GEU). Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). v. 12, n. 21, 2015. pp. 304- 334. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/11945>. Acesso em: 11 mar. 2025.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas** [e-book]. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2021. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://maniadehistoria.files.wordpress.com/2021/12/direito-humano-acc80-alimentacca7acc83o_ebook.pdf . Acesso em: 24 abr. 2023.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Revista Saúde e Sociedade**, v.12, n.1,2003. pp. 51-60. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/GXfv6d4vzZxvwTRrh8pFyzD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2023.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. Rumo à Realização Plena do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas. **Revista Development** 57 (2), dezembro de 2014. p.155-170. Disponível em: https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Rumo-%C3%A0-realiza%C3%A7%C3%A3o-plena-do-DHANA_Flavio-Valente.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada. **Rev. Nutr.** PUCCAMP, Campinas, 10(1): 20-36, jan./jun., 1997. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-200560>. Acesso em: 11 fev. 2024.

VIDAL, Lux Boelitz. Os índios da Amazônia: um desafio recíproco. In: HÉBETTE, Jean (Org.). **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia**. Editora Vozes: Petrópolis-RJ, 1991. pp. 54-77.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, nº 22. Rio de Janeiro, 21 de Outubro, 2003. pp. 42-61. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238>. Acesso em: 15 nov. 2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, 2014. pp. S025-S044. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/4Hn3FCvFdb9VBYwSwJfKSGJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2003.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução: Daniel Bueno. Revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICES A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Nº do projeto CAAE: 82980324.2.0000.0121

Título do Projeto: DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: um estudo sobre o enfrentamento da fome na Amazônia Paraense

Você está sendo convidado/a a participar de uma pesquisa, cujo objetivo é analisar as ações e estratégias desenvolvidas pelo estado do Pará no enfrentamento da insegurança alimentar e fome, tendo em vista a promoção do direito à alimentação adequada na região amazônica.

Essa pesquisa está sendo realizada pela pesquisadora Joyce Sampaio Neves Fernandes, sob responsabilidade da Prof.^a Dr.^a Liliane Moser, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS/UFSC), as quais se comprometem a seguir a Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012 e suas complementares, a Norma Operacional 001/2013 e a CNS 510/2016, além do Ofício Circular nº 23/2022, que trata da normatização do uso de consentimento e assentimento eletrônico para participantes de pesquisa e de Biobancos. Também, a Carta Circular nº 1/2021, que orienta pesquisadores e Comitês de Ética em Pesquisa em relação aos procedimentos que envolvam o contato com participantes e/ou coleta de dados em ambiente virtual. O presente estudo vincula-se à Tese de Doutorado e é requisito para obtenção do título de Doutor em Serviço Social. Para a realização desta pesquisa, foram

selecionadas/os gestores e/ou técnicos das políticas de saúde, educação, assistência social e meio ambiente que atuem em serviços e/ou programas de promoção à segurança alimentar e nutricional no estado do Pará.

() Concordo com a registro da minha voz e/ou imagem.

() Não concordo com a registro da minha voz e/ou imagem.

Diante do seu aceite, convidamos você para uma entrevista que será guiada por um roteiro e gravada por um dispositivo eletrônico de aparelho celular, com a sua permissão. O roteiro apresentará perguntas sobre à promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável no estado do Pará. A entrevista será realizada em ambiente virtual, por meio da plataforma Google Meet, o *link* de acesso à sala de reunião será gerado pela pesquisadora e encaminhado as/aos participantes, com duração de, aproximadamente, 30 minutos.

A entrevista não envolve riscos físicos às/aos participantes, no entanto, devido aos questionamentos realizados, podem ocorrer possíveis desconfortos ou riscos, como constrangimento, cansaço e sensação de insuficiência. Ciente disso, a pesquisadora estará atenta aos sinais (de fala, emocionais ou corporais) das/os participantes, de modo que se compromete a interromper o procedimento.

As/os participantes têm garantia plena de liberdade para se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalização. Portanto, sinta-se absolutamente à vontade em deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, não é necessário apresentar justificativa e você não terá nenhum prejuízo. Caso venha a sofrer qualquer dano ou prejuízo decorrente desta pesquisa, você receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal, e será garantido indenização.

Informamos que a pesquisa não trará benefícios diretos às/aos participantes, mas você estará contribuindo com a produção de conhecimento para a área do Serviço Social, além de conferir visibilidade à realidade amazônica no campo das políticas públicas, principalmente, a segurança alimentar e nutricional.

Você não terá despesas pessoais em qualquer fase deste estudo e também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Caso você tenha alguma despesa

ou qualquer prejuízo financeiro em decorrência desta pesquisa, será garantido o seu ressarcimento.

A pesquisadora compromete-se a manter o sigilo das informações fornecidas, que serão analisadas em caráter estritamente científicos. Somente a pesquisadora terá acesso às informações colhidas e tomará as providências necessárias para manter a privacidade das fontes. Os dados da sua entrevista serão utilizados apenas para esta pesquisa e serão tratados de forma anonimizada, conforme Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Os registros escritos e gravados permanecerão arquivados no computador pessoal da pesquisadora, em pasta local sem acesso à internet, acessado somente pela pesquisadora. Não se fará referência à identidade das/os participantes no estudo, sendo utilizados pseudônimos, ou seja, nomes fictícios, resguardando, assim, a sua privacidade. A remota possibilidade da quebra de sigilo, mesmo que involuntária e não intencional (como, por exemplo, o roubo do notebook), será tratada nos termos da lei.

Os dados da entrevista serão publicados na Tese de Doutorado e poderão ser apresentados, futuramente, em eventos ou revistas científicas da área de Serviço Social ou afins, sem revelar seu nome, instituição ou qualquer informação relacionada à sua privacidade, apresentando apenas os resultados obtidos de modo geral.

Caso você tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Liliane Moser, pelo telefone (48) 99619-7797, com a pesquisadora Joyce Sampaio, pelo telefone (48) 98506-7360 ou com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH-UFSC), pelo telefone (48) 3721-6094, ou no 7º andar do Prédio Reitoria II, sala 701, de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 14h às 18h. O CEPSH é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à UFSC, criado para defender os interesses das/os participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, no sentido contribuir para o desenvolvimento completamente ético da pesquisa.

Esse Termo deve ser rubricado em todas as suas páginas e assinado em duas vias, sendo uma para o participante e outra para os pesquisadores.

Nome do(a) Participante da Pesquisa

Assinatura

Joyce Sampaio Neves Fernandes (pesquisadora)

Assinatura

Florianópolis, _____ de _____ de 2024

APÊNDICES B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1.1 Nome do (a) participante (a): _____

1.2 Telefone: _____

1.3 E-mail: _____

1.4 Idade: _____ 1.5 Sexo: _____

2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

2.1 Área de formação profissional: _____

2.2 Ano de conclusão: _____

2.3 Instituição de ensino em que concluiu sua graduação: _____

2.4. Tem especialização e/ou pós-graduação? Se sim, em que área? Qual instituição e ano de conclusão?

3. PROMOÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

3.1. Há quanto tempo você atua nesta instituição?

3.2. Quais os programas e serviços no campo da alimentação adequada são ofertados pela instituição?

3.3. Há algum programa ou serviço ofertado pela instituição que garante a alimentação adequada de um público em específico (como, por exemplo, povos e comunidades tradicionais, mulheres, idosos, crianças)?

3.4 São desenvolvidas ações intersetoriais ou em rede com outras políticas públicas e ou instituições privadas (ONG's) visando à promoção do direito humano à alimentação adequada da população paraense? Se sim, quais ações e como se estabelece essa relação? É realizado um plano de ações conjuntas?

3.5. Sobre os recursos, como você avalia a execução deles? Há algum recurso específico para a política de alimentação?

3.6. Como você avalia a adesão dos municípios paraenses à Política de Segurança Alimentar e Nutricional?

3.7. Quais os desafios e dificuldades enfrentados pela gestão na execução da política, especialmente na efetivação do direito humano à alimentação adequada no estado?

3.8. Algo a mais que gostaria de destacar?